



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Direito

Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca

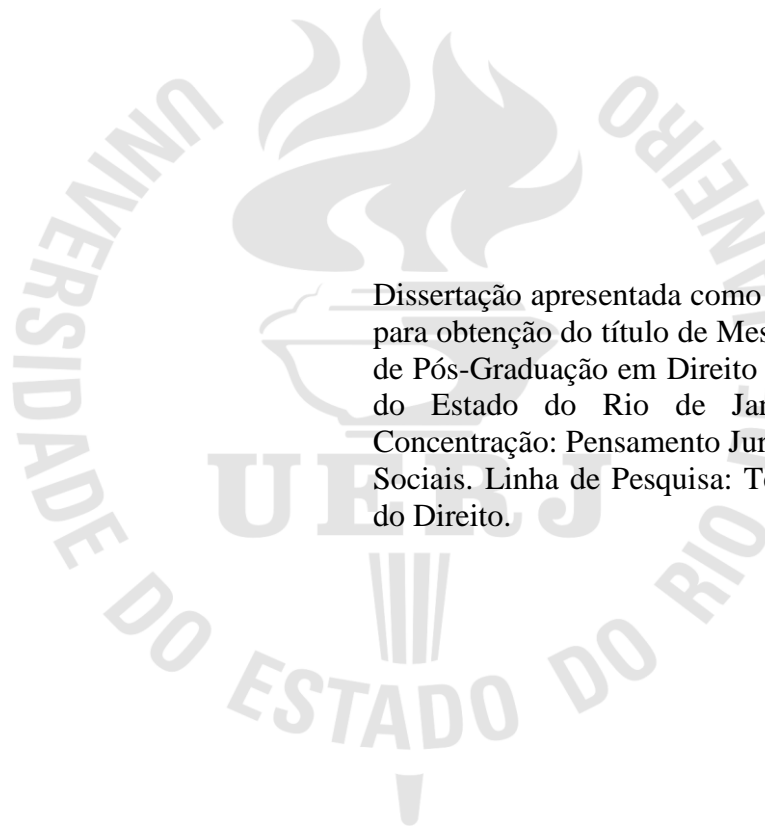
**Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus
contrastes**

Rio de Janeiro

2019

Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca

Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Pensamento Jurídico e Relações Sociais. Linha de Pesquisa: Teoria e Filosofia do Direito.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Leite Gonçalves

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

F676 Fonseca, Rhaysa Sampaio Ruas da.

Unidade, diversidade, totalidade: a teoria da reprodução social e seus contrastes / Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca. - 2019.

225 f.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Leite Gonçalves.

Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

1.Reprodução - Teses. 2.Economia –Teses. 3.Feminismo – Teses.
I.Gonçalves, Guilherme Leite. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 612.6

Bibliotecária: Marcela Rodrigues de Souza CRB7/5906

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca

Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Pensamento Jurídico e Relações Sociais. Linha de Pesquisa: Teoria e Filosofia do Direito.

Aprovada em 22 de janeiro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Guilherme Leite Gonçalves (Orientador)

Faculdade de Direito - UERJ

Prof.^a. Dr.^a Marina Machado de Magalhães Gouvêa

Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

Faculdade de História da Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Ricardo Cunha

Faculdade de Direito - UERJ

Rio de Janeiro

2019

Àquelas que, assim como eu, nasceram carregando o peso do mundo nas costas – e vivem em luta!

AGRADECIMENTOS

Rio de Janeiro, Londres, Berlim, Lima, Londres, Fortaleza, Brasília, Berlim, Porto Alegre, Chicago, São Paulo, Londres, Póvoa de Varzim, Porto, Rio de Janeiro...esta dissertação foi produzida assim, de estação em estação. Na exaustão das noites, na dor da perda, no desespero da resistência. “O trabalho de uma mulher nunca acaba!” – mas nossa capacidade de dar forma à vida nos mantém de pé. Nossos corpos são uma memória de força, de resistência e de união, mas acima de tudo, de totalidade... O que nos une? “Sou porque nós somos”. Por isso eu não teria conseguido escrever esta dissertação sem a ajuda de várias pessoas.

Na verdade, eu quase não consegui: perdemos muitas de nós nesse caminho. Nathália e Marielle representam muitas outras que vimos partir, ou exaustas demais, ou injustamente arrancadas desse mundo nesses dois anos. Eu agradeço profundamente às duas, por me ensinarem o sentido de totalidade, por saírem dessa vida marcando à brasa a mensagem de que não temos tempo para fragmentação. Estamos morrendo trituradas com o peso do mundo em nossas costas e não podemos deixar ninguém para trás. Mas não seremos interrompidas; deixamos sementes.

Em primeiro lugar, agradeço à Olena Lyubchenko com quem descobri o universo da Teoria da Reprodução Social, e redescobri o sentido do feminismo. Obrigada por, mesmo do outro lado do mundo, jamais ter me deixado para trás. O que há de comum entre uma mulher brasileira e uma mulher soviética? O mundo e vontade de transformá-lo! *Olena, my dear dear comrade, I'm glad to have you in my life. Thank you for everything, this dissertation would never be done without your help, love, and attention. Я люблю тебя!*

Em segundo lugar, agradeço à proteção dos Guias e Orixás e à minha família. Aos meus pais Eliane Sampaio e Mario Ruas, irmã Marayah Ruas, tia, primas e avós pelo apoio e paciência. Ao meu amado companheiro, sem o qual a minha persistência na Academia e a conclusão deste trabalho também teria sido impossível. Thiago Romão, obrigado pelas leituras atentas, pelas discussões exaustivas e por se responsabilizar pela reprodução das minhas condições de existência! Obrigado por todo trabalho não-remunerado executado no nosso lar (ainda que ele tenha um pouquinho de reparação histórica rrsrs). Eu te amo mais que tudo e tenho muito orgulho da nossa desconstrução cotidiana no lar – afinal, não se nasce homem, torna-se! Obrigada por escolher a contramão da supremacia masculina. Que venham Ernesto e Rosa e muitos outros anos de amor.

Dentre as pessoas que me estenderam a mão nesse processo, estão minhas queridas e meus queridos colegas de PPGD. Sobretudo César Mortari Barreira, pelos debates, pela revisão atenta e precisa, e principalmente por não me deixar desistir. Caroline Santos, Natália Sales, Amélia Coelho, Lévio Scattolini, Vinícius Lima, obrigada pela ajuda! Estamos juntos.

À querida amiga Tayane Mendes que me acolheu em Portugal quando eu precisava de refúgio e apoio para escrever – da próxima vez vai ser melhor, prometo! À minha amiga-irmã Yasmin Ferraz, por estar sempre aqui.

Às minhas eternas companheiras do Coletivo Negro Patrice Lumumba, Grazielle Vasconcellos, Tainara Mourão e Bruna Eloi e às queridas amigas Laila Aurore, Swe Hellen Nogueira, Jéssica Oliveira pelas risadas, incentivo e compreensão (principalmente para com minhas ausências).

Às minhas companheiras (e companheiros) de trabalho na Anistia Internacional Brasil, pelo apoio e incentivo. Às manas Lígia Batista e Marcelle Decothé, jovens negras vivas que reconstroem o sentido da resistência diariamente do meu lado – resistimos!

À Professora Caroline Ferri, por ter me oferecido a possibilidade de pensar em escrever uma dissertação sobre feminismo! Obrigada por sua coragem e determinação em lecionar o primeiro curso sobre Teorias Feministas do Direito da Faculdade de Direito da UERJ e pelos debates que tivemos ao longo da disciplina.

À minha banca de Qualificação, Lia Rocha e Marina Gouveia, pelas críticas e recomendações, tão importantes na elaboração deste trabalho.

E claro, ao meu orientador, Guilherme Leite Gonçalves, por me desafiar a provar que o produto da nossa luta é também ciência, por me forçar a aprender a traduzir em ciência nossa experiência – e por tudo o mais.

Resistimos.

O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro.

Karl Marx, 1867

Sim, eu sou comunista e considero isso uma das maiores honras, pois estamos lutando pela libertação total da raça humana.

Angela Davis, 1971

Agora é nossa vez de restaurar às nossas organizações e práticas de protesto essa compreensão integradora da totalidade capitalista. Se o projeto socialista continua sendo desmantelar o trabalho assalariado, fracassaremos nesse projeto a menos que entendamos que a relação entre trabalho assalariado e capital é sustentada por todos os tipos de formas não-remuneradas de trabalho e de espaços sociais - não apenas o do trabalho.

Tithi Bhattacharya, 2017

RESUMO

FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. *Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes*. 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Fruto de um acúmulo de debates que floresceram durante a ebulição das lutas de 1968, a Teoria da Reprodução Social (TRS) ressurgiu, no século XXI, como reação prático-teórica de intelectuais críticos e ativistas às três décadas de reestruturação neoliberal. O aprofundamento da crise estrutural desencadeada a partir de 2007-2008, avança através da intensificação das formas de expropriação e rebaixamento das condições de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores. Um despertar do autoritarismo em escala global também marca a presente conjuntura. Superá-la, depende da reconstrução de alternativas concretas de emancipação e de pontes transnacionais de solidariedade. Isto implica a reformulação da noção de classe trabalhadora e dos mecanismos materiais que possibilitariam sua união – sem que suas especificidades de raça, gênero e sexualidade sejam subsumidas ou hierarquizadas. Assim, feministas-marxistas da reprodução social buscam compreender estas relações como momentos de uma totalidade social complexa. Ao desvelar as formas não-remuneradas de trabalho que constituem a experiência feminina elas buscam uma compreensão unitária da condição humana sob o capitalismo. Quais contradições constituem o capitalismo e, portanto, devem ser consideradas em sua superação? A TRS, constitui um terreno ainda inexplorado pelo público brasileiro. O objetivo desta dissertação é contribuir para a introdução deste debate no Brasil. Proponho uma reconstrução crítica da teoria unitária elaborada por Lise Vogel e das contribuições contemporâneas ao seu desenvolvimento. Tal reconstrução engloba uma discussão de fundo sobre a proposta de elaboração de uma teoria unitária à luz da noção marxiana de totalidade social. Para contribuir com este debate, apresento outras teorias que se lançaram ao desafio de produzir uma análise unitária das relações de opressão e produção sob o capitalismo, tal qual a análise das relações de raça e classe de David Roediger e o feminismo-marxista negro e anticolonial de Angela Davis. Trata-se de um esforço inicial e não-exaustivo de mapear, traduzir, sistematizar e debater a TRS e os debates que a envolvem.

Palavras-Chave: Teoria da Reprodução Social. Economia Política Feminista. Feminismo Negro. Totalidade Social.

ABSTRACT

FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. *Unity, diversity, totality: Social Reproduction Theory and its contrasts*. 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Resulting of wide-ranging debates that flourished after the 1968 upheavals, the Social Reproduction Theory (SRT) renewal in the 21st century translates a theoretical and political reaction of critical intellectuals and activists to the three decades of neoliberal restructuring. The reinforcement of the structural crisis triggered since 2007-2008, expands through the intensification of the expropriation forms and deteriorating workers' living conditions. An awakening of authoritarianism on a global scale also marks the present conjuncture. Overcoming it depends on the reconstruction of concrete alternatives of emancipation and transnational bridges of solidarity. This implies a reformulation of the notion of the working class and the material mechanisms that would enable union - without subsuming or hierarchizing their race, gender or sexuality particularities. Thus, Marxist-feminists of social reproduction theory seek to understand these relations as moments of a complex social totality. In unveiling the unpaid forms of labour that constitute the female experience, they seek a unitary understanding of the human condition under capitalism. What contradictions constitute capitalism and, therefore, must be considered in its overcoming? TRS still an unexplored field by Brazilian public. Therefore, the aim of this dissertation is to contribute to the introduction of this debate in Brazil. I propose a critical reconstruction of the unitary theory elaborated by Lise Vogel and the contemporary contributions to its development. This reconstruction involves a fundamental discussion about the building of a unitary theory in the light of the Marxian notion of social totality. To contribute to this debate, I present other theories that have thrown themselves into the challenge of producing a unitary analysis of oppression and production relations under capitalism, such as David Roediger's analysis of race and class relations and Angela Davis' Black and anticolonial Marxist feminism. It is an initial and non-exhaustive effort to map, translate, systematize and discuss SRT and the current debates around it.

Keywords: Social Reproduction Theory. Feminist Political Economy. Black Feminism. Social Totality.

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|-----|
| | INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 | CONCEITOS-CHAVE E PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE | 19 |
| 1.1 | Totalidade social, aparência e essência na dialética de Marx | 19 |
| 1.2 | Teoria dos Sistemas Duplos e Capitalismo Indiferente | 30 |
| 1.3 | Teoria unitária | 33 |
| 1.4 | Reprodução social e reprodução societal | 34 |
| 2 | O CASAMENTO ENTRE MARXISMO E FEMINISMO: DO DEBATE SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO À PERSPECTIVA DA REPRODUÇÃO SOCIAL | 36 |
| 2.1 | Debate sobre o trabalho doméstico: o feminismo-marxista durante a década de 1970 | 36 |
| 2.2 | Encruzilhadas do debate: entre a teoria dualista e a perspectiva unitária | 49 |
| 3 | A PERSPECTIVA DA REPRODUÇÃO SOCIAL SEGUNDO LISE VOGEL | 53 |
| 3.1 | O Debate Socialista sobre a “Questão da Mulher”: Marx versus Engels | 54 |
| 3.1.1 | <u>Clara Zetkin: Um passo além no debate sobre a Questão da Mulher</u> | 57 |
| 3.1.2 | <u>Lênin e a dialética essência-aparência: a contradição entre igualdade formal jurídica e desigualdade material</u> | 60 |
| 3.2 | Um ponto de partida diferente: a proposta metodológica de Lise Vogel | 62 |
| 3.3 | Vogel e a unidade entre produção e reprodução da força de trabalho | 64 |
| 3.4 | O caráter específico da opressão das mulheres na reprodução social capitalista | 75 |
| 4 | CRÍTICAS À PERSPECTIVA DA REPRODUÇÃO SOCIAL DE LISE VOGEL | 86 |
| 4.1 | A crítica de Johanna Brenner aos limites metodológicos de Vogel | 87 |
| 4.2 | Himani Bannerji e limites da teoria unitária no sentido antirracista e anticolonial | 91 |
| 4.3 | Heather Brown e a crítica Marxista-Humanista ao feminismo-marxista | 98 |
| 4.3.1 | <u>Alienação e opressão das mulheres</u> | 105 |
| 4.3.2 | <u>Sujeito revolucionário e a unidade entre teoria e prática</u> | 108 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 4.3.3 | <u>A teoria feminista-marxista da posicionalidade (<i>Standpoint Theory</i>)</u> | 112 |
| 4.4 | Entre limites e contrastes de uma abordagem unitária | 119 |
| 5 | CONTRASTES À PERSPECTIVA UNITÁRIA APRESENTADA POR LISE VOGEL | 121 |
| 5.1 | Raça, classe e capital a partir de David Roediger | 121 |
| 5.1.1 | <u>Os salários da branquitude: notas sobre a construção da classe trabalhadora branca</u> | 123 |
| 5.1.2 | <u>A crítica feminista-marxista de Dana Frank aos “Salários da Branquitude”</u> | 126 |
| 5.1.3 | <u>Uma teoria unitária? Gerenciamento racial e produção social da diferença segundo David Roediger e Elizabeth Esch</u> | 129 |
| 5.1.4 | <u>Essencial ao capitalismo, mas fora da lógica do capital? O desenvolvimento da proposta unitária de Roediger a partir da polêmica com David Harvey</u> | 136 |
| 5.1.5 | <u>Post e Seymour: Críticas e alternativas à <i>Class, Race and Marxism</i></u> | 141 |
| 5.2 | Mulher, raça e classe: do pensamento feminista-marxista negro e anticolonial de Angela Davis à proposta da interseccionalidade | 147 |
| 5.2.1 | <u>Feminismo negro, debate sobre o trabalho doméstico e socialismo</u> | 155 |
| 5.2.2 | <u>Em busca da solidariedade transnacional: Teoria, prática e a perspectiva da interseccionalidade</u> | 167 |
| 5.2.2.1 | Interseccionalidade: conceito ou teoria? | 169 |
| 5.2.2.2 | Críticas feministas-marxistas ao conceito de interseccionalidade | 175 |
| 6 | CONTRIBUIÇÕES CONTEMPORÂNEAS À TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL | 181 |
| 6.1 | Recentrar a classe e a opressão: a renovação da teoria da reprodução social | 182 |
| 6.1.1 | <u>Uma “nova” abordagem da totalidade social</u> | 183 |
| 6.1.2 | <u>Reprodução social enquanto lugar privilegiado da luta de classes</u> | 189 |
| 6.2 | Contribuições no sentido antirracista e anticolonial | 196 |
| 6.2.1 | <u>Produção expandida? Subsistência, reprodução social e colonialismo</u> | 196 |
| 6.2.2 | <u>Avançando o debate: Teoria da Reprodução Social contemporânea e Interseccionalidade</u> | 203 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 214 |
| | REFERÊNCIAS | 218 |

INTRODUÇÃO

Após trinta anos de ostracismo desde sua publicação em 1983, a singular obra de Lise Vogel, *Marxismo e a Opressão das Mulheres: Por uma Teoria Unitária*¹, foi reeditada na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA). Produzida em uma época em que o feminismo-socialista² buscava respostas para explicar a natureza e persistência das múltiplas relações de opressão³ nas sociedades capitalistas e socialistas, o livro sistematizou pela primeira vez a tentativa de construção de uma *teoria unitária*⁴ sobre a opressão das mulheres e sua relação com o capitalismo. Ainda hoje pouco conhecida no Brasil, tal proposta, que após a publicação de Vogel ficou conhecida como *perspectiva da reprodução social*, remonta aos debates iniciados na década de 1960 – e restritos ao Norte Global – acerca da natureza da opressão feminina e do trabalho doméstico não-remunerado. Ela consiste no resgate da tradição marxiana e na revisão da teoria marxista para a formulação de uma abordagem teórica integrada das relações sociais enquanto partes de uma totalidade complexa, contraditória e constituída de relações de exploração, dominação, opressão e alienação.

No início da década de 1980 – mesmo após a ebulição de lutas socialistas protagonizadas pelos povos subalternizados no Sul Global e do exaustivo debate feminista-marxista que

¹ Título original: *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Obra ainda não publicada no Brasil. Todas as traduções neste trabalho são de minha autoria e responsabilidade, com exceção das referências à nova introdução do livro por Susan Ferguson e David McNally (2017 [2013]), traduzida para Revista *Outubro* por Maíra Silva sob o título *Capital, força de trabalho e relações de gênero*.

² Diante das dificuldades em desenhar uma linha divisória clara entre o feminismo-socialista e o feminismo-marxista, neste trabalho, sigo a proposta de Ferguson e McNally (2017 [2013], p. 27), e me refiro ao feminismo-marxista para designar especificamente a tradição que se identifica explicitamente com o materialismo histórico dialético e com a crítica da economia política. Neste sentido, cf. também Vogel (2013 [1983], p. 183).

³ Apesar da proposta inicial tal como desenvolvida por Vogel – e grande parte do projeto feminista-socialista – focar na opressão das mulheres, como veremos ao longo desta dissertação, feministas-socialistas negras e latino-americanas já naquela época buscavam respostas para as múltiplas opressões, sobretudo o cruzamento de gênero, raça e classe. Além disso, desenvolvimentos contemporâneos à Teoria da Reprodução Social buscam analisar o conjunto de relações de opressão, tais quais raça, sexualidade, idade, *status* de cidadania, etc. (BHATTACHARYA, 2017).

⁴ A viabilidade de construção de uma teoria unitária das relações sociais foi intensamente debatida no contexto de lutas por emancipação e reconhecimento impulsionadas pelos movimentos culturais e políticos que se desencadearam a partir de 1968. Sua necessidade surgiu do enfrentamento a teorias críticas fragmentárias sobre a relação entre o capitalismo enquanto modo de produção e os chamados sistemas de dominação e opressão. Como veremos ao longo desta dissertação, a perspectiva feminista-marxista unitária refuta a compreensão que, por um lado, restringe as relações de produção à esfera econômica e, por outro, concebe relações de dominação e opressão (tal qual a opressão das mulheres) como relações autônomas, pertencentes à esfera política, social ou cultural, externas à lógica da produção. Uma teoria unitária clama, portanto, por uma perspectiva que supere as dicotomias entre produção e reprodução social, natureza e cultura, e em última instância, base econômica e superestrutura política.

compunha os movimentos de libertação das mulheres – o campo marxista permanecia, em sua maior parte, hostil à noção de revisão teórica. Recorrentemente, a dinâmica da acumulação capitalista era reduzida à exploração do trabalho assalariado, o que restringia a noção marxiana de totalidade social⁵. As relações “de classe” eram compreendidas como aquelas que se desenvolviam no espaço exclusivo da produção, i.e., no local de trabalho. Da categoria “classe” eram abstraídos os componentes de raça, gênero e sexualidade, de modo que prevalecia a indiferença de parte considerável do campo marxista quanto às especificidades locais e configurações sociais no interior da classe trabalhadora. A categoria *proletariado*, portadora da subjetividade revolucionária, era ligada, de forma idealista, ao típico trabalhador formal do Estado de Bem-Estar Keynesiano europeu: homem, branco e provedor (WILLIAMS, 1995). Prevalecia, ainda, uma concepção funcionalista e determinista, que tendia a ver as relações sociais como uma superestrutura⁶ determinada pela *base econômica*, em uma relação de causa e consequência na qual cada uma teria uma função específica para o funcionamento do modo de produção capitalista. Na busca pela *base material* da condição de opressão das mulheres sob o capitalismo, Vogel (2013 [1983]) propôs o retorno à teoria da sociedade de Marx e o resgate de suas categorias centrais na arquitetura conceitual de *O Capital*, desafiando a tradição marxista hegemônica ao propor um balanço da abordagem socialista clássica sobre a *Questão da Mulher*.

A autora estabeleceu como premissa de sua investigação a produção e reprodução diária e geracional da *força de trabalho*, categoria essencial para a teoria marxiana do valor-trabalho. Vogel (2013 [1983]) questionou como essa mercadoria especial – responsável pela produção de mais-valia e de todas as outras mercadorias – seria produzida e reproduzida em uma sociedade capitalista. A resposta, inevitavelmente, levava à necessidade de uma análise mais profunda da relação estrutural existente entre produção capitalista e os processos cotidianos de

⁵ Para uma definição de totalidade social no sentido marxiano, ver o capítulo seguinte, de conceitos-chave desta dissertação.

⁶ A metáfora da “base” (ou infraestrutura) e “superestrutura”, popularizada pelo *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, aparece raras vezes na obra de Marx. Ela guarda a ideia de que a realidade social é composta por diferentes “esferas”: uma base, a economia, e uma superestrutura, que reuniria política, direito, cultura, ideologia, etc. Estas duas esferas manteriam uma relação externa entre si e a esfera econômica determinaria a superestrutura. Como aponta Wood (2011 [1995], p. 51-72), nesta concepção, a esfera econômica seria praticamente sinônimo de “forças técnicas de produção”, i.e., compreenderia o processo e as relações de produção. Esta noção se tornou hegemônica durante décadas no marxismo ocidental, sobretudo através da obra de Louis Althusser. Porém, diversos autores como EP Thompson e Ellen Wood se dedicaram a demonstrar que esta constituía uma metáfora equivocada da realidade social. Como discutirei no item 1.1 deste trabalho, para Marx, a realidade é mais complexa: na essência, não há separação entre estas duas esferas, elas são co-constitutivas. Este debate reaparecerá ao longo de toda esta dissertação, ainda que como pano de fundo dos debates aqui apresentados.

produção da vida, realizados, em sua maioria, através de trabalho não-remunerado feminino no âmbito doméstico. À esta análise caberia explicar a permanência da responsabilidade desproporcional atribuída às mulheres e do caráter desvalorizado deste trabalho, que envolvia uma miríade de atividades de manutenção⁷ e reprodução geracional⁸ da força de trabalho ativa e da superpopulação relativa, incluindo o exército industrial de reserva e aqueles inaptos para o trabalho.

No entanto, apesar da dimensão unitária proposta por Vogel (2013 [1983]) – e sua pretensão de ajustar o marxismo à realidade social tal como experienciada pelas mulheres –, esta reproduzia uma concepção metodológica que abstraía a categoria “mulher” de suas determinações de raça (e por vezes de classe), o que ironicamente a aproximava da concepção marxista ortodoxa que ela própria propunha combater. Em ambas as concepções, o processo de abstração resultava na invisibilização de aspectos determinantes da realidade representada pela categoria, desconsiderando parte da totalidade social. A opção metodológica da autora, bem como seu silêncio quanto às demais formas de opressão, tornaram-se importantes pontos de crítica à sua obra. A maior parte da tradição feminista de sua época incorria no mesmo problema. Em contraste, desde fins da década de 1960, feministas-socialistas negras como Francis Beale (2005 [1969]), as ativistas do *Combahee River Collective* (1977) e Angela Davis (2016 [1981]) buscavam abordar a totalidade social e suas relações particulares de classe, raça, e gênero como inseparáveis. Elas retomavam uma tradição que remontava às lutas abolicionistas do século XIX e que ficou conhecida como Feminismo Negro. Para estas autoras, se as múltiplas relações de opressão e exploração eram imbrincadas na realidade, deveriam ser inseparáveis também analiticamente. Porém, esta perspectiva não encontrou espaço no interior do feminismo-marxista, que por sua vez, permaneceu minoritário em relação ao marxismo. A construção de uma teoria unitária, assim como os debates marxistas-feministas sobre o trabalho doméstico da década de 1970, permaneceu em aberto e por vezes foi endereçada por tradições não-marxistas.

⁷ Para a tradição feminista-socialista, a extensão das atividades de manutenção da força de trabalho compreende a satisfação cotidiana das necessidades de provisão e cuidado, i.e., alimentação, vestuário, higiene, saúde e descanso físico e psicológico de seu portador. Como veremos, Vogel (2013 [1983]) demonstra que, embora estas sejam as formas predominantes, esta reposição pode ser feita por outros meios como, por exemplo, a prestação de serviços públicos.

⁸ Para a tradição feminista-socialista, a extensão das atividades de reprodução geracional da força de trabalho compreende em geral, o trabalho de gravidez, parto, amamentação, criação e cuidado das crianças. Como veremos, Vogel (2013 [1983]) demonstra que, embora estas sejam as formas predominantes, esta reposição pode ser feita por outros meios, como escravização e imigração.

A publicação do livro de Vogel (2013 [1983]) foi seguida por anos de crise do campo marxista. Diante da ascensão e estabilização da ordem neoliberal, o quadro hegemônico de intervenção teórica passou a ser ocupado pelas teorias pós-modernas, impulsionadas pela virada linguística. Estas teorias repudiavam as chamadas “grandes narrativas” e dispensavam a crítica à economia política como modelo explicativo válido para compreender suficientemente as relações sociais de exploração, dominação e poder em sua complexidade (FERGUSON E MCNALLY, 2017 [2013], p. 25). Recorrentemente, neste período, a filosofia marxiana – e a noção de totalidade – foi questionada enquanto teoria da sociedade, reforçando um movimento de desqualificação já deflagrado pela crise do socialismo soviético. Mesmo as análises que buscavam articular gênero, raça e/ou pós-colonialidade com a noção de classe, totalidade ou estrutura social, passaram a configurar campos de investigação minoritários diante do giro antiprodutivista⁹ que atingiu a teoria social crítica. Houve um crescente esquecimento do método dialético e afastamento da perspectiva marxiana da totalidade social.

Durante a década de 1990, a adoção parcial e fragmentada da teoria de Marx – ora pelas organizações socialistas que permaneciam na defesa de uma noção limitada de classe, ora pelas organizações feministas ou antirracistas que buscavam construir teorias próprias para explicar as relações de opressão – estabeleceu uma maior confusão quanto à compreensão dialética da totalidade. Relações entre essência-aparência, teoria-prática e natureza-cultura embaralhavam-se, e refletiam aquilo que Vogel caracterizou como indistinção entre nível de abstração teórico e empírico (VOGEL, 2013 [1983], p. 184-195; DUNAYEVSKAYA, 2000 [1958]). Políticas identitárias (*identity politics*)¹⁰, emergidas da luta radical no interior de movimentos de emancipação em oposição à uma noção restrita do proletariado e ao dogmatismo de alguns setores da teoria marxista, foram progressivamente cooptadas pela ideologia neoliberal e institucionalizadas (SALEM, 2016). Elas passaram a constituir, com frequência, um campo teórico-prático individualista (HEIDER, 2018, p. 23). Se, por um lado, estas políticas foram responsáveis por um período de plena expansão do que se convencionou chamar “direitos das

⁹ Para uma análise crítica do giro antiprodutivista no âmbito da sociologia do direito, cf. Gonçalves, 2014.

¹⁰ Nesta dissertação, adoto o conceito de política identitária desenvolvido por Heider (2018, p. 23): “Em sua forma ideológica contemporânea, mais do que sua forma inicial como teorização de uma prática política revolucionária, as políticas de identidade (*identity politics*) constituem um método individualista. É baseado na demanda do indivíduo por reconhecimento e leva a identidade desse indivíduo como ponto de partida. Assume essa identidade como certa e suprime o fato de que todas as identidades são socialmente construídas. E porque todos nós necessariamente temos uma identidade que é diferente da de todos os outros, isso prejudica a possibilidade de auto-organização coletiva. O quadro de identidade reduz a política a quem você é como indivíduo e a obter reconhecimento como indivíduo, em vez de ser membro de uma luta coletiva, e coletiva contra uma estrutura social opressora. Como resultado, a política de identidade acaba paradoxalmente reforçando as próprias normas que se propõe a criticar”.

minorias” e das lutas por reconhecimento em todo o mundo, por outro foram incapazes de reduzir os níveis de desigualdade social e reprodução das hierarquias sociais existentes (FRASER, HONNETH, 2003; COULTHARD, 2007). O legado deste processo na segunda década do século XXI é a intensificação das desigualdades sociais, extrema fragmentação político-teórica da classe trabalhadora e ascensão de um ciclo conservador. Neste cenário, mobilizações espontâneas de massas têm eclodido em todo o mundo e enfatizado pautas que relacionam produção e reprodução social. Saúde, moradia, terra, água e alimentação, mudanças climáticas, a defesa do direito à vida e ao bem-viver, lutas por direitos sexuais e reprodutivos, reações a leis discriminatórias, ao racismo e à violência policial, salários e condições de trabalho são alguns exemplos de reivindicações que dominaram a indignação e os protestos neste período¹¹.

Recentes experiências de luta traduzem as contradições do período em que vivemos. Ao mesmo tempo que tais movimentos têm sido alvo de intensa repressão por parte do Estado, geralmente são caracterizados por intelectuais marxistas como ações que não ameaçam a dinâmica do sistema capitalista em razão de seu alegado caráter “econômico-utilitário” e “reformista”, avesso ao projeto revolucionário/anticapitalista (HARVEY, 2015a; 2015b). Opondo-se à esta perspectiva, feministas-socialistas e autores marxistas engajados na tentativa de desenvolver uma teoria unitária têm debatido o potencial revolucionário e o caráter classista destas mobilizações (BHATTACHARYA, 2017; ROEDIGER, 2017; SALEM, 2017). É neste contexto que, na última década, o feminismo-marxismo da reprodução social ressurge. Após um longo período de ostracismo, a proposta de criação de uma teoria unitária, iniciada por Vogel (2013 [1983]), toma forma enquanto campo teórico-prático contemporâneo, sob o nome de Teoria da Reprodução Social (*Social Reproduction Theory*). Assim, o ressurgimento do

¹¹ Algumas dessas mobilizações, como o movimento *Black Lives Matter*, serão abordadas ao longo desta dissertação. Aqui, é pertinente destacar as recentes mobilizações feministas como a grande Marcha das Mulheres em 21 de janeiro de 2017 nos EUA, cuja pauta se estendeu também contra o controle de direitos sexuais e reprodutivos e as leis anti-imigração de Donald Trump. Estas mobilizações prepararam o terreno para a Greve Internacional de Mulheres em 8 de março de 2017, mobilização massiva de mulheres em mais de 50 países, seguida da publicação do manifesto que ficou conhecido como *Manifesto por um feminismo para os 99%*, liderado por feministas-marxistas da reprodução social. Em 2018, na Argentina, o movimento “Ni Una a Menos” levou milhões de pessoas às ruas na luta pela legalização do aborto, em pautas que problematizavam a desigualdade do acesso ao procedimento – bem como à educação e à saúde de qualidade – entre as diferentes classes sociais. No Brasil, é possível perceber um movimento similar. O ressurgimento do movimento de mulheres no contexto de resistência ao neoliberalismo têm tido forte protagonismo de mulheres negras que, com intensa produção teórica feminista negra e anticolonial, e mantendo diálogo direto com ativistas de diversos países da diáspora africana, em 2015 marcharam por todo o país ocupando a capital, Brasília, em um movimento que reuniu mais de 50 mil mulheres pelo fim do genocídio da população negra e por melhores condições de vida, na Primeira Marcha Nacional De Mulheres Negras: Contra o Racismo, a Violência e o Bem-Viver. A experiência brasileira foi relatada recentemente por Hill Collins e Bilge (2016), e grande parte das mulheres que marcharam em 2015 se somaram também nas mobilizações da Greve Internacional de Mulheres de 2017.

interesse na obra da respectiva autora (VOGEL, 2013 [1983]) reflete uma nova onda de ebulição política, impulsionada pelos crescentes esforços de recuperar e desenvolver a teoria da sociedade de Marx em todo o mundo. Tais esforços visam a superação das representações reducionistas ou deterministas do marxismo ao expor a totalidade orgânica do capitalismo enquanto sistema em movimento (BHATTACHARYA, 2017, p. 14).

Trata-se da reação prático-teórica de intelectuais críticos, marxistas e ativistas de esquerda às três décadas de reestruturação neoliberal, que, com o aprofundamento de sua crise estrutural desencadeada a partir de 2007-2008, avança através da intensificação das formas de expropriação e exploração, e do despertar do autoritarismo em escala global (GONÇALVES; MACHADO, 2018). A precarização das relações de trabalho e o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores, conduzidas através da comodificação, financeirização e militarização das relações sociais, marcam a presente conjuntura. Diante deste cenário, a configuração contemporânea da teoria da reprodução social exige a reconstrução de pontes transnacionais de solidariedade que possibilitem à classe trabalhadora uma compreensão universal da condição humana e ofereçam alternativas concretas de emancipação. Tal reconstrução depende de uma nova conceitualização sobre *quem* é a classe trabalhadora e quais seriam os mecanismos materiais que possibilitariam a união desta classe. Assim, em um esforço de recuperar e desenvolver a teoria de Marx na direção específica de compreender a ligação entre as relações sociais econômicas e extraeconômicas, destacando como as categorias de opressão são produzidas de forma simultânea e imbricada à produção de mais-valia, a *Teoria da Reprodução Social* reúne hoje um conjunto de intelectuais e ativistas que questionam: quais seriam as determinações ou contradições que deveriam necessariamente ser compreendidas como constitutivas e essenciais ao funcionamento do sistema capitalista e, portanto, consideradas em sua superação? (BHATTACHARYA, 2017, p.7-14).

Embora essa pergunta seja fundamental para se refletir sobre os problemas contemporâneos do Brasil (da crise econômica à ascensão de Bolsonaro), tanto a Teoria da Reprodução Social quanto a tradição feminista-marxista que lhe originou são ainda pouco conhecidas. Pouquíssimas obras encontram-se traduzidas para o português, e a interação de ativistas e intelectuais brasileiras com este debate costuma ser apenas *online*. Na internet, pode-se encontrar algumas traduções autônomas para o português e ainda são poucas as teses acadêmicas que se debruçam sobre este campo. A Teoria Feminista-Marxista da Reprodução Social, atualmente, constitui um terreno de análise diverso e em construção (BHATTACHARYA, 2017), ainda inexplorado pelo público brasileiro.

O objetivo desta dissertação é contribuir para a introdução e difusão deste debate no Brasil, a partir de uma reconstrução crítica da sistematização inicial realizada por Vogel (2013 [1983]) e das contribuições contemporâneas ao desenvolvimento da perspectiva da reprodução social. Cabe ressaltar que esta reconstrução implica compreender a proposta de elaboração de uma teoria unitária. Para isto, o presente trabalho é composto de seis capítulos.

Em primeiro lugar, estabeleço as categorias centrais para a compreensão do debate a ser apresentado nesta dissertação. Dentre estas, estão as noções marxianas de *totalidade social* e de *aparência e essência*, bem como uma breve exposição do método dialético. Em seguida, no segundo capítulo, farei uma concisa apresentação dos debates feministas-marxistas que antecederam a proposta de Vogel, com foco no debate sobre o trabalho doméstico e o surgimento de duas perspectivas antagônicas: a teoria dos sistemas duplos e a perspectiva unitária. Esta contextualização é importante para a reconstrução da teoria da reprodução social não só porque situa sua gênese, mas porque define os parâmetros nos quais se baseia, evidenciando sua aproximação da noção de totalidade social. No terceiro capítulo, será apresentada a obra de Vogel (2013 [1983]), a partir da revisão do debate socialista clássico sobre a *Questão da Mulher*, de sua análise sobre a produção e reprodução da força de trabalho, a contradição entre igualdade formal e desigualdade material sob o capitalismo, e em sua escolha metodológica.

No quarto capítulo, apresento as principais críticas à perspectiva de Vogel (2013 [1983]): a crítica à sua escolha metodológica, que lhe legou a fama de funcionalismo e reducionismo econômico e biológico; a crítica Marxista-Humanista de sua apropriação parcial da filosofia marxiana; e a crítica antirracista e anticolonial, voltada contra a abstração e universalização da categoria mulher. No quinto capítulo, trago contrastes à proposta de teoria unitária elaborada por Vogel (2013 [1983]), isto é, diferentes tentativas de abordar a totalidade social no sentido marxiano e seus desdobramentos ao trabalhar as relações de opressão como intrínsecas às relações de produção. São elas: a) as discussões contemporâneas em torno dos estudos marxistas sobre raça e classe, através da obra de Roediger (2007 [1991]; 2012; 2017), de seus críticos e da discussão impulsionada por este sobre a unidade entre as diferenças raciais e a *lógica do capital*; b) a perspectiva feminista-marxista negra, a partir da obra de Angela Davis (2016 [1981]; 2017), e os desdobramentos do feminismo negro, sobretudo, a perspectiva da interseccionalidade. Por fim, o sexto capítulo, apresentará os desenvolvimentos contemporâneos da Teoria da Reprodução Social que buscam superar as críticas de funcionalismo e reducionismo econômico à teoria tal qual desenvolvida por Vogel (2013

[1983]). Estas contribuições, preocupadas em abordar as múltiplas opressões e aproximar-se da noção marxiana de *totalidade social*, buscam uma maior compreensão dos processos de racialização e colonialidade que compõem a experiência das classes trabalhadoras e especificamente das mulheres em todo o mundo. As examinarei a partir das contribuições ao recente volume editado por Bhattacharya (2017)¹², e das obras de Rebecca Hall (2016) e Nicole Leach (2016). Trata-se de um esforço inicial e não-exaustivo de mapear e sistematizar sua contribuição e os debates que a envolvem, atentando para as diversas tentativas de construção de uma teoria unitária, e de aproximação da concepção marxiana de totalidade social.

Sendo essa discussão majoritariamente realizada em inglês, este trabalho também visa contribuir por meio da apresentação de uma interpretação em português dos principais debates em curso no âmbito do feminismo-marxista. Por esse motivo, algumas expressões academicamente consagradas são apresentadas também em inglês no decorrer do trabalho, buscando facilitar a leitura para pessoas já inseridas no debate, já que não há tradução nacional amplamente utilizada sobre a maioria dos temas. Ainda, por se tratarem de obras que foram e/ou têm sido bastante analisadas e interpretadas na produção acadêmica mundial, serão utilizadas diversas citações e a inclusão de trechos por vezes longos de cada autora. Ciente de que esta opção corre o risco de diminuir a fluidez do texto apresentado, trata-se de uma tentativa de interpretar as autoras e autores por suas próprias palavras – um esforço necessário para compreender as diferentes interpretações e aplicações das teorias desenvolvidas no campo feminista-marxista e, assim, evitar maiores equívocos.

¹² Dentre os colaboradores de Bhattacharya (2017) estão: Nancy Fraser, Susan Ferguson, David McNally, Carmen Teeple Hopikins, Salar Mohandesi e Emma Teitelman, Serap Saritas Oran, Alan Sears, e Cinzia Arruzza (2013). Por limitações de espaço e questões de recorte metodológico, nem todos estes autores serão trabalhados nesta dissertação.

1 CONCEITOS-CHAVE E PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE

Primeiramente, faz-se necessário definir os conceitos-chave essenciais para a compreensão da literatura debatida. Ressalto que a interpretação de alguns desses conceitos constituem grandes controvérsias no interior do campo marxista, e que, portanto, não tenho aqui a pretensão de encerrar o debate ou invisibilizar as diferentes posições existentes em nenhum dos tópicos mencionados. Como uma exegese de cada conceito extrapolaria os objetivos dessa dissertação, me restrinjo a imprimir a minha interpretação sobre cada um deles à luz da filosofia marxiana, i.e. a crítica da economia política (item 1.1), e da teoria da reprodução social em sua forma contemporânea (itens 1.2, 1.3 e 1.4), como mero instrumento de facilitação da leitura e de compreensão dos parâmetros utilizados neste trabalho. Ao longo de toda esta dissertação, quando os termos trabalhados nessa seção aparecerem na literatura citada com o mesmo sentido descrito aqui, empregarei o uso do *itálico*.

1.1 Totalidade social, aparência e essência na dialética de Marx¹³

Um dos alicerces fundamentais da presente pesquisa encontra-se na complexa compreensão marxiana da totalidade social, momento em que o autor articula as noções de *aparência* (identidade) e *essência* (diferença¹⁴). A categoria *totalidade social* é definida de forma explícita nos *Grundrisse*, quando Marx (2011 [1857-1958]) enfrenta a questão de como operam as relações históricas gerais no interior da produção capitalista e qual seria a sua relação com o movimento histórico geral. Ela aponta a complexidade da realidade material e dos processos de apreensão desta realidade através do conhecimento científico.

Ao analisar a produção material, i.e., a produção dos indivíduos socialmente determinada, Marx (2011 [1857-1858], p. 39-40) evidencia que a concepção dos economistas e liberais clássicos – aquela de que haveria um impulso natural que condicionasse o comportamento dos indivíduos isolados em uma espécie de “contrato social” – é apenas uma

¹³ Agradeço as trocas e comentários fundamentais que tive com César Bandeira, Amélia Maciel e Vinícius Lima na elaboração desta seção.

¹⁴ Aqui, enquanto o termo “identidade” refere-se à equivalência formal entre trabalhadores e capitalistas no momento da troca de mercadorias, o termo “diferença” refere-se estritamente à desigualdade material resultante do processo contínuo de separação dos produtores dos meios de produção e subsistência.

visão parcial e idealizada da realidade, uma *aparência* da sociedade burguesa. Tal relação social *aparece*, para estes autores, como ponto de partida natural da história, não como o resultado de um processo histórico. Uma investigação histórico-dialética é capaz de demonstrar como o indivíduo produtor – na visão dos liberais, isolado em um passado idílico – em verdade, é membro de um todo social maior. Contrapondo-se à visão sustentada pelos liberais, Marx afirma que “quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais” (*ibidem*, p. 41). No entanto, ele destaca que todas as épocas históricas da produção têm certas características em comum, *determinações* em comum; a *produção em geral*, então, seria uma abstração razoável, na medida em que destaca e fixa este elemento comum, um *Universal*.

Este *Universal*, por sua vez, isolado por comparação histórica, “é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações” (*ibidem*, p. 41). Ele contém também uma diferença, e é precisamente esta diferença o que constitui o seu desenvolvimento e não pode ser esquecida – ainda que isolemos as determinações comuns (que segundo o autor decorrem do fato de que o sujeito e o objeto da investigação são os mesmos: a humanidade e a natureza, respectivamente). O foco nas determinações comuns e o esquecimento da diferença implicariam, necessariamente, em uma perspectiva deturpada da realidade social. Como exemplo, o autor demonstra que nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção, e que este instrumento é ele mesmo trabalho passado, acumulado (ainda que o instrumento seja a mão de quem produz, o trabalho passado seria a habilidade concentrada nesta mão para produzir). Assim, Marx demonstra que a produção é sempre um ramo particular da produção, isto é, um *momento da totalidade*. Enquanto *momento*, ela é em si também uma totalidade na medida em que ela não é somente uma produção particular, ela “é sempre um certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção” (*ibidem*, p. 41). Toda a produção é, portanto, apropriação da natureza pelos indivíduos *no interior de e mediada por uma determinada forma* de sociedade (*ibidem*, p.43).

Isso significa que o entendimento do sentido da totalidade social depende não só da articulação entre diferenças que compõem uma unidade complexa e dinâmica. Em Marx essa totalidade é acima de tudo *contraditória*. O que isso significa? Que o capitalismo tem a especial particularidade de compor um tecido social que *é e não é ao mesmo tempo*. A igualdade e liberdade estão postas, mas coexistem com a desigualdade, o arbítrio e a opressão. Por isso mesmo – e isso é fundamental – *o capitalismo necessita desenvolver suas contradições*, algo que Marx capta com a noção de *formas sociais* necessárias à reprodução social do capital.

Conseqüentemente, é a figura da *mediação social* a responsável por amalgamar as diferenças sociais, criando com isso uma unidade social indispensável à construção da (instável) ordem social moderna.

Assim, ao analisar a relação geral existente entre produção, distribuição, troca e consumo, Marx avança no sentido de ressaltar que uma compreensão segundo a qual a produção é a universalidade, a distribuição e a troca é a particularidade, e o consumo a singularidade na qual o todo se unifica, é apenas uma *compreensão superficial* desta relação (*ibidem*, p. 44). Na realidade, cada uma destas particularidades (ou diferenças, como destacado acima) é imediatamente a outra: a produção é imediatamente, em todos os seus momentos, um ato de consumo, uma vez que o indivíduo que desenvolve suas capacidades de produzir, ao fazê-lo, se desgasta, consome sua própria energia, meios de produção, matérias-primas, etc. Assim, cada momento, cada particularidade, possui em sua forma imediata o seu contrário. Marx chama atenção aqui, entretanto, para esta identidade entre produção e consumo: ela é também *aparente* – uma é imediatamente a outra somente na mesma medida em que uma é imediatamente o oposto da outra. O autor demonstra que assim como ambos se produzem mutuamente, tal produção é também *mediada* por ambos. Isto é:

A produção medeia o consumo, cujo material cria, consumo sem o qual faltaria-lhe o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos. Somente no consumo o produto recebe o seu último acabamento. Uma estrada de ferro não trafegada, que, portanto, não é usada, consumida, é uma estrada de ferro apenas potencialmente, não efetivamente. Sem produção, nenhum consumo; mas, também, sem consumo, nenhuma produção, pois nesse caso a produção seria inútil. (...) O consumo cria o estímulo da produção; **cria também o objeto que funciona na produção como determinante da finalidade**. Se é claro que a produção oferece exteriormente o objeto do consumo, é igualmente claro que o consumo *põe idealmente* o objeto da produção como imagem interior, como necessidade, como impulso e como finalidade. (*ibidem*, p. 46-47; grifos meus; itálico do autor)

Marx demonstra que esses dois momentos (produção e consumo) produzem-se mutuamente na medida em que se mediam, e neste movimento um produz a finalidade do outro. Entretanto, nem por isso esses momentos tornam-se a mesma coisa. Pelo contrário, eles conservam suas particularidades. São, neste movimento, – ainda enquanto unidade – opostos.

Há uma não-identidade entre eles, que se conserva, mesmo que ambos se constituam mutuamente¹⁵. Segundo o autor:

As identidades entre consumo e produção **aparecem**, portanto, sob três aspectos:

1) *Identidade imediata*: A produção é consumo; o consumo é produção. Produção consumptiva. Consumo produtivo. Os economistas chamam ambos de consumo produtivo. Mas fazem ainda uma distinção. A primeira figura como reprodução; o segundo, como consumo produtivo. Todas as investigações sobre a primeira são sobre trabalho produtivo ou improdutivo; sobre o segundo, são investigações sobre consumo produtivo ou não produtivo.

2) O fato de que cada qual aparece como **meio** do outro; é **mediado** pelo outro; o que é expresso como sua dependência recíproca; um movimento em que são referidos um ao outro e aparecem como mutuamente indispensáveis, mas ainda mantêm-se exteriores entre si. A produção cria o material para o consumo como objeto externo; o consumo cria a necessidade como objeto interno, como finalidade para a produção. Sem produção, nenhum consumo; sem consumo, nenhuma produção. Na Economia, figura em muitas formas.

3) Não só a produção é imediatamente consumo e o consumo, imediatamente produção; nem tampouco a produção é apenas meio para o consumo e o consumo, finalidade para a produção, *i.e.*, **cada qual fornece ao outro o seu objeto**; a produção, o objeto externo do consumo, o consumo, o objeto representado da produção; cada um deles não apenas é imediatamente o outro, nem tampouco apenas o medeia, mas **cada qual cria o outro à medida que se realiza**. O consumo só termina o ato da produção na medida em que realiza o produto como produto, o dissolve, consome a sua forma de coisa autônoma; na medida em que eleva à destreza, pela necessidade da repetição, a disposição desenvolvida no primeiro ato de produção; o consumo, portanto, não é apenas um ato conclusivo pelo qual o produto devém produto, mas também o ato mediante o qual o produtor devém produtor. Por outro lado, a produção produz o consumo na medida em que cria o modo determinado do consumo e, depois, o estímulo ao consumo, a própria capacidade de consumo como necessidade. Esta última identidade, indicada sob o terceiro tópico, é muitas vezes ilustrada na Economia na relação entre oferta e demanda, entre objetos e necessidades, entre necessidades socialmente criadas e naturais. (*ibidem*, p. 47-48, grifos meus; itálico do autor)

No entanto, Marx demonstra que, para um sujeito, produção e consumo *aparecem* como momentos de um mesmo ato, momentos de um processo no qual a produção é o ponto de partida efetivo, isto é, o *momento que se sobrepõe*. Isto porque “O próprio consumo, como carência vital, como necessidade, é um momento interno da atividade produtiva. Mas essa última é o ponto de partida da realização e, por essa razão, também o seu momento predominante, o ato em que todo o processo transcorre novamente” (*ibidem*, p. 49). Assim, o indivíduo produz um objeto e retorna a si para consumi-lo, mas como indivíduo produtivo e que se autorreproduz. O consumo *aparece* como momento da produção (*ibidem*, p.49). Neste momento, Marx destaca

¹⁵ Esta é, segundo Marx, precisamente, a diferença entre a sua dialética e a Hegeliana (MARX, 2011 [1857-1858], p. 48).

que na sociedade capitalista, a relação do produtor com o produto, tão logo este tenha sido produzido, é uma relação exterior: o retorno do objeto ao sujeito para consumo depende de suas relações com outros indivíduos no seio desta sociedade. O produtor não se apodera dele imediatamente; e a finalidade da produção, quando feita em sociedade, não é a imediata apropriação do produto, e sim, a troca, mediada pela distribuição, que por sua vez é determinada pela própria produção (*ibidem*, p. 50).

Na exposição sobre a relação entre distribuição e produção, novamente, o autor ressalta que, em uma concepção mais superficial, a distribuição *aparece* como praticamente autônoma em relação à produção. Porém, em uma concepção mais profunda, é possível perceber que a distribuição dos produtos está incluída no próprio processo de produção e determina a articulação da produção. Isto porque:

antes de ser distribuição de produtos, a distribuição é: 1) distribuição dos instrumentos de produção, e 2) distribuição dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção, o que constitui uma determinação ulterior da mesma relação. (Subsunção dos indivíduos sob relações de produção determinadas.) A distribuição dos produtos é manifestamente apenas resultado dessa distribuição que está incluída no próprio processo de produção e determina a articulação da produção. Considerar a produção abstraindo dessa distribuição nela contida é manifestamente uma abstração vazia, enquanto, inversamente, a distribuição dos produtos é dada por si mesma com essa distribuição, que é originalmente um momento constitutivo da produção. (*ibidem*, p. 51)

Todas essas referências já nos permitem perceber a complexa relação que permeia as figuras da *aparência* e *essência*. Não é por outro motivo que Marx ressalta que o modo de produção passado (ou sua fusão com outro modo de produção, no caso da colonização ou pilhagem, por exemplo) é determinante para a nova distribuição que surge: “Apesar de aparecer como pressuposto para o novo período de produção, essa própria distribuição, por sua vez, é um produto da produção, e não apenas da produção histórica em geral, mas da produção histórica determinada” (*ibidem*, p. 52).

Da mesma forma, ao analisar a circulação e a troca, Marx argumenta que a troca – e, portanto, a circulação – é também um momento da produção. O mesmo argumento que lhe permite ver a *parte enquanto totalidade* e a *totalidade em cada parte*, pode ser vista na seguinte afirmação:

A própria circulação [é] somente um momento determinado da troca, ou também a troca considerada em sua totalidade. (p. 52) (...) A troca só aparece independente ao lado da produção e indiferente em relação a ela no último estágio, no qual o produto é trocado imediatamente para o consumo. Porém, 1) não há troca sem divisão do trabalho, seja esta espontânea e natural [naturwüchsig], seja já um resultado histórico; 2) troca privada pressupõe produção privada; 3) a intensidade da troca, assim como sua extensão e seu modo, são determinados pelo desenvolvimento e pela estrutura da produção. P. ex., troca entre cidade e campo; troca no campo, na cidade etc. Desse modo, a troca aparece em todos os seus momentos ou diretamente contida na produção, ou determinada por ela. (*ibidem*, p. 53)

Aqui também Marx argumenta que o resultado dessa conclusão não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que são membros de uma totalidade, *diferenças no interior de uma unidade* (*ibidem*, p. 53).

O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes da produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como relações determinadas desses diferentes momentos entre si. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, em sua forma unilateral, pelos outros momentos. P. ex., quando o mercado se expande, i.e., a esfera da troca, a produção cresce em extensão e subdivide-se mais profundamente. Com mudança na distribuição, modifica-se a produção; p. ex., com a concentração do capital, com diferente distribuição da população entre cidade e campo etc. Finalmente, as necessidades de consumo determinam a produção. **Há uma interação entre os diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico.** (*ibidem*, p. 53, grifos meus)

Note-se bem: essas diferenças *aparecem* e, no seu peculiar modo de aparecimento, isto é, no capitalismo, esse *aparecer* adquire o estatuto de uma autonomia plena. É como se – e o caráter de ficção necessária é aqui particularmente importante – a distribuição fosse autônoma; como se a produção fosse autônoma; como se o consumo fosse autônomo. Mas essa sobreposição de autonomies é *aparente*, isto é, refere-se à dimensão de sentido *aparente*, àquilo observável a olho nu na epiderme do capitalismo. Ora, se Marx está bastante consciente de que aquilo que é também traz em si sua negação, é necessária uma forma particular de compreender essa realidade. Mais importante ainda, é indispensável uma ferramenta que permita *expor* as contradições constituintes do capitalismo. Mas como apresentar um objeto contraditório? Como apresentar e demonstrar aquilo que o ser *é*, mas também aquilo que ele *não é*?

Como se sabe, a resposta às questões acima passa necessariamente pela compreensão do *método dialético*, exposto por Marx nos *Grundrisse*, enquanto *método de investigação*. Ele é fundamental para compreender o método de exposição nos livros que compõem *O Capital*. Se o primeiro aparece como “o processo de produção do capital”, o segundo como “o processo de circulação do capital” e o terceiro como “as formações do processo como um todo”, isso não deveria levar à interpretação de que há uma separação analítica entre produção, circulação e distribuição¹⁶. Não se pode perder de vista que aquilo que amálgama esses componentes – e isso é fundamental em um trabalho atento à exposição dialética categorial do sistema conceitual marxiano – é o movimento contraditório *do capital*. É ele que é produzido, circulado e distribuído e que, por isso mesmo, está presente em todos os livros em um movimento dialético.

Por isso mesmo, a categoria da totalidade social – em sua representação conceitual tal qual elaborada por Marx – é fruto de um movimento dialético. Se o objeto analisado é contraditório, então é indispensável apresentar sua contraditoriedade. Por isso o significado das categorias iniciais possui o que Fausto denomina “zonas de sombra” (FAUSTO, 1983, p. 35). Ou seja, não é possível obter um esclarecimento conceitual total logo no início de uma exposição dialética categorial. Se se compreende a obscuridade inicial como “intenções não preenchidas”, então a tentativa de preenchê-las “não ilumina as significações, mas as destrói” (FAUSTO, 1987, p. 149). Dessa perspectiva é possível afirmar que cada categoria ganha sentido sistemático por meio de seu posicionamento com respeito às outras categorias e ao todo.

Consequentemente, a chave do argumento marxiano está em considerar o avanço das categorias como um impulso derivado de suas próprias insuficiências para reconstruir a totalidade social. A crítica da economia política é uma *exposição* dialética das categorias que desconstruem não só a escola clássica, mas a ciência que a embasava. Essas categorias possuem uma estruturação lógica interna que se desdobra para reconstruir a totalidade de objeto contraditório – daí a fundamental ideia de que a crítica de Marx se constitui enquanto *crítica social imanente* – e, simultaneamente, *desvelar gradativamente sua aparência mistificadora*, o reino da liberdade e igualdade da sociedade burguesa. Assim, o arsenal teórico de Marx *não* avança pela sequência de modelos cada vez mais complexos, mas por uma reconstrução progressiva – a exposição dialética categorial – das formas *do mesmo objeto*, objeto contraditório cuja exposição denuncia a exploração essencial que subjaz à sua aparência.

¹⁶ Aqui é importante lembrar de mais uma passagem dos *Grundrisse*: “Originalmente, a produção parecia estar situada mais além da circulação e a circulação, mais além da produção. O circuito do capital – a circulação posta como circulação do capital – compreende os dois momentos. Nela, a produção aparece como ponto final e ponto de partida da circulação, e vice-versa. A autonomia da circulação é agora reduzida a mera aparência, da mesma forma que o caráter de além-mundo da produção” (MARX, 2011 [1857-1858], p. 424).

Essa reconstrução progressiva das formas está relacionada à particularidade que reveste a totalidade social capitalista, em que capital e trabalho se encontram em uma situação assimétrica. Ou seja, na contradição entre capital e trabalho, o trabalho está subordinado ao capital, que, como um vampiro, “vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (MARX, 2013a, p. 307). Na sociedade capitalista, os meios de produção (capital constante, i.e., trabalho morto/trabalho vivo passado cristalizado) são a encarnação do capital que, assim, permitem que ele se apresente ao mesmo tempo como parte e totalidade de seu processo de valorização.

Isso significa que embora o trabalho esteja subordinado ao capital, inserido em seu processo de valorização, ao mesmo tempo o capital não consegue por ele mesmo se pôr enquanto totalidade, já que sua substância não provém dele. Daí ser possível dizer que “essa assimetria na relação entre capital e trabalho assalariado é a forma assumida pela contradição na dialética materialista” (GRESPLAN, 2002, p. 41). Por isso mesmo, na crítica marxiana à economia política é impossível compreender o processo de acumulação do capital como algo equilibrado. O capital tem sempre um “impulso cego e desmedido” (MARX, 2013a, p. 337), pois sempre será inadequado à “substância”, já que ela consiste não nele mesmo, mas em “seu outro” (GRESPLAN, 2002, p. 43). Consequentemente, a contradição tal como posicionada por Marx jamais pode se resolver num fundamento positivo, precisamente porque a “inadequação crônica” entre forma (capital) e conteúdo (trabalho) repousa na “inversão da posição lógica da identidade e da diferença” (GRESPLAN, 2002, p. 44).

Por isso mesmo, em Marx a totalidade social jamais pode ser vista como um resultado da soma das suas diferentes partes. Ela necessariamente é um processo de apreensão dialética da realidade aparente sensível como concreto no pensamento, isto é, um processo de entendimento e questionamento da dimensão de sentido que aparece para nós. Através de sua crítica, Marx apresenta a ideia de que a realidade, tal qual a percebemos é apenas uma verdade parcial. Ela *aparece* para nós através de formas particulares e historicamente específicas. Assim, o movimento do conhecimento, ou seja, a investigação científica, o ato de tentar compreender a realidade social, não deve partir da representação do mundo sensível, empírico, de forma imediata. Caso alguém o fizesse, não seria capaz de enxergar para além da forma; o conhecimento científico constituir-se-ia como mera abstração, incapaz de articular as diversas relações distintivas do real. Implicaria em mero idealismo, i.e., uma percepção ideal sobre a realidade.

Deste modo, a abordagem teórica marxiana é um movimento que, na tentativa de uma maior apreensão da totalidade, parte das determinações mais simples, gerais, abstratas para recompor, no pensamento, o real como materialidade complexa, concreta, “não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (...) síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 2011 [1857-1858], p.54). Assim sendo, a totalidade não é o real-imediato, mas a sua unidade como concreto concebido pelo pensamento e, por isso, vivo e determinado. Não é apenas o que está exposto, mas também o que está pressuposto nas relações sociais (FAUSTO, 1987).

Contudo, *aparência* e *essência* não são esferas completamente distintas. A *aparência*, a forma, não constitui uma falsidade, mentira, engano; ao contrário, é parte essencial da própria realidade; nasce dela e a constitui enquanto realidade. Ou seja, em Marx não se trata de procurar um “reino secreto” da *essência*, como se a *aparência* fosse mera empiria enganadora. É o desenvolvimento das oposições sociais – das diferenças que permeiam a *aparência* – que permite caminhar até às contradições que revelam a *essência*. Enquanto momento do real, a *aparência* possui um substrato material; é, neste sentido, concreta: uma *abstração real*. A *aparência* é, em verdade, uma manifestação mistificada, fetichizada, que oculta a *essência* das coisas, na medida em que a *essência*, o conteúdo, não se apresenta por completo em sua teia de nexos constitutivos. Por esse motivo, as relações sociais travadas pelos próprios indivíduos lhes escapam, a ponto de apresentarem-se como exterioridade. Dessa forma, por exemplo, sob a *aparência* da forma-salário, capital e trabalho – personificados nas figuras, respectivamente, do capitalista e do trabalhador – relacionam-se como iguais portadores de mercadorias em uma troca de equivalentes. Tal relação em si não é uma falsidade; contudo, a *aparência* da forma-salário *oculta*, precisamente, o fato de que nesta transação opera-se a extração de tempo de trabalho não pago, na forma de mais-valia, mistificando, assim, uma relação desigual como a mais genuína manifestação de igualdade e liberdade. Uma passagem dos *Grundrisse* é particularmente clara a esse respeito:

Essa troca de equivalentes acontece, mas é somente a camada superficial de uma produção que se baseia na apropriação do trabalho alheio sem troca, contudo, sob a *aparência* da troca. Esse sistema de **troca tem o *capital* como seu fundamento**, e quando é considerado separadamente dele, tal como ele próprio se apresenta na superfície, a saber, como sistema *autônomo*, é mera *aparência*, mas uma *aparência necessária*” (*ibidem*, p. 419, grifo em negrito meu; itálico do autor).

Conseqüentemente, a totalidade social não é, portanto, uma identidade com a *aparência* empírico-sensível imediata dos fenômenos sociais e, tampouco poderia, porque aquela não coincide diretamente com a *essência* destes fenômenos. Não é por acaso, portanto, a afirmação de Marx de que “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 2017 [1894], p.880)¹⁷. Nas palavras do autor:

Se consideramos um dado país de um ponto de vista político-econômico, começamos com sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu comesse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. (MARX, 2011 [1857-1858], p. 54).

Como já destacado, é neste sentido que se constitui o itinerário de investigação de *O Capital*: Marx recompõe o capital, a partir de seu movimento real, como totalidade, isto é, como a unidade complexa (livro III) entre seu processo de produção (livro I) e de sua circulação (livro II). O método de exposição de cada momento se inicia nas suas formas mais abstratas e gerais e se dirige em direção às suas determinações mais concretas e aparentes. Por exemplo, no livro I, o autor parte da mercadoria enquanto forma aparente mais geral e abstrata (mais facilmente apreensível na realidade imediata) para chegar à realidade mais profunda – e, portanto, não-aparente – da relação social que a compõe: a expropriação dos trabalhadores (separação de seus meios de produção da vida) e sua exploração no processo de produção capitalista (GONÇALVES, 2018, p. 101-104). Marx demonstra assim, que a mercadoria não é apenas o produto que se vê e que satisfaz uma necessidade humana imediata; ela contém em si esta relação social de exploração e expropriação, trabalho humano vivo passado, cristalizado. Ao

¹⁷ No livro editado por Engels essa citação aparece no capítulo referente à forma trinitária (MEW, 25, p. 825). No *Manuscritos* originais ela está localizada no subcapítulo *A renda fundiária absoluta* [*Die absolute Grundrente*], transformado por Engels em capítulo 45 da seção 6.

mesmo tempo, se observarmos o livro I em relação ao livro III, no primeiro, o capital aparece em sua forma abstrata, genérica, enquanto no segundo, ele aparece como a relação contraditória entre os diversos capitais individuais, ou seja, em sua forma mais complexa. Entretanto, não podemos perder de vista que o conceito de capital – que só se põe de forma completa no Livro III, quando o “capital em geral” é situado na “pluralidade dos capitais” – está essencialmente formulado já no Livro I. Neste último, embora não esteja posto, o capital está pressuposto; a sua gênese já está compreendida: a valorização do valor mediante a extração da mais-valia (exploração).

Por todo o exposto, Marx demonstra que agir sobre o nosso mundo com base em um conhecimento empírico ou factual da realidade, ou seja, apenas com base em sua percepção imediata, envolve necessariamente um erro. Entretanto, como vimos, a realidade não fica à disposição, esperando ser descoberta. Sua revelação depende de investigação científica. No mesmo sentido, não é todo o tipo de investigação científica que nos leva à sua revelação; ao contrário, é necessário uma investigação dialética cujo ponto de vista específico para que estas possam ser reveladas é o *ponto de vista*¹⁸ do proletariado¹⁹, o sujeito histórico capaz de dirimir, através de sua organização política, a contradição existente entre capital e trabalho.

Na medida em que todos os autores trabalhados ao longo desta dissertação buscam uma explicação para a relação existente entre as relações de produção e opressão no interior da sociedade capitalista, eles se lançam à uma tentativa de maior aproximação com a totalidade social complexa e contraditória que constitui a realidade. Deste modo, e considerando que a maioria desses autores pretende fazê-lo através de uma perspectiva marxista, as categorias aqui apresentadas aparecerão de inúmeras formas ao longo desta dissertação. Sempre que elas estiverem em itálico, as interpretarei conforme a exegese aqui apresentada. Quando os autores se referirem explicitamente à estas categorias, conceituando-as de forma diversa, tal explicação será apresentada. Como veremos oportunamente, a perspectiva da reprodução social, desde sua gênese, se propõe a elaborar uma análise sobre as relações sociais (de produção e de dominação/opressão) de forma unitária, em uma tentativa – ora explícita, ora implícita – de aproximação da noção marxiana de totalidade social enquanto todo orgânico e complexo.

¹⁸ Voltarei a tratar do *ponto de vista* no debate do item 4.3, desta dissertação.

¹⁹ Aqui, não considero o proletariado no sentido vulgarmente apropriado pela tradição marxista, segundo o qual este se restringiria à uma classe trabalhadora urbana e assalariada. Ao contrário, considero os escritos tardios de Marx (ANDERSON, 2010; SHANIN, 2017 [1983]) e contribuições contemporâneas da teoria da reprodução social (BHATTACHARYA, 2017), para uma concepção expandida desta categoria. Neste trabalho, enquanto todos aqueles despossuídos dos seus meios de produção e subsistência, que compõem a força de trabalho ativa (formal e informal, na cidade e no campo, remunerada ou não), e a superpopulação relativa, incluindo o exército industrial de reserva.

1.2 Teoria dos Sistemas Duplos e Capitalismo Indiferente

Ao longo desta dissertação veremos que, na tradição marxista, prevalecem análises que situam as relações de dominação e opressão como externas à *lógica do capital*. Tais análises giram em torno de duas explicações:

- i. a *perspectiva (ou teoria) dos sistemas duplos (dual systems theory)*, também chamada de *teoria dualista*, prevalecente entre as teorias feministas-marxistas. Esta perspectiva compreende os mecanismos de dominação e opressão de gênero como *sistema autônomo* – o patriarcado²⁰ – que se combina ao capitalismo, remodelando as relações de classe ao mesmo tempo que é reciprocamente modificado por elas. Segundo a teoria dualista, este sistema é tanto um sistema de opressão quanto um sistema de exploração e se equivale, enquanto dominação, ao sistema capitalista. Segundo Vogel (2013 [1983]), de acordo com a lógica implícita nesta perspectiva, dois motores impulsionariam o desenvolvimento da história: a luta de classes (a ser revelada a partir da análise do capitalismo) e a luta entre os sexos (a ser revelada através de uma investigação sobre o patriarcado). Como veremos no segundo capítulo, a primeira teórica a sistematizar a teoria dualista no interior do campo feminista-marxista foi Hartmann (1981 [1975]). Arruzza (2015, p. 37) afirma que esta perspectiva possui uma variação, segundo a qual relações de gênero, raça, sexualidade, etc., são vistas como sistemas culturais e ideológicos derivados de modos de produção anteriores e independentes ao capitalismo, que dão a este uma dimensão racializada, generificada, heteronormativa, etc. A autora chama de *sistemas triplos* as teorias que incluem raça²¹, na interconexão entre capitalismo e gênero;

²⁰ Hartmann (1976) conceituou o patriarcado como “um conjunto de relações sociais que possui uma base material e no qual existe uma relação hierárquica entre homens e solidariedade entre eles, a qual os possibilita o controle sobre as mulheres” (Hartmann, 1976, p. 138, tradução minha). Para a autora, o patriarcado é, portanto, um sistema de opressão dos homens sobre as mulheres. Nesta dissertação, somente utilizarei o termo patriarcado, quando em referência às autoras que o utilizam e que consideram sua existência enquanto um sistema autônomo ao sistema capitalista. De um modo geral, ele é empregado no mesmo sentido da definição dada por Hartmann. Nos demais casos, irei me referir à dominação masculina sobre as mulheres como “supremacia masculina”, para destacá-la como característica específica às relações sociais tal como estabelecidas sob o modo de produção capitalista.

²¹ Como veremos ao longo desta dissertação, abordagens como a teoria da interseccionalidade, possuem uma perspectiva dualista, pois consideram que as relações de raça e gênero são fruto de sistemas externos ao sistema

- ii. ou a *perspectiva do capitalismo indiferente*, conforme o mapeamento e classificação de Arruzza (2015). Segundo a autora, essa perspectiva é predominante entre os teóricos marxistas. Seu objetivo é afirmar a prevalência das relações de classe sobre as formas de opressão existentes. Segundo esta perspectiva, opressões de gênero e, para alguns, também de raça, são desigualdades reminiscentes de modos de produção anteriores ou de um período embrionário do capitalismo, e o capitalismo enquanto sistema desenvolvido seria indiferente à essas relações, podendo, inclusive, vir a superá-las (embora, historicamente, tenha se aproveitado delas de modo oportunista). Dentre os expoentes marxistas que defendem a tese do capitalismo indiferente, está a tradição conhecida como marxismo-político, liderada, entre outros, por Ellen Meiksins Wood (2011 [1995]).

Segundo a teoria da reprodução social contemporânea, ambas explicações – que ora se combinam, ora se repelem –, reproduzem a separação entre a esfera política e a econômica, na medida em que consideram a existência de uma esfera econômica regida pelas relações de produção, e uma esfera política ou social, aonde reinam as relações sociais, políticas e ideológicas. Tais esferas estariam relacionadas e funcionariam de forma conjunta, mas a esfera econômica determinaria a esfera política, criando hierarquias e/ou conexões fragmentadas entre o que seriam sistemas autônomos de poder/dominação, opressão e exploração que, de alguma forma, se *interseccionam* com o capitalismo (seja em uma relação de equivalência ou de hierarquia). Como explicitarei ao longo deste trabalho, estas concepções separam a “lógica” da “história” na análise do desenvolvimento do capitalismo. Assim, afastam-se da compreensão histórico-dialética dos fenômenos sociais no sentido da totalidade social, tal como compreendida na exegese elaborada no tópico anterior.

Para Arruzza (2015, p. 45), a rápida difusão e aceitação da perspectiva dualista entre as teóricas e ativistas do movimento feminista se deve ao fato de que essa perspectiva é uma interpretação que reflete a realidade em sua *aparência* imediata: devido ao modo de experiência determinado pelo próprio capital²², nossa percepção é fragmentária e aqueles que desenvolveram uma consciência da desigualdade de gênero normalmente a percebem como

capitalista, qual seja, o sistema de supremacia branca e o patriarcal. Segunda Arruzza (2015), o mesmo acontece com a teoria da consubstancialidade, que não abordaremos neste trabalho.

²² Aqui Arruzza (2015, p. 45) destaca que não se trata de uma questão de “falsa consciência”, mas da fragmentação da percepção da realidade enquanto modo de experiência determinado pelo próprio capital. Ela remete o leitor a leitura do capítulo 1 do volume 1 de *O Capital*, sobre o fetiche da mercadoria.

determinada por uma lógica que é diferente e separada do que *aparece* como a *lógica do capital*. A consequência é uma maior rejeição de qualquer negação da visão de que o patriarcado – e o sistema de supremacia branca, no caso da raça – seja um sistema independente dentro do capitalismo (*ibidem*, p. 45). A autora destaca três questões fundamentais que não só traduzem importantes problemas para uma prática libertadora, voltada à superação do sistema capitalista, como também desafiam a própria teoria (tanto no que tange ao que seria a esfera da *lógica* quanto a da *história*).

Em primeiro lugar, em termos lógicos, utilizando como exemplo a dominação de gênero, em uma teoria do patriarcado, homens pertenceriam à classe exploradora e mulheres à classe explorada, existindo um sistema de exploração/expropriação na esfera privada que produziria um antagonismo inconciliável entre ambos e situações como a prevalência da solidariedade entre uma mulher capitalista e uma mulher trabalhadora sobre a solidariedade entre um homem trabalhador e uma mulher trabalhadora²³. Caso situássemos a exploração no âmbito público, o explorador seria ou o Estado ou o capital, o que, logicamente levaria à conclusão de que o patriarcado não poderia ser um sistema autônomo de exploração (ARRUZZA, 2015, p. 40-42).

Em segundo lugar, ao considerar o patriarcado como um sistema independente, mas interno às sociedades capitalistas, a razão para sua perpetuação deve estar correlacionada a essas sociedades. Ocorre que, no capitalismo, as relações patriarcais não organizam diretamente a produção, apesar de desempenhar um papel na divisão do trabalho e a família ser relegada à esfera da reprodução. Uma solução para pensar sua reprodução isolada seria pensá-lo como um sistema ideológico e/ou psíquico independente das relações de produção, o que traria dificuldades para explicar a sua permanência sem cair em explicações essencializantes, a-históricas ou fetichistas (*ibidem*, p. 42-44).

Por fim, se admitirmos que o patriarcado, o racismo e o capitalismo são três sistemas independentes que se interseccionam e se reforçam reciprocamente, qual seria a lógica dessa aliança? Arruzza (2015, p. 44) destaca a incapacidade dessas teorias em explicar as causas dessa intersecção sem descaracterizá-las enquanto esferas autônomas. Em regra, tendem a

²³ Arruzza (2015, p. 40-42) demonstra que questionar essa lógica não significa dizer que homens trabalhadores não se beneficiam do trabalho não-remunerado das mulheres trabalhadoras, mas que, ao contrário, eles tentam ao máximo preservar esta relação de vantagem por conveniência, e que, em uma sociedade capitalista onde o trabalho de cuidado é privatizado e concentrado de forma não-remunerada no interior da família, as relações de opressão e de dominação de gênero determinam uma divisão desigual do trabalho na qual, embora mulheres trabalhem mais do que homens, não há nenhuma apropriação de excedente. Prova disso seria que o homem trabalhador não perderia nada se o trabalho de cuidado fosse socializado ou realizado por outra pessoa.

possuir uma capacidade meramente descritiva da interação entre estes sistemas, com baixo potencial explicativo.

A adoção da perspectiva do capitalismo indiferente tem consequências lógicas similares à de uma perspectiva dualista; ambas implicaram na intensificação de resultados práticos desastrosos para as lutas anticapitalistas. A partir deste cenário teórico, sustentou-se, por exemplo, a defesa da solidariedade entre mulheres proletárias e burguesas em detrimento da solidariedade entre homens e mulheres proletários; a contínua naturalização da competição, da produção de diferenças e da fragmentação da classe trabalhadora; a interdição do debate e da solidariedade entre trabalhadores de gêneros ou raças diferentes; a invisibilização de especificidades que levavam ao reforço da condição de subalternização (exploração e dominação) de mulheres e pessoas não-brancas; a não-identificação de pautas comuns de lutas por diferentes setores da classe trabalhadora, minando horizontes emancipatórios universais (HAIDER, 2018). Esta discussão será retomada ao longo da dissertação, sobretudo nos capítulos 5 e 6.

1.3 Teoria unitária

Ao longo desta dissertação, por diversas vezes se falará na tentativa de construção de uma *teoria ou abordagem unitária*. É importante ressaltar que tal proposta não se confunde com a categoria de totalidade social em Marx (exposta no item 1.1), embora represente uma tentativa de aproximar-se de uma melhor apreensão dela. Exposta pela primeira vez no campo feminista-marxista por Young (1981), em oposição à proposta dualista de Hartmann, trata-se da tentativa de “desenvolver uma estrutura analítica que considere as relações sociais materiais de uma formação social histórica particular como um único sistema no qual a diferenciação de gênero é um atributo central²⁴” (YOUNG, 1981, p. 50). Assim, uma *teoria unitária* consistiria em uma abordagem capaz de explicar, através de uma mesma estrutura analítica, a relação existente entre as relações de produção capitalistas e a relação de opressão à que as mulheres estão submetidas, considerando-as parte de um único sistema. Isto é, sem recorrer a formulações

²⁴ No original: “[We must] develop an analytical framework which regards the material social relations of a particular historical social formation as one system in which gender differentiation is a core attribute.” (YOUNG, 1981, p. 50).

teóricas externas ou à conceitualização desses momentos como estruturas diferentes, para explicar coexistência ou a origem desses fenômenos.

Com o subtítulo *Toward a Unitary Theory* [Por uma Teoria Unitária], Vogel (2013 [1983]) vincula-se ao projeto de construir um relato teórico único e integrado da opressão das mulheres e do modo de produção capitalista. Assim, a autora desenvolve a proposta de Young (1981) no sentido de propor uma interpretação unitária da dinâmica entre produção capitalista e reprodução social (considerando esta última, como reprodução da força de trabalho), a partir da ampliação e expansão do alcance conceitual de categorias-chave de *O Capital*²⁵. Embora de forma não declarada, ao tentar superar a proposta da teoria dualista, ambas as autoras visam atingir uma correspondência maior com a apreensão da totalidade social tal qual descrita por Marx. Assim, a proposta de construção de uma teoria unitária é uma tentativa de compreender as relações de produção e de dominação como um mesmo fenômeno, a *relação* entre dois ou mais momentos da totalidade que aparecem de formas distintas, formando um todo complexo e contraditório.

Como veremos adiante, a diferença central entre a proposta de Vogel (2013 [1983]) e de Young (1981), é que, ao invés de localizar a base desse arcabouço teórico na divisão sexual do trabalho, como a última, a primeira toma a produção e a reprodução cotidiana e geracional da força de trabalho – motor do modo de produção capitalista – como seu ponto de partida teórico. Em recente contribuição, Vogel (2017, p. x) reafirma seu compromisso e a necessidade de construção desta perspectiva unitária, mas admite que tal proposta ainda está em aberto. Nas palavras da autora: “[a tarefa de construir uma estrutura analítica unitária] continua mais facilmente dita do que feita (...). A atração do pensamento de sistemas duplos continua poderosa, algo que requer vigilância constante”²⁶.

1.4 Reprodução social e reprodução societal

Apesar das diversas leituras e controvérsias envolvendo o contínuo esforço em conceituar o termo “reprodução social” – que para o próprio Marx por vezes guardava um sentido dúbio, referindo-se com mais frequência à reprodução do sistema capitalista como um

²⁵ A concepção de Vogel será apresentada no terceiro capítulo desta dissertação.

²⁶ No original: “This is still easier said than done (...). The pull of dual-systems thinking remains powerful, something that requires constant vigilance.” (VOGEL, 2017, p. X)

todo –, de um modo geral, na tradição feminista-marxista, o termo significa “a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional (...) a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado” (ARRUZZA, 2015, p. 55).

Ainda na década de 1990, Brenner e Laslett (1991, p. 314) sugeriram uma distinção terminológica entre o que seria a *reprodução societal* e a *reprodução social*, que adotarei ao longo deste trabalho, a fim de evitar maiores confusões de interpretação. Enquanto o termo *reprodução societal* indica a reprodução de um sistema inteiro de relações sociais sob a predominância de um determinado modo de produção – sentido original utilizado por Marx e Engels –, a *reprodução social* refere-se ao domínio mais específico da renovação e da manutenção da vida que abrange três elementos fundamentais: a reprodução biológica da espécie (reprodução geracional da força de trabalho), a reprodução cotidiana da força de trabalho e a reprodução das necessidades de provisão e cuidado. Cabe ressaltar que na definição de Brenner e Laslett, a *reprodução societal* abrange a *reprodução social*: isto significa que relações específicas de classe também definem o quadro dentro do qual a reprodução social se realiza. A noção de reprodução social, nessa perspectiva, tem o sentido de destacar a centralidade do trabalho de manutenção da vida e de reprodução da próxima geração como uma parte do trabalho necessário no interior de todo o processo de reprodução societal (BRENNER e LASLETT, 1989, p. 383-384).

2 O CASAMENTO ENTRE MARXISMO E FEMINISMO: DO DEBATE SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO À PERSPECTIVA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

2.1 Debate sobre o trabalho doméstico: o feminismo-marxista durante a década de 1970

Iniciado em 1969 com a publicação do artigo *The Political Economy of Women's Liberation* [A economia política da libertação das mulheres] de Margaret Benston nos Estados Unidos da América (EUA), o Debate sobre o Trabalho Doméstico tomou a forma de uma série de artigos amplamente divulgados e discutidos por autoras e ativistas feministas-socialistas, em um esforço internacional que procurou levar as experiências das mulheres – até então epistemologicamente marginalizadas – ao coração da teoria marxista do capitalismo. O termo *trabalho doméstico* referia-se ao trabalho feminino diário não-remunerado de realização das tarefas domésticas, gestação, parto, amamentação e cuidado das crianças e idosos no espaço privado do lar, desempenhado especialmente por irmãs, esposas e mães. Para estas autoras, teorizar o trabalho doméstico e sua relação com a produção capitalista através da reprodução da força de trabalho seria fundamental para entender a subordinação das mulheres no capitalismo. As divergências se situavam, entretanto, em como conceituar essa relação a partir de uma perspectiva simultaneamente feminista e marxista. Como veremos nesta seção, a definição da categoria marxiana *trabalho produtivo*²⁷, foi política e teoricamente central para os debates sobre o trabalho doméstico. Tal centralidade deve-se, sobretudo, ao desdobramento analítico que a divisão do trabalho como *produtivo* ou *improdutivo* possuía em relação à determinação da posição de classe daqueles que o desempenhavam para o pensamento marxista hegemônico na época²⁸.

A partir do modelo de Mandel²⁹ (1967), Benston (1973 [1969]) argumentou que faltava à tradição marxista de sua época, uma definição estrutural da categoria “mulher”, que

²⁷ Em resumo, para Marx (2013 [1867]), o trabalho produtivo sob o capitalismo é o trabalho que tem o fim de fornecer mais-valia.

²⁸ Cabe ressaltar, aqui, que por muito tempo, no interior da tradição marxista, predominou a ideia de que o proletariado se restringia ao grupo de trabalhadores que desempenhavam trabalho produtivo, *i.e.*, trabalhadores assalariados. Excluir as mulheres do trabalho produtivo, significava, na década de 1970, excluí-las da condição de proletárias, ou ainda, da noção de sujeito revolucionário. Nesta dissertação, utilizo uma noção expandida de “proletariado” ou “classe trabalhadora”, considerando estes como todos aqueles desprovidos dos meios de produção e subsistência.

²⁹ Interessante destacar que Mandel aceita a ideia de Engels, segundo a qual o primeiro capítulo d’*O Capital* seria uma análise da pré-história do capitalismo, afastando-se interpretação desenvolvida por mim da perspectiva de totalidade e do método dialético de Marx na seção preliminar de conceitos-chave deste trabalho.

correspondesse à categoria “proletário”, ou seja, que revelasse a base econômica material da condição das mulheres na sociedade de classes e no capitalismo. Sobre esta base econômica, estariam construídas as superestruturas específicas já conhecidas pelo movimento feminista: os laços psicológicos e sociais da opressão das mulheres. Assim, para a autora, as mulheres poderiam ser vistas como uma classe específica de trabalhadores, uma vez que o seu trabalho tendia a ser muito diferente do trabalho desempenhado pelos homens: pertencente à esfera privada, o trabalho das mulheres no lar não produziria *valores de troca* para o mercado; ao contrário, produziria apenas *valores de uso*, consumidos sem deixar a esfera privada. Tais atividades constituiriam, assim, formas de trabalho pré-mercantis, ou seja, socialmente necessárias, mas *desvalorizadas* no sentido capitalista. Nas palavras da autora:

O surgimento da produção de mercadorias realmente transformou a maneira como os homens trabalham. Como ele [Mandel] aponta, a maior parte do trabalho doméstico na sociedade capitalista (e nas sociedades socialistas existentes, por sinal) permanece no estágio pré-mercantil. Este é o trabalho que é reservado para as mulheres e é neste fato que podemos encontrar a base para uma definição das mulheres. Em grande quantidade, o trabalho doméstico, incluindo o cuidado das crianças, constitui uma enorme quantidade de produção socialmente necessária. No entanto, em uma sociedade baseada na produção de mercadorias, geralmente não é considerado "trabalho real", pois está fora do comércio e do mercado. É pré-capitalista em um sentido muito real. Esta atribuição de trabalho doméstico como a função de uma categoria especial "mulheres" significa que este grupo está em uma relação diferente da produção do que o grupo "homens". Vamos tentar definir as mulheres, então, como aquele grupo de pessoas que são responsáveis pela produção de simples valores de uso nas atividades associadas ao lar e à família. Como os homens não têm responsabilidade por tal produção, a diferença entre os dois grupos está aqui. Observe que as mulheres não são excluídas da produção de mercadorias. Sua participação no trabalho assalariado ocorre; mas como um grupo, elas não têm responsabilidade estrutural nessa área e essa participação é normalmente considerada transitória. (...) A base material para o status inferior das mulheres pode ser encontrada na própria definição de mulheres. Em uma sociedade em que o dinheiro determina valor, as mulheres são um grupo que trabalha fora da economia monetária. Seu trabalho não vale dinheiro, é, portanto, sem valor, portanto, não é mesmo um trabalho real. E as próprias mulheres, que fazem esse trabalho sem valor, dificilmente podem valer tanto quanto os homens, que trabalham por dinheiro. Em termos estruturais, o que mais se aproxima da condição das mulheres é a condição de outros que estão ou estavam também fora da produção de mercadorias, isto é, os servos e os camponeses. (BENSTON, 1973 [1969], p. 3-4, tradução minha)³⁰

³⁰ No original: “The appearance of commodity production has indeed transformed the way that men labour. As he [Mandel] points out, most household labour in capitalist society (and in the existing socialist societies, for that matter) remains in the pre-market stage. This is the work which is reserved for women and it is in this fact that we can find the basis for a definition of women. In sheer quantity, household labour, including child care, constitutes a huge amount of socially necessary production. Nevertheless, in a society based on commodity production, it is not usually considered "real work" since it is outside of trade and the market place. It is pre-capitalist in a very real sense. This assignment of household work as the function of a special category "women" means that this group does stand in a different relation to production than the group "men". We will tentatively define women, then, as that group of people who are responsible for the production of simple use-values in those

Assim, a base material para a discriminação contra as mulheres seria sua responsabilidade primária pelo trabalho doméstico não-remunerado no interior da unidade familiar. A família nuclear seria uma unidade econômica cuja função principal não era o consumo, como geralmente se pensava no fordismo³¹, mas a produção: uma unidade produtiva pré-capitalista para realização das tarefas domésticas, reposição da força de trabalho e a criação de crianças. A família serviria ainda, como uma força estabilizante da sociedade capitalista: uma vez que a produção doméstica é paga pelo salário do marido-provedor, sua habilidade de se retirar do mercado de trabalho e de mudar de emprego estaria bastante reduzida. Além disso, as mulheres funcionariam como um exército industrial de reserva massivo, capaz de servir como força de trabalho ativa em períodos de escassez (como no período inicial de industrialização e de guerra). Assim, a solução para a condição de subordinação feminina seria a industrialização das tarefas domésticas, *i.e.*, a conversão do trabalho doméstico privado e portanto, improdutivo, em trabalho produtivo, tornando-o público, socializado (BENSTON, 1973 [1969], p. 5-8). A análise de Benston se coaduna com a perspectiva defendida por Lênin (1966) e apresenta uma visão mais complexa que a então hegemônica na tradição marxista, decorrente da proposta de Engels (2014 [1884]), segundo a qual a introdução das mulheres no trabalho produtivo industrial seria suficiente para libertá-las da opressão doméstica. Benston destacou que a mera introdução das mulheres na força de trabalho, sem a completa socialização das tarefas domésticas, implicaria apenas a dupla jornada de trabalho para as mulheres.

Poucos meses depois, a feminista-marxista Peggy Morton (1972 [1970]) criticou a análise de Benston no artigo *A Woman's Work is Never Done* [O trabalho de uma mulher nunca termina] publicado no Canadá. Segundo Morton, Benston deixava em aberto questões cruciais para a organização do movimento de mulheres como a relação contraditória entre o trabalho

activities associated with the home and family. Since men carry no responsibility for such production, the difference between the two groups lies here. Notice that women are not excluded from commodity production. Their participation in wage labour occurs; but as a group, they have no structural responsibility in this area and such participation is ordinarily regarded as transient. (...) The material basis for the inferior status of women is to be found in just the definition of women. In a society in which money determines value, women are a group who work outside the money economy. Their work is not worth money, is therefore valueless, is therefore not even real work. And women themselves, who do this valueless work, can hardly be expected to be worth as much as men, who work for money. In structural terms, the closest thing to the condition of women is the condition of others who are or were also outside of commodity production, *i.e.*, serfs and peasants". (BENSTON, 1973 [1969], p. 3-4)

³¹ Durante o fordismo, a família nuclear era vista como uma unidade cuja função primária seria o consumo: o pacto fordista envolvia a reafirmação do trabalho da mulher no lar, e a figura do marido-provedor, que através de um salário-familiar, estaria encarregado de proporcionar à sua esposa e filhos, o acesso ao consumo de bens, sobretudo, industrializados, enquanto o Estado (ou a empresa), provia serviços de saúde e assistência social. À mulher, cabia a gestão do orçamento familiar, a manutenção da casa e dos filhos. Para mais sobre a ideologia fordista e a reestruturação das relações familiares neste período, bem como a exclusão de grupos sociais deste modelo, cf. (FRASER, 2013; MOHANDESI; TEITELMAN, 2017)

que as mulheres desempenhavam na esfera pública e doméstica, e a questão de como deveria se dar a luta pela sua emancipação, uma vez constatado que as mulheres formavam uma classe diferenciada de trabalhadores. A autora ampliou a análise de Benston ao vincular a família diretamente ao funcionamento do modo de produção capitalista: ao invés de uma reminiscência pré-capitalista, esta seria uma unidade cuja principal função era a manutenção e a reprodução da força de trabalho no capitalismo. Sua tarefa, portanto, consistia em manter a força de trabalho atual e prover a próxima geração de trabalhadores, dotados das habilidades e valores necessários para que eles integrassem o mercado de trabalho capitalista como membros produtivos. Morton foi a primeira autora a sustentar tal argumento, o que lhe permitia ver as diferentes posições das mulheres – isto é, seu trabalho na esfera pública, como parte da força de trabalho ativa e seu trabalho na esfera privada, no interior da unidade familiar – de forma integrada.

Reconhecendo a contradição entre os dois locais de trabalho ocupado pelas mulheres e as desigualdades de classe entre estas, a autora rejeitou a ideia de que as mulheres formariam uma classe diferenciada de trabalhadores, embora compreendesse as contradições específicas, inerentes ao trabalho feminino. Nas palavras da autora: "as contradições reais existem para as mulheres como mulheres...As mulheres são objetiva, social, cultural e economicamente definidas e se definem subjetivamente pela posição de classe de seus maridos ou familiares e/ou pela posição de classe derivada do seu trabalho fora de casa"³² (MORTON, 1972 [1970], p. 51). As próprias necessidades do sistema criariam demandas conflitantes no interior da família, fornecendo a base para o desenvolvimento da estratégia e da luta feminista; uma vez que a supremacia masculina é estrutural, a luta deve ser dirigida para mudar a estrutura do próprio sistema capitalista. Cabe destacar que, segundo a análise de Morton, as mulheres não produziram apenas valores de uso; elas criariam, através do trabalho doméstico, algo que as conectava diretamente ao capitalismo – a *força de trabalho*. Embora não tenha extraído as consequências desse argumento, ela desenvolveu uma abordagem mais dinâmica e dialética do trabalho feminino, ao conectar o trabalho doméstico e assalariado desempenhado pelas mulheres no capitalismo e ressaltar suas contradições.

³² No original: "(...) real contradictions exist for women as women Women are nevertheless objectively, socially, culturally and economically defined and subjectively define themselves through the class position of their husband or their family and/or the class position derived from work outside the home."(MORTON, 1972 [1970], p. 51)

Em 1971, o polêmico artigo *The Power of Women and the Subversion of the Community* [O Poder das Mulheres e a Subversão da Comunidade] das feministas-marxistas-autonomistas³³ Mariarosa Dalla Costa e Selma James, publicado simultaneamente na Itália e nos EUA, confrontou os argumentos de Benston e Morton, visando aprofundar o debate sobre alguns conceitos estabelecidos por estas autoras. Dalla Costa e James (1975 [1971]) argumentaram que o trabalho doméstico só *aparentava* estar fora da arena da produção capitalista. Na realidade, este produzia também valores de troca, o que se evidenciava pela natureza de seu produto, a *mercadoria* força de trabalho. Assim, segundo esta perspectiva, as donas de casa seriam *exploradas* como “trabalhadoras produtivas” no sentido estrito, pois produziram mais-valia, cuja apropriação seria realizada pelo pagamento de um salário ao marido por parte do capitalista. Esta dinâmica fazia do marido o instrumento da exploração da mulher. As autoras destacaram ainda que o trabalho doméstico não só libertaria os homens das responsabilidades domésticas e lhes permitiria focar no trabalho a ser desenvolvido no âmbito público, mas também garantia que as mulheres se responsabilizassem por aqueles que são periodicamente expulsos de seus trabalhos pela crise econômica, de modo a garantir o funcionamento do

³³ O marxismo-autonomista é uma tradição do pensamento marxista que se popularizou na Europa durante a década de 1960, e incluiu várias “escolas” nacionais, como por exemplo, na Itália, na França, nos EUA. Essa tradição buscou se diferenciar do marxismo ortodoxo enfatizando o poder autônomo dos trabalhadores em relação ao capital, à frações de classe e à burocracias estatais, partidárias e sindicais. Esta escola se opôs ao marxismo-leninismo e à tradição da Escola de Frankfurt. Nas palavras de Cleaver (DE ANGELIS, 2016 [1993]), que cunhou o termo: “O que dá sentido ao conceito de “marxismo autonomista”, como uma tradição particular, é o fato de que podemos identificar, na tradição marxista mais ampla, uma variedade de movimentos, políticas e pensadores que enfatizaram o poder autônomo dos trabalhadores – autônomo em relação ao capital, a suas organizações oficiais (p.ex. sindicatos e partidos políticos) e, de fato, o poder de grupos particulares de trabalhadores de agir de maneira autônoma em relação a outros grupos (p.ex. as mulheres dos homens). Com “autonomia” eu quero dizer a capacidade dos trabalhadores de definir seus próprios interesses e de lutar por eles – de ir além de uma simples reação à exploração ou de uma “liderança” auto-proclamada, e tomar a ofensiva de maneiras que transformam a luta de classes e definem o futuro. O marxismo-leninismo e a escola de Frankfurt partilharam a perspectiva de focar no poder do capital, e encararam os trabalhadores como essencialmente reativos à opressão e dependentes de algum tipo de liderança externa para mobilizá-los para a revolução. Os marxistas-leninistas, como é sabido, privilegiaram o partido político de intelectuais revolucionários profissionais, capaz de compreender o interesse geral de classe e de ensiná-lo aos trabalhadores, que são vistos como estando presos em demandas meramente “econômicas”. A teoria crítica, que aceitou em grande parte a análise marxista ortodoxa da hegemonia capitalista na fábrica e estendeu essa visão à cultura e à sociedade como um todo, também privilegiou o papel de intelectuais profissionais que, só eles, são capazes de compreender as nuances da dominação instrumentalista e encontrar um caminho através do espinheiro em direção à luz. Em ambos os casos, não apenas o grosso da análise empírica e histórica, mas também a teoria, estava voltado para compreender os mecanismos de dominação e as várias maneiras pelas quais os trabalhadores são vitimados. O que ambas as perspectivas falharam em fazer foi estudar o poder dos trabalhadores para romper esses mecanismos, para colocar o sistema em crise e para recompor as estruturas sociais. Incapaz de desenvolver uma teoria do poder dos trabalhadores, até sua compreensão da dominação foi limitada por sua incapacidade de enxergar a contingência do poder capitalista e como ele teve que se adaptar repetidas vezes, de maneira frequentemente desesperada, à subjetividade de uma classe trabalhadora que se desenvolvia de maneira autônoma para manter seu controle, i.e. para sobreviver. Como resultado, mesmo sua compreensão teórica permaneceu parcial, e mais um elogio ao poder capitalista do que uma ferramenta útil para nós em nossas lutas.”.

exército industrial de reserva. Um tipo específico de exploração exigiria, portanto, um tipo específico de luta:

O marido tende a ler o jornal e a esperar que o jantar seja preparado e servido, mesmo quando a esposa sai para o trabalho e volta para casa com ele. Claramente, **a forma específica de exploração** representada pelo trabalho doméstico **exige uma forma específica e correspondente de luta – a saber, a luta das mulheres no interior da família**³⁴ (DALLA COSTA; JAMES, 1975 [1971], p. 35, tradução e grifos meus).

Dessa forma, Dalla Costa e James (1975 [1971]) deslocaram o debate na medida em que situaram a família nuclear sob o capitalismo não só como um centro de condicionamento, de consumo e de reserva/reprodução da força de trabalho, mas essencialmente como um centro de produção social. Para as autoras, a principal consequência em ver o ambiente doméstico como um centro produtivo, é vê-lo como um centro de subversão da ordem capitalista. Assim, retomam a importância de definir as mulheres como classe com base em seu trabalho doméstico: ao serem definidas como uma classe específica, elas podem se tornar centrais para a luta de classes *por si mesmas*. Esta perspectiva deslocou o sujeito revolucionário tradicional do marxismo então hegemônico e impulsionou a discussão sobre *quem seria a classe trabalhadora*. Cabe ressaltar, que pela primeira vez no interior dos debates feministas-marxistas sobre o trabalho doméstico, além da mulher, aventou-se a hipótese de enxergar o negro como sujeito revolucionário³⁵. Nas palavras de James:

A comunidade é a outra metade da organização capitalista, *a outra área de exploração capitalista oculta, a outra fonte, oculta, de excedente de mão-de-obra*. Torna-se cada vez mais arraigada, como uma fábrica, o que Mariarosa chama de **fábrica social**, onde os custos e a natureza dos transportes, moradia, assistência médica, educação, polícia são pautas de luta! E esta fábrica social tem como pivô a mulher no lar, produzindo força de trabalho como mercadoria, *e sua luta para não o fazer*. As demandas do movimento de mulheres, então, assumem um significado novo e mais subversivo. Quando dizemos, por exemplo, que queremos o controle de nossos próprios corpos, estamos desafiando a dominação do capital que transformou nossos órgãos reprodutivos tanto quanto nossos braços e pernas em instrumentos de acumulação de trabalho excedente; (...) Aos olhos da esquerda europeia, o movimento negro era um acidente histórico exótico externo à classe, e o padrão de vida das camadas mais

³⁴ No original: “The husband tends to read the paper and wait for his dinner to be cooked and served even when his wife goes out to work as he does and comes home with him. Clearly, the specific form of exploitation represented by domestic work demands a corresponding, specific form of struggle) namely the women's struggle, within the family.” (DALLA COSTA; JAMES, 1975 [1971], p. 35)

³⁵ Tratarei de forma mais aprofundada da questão racial, sobretudo negra, no interior do debate sobre o trabalho doméstico estadunidense do ponto de vista das mulheres negras no item 5.2 desta dissertação.

poderosas da classe era uma dívida do capital, não fruto de uma luta amarga e violenta. O que não era europeu, mesmo quando era branco, não era bem “civilizado”. Esse racismo antecede o tráfico de escravos e alimenta as conquistas dos estados imperiais desde 1492. (...) **Aqui, então, temos o início de uma nova análise de quem é a classe trabalhadora.** Supõe-se que seja apenas o trabalhador assalariado. Dalla Costa discorda. **A relação social do assalariado com o não-assalariado - a família - é parte integrante da relação social que é o próprio capital - a relação salarial. Se estes dois são parte integrante da estrutura do capital, então a luta contra um é interdependente com a luta contra o outro**³⁶ (DALLA COSTA; JAMES, 1975 [1971], p.11-16, tradução e grifos em negrito meus; itálico das autoras).

Esta perspectiva estimulou novos horizontes de mobilização social: um movimento internacional pequeno, mas potente, que exigia que o Estado pagasse salários para o trabalho doméstico não-remunerado e convocava donas de casa da classe trabalhadora à greve, conclamando-as para que negassem a realização de tarefas domésticas e sexuais para seus maridos. Tal movimento ficou conhecido como “Campanha Internacional Salários para o Trabalho Doméstico” (*International Wages for Housework Campaign*).

A reivindicação de salários para o trabalho doméstico gerou estranheza em parte do movimento feminista-socialista, que, do ponto de vista da estratégia política ponderava se tal reivindicação poderia levar simplesmente à reafirmação do lugar da mulher no lar, através da reinstitucionalização de seu afastamento do espaço público (MENDES, 2017, p.32). Além disso, a proposta não dialogava com as mulheres que já eram remuneradas na qualidade de trabalhadoras domésticas, crítica que será retomada no capítulo 5 desta dissertação. No entanto, a maioria das críticas que se seguiram à análise de Dalla Costa e James, focaram na caracterização do trabalho doméstico enquanto trabalho produtivo. Diversas autoras argumentaram que a dupla não havia compreendido a distinção feita por Marx sobre os

³⁶ No original: “The community is the other half of capitalist organization, the other area of hidden capitalist exploitation, *the other, hidden, source of surplus labor*. It becomes increasingly regimented like a factory, what Mariarosa calls a social factory, where the costs and nature of transport, housing, medical care, education, police, are all points of struggle. And this social factory has as its pivot the woman in the home producing labor power as a commodity, *and her struggle not to*. The demands of the women's movement, then, take on a new and more subversive significance. When we say, for example, that we want control of our own bodies, we are challenging the domination of capital which has transformed our reproductive organs as much as our arms and legs into instruments of accumulation of surplus labor; (...) In the eyes of the European left, the Black movement was an exotic historical accident external to the class, and the standard of living of the most powerful layers of the class was a gift of capital, not the fruit of bitter and violent struggle. What was not European, even when it was white, was not quite “civilised”. This racism predates the slave trade and has fed off the conquests of imperial states since 1492. (...) Here then we have the beginnings of a new analysis of who is the working class. It has been assumed to be only the waged worker. Dalla Costa disagrees. The social relation of the waged to the unwaged - the *family* - is integral to the social relation which is capital itself - the wage relation. If these two are integral to the structure of capital, then *the struggle against one is interdependent with the struggle against the other.*” (DALLA COSTA; JAMES, 1975 [1971], p.11-16, grifos das autoras).

diferentes tipos de trabalho. Para estes críticos, Dalla Costa e James confundiam as categorias de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, e desconsideravam aquilo que Marx havia conceituado como “trabalho útil”³⁷.

A discussão sobre a conceitualização do trabalho doméstico como trabalho produtivo gerou uma nova série de discussões no interior do debate sobre o trabalho doméstico. O mais famoso, foi o protagonizado por Wally Secombe a partir de 1974 na revista *New Left Review* publicada na Inglaterra. Em *The Housewife and Her Labour under Capitalism* [A dona de casa e seu trabalho sob o capitalismo] Secombe (1974), desenvolveu uma crítica à ideia de que o trabalho doméstico não-remunerado seria produtivo no sentido capitalista, e avançou no sentido da discussão sobre a criação de valor na esfera privada. O autor demonstrou sistematicamente, que a estrutura desenhada por Marx em *O Capital* permitiria a teorização do trabalho doméstico na formulação do consumo dos meios de subsistência e da reprodução da força de trabalho como dois aspectos de um mesmo processo (SECCOMBE, 1974, p. 4).

Para Secombe, a reprodução da força de trabalho pelo trabalho doméstico feminino tem aspectos econômicos e ideológicos e acontece em dois níveis: a) diariamente e b) numa base geracional. Na raiz do não-reconhecimento do trabalho doméstico como produtivo no capitalismo estaria a divisão histórica no processo de trabalho na esfera pública e privada, sendo o trabalho realizado na primeira sempre econômico e produtivo, e o realizado na segunda, natural e improdutivo. Este processo histórico de separação dos trabalhadores dos meios de produção/subsistência (a essência do capitalismo) removeu a dona de casa de qualquer relação direta com o capital, tornando assim a esfera doméstica de reprodução social não governada pela lei do valor, não mercantilizada (SECCOMBE, 1974, p. 6). Secombe aplica a teoria do valor-trabalho às atividades de reprodução da força de trabalho e ressalta que ao "misturar" seu trabalho com as mercadorias compradas com o salário de seu marido, a dona de casa altera a forma deste trabalho, de concreto em trabalho abstrato. Nas palavras do autor:

³⁷ Em resumo, para Marx, o trabalho produtivo sob o capitalismo é o trabalho que tem o fim de fornecer mais-valia. Como o trabalho doméstico não é dirigido para a produção de mais-valia, ele não seria, em termos estritamente marxianos, produtivo, e aqueles responsáveis pela sua execução não seriam explorados. Assim, os críticos de Dalla Costa e James sustentam que ao fundir trabalho útil e produtivo em uma mesma categoria, as autoras confundiriam o conteúdo do produto com as relações sociais envolvidas no trabalho - a utilidade da atividade em geral com sua forma social específica. Marx teria empregado o conceito de “trabalho útil” justamente para evitar essa confusão – categoria a-histórica, se referia a todo trabalho voltado à produção de valores de uso. A categoria de "trabalho produtivo" seria exclusiva do capitalismo, um modo de produção historicamente específico com formas sociais específicas. Nesta perspectiva, embora todo trabalho produtivo seja também trabalho útil, nem todo trabalho útil seria produtivo. Neste sentido, cf. ARMSTRONG, 1983. Como veremos, este debate permanece até hoje, em aberto.

agora a força de trabalho entra nesse mercado e obtém um preço monetário. O trabalho passado corporificado nesta mercadoria especial é, portanto, colocado em relação com o trabalho médio da sociedade através do salário. Não importa, em absoluto, que as condições concretas do trabalho doméstico sejam privatizadas. O fato é que a força de trabalho como uma mercadoria vendida no mercado abstrai cada um de seus componentes de trabalho, independentemente de suas origens privadas³⁸. (SECCOMBE, 1974, p. 9, tradução minha).

Assim, para o autor, como todo trabalho que produz mercadoria, produz valor, o trabalho doméstico no capitalismo seria caracterizado por uma dualidade específica: apesar de produzir mercadoria (e neste sentido, valor), sua produção não teria uma relação direta com o capital, portanto, não seria regido pela lei do valor e não poderia produzir mais-valia (SECCOMBE, 1974, p. 9). O salário, no entanto, *apareceria* como um pagamento pelo trabalho realizado pelo trabalhador e não como um pagamento pela reprodução de sua força de trabalho, o que obscureceria a relação do trabalho doméstico não-remunerado com o capital, e consequentemente, o papel da dona de casa. Assim, a mercadoria força de trabalho, nada mais seria do que trabalho passado cristalizado (trabalho doméstico) comprado por seu valor de uso (capacidade de produzir valor). Sendo o trabalho cristalizado na mercadoria força de trabalho, a origem da mais-valia estaria, de fato, no trabalho doméstico e a exclusão da dona de casa das relações salariais diretas seria o que permitiria o obscurecimento dessa relação vital entre trabalho reprodutivo e capital (SECCOMBE, 1974, p. 12-13).

Neste sentido, criticando a proposta de Dalla Costa e James, Seccombe (1974, *passim*) argumenta que medir o valor em termos salariais seria, portanto, um raciocínio burguês e em última instância, idealista. As implicações práticas (práxis, resistência, organização) para a esquerda do isolamento da dona de casa no lar, seria a dificuldade que esta teria em localizar a fonte última de sua opressão e o seu aprisionamento à ideologia da maternidade, institucionalizada nas leis estatais. Na ausência de um contracheque – uma relação direta com o capital – o trabalho de uma dona de casa deveria ser explicado em termos não-econômicos, como se fosse “natural”. Uma vez que todas as suas relações com o capital seriam mediadas pelo marido, as mulheres tendiam a reconhecer neles (e nas pessoas do sexo masculino) a origem da sua opressão, o que as levaria a substituir erroneamente o conflito com o capital pelo

³⁸ No original: “Now labour power enters this marketplace and draws a monetary price. The past labour embodied in this special commodity is therefore brought into relation with the average labour of society via the wage. It matters not at all that the concrete conditions of domestic labour are privatized. The fact is that labour power as a commodity sold in the marketplace abstracts each of its labour components regardless of their private origins.” (SECCOMBE, 1974, p. 9).

conflito pessoal. Tal confusão orientava de maneira equivocada suas capacidades de organização e de luta. Dessa forma, para Seccombe (1974, p. 20-22), a única saída real para as mulheres seria a libertação de seu isolamento no espaço privado, com seu engajamento direto na produção social e integração à organização de trabalhadores ao lado dos homens.

O artigo de Seccombe (1974) gerou duas respostas de feministas-marxistas – dentre as quais destaco o artigo de Coulson, Magaš e Wainwright (1975) – e uma réplica do primeiro autor, em números seguintes do periódico *New Left Review*. Esses textos apresentaram um contraponto de duas posições que podiam ser encontradas ao longo de todo o debate: uma que compreendia a exploração das mulheres como um capítulo da exploração do trabalho pelo capital e outra que se dedicava à análise das relações sociais entre os sexos como uma estrutura independente da lógica do capital (MENDES, 2017, p.33). Uma das críticas se dirigia à incapacidade de articular as duas esferas do trabalho feminino – doméstico e sob relações capitalistas – coerentemente, de forma a: 1. identificar que os sujeitos responsáveis pelo trabalho doméstico acumulam esse trabalho com o trabalho assalariado (um não substitui o outro); e 2. explicar o motivo, as origens da opressão das mulheres, a começar, por exemplo, respondendo por que mesmo com a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho assalariado, a opressão de gênero não havia diminuído ou acabado (COULSON et al., p. 60).

Cabe destacar que as autoras atribuem grande parte dos equívocos de Seccombe à sua caracterização do trabalho doméstico como trabalho criador de valor (colocando a opressão feminina como “simplesmente” uma camada adicional da exploração capitalista) e à identificação automática que este fez entre a categoria “mulher” e a figura genérica da “dona de casa”. Mesmo em sua réplica às críticas esta questão crucial permanece ignorada no trabalho de Seccombe (MENDES, 2017, p. 40). A partir de sua discussão sobre a divisão entre as esferas pública e privada está claro que Seccombe considera uma família nuclear da classe média norte-americana e anglo-saxônica como sua unidade de análise. Como pudemos perceber, através dos seus principais expoentes, essa essencialização do gênero e da categoria “mulher”, bem como sua indiferença perante as especificidades impostas pelos processos de racialização, acompanha todo o debate sobre o trabalho doméstico, questão que retomarei no capítulo 5 desta dissertação.

O debate feminista-marxista sobre o trabalho doméstico permaneceu indefinido e deixou uma série de questões em aberto sobre a relação estrutural entre opressão feminina e as relações de produção capitalistas (MENDES, 2017). À medida que se desenvolveu, a discussão centrou-se em três problemas: 1) a natureza do produto do trabalho doméstico; 2) o caráter

produtivo ou improdutivo deste trabalho; e 3) a relação do trabalho doméstico com a reprodução societal capitalista e com a luta prática contra a opressão de gênero. De um modo geral, duas posições emergiram desse debate: a) uma mais ligada à ideia de que o trabalho realizado pelas mulheres seria produtivo, na qual o trabalho doméstico produzia a mercadoria *força de trabalho*, ou seja, era produtor tanto de valor de uso como valor de troca e, portanto, produtor de mais-valia. Aquelas pessoas que o desempenhavam – historicamente, as mulheres – seriam exploradas, e deveriam se organizar contra sua exploração e exploradores (definidos como capitalistas e os homens em geral); b) outra ligada à noção de que o trabalho doméstico não seria produtivo (ou nem produtivo nem improdutivo), pois produzia apenas valores de uso para o consumo direto dos membros da família e do trabalhador assalariado, e assim contribuía para a manutenção geral e a renovação da sua força de trabalho de forma essencial ao funcionamento da produção capitalista.

Ainda que a primeira posição – cujo maior expoente fora a contribuição de Dalla Costa e James (1971) – tivesse um correlato direto na estratégia política da luta feminista, uma vez que identificava claramente os homens ou a figura do marido como instrumento da exploração capitalista da mulher no lar, de um modo geral, o debate distanciou-se do movimento de mulheres. Como vimos, ele girou em torno de uma discussão abstrata sobre o status teórico do trabalho doméstico não-remunerado e de seu produto. Tal discussão pouco dizia para as ativistas que se levantavam contra pautas concretas como a dupla jornada de trabalho, a desigualdade salarial e, sobretudo, a violência de gênero perpetrada sistematicamente por homens contra mulheres, inclusive no interior dos movimentos de trabalhadores. Ao fim de uma década, as feministas-socialistas ainda se perguntavam qual seria a explicação para a opressão e violência contra mulheres – dentro e fora da esfera da produção capitalista – e qual seria a base material de uma unidade estratégica para as lutas do movimento operário e de libertação das mulheres.

Além disso, todas as contribuições tomaram a forma de elaborações secas da teoria marxista, geralmente impressas em periódicos acadêmicos britânicos ou norte-americanos de esquerda. Embora questões políticas críticas estivessem em jogo – como contra que tipo de opressão ou contra quem lutar –, elas raramente se explicitavam nos debates. Segundo Vogel (1981, p. 204), rapidamente a maior parte das ativistas feministas passou a considerar o debate sobre o trabalho doméstico como “um obscuro exercício do pedantismo marxista”, irrelevante para a organização e luta política das mulheres. A autora demonstra que em pouco tempo tal

debate se perdeu em excessiva tautologia, a-historicidade ou funcionalismo, se distanciando cada vez mais das preocupações do movimento de mulheres:

O debate se desenvolveu de maneiras que não só eram difíceis de seguir, mas também longe de preocupações ativistas. Os conceitos pareciam interagir entre si sem conexão com o mundo empírico. Não só a discussão era abstrata, como a-histórica também. Talvez o mais danoso, **grande parte da literatura do trabalho doméstico adotou uma estrutura explanatória funcionalista**. A necessidade sistêmica do trabalho doméstico, por exemplo, foi tomada como se fosse invariavelmente satisfeita. **Onde neste debate, muitos se perguntaram, estava a agência humana?** Enquanto isso, as agendas feministas estavam repletas de outros assuntos, tanto teóricos quanto práticos. No começo da década de 1980, a maioria das feministas-socialistas decidira se mover "para além do debate interno sobre o trabalho". **Elas deixaram para trás a ambiguidade, imprecisão conceitual, circularidade e pontas soltas de um projeto inacabado**³⁹ (VOGEL, 2013 [2000], p. 185, tradução e grifos meus).

Em pouco tempo, as intelectuais feministas-socialistas abandonaram o debate marxista sobre o trabalho doméstico e começaram a estudar outras questões que possuíam urgência prática para o movimento de mulheres, pois falavam mais diretamente sobre a experiência e as tarefas políticas das ativistas em seu interior. Segundo Vogel, na medida em que o debate sobre o trabalho doméstico deixou de responder as perguntas centrais para a organização feminista-socialista, estas voltaram sua atenção para a relação entre os processos materiais do trabalho doméstico e a gama de fenômenos que compunha a opressão das mulheres, especialmente os de natureza ideológica e psicológica (VOGEL, 1981, p. 206). Estes aspectos tornaram-se uma questão central para o movimento. Assim, como forma de constituir a base teórica apropriada para responder às necessidades organizativas de ordem prática, as feministas-socialistas passaram a rejeitar os conceitos abstratos produzidos pela literatura feminista-marxista sobre o trabalho doméstico, e a procurar um aparato conceitual que pudesse ser usado para organizar e interpretar os dados da vida cotidiana das mulheres (VOGEL, 2013 [1983], p.185). Nas palavras de Vogel:

³⁹ No original: "The debate developed in ways that were not only hard to follow but also far from activist-concerns. Concepts appeared to interact among themselves without connection to the empirical world. Not only was the discussion abstract, it seemed ahistorical as well. Perhaps most damaging, much of the domestic-labour literature adopted a functionalist explanatory framework. A social system's need for domestic labour, for example, was taken to imply that that need was invariably satisfied. Where in the debate, many wondered, was human agency? Meanwhile, feminist agendas were bursting with other matters, both theoretical and practical. By the early 1980s, most socialist feminists had decided to move 'beyond the domestic labor debate'. They left behind the ambiguity, conceptual fuzziness, circularity, and loose ends of an unfinished project." (VOGEL, 2013 [2000], p. 185)

Essa abordagem refletia uma orientação epistemológica específica, que colocava a teoria em uma espécie de relação igual-para-igual com o empírico. A teoria foi considerada isomórfica com o que foi entendido como realidade. Como tal, poderia produzir generalizações empíricas, declarações de regularidade e modelos. Explicação e previsão dependeriam da extrapolação dessas representações presumivelmente precisas. Nessa perspectiva familiar da literatura científico-social, a teoria é uma atividade intelectual abrangente, fundamentada no empírico e capaz de fornecer descrições, explicações e previsões – e, portanto, capaz de orientar políticas ou estratégias.⁴⁰ (VOGEL, 2013 [1983], p. 186, tradução minha)

Assim, o distanciamento entre os debates teóricos e as necessidades práticas fez com que grande parte das feministas-socialistas se voltassem para a análise de relatos das experiências femininas cotidianas, afastando-se de análises estruturais. Como destaca Brown, isto ocorreu porque as perspectivas feministas-marxistas envolvidas nos debates da década de 1970, falharam em integrar discussões de ordem prática – como a questão dos salários para o trabalho doméstico – em uma teoria marxista holística da sociedade (BROWN, 2013, p. 3-4). Houve, então, a partir da década de 1980, um giro empiricista no campo dos estudos de gênero, no qual o método teórico-prático voltou-se a análises individualistas, e o feminismo-marxista – como veremos a seguir, cada vez mais adepto da perspectiva dualista⁴¹ – foi jogado ao ostracismo, sob acusações de economicismo e funcionalismo.

Neste sentido, cabe ressaltar que o debate feminista-marxista sobre o trabalho doméstico não tinha qualquer interface com as questões raciais e com as lutas anticoloniais que eclodiam em todo o mundo na época. Com exceção de Dalla Costa e James (1971), as contribuições sequer mencionavam o massivo movimento radical negro que tomara conta do cenário político nos EUA na década de 1960 – país que figurou também como um dos principais palcos do debate feminista-socialista iniciado em 1969. Como veremos no capítulo 5, o movimento radical negro estadunidense fora protagonizado por mulheres que, em sua maioria, eram trabalhadoras domésticas assalariadas que também concentravam a responsabilidade pelo trabalho doméstico não-remunerado (DAVIS, 2016 [1981]).

⁴⁰ No original: “This approach reflected a particular epistemological orientation, one that put theory into a kind of one-to-one relationship with the empirical. Theory was assumed to be isomorphic with what was understood to be reality. As such, it could produce empirical generalisations, statements of regularity, and models. Explanation and prediction would then depend on extrapolation from these presumably accurate representations. In this view, familiar from the social scientific literature, theory is a broad-ranging intellectual activity, grounded in the empirical and capable of supplying descriptions, explanations, and predictions - and thereby able as well to guide policy or strategy.” (VOGEL, 2013 [1983], p. 186)

⁴¹ “Dual systems theory”, também conhecida como teoria dos sistemas duplos, apresentada no capítulo 1, no qual explicitarei os conceitos-chave desta dissertação.

2.2 Encruzilhadas do debate: entre a teoria dualista e a perspectiva unitária

Ainda em 1975, Hartmann expressou sua decepção com os limites do debate feminista-marxista sobre o trabalho doméstico, no artigo *The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism* [O casamento infeliz do marxismo e do feminismo], publicado pela primeira vez nos EUA. Este foi o primeiro artigo a teorizar sobre uma perspectiva dualista contra o reducionismo econômico e o funcionalismo produzidos pela tentativa de construção de uma teoria unitária que tentara unir o marxismo – a análise do modo de produção capitalista – e o feminismo – a análise do patriarcado. Para a autora, as categorias do marxismo eram indiferentes ao sexo e, apesar dos esforços das feministas-marxistas que clamavam pela unidade prática de ambas as análises, a reflexão feminista permanecia subordinada à análise marxista em uma relação desigual (HARTMANN, 1981 [1975]). No âmbito da *práxis*, o setor socialista do movimento feminista vinha crescentemente perdendo espaço para o setor liberal diante da ambivalência da esquerda em tratar a “questão da mulher” e o “conflito entre os sexos”, bem como a falha em abordar questões relacionadas à vida cotidiana das mulheres – esfera que, do ponto de vista discursivo, permanecia subordinada às questões de classe. Assim, o melhor para entender as relações patriarcais e capitalistas seria a adoção conjunta de dois paradigmas distintos e por vezes contraditórios: de um lado, a análise marxista para a descrição do capitalismo; de outro, a análise feminista para a compreensão do patriarcado enquanto estrutura social e histórica autônoma.

Poucos comentaristas à época discordaram da análise de Hartmann (FERGUSON; MCNALLY, 2013, p. 29-32), e outras intelectuais feministas defendiam a mesma perspectiva⁴². Ainda que não descartassem totalmente o marxismo, os críticos lançaram dúvidas sobre a capacidade que a economia política marxista teria de oferecer algo além de uma discussão limitada e economicista a respeito da opressão das mulheres. Assim, a perspectiva dos sistemas duplos rapidamente se tornou hegemônica na teorização feminista-socialista, de modo que no início da década de 1980, a maioria das feministas engajadas no debate feminista-marxista concluiu que a tentativa de unir, teoricamente, o marxismo e o feminismo tinha sido um compromisso equivocado. Até hoje tal perspectiva permanece hegemônica para o estudo das relações de opressão e aparece como fundamento para o estudo do inter cruzamento de múltiplas

⁴² Como demonstra Arruzza (2017), alguns autores como Sasha Roseneil (1994) e Sylvia Walby (1990) “corrigiram” essa teoria posteriormente, adequando-a ao que seria uma teoria dos sistemas triplos, que incluiria o racismo como um sistema próprio.

relações de opressão, como propõe a *Teoria da Interseccionalidade* de Crenshaw (1991), sistematizada mais recentemente por Hill Collins e Bilge (2016) – discussão que será retomada no quinto capítulo desta dissertação.

Embora representantes de uma vertente minoritária, ainda na década de 1970, diversas autoras já denunciavam as profundas falhas de uma perspectiva dualista, demonstrando sua incapacidade de teorizar adequadamente as duas esferas enquanto distintas, e de explicar convincentemente a natureza da interconexão entre patriarcado e capitalismo. Em 1981, em resposta à publicação do artigo de Hartmann (1981 [1975]), estas perspectivas foram reunidas em uma compilação de artigos intitulada *Women & Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism* [Mulheres e Revolução: uma discussão sobre o infeliz casamento entre marxismo e feminismo] (SARGENT, 1981).

Nesta coletânea, Young (1981, p. 49), sugeriu que a teoria dos sistemas duplos permitia que o marxismo tradicional continuasse a tratar a questão da opressão às mulheres como um mero aditivo à primazia das relações de classe, mantendo sua teoria das relações de produção inalterada. Ao propor uma análise materialista histórica do patriarcado enquanto sistema autônomo, Hartmann (1981 [1975]) buscava fortalecer a ideia de que não existiriam hierarquias entre os dois sistemas e isto possibilitaria uma melhor compreensão da relação entre ambos. Entretanto, tal separação evidenciava uma evasão metodológica fundamental:

[A teoria marxista], como Hartmann aponta, é completamente cega ao gênero. A teoria dos sistemas duplos aceita, portanto, essa análise das relações de produção indiferente ao gênero, desejando apenas acrescentar uma concepção separada das relações de hierarquia de gênero. Assim, da mesma forma que o marxismo tradicional, a teoria dos sistemas duplos tende a ver a questão da opressão das mulheres como meramente aditiva às questões centrais do marxismo. Enquanto as feministas estão dispostas a ceder a teoria das relações sociais materiais decorrentes da atividade laboral ao marxismo tradicional, o casamento entre feminismo e marxismo não pode ser feliz. Se, como afirma Hartmann, a base do patriarcado é um controle sobre o trabalho das mulheres que exclui as mulheres do acesso aos recursos produtivos, então as relações patriarcais são internamente relacionadas às relações de produção como um todo. **Assim, a teoria marxiana tradicional continuará a dominar o feminismo enquanto o feminismo não desafiar a adequação da teoria tradicional das próprias relações de produção. Se o marxismo tradicional não tem lugar teórico para a análise das relações de gênero e a opressão das mulheres, então essa teoria é uma teoria inadequada das relações de produção.** Nossa pesquisa histórica, juntamente com nossas intuições feministas, nos diz que o trabalho das mulheres ocupa um lugar central em qualquer sistema de produção, e que a hierarquia sexual é um elemento crucial em qualquer sistema de dominação. Para corresponder a essas intuições, precisamos de uma teoria das relações de produção e das relações sociais que derivem e reforcem as relações que tomam as relações de gênero e a situação das mulheres como elementos centrais. **Em vez de se casar com o marxismo, o feminismo deve assumir o marxismo e transformá-lo em tal teoria.** Devemos desenvolver uma estrutura analítica que considere as relações sociais materiais de uma

formação social histórica particular como um sistema no qual a diferenciação de gênero é um atributo central.⁴³ (YOUNG, 1981, p. 49-50, tradução e grifos meus)

A solução seria desenvolver uma teoria unitária das relações sociais de produção que tivesse as relações de gênero e a situação das mulheres como elementos centrais, transcendendo as contradições entre o marxismo tradicional e a concepção dualista sobre o patriarcado. Ainda, no mesmo volume, Vogel (1981, p. 210-213) trouxe uma contribuição que se aproximava da defendida por Young: concordava com as críticas de Hartmann ao marxismo tradicional, mas se opunha a uma perspectiva dualista, indicando a necessidade da construção de uma teoria unitária. Neste momento, Vogel chamou este projeto de “situar a opressão das mulheres no interior de uma *teoria marxista da reprodução social*” (*ibidem*, p. 213). Para a autora “o problema da opressão das mulheres, como todos os fenômenos sociais, pode ser tratado nos termos da teoria marxista, de modo que não precisamos de uma nova síntese entre o marxismo ou o socialismo e o feminismo. Em vez disso, é a própria teoria marxista que deve ser desenvolvida e a prática socialista que deve ser transformada.” (*ibidem*, p. 198)⁴⁴

Dois anos mais tarde as ideias lançadas neste artigo foram desenvolvidas por Vogel em um trabalho de fôlego para demonstrar a viabilidade do desenvolvimento da teoria marxista e, portanto, da construção de uma teoria unitária com base na reprodução social. Assim, *Marxismo e opressão das mulheres* foi uma das primeiras contribuições sistemáticas para a construção dessa abordagem. Como veremos no próximo capítulo, nesta obra, Vogel (2013 [1983]) dedica

⁴³ No original: “That theory, as Hartmann points out, is completely gender-blind. The dual systems theory thus accepts this gender-blind analysis of the relations of production, wishing only to add onto it a separate conception of the relations of gender hierarchy. Thus, not unlike traditional marxism, the dual systems theory tends to see the question of women's oppression as merely an additive to the main questions of marxism. As long as feminists are willing to cede the theory of material social relations arising out of laboring activity to traditional marxism, however, the marriage between feminism and marxism cannot be happy. If, as Hartmann claims, patriarchy's base is a control over women's labor that excludes women from access to productive resources, then patriarchal relations are internally related to production relations as a whole. Thus traditional marxian theory will continue to dominate feminism as long as feminism does not challenge the adequacy of the traditional theory of production relations itself. If traditional marxism has no theoretical place for analysis of gender relations and the oppression of women, then that theory is an inadequate theory of production relations. Our historical research coupled with our feminist intuitions tells us that the labor of women occupies a central place in any system of production, and that sexual hierarchy is a crucial element in any system of domination. To correspond to these intuitions we need a theory of relations of production and the social relations which derive from and reinforce those relations which takes gender relations and the situation of women as core elements. Instead of marrying marxism, feminism must take over marxism and transform it into such a theory. We must develop an analytical framework which regards the material social relations of a particular historical social formation as one system in which gender differentiation is a core attribute.” (YOUNG, 1981, p. 49-50)

⁴⁴ No original: “(...) the problem of women's oppression, like all social phenomena, can be addressed within the terms of Marxist theory. We do not need some new synthesis between Marxism or socialism, and feminism. Rather, it is Marxist theory itself that must be developed, and socialist practice that must be transformed.” (VOGEL, 1981, p. 198)

especial atenção ao método de Marx, sobretudo à arquitetura teórico-metodológica de *O Capital*. Extrapolando os debates que a antecederam, ela se lança à uma investigação mais ampla sobre a tradição marxista e retorna à obra de Marx para retomar um projeto que considera inacabado: a construção de uma teoria unitária do capitalismo capaz de compreender a base econômica material para a opressão das mulheres de forma integrada à *lógica* deste sistema.

3 A PERSPECTIVA DA REPRODUÇÃO SOCIAL SEGUNDO LISE VOGEL

Como vimos, *Marxism and the Oppression of Women* (Vogel, 2013 [1983]) foi a primeira obra a sistematizar a tentativa de construção de uma teoria unitária das relações de produção capitalistas e de gênero a partir da *perspectiva feminista-marxista da reprodução social*. Diante do debate inconcluso sobre o trabalho doméstico que dominara a década anterior à sua publicação, a obra de Vogel é guiada pela seguinte pergunta: qual seria a *base material* para a opressão das mulheres no capitalismo? Para respondê-la, a autora inicia sua investigação através da reconstrução do debate histórico sobre a *Questão da Mulher* no interior da tradição feminista-socialista e socialista clássica⁴⁵. Seu objetivo era entender como esta tradição teorizou sobre os fundamentos materiais que sustentam a opressão das mulheres no capitalismo e quais seriam os pontos a serem desenvolvidos no sentido de construir uma teoria marxista unitária adequada para explicar tal relação. A autora buscava também superar o problema do dualismo: análises que se baseavam em combinar duas estruturas distintas para compreender a opressão das mulheres tornavam-se hegemônicas naquele período. Como vimos até aqui, estas análises separavam o capitalismo do patriarcado enquanto sistemas autônomos, e dissociavam noções centrais como modo de produção/modo de reprodução social, e sistema de gênero/sistema de classes (VOGEL, 2013 [1983], p.28). Em seguida, Vogel passa à reconstrução das categorias marxianas e se pergunta: como a *força de trabalho*, mercadoria central ao funcionamento do modo de produção capitalista, é produzida e reproduzida nestas sociedades? Trabalharei esta questão no item 3.3 deste capítulo. Agora passamos à breve reconstrução da análise de Vogel sobre a *Questão da Mulher* na tradição socialista clássica e em seguida, à exposição de sua escolha metodológica.

⁴⁵ Vogel inicia sua revisão crítica da trajetória do debate socialista clássico sobre “a questão da mulher”, partindo da análise do tema nas obras do jovem e velho Marx e de suas diferenças em relação à Engels, seguindo para a análise das obras de August Bebel, Eleonor Marx, Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e os debates da Segunda Internacional, até chegar à proposta de Lênin no pós-Revolução Russa. Focarei aqui apenas na contradição entre o pensamento de Marx e Engels e na posterior elaboração de Zetkin e Lenin, a fim de destacar os principais aspectos para o debate sobre a construção de uma teoria unitária.

3.1 O Debate Socialista sobre a “Questão da Mulher”: Marx versus Engels

Em síntese, para Vogel (2013 [1983]), a tradição marxista do século XIX e do início do século XX deixou um legado dúbio sobre a opressão e a libertação das mulheres, marcado por omissões e inconsistências. Esta tradição teria fornecido apenas uma orientação teórica limitada na medida em que era incapaz de confrontar as questões teóricas e empíricas de maneira sistemática e assim formular de forma coerente sobre o problema da libertação das mulheres. Referindo-se à tentativa de Engels e Bebel de teorizar ao mesmo tempo sobre a relação entre homens e mulheres no interior da família e o trabalho das mulheres na sociedade de classes, Vogel comenta:

Na medida em que o movimento socialista abordou diretamente a questão da opressão das mulheres, ele se concentrou no que chamou de “a questão da mulher”. Originário do século XIX, **o termo é extremamente vago e abrange uma variedade de problemas importantes situados em níveis teóricos distintos**. Em geral, tem sido usado pelos socialistas para se referir à questão da subordinação das mulheres em todas as sociedades históricas. Às vezes, essa subordinação é especificada em termos do papel diferenciado das mulheres na família ou na produção. A maioria das considerações socialistas sobre a chamada “questão da mulher” enfoca a opressão e a desigualdade das mulheres na sociedade capitalista e a luta pela igualdade de direitos. O termo também pode incluir, finalmente, relações pessoais entre os sexos e entre os membros da família, e por vezes se estende a relações pessoais e não-trabalhistas de todos os tipos. Em suma, **a questão da mulher não é uma categoria analítica precisa, mas um emaranhado de vertentes díspares**. Três grandes temas dominaram o trabalho teórico sobre a chamada questão da mulher: a família, o trabalho das mulheres e a igualdade das mulheres⁴⁶. (VOGEL, 2013 [1983], p.34-35, tradução e grifos meus)

⁴⁶ No original: “To the extent that the socialist movement directly addressed the issue of women's oppression, it focused on what it called 'the woman-question'. Originating in the nineteenth century, the term is extremely vague, and covers an assortment of important problems situated at distinct theoretical levels. Most generally, it has been used by socialists to refer to the issue of women's subordination in all historical societies. At times this subordination is specified in terms of women's differential role in the family, or in production. Most socialist considerations of the so-called woman-question focus on women's oppression and inequality in capitalist society, and the fight for equal rights. The term may also include, finally, personal relations between the sexes and among family-members, and sometimes extends to personal and non-work relations of all sorts. In short, the woman-question is not a precise analytical category, but a tangled knot of disparate strands. Three major strands have dominated theoretical work on the so-called woman-question: the family, women's work, and women's equality.” (VOGEL, 2013 [1983], p.34-35)

Após fazer uma minuciosa reconstrução da *Questão da Mulher* nas obras de Marx e Engels, Vogel destaca a existência de um debate teórico silencioso entre os dois autores. Tal debate seria composto de:

- a) por um lado, uma perspectiva sustentada por Marx em seus escritos de maturidade que demonstra um entendimento unitário da reprodução social ao considerar a inseparabilidade entre a reprodução dos indivíduos (na linguagem aqui adotada, reprodução social) e a reprodução social geral (aqui, reprodução societal). Segundo Vogel, Marx vê uma ligação teórica íntima entre a reprodução da classe trabalhadora e o funcionamento do modo de produção capitalista – como explícito em seus debates sobre o consumo individual e a teoria da superpopulação de Malthus nos *Grundrisse* e em suas análises sobre o valor da força de trabalho, o exército industrial de reserva e a queda tendencial da taxa de lucro em *O Capital* (VOGEL, 2013 [1983], p. 60-62; p. 66; p.72); e
- b) de outro lado, uma perspectiva dualista desenvolvida por Engels, sobretudo a partir das alterações feitas aos *Cadernos Etnológicos* de Marx (1881-1883) na elaboração de *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), onde retoma uma visão da “questão da mulher” apresentada junto a Marx em 1846, em *A Ideologia Alemã*, na qual considerava dois tipos diferentes e paralelos de produção – por um lado, a produção dos meios de subsistência, considerada “social”, e, por outro lado, a produção de seres humanos, considerada *natural*/biológica. Tal formulação dualista se transpunha para a “questão da mulher” pelo lado da produção natural de seres humanos/procriação biológica, como uma subordinação ligada a permanências das relações de dominação patriarcais (esfera extraeconômica), mas também como algo ligado à exploração capitalista (esfera econômica), sem que ambas as esferas estivessem necessariamente imbricadas em uma totalidade orgânica (VOGEL, 2013 [1983], p. 92-95).

Para a autora, tal divergência correspondia a duas perspectivas que se confrontavam de forma inconciliável ao longo de toda a tradição socialista e se refletia no interior do movimento feminista-socialista de sua época. A perspectiva adotada por Engels, corresponderia, assim, à teoria dos sistemas duplos, que derivava a opressão das mulheres de sua situação dentro de um sistema autônomo de divisões sexuais do trabalho e da supremacia masculina. Já a perspectiva

adotada por Marx corresponderia à uma teoria unitária do capitalismo, que compreendia que a opressão das mulheres possuía suas raízes na localização diferencial da mulher na reprodução societal⁴⁷ como um todo. Vogel denominou a primeira como “teoria dualista” e esta última como “perspectiva da reprodução social” (VOGEL, 2013 [1983], p. 133-134). Tal divergência teórica, embora fundamental, teria permanecido em silêncio durante a vida de Marx e Engels, porém gerado um legado dúbio para a tradição socialista.

Cabe destacar que Vogel se dedica à uma longa crítica da perspectiva adotada por Engels em *A Origem*, literatura dominante na tradição socialista e entre as perspectivas feministas-marxistas de sua época. Vogel a considera “uma formulação defeituosa” no interior da teoria marxiana. Ela ressalta que a perspectiva apresentada por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* – quarenta anos antes da elaboração de *A Origem* – não representa a mesma completude do pensamento de Marx em seus escritos de maturidade. Para Vogel, o retorno de Engels ao argumento teórico apresentado na obra de 1845, utilizando-o de forma isolada do restante da produção de Marx – sobretudo seus escritos tardios –, seria inexplicável (VOGEL, 2013 [1983], p. 92-95).

A análise crítica de Vogel sobre a perspectiva de Engels em *A Origem* carrega em si o raciocínio próprio da dialética essência-aparência. Este raciocínio se evidencia na medida em que ela explicita a confusão do autor entre *investigações de ordem empírica* – tal qual a relação de dominação entre homens e mulheres no interior da família em determinadas sociedades – e *de ordem abstrata*, tal qual a origem da subordinação das mulheres na sociedade de classes. A confusão aparece claramente na crítica de Vogel à forma como Engels teoriza a propriedade privada e a divisão técnica do trabalho. Para a autora, a crítica da propriedade privada formulada por Engels se sobrepõe à uma crítica das relações de classe. A exploração, objeto implícito da luta de classes, é substituída pela noção jurídica de propriedade, que ganha centralidade. Para Vogel, tal concepção contraria a teoria da reprodução societal de Marx. A autora destaca que esta perspectiva aproxima Engels do socialismo utópico na medida em que este descreve os fenômenos sem enraizá-los nas relações sociais e no funcionamento de um modo dominante de produção. Engels teria optado por envolver o conjunto dessas relações econômicas na concepção jurídica geral de “propriedade”, ao invés de analisar as relações de propriedade como

⁴⁷ Assim como Marx, Vogel não distingue entre os termos “reprodução social” e “reprodução societal”. No entanto, para facilitar a discussão ao leitor, optei por substituir o termo “reprodução social” por “reprodução societal” toda a vez que a autora estiver se referindo à reprodução da sociedade como um todo. Usarei o termo “reprodução social” apenas quando a autora estiver se referindo explicitamente ao trabalho reprodutivo feminino, ou ao trabalho de reprodução da força de trabalho.

um todo, *i.e.*, não em sua expressão legal como relações de vontade (aparência), mas em sua forma real enquanto relações de produção e expropriação (essência).

Da mesma forma, a explicação de Engels sobre o desenvolvimento da divisão técnica do trabalho frequentemente invoca a “ganância humana inata” e uma competitividade “natural”, o que novamente sugere uma separação entre fenômenos sociais e fenômenos supostamente “naturais” – raciocínio que não corresponde à dialética marxista⁴⁸ (VOGEL, 2013 [1983], p. 92 - 93). Vogel destaca ainda que a percepção de Engels apresenta uma imagem distorcida de família como um germe ou núcleo dentro do qual contradições sociais de ordem maior se originam ou são refletidas. Para a autora, tal visão não corresponderia à lógica marxiana, e, apesar ser um argumento recorrente dentre as feministas-socialistas de sua época, teria sido refutada por diversos comentaristas soviéticos no período pós-revolucionário (VOGEL, 2013 [1983], p. 95). Vogel destaca ainda que, desde sua publicação, o livro de Engels tornou-se o principal texto no que tange à “Questão da Mulher” para a tradição socialista, tendo sido considerado um “ponto final” para as polêmicas que rondavam a percepção de Marx sobre a questão no final do século XIX.

3.1.1 Clara Zetkin: Um passo além no debate sobre a Questão da Mulher

Em seguida, Vogel (2013 [1983], p. 113 *et. seq*) demonstra que, apesar de seguir a linha defendida por Engels no que tange à explicação sobre a origem da opressão das mulheres, Clara Zetkin sugere uma perspectiva diferente ao observar a especificidade do que chamou a “questão moderna da mulher”. Segundo a autora, Zetkin avança na análise do caráter teoricamente específico da questão das mulheres: ao observar sua emergência como uma questão “moderna”, ou seja, própria do surgimento da sociedade capitalista, a socialista alemã tenta elaborar a condição feminina em termos de classe. No discurso *Apenas Junto Com as Mulheres Proletárias o Socialismo Será Vitorioso!* [*Nur mit der proletarischen Frau wird der Sozialismus siegen!*], proferido em 1896 ao Congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha, Zetkin delineia três *formas de aparência* da questão da mulher que se relacionavam com as posições social enquanto trabalhadoras, burguesas ou pequeno-burguesas. A autora

⁴⁸ Brown (2012) traz uma argumentação semelhante contra a elaboração de Engels e demonstra a explícita diferença entre o seu pensamento e a dialética de Marx. Para Marx, há uma unidade entre humanidade/social e natureza/economia, como veremos mais adiante.

específica em cada caso, a fonte da opressão dessas mulheres, a natureza das exigências de igualdade e os obstáculos à sua conquista.

Segundo Zetkin, as mulheres da classe trabalhadora possuíam uma posição social diferente das mulheres burguesas e pequeno-burguesas: elas não precisavam lutar pela entrada na vida econômica capitalista; já estavam lá. A necessidade do capital em explorar mão-de-obra cada vez mais barata era a fonte da questão da mulher, no que tange às mulheres trabalhadoras, que neste sentido, já desfrutavam tanto da igualdade quanto da independência econômica. A realidade dessas mulheres era uma dupla jornada de trabalho, o que lhe retirava a possibilidade de viver uma vida plena como indivíduo. Sem precisar lutar pela igualdade formal em relação aos homens de sua classe, a principal demanda dessas mulheres seria erigir novas barreiras contra sua exploração. Deveriam, portanto, lutar ao lado dos homens para criar “o domínio político do proletariado”. Ao mesmo tempo, para a autora, a mulher da classe trabalhadora apoiaria as demandas do movimento de mulheres burguesas, mas as consideraria apenas como um meio para um fim: garantir-lhe igualdade de condições para compor a luta proletária (VOGEL, 2013 [1983], p. 114 – 115).

Segundo Vogel, a argumentação de Zetkin sobre as três formas da questão da mulher se afastava das realidades da sociedade capitalista: ela continha imprecisões, fruto de sua não-distinção entre seu argumento teórico e sua descrição empírica, “uma confusão compartilhada pela maioria dos escritores socialistas de sua época” (VOGEL, 2013 [1983], p. 115). Assim como a maioria dos teóricos socialistas de seu tempo, Zetkin desconsiderava a questão do trabalho doméstico não-remunerado no lar e subestimava as contradições que surgem da divisão sexual desse trabalho nas três classes: ao falar da mulher proletária, ela sempre assumia que a mulher participava do trabalho assalariado. Deste modo, os membros das famílias proletárias que não estavam envolvidos no trabalho assalariado - por exemplo, esposas, crianças pequenas, idosos, doentes - tornavam-se analítica e politicamente invisíveis. Ainda, sua análise excluía o campesinato de uma perspectiva revolucionária. Neste sentido, para Vogel, Zetkin perdia uma importante oportunidade para reforçar seu argumento sobre a existência de formas específicas da questão da mulher de acordo com a classe. Dentre as várias críticas que tece em relação à compreensão de Zetkin, Vogel (2013 [1983]) destaca um aspecto que é especialmente importante para o seu próprio desenvolvimento teórico:

o relacionamento mediado da esposa da classe dominante com o trabalho doméstico tem pouca semelhança com o trabalho doméstico penoso da mulher da classe

trabalhadora. E no nível teórico, a distinção se destaca ainda mais acentuadamente, pois apenas o trabalho doméstico não-remunerado na família da classe trabalhadora contribui para a reprodução da força de trabalho necessária para a produção capitalista (VOGEL, 2013 [1983], p. 116, tradução minha).

Ainda, no que tange à questão da igualdade, a autora destaca que Zetkin parecia ignorar que as mulheres da classe trabalhadora sofriam gravemente com a desigualdade em relação aos homens de sua própria classe, tanto na esfera civil e no interior de suas famílias, quanto no local de trabalho. Neste último, a desigualdade se refletia em relação à remuneração, condições de trabalho, acesso a empregos, oportunidade de promoção, etc. Ao não confrontar teoricamente tais fatos, Zetkin não só simplificara sua análise, mas deixara em aberto o problema de especificar a relação entre a luta pela igualdade das mulheres e a luta contra o capitalismo (VOGEL, 2013 [1983], p. 116) – aspecto que Vogel tentará confrontar em sua própria elaboração teórica, como veremos no item 3.4 desta dissertação.

Vogel passa então a demonstrar que, no mesmo período, socialistas russos como Lênin desenvolveram a teoria de Marx, transformando-a para adaptá-la à realidade russa. Aliado à Clara Zetkin e outros socialistas marxistas contra as tendências reformistas da Segunda Internacional, Lênin também teorizou sobre a “Questão da Mulher” (VOGEL, 2013 [1983], p. 121-122). Diante da necessidade de distinguir-se do determinismo econômico em sua polêmica contra os liberais russos, o autor insistia na existência de um núcleo econômico material incorporado em todas as relações sociais, inclusive nas questões envolvendo a subordinação feminina, a família e a sexualidade. Segundo Vogel, no que se refere ao debate silencioso entre Marx e Engels, Lênin se aproximava da posição de Marx, o que sugeriria uma refinada compreensão da dialética essência-aparência por parte do autor. Vogel demonstra que ao teorizar sobre a contradição da igualdade no capitalismo, Lênin também se posicionou sobre a questão da igualdade das mulheres, trazendo uma abordagem inédita à esta discussão (*ibidem*, p. 122-123).

Neste sentido, Vogel destaca que a perspectiva marxiana da reprodução social estaria presente também nas obras de Zetkin e Lenin, onde poderíamos perceber a ênfase na localização diferencial das mulheres dentro da “reprodução social como um todo”, ainda que de forma incompleta e por vezes contraditória, inconsistente e não sistemática (*ibidem*, p. 133). Como veremos no item 3.4 deste capítulo, Vogel partirá destas análises para construir parte de sua teoria sobre a opressão das mulheres no capitalismo. Antes, passo a reconstruir a leitura de Vogel sobre a perspectiva de Lênin brevemente no tópico seguinte.

3.1.2 Lênin e a dialética essência-aparência: a contradição entre igualdade formal jurídica e desigualdade material

A Revolução Bolchevique de 1917 transformou não apenas a Rússia, mas também todo o movimento socialista internacional. No que tange aos direitos das mulheres, logo após a Revolução, um Código sobre o casamento e a família foi ratificado pelo Comitê Executivo Central dos Sovietes, e estabeleceu uma nova legislação pautada nos direitos individuais e na igualdade de gênero (GOLDMAN, 2014, p. 71-72). Fruto de debates desenvolvidos por feministas russas como Aleksandra Kollontai nos anos anteriores à revolução, o código soviético continha a legislação familiar mais progressista do mundo na época. Segundo Vogel (2013 [1983], p. 127), ao se pronunciar sobre a importância de tal legislação, Lênin afirmou que o desenvolvimento das condições materiais para acabar com a subordinação das mulheres era independente de uma legislação que prescrevesse a igualdade, apontando também a necessidade de transformar, materialmente, relações sociais, tanto no que tange à transferência do pequeno serviço doméstico para uma série de serviços socializados de larga escala (como cozinhas comunitárias, salas de jantar públicas, lavanderias, oficinas, berçários, creches estatais, etc.), tanto no que tange à luta ideológica para a mudança de mentalidade da sociedade. Assim, o autor respondia um problema levantado brevemente por Engels em carta escrita em 1885 à Gertrude Guillaume-Schak: o de distinguir a igualdade formal jurídica da (des)igualdade material entre homens e mulheres (VOGEL, 2013 [1983], p. 94).

Para a autora, a primeira vez que Lênin enfrentou o problema da igualdade formal foi antes da Revolução, enquanto teorizava sobre o imperialismo (*ibidem*, p. 124). Ao analisar a natureza da *igualdade* na sociedade burguesa para delinear o papel da luta pelos direitos democráticos no contexto de um movimento revolucionário, Lênin destacou que tais direitos sustentados pelo liberalismo possuíam uma peculiaridade. Na sociedade capitalista, os fenômenos políticos têm certa autonomia em relação aos fenômenos econômicos e, desta forma, o capitalismo combina igualdade formal com desigualdade econômica e, conseqüentemente, social. Apesar de não colocar explicitamente nestes termos, ao adotar a perspectiva de Lênin, Vogel abraça a perspectiva marxiana segundo a qual, no capitalismo, a igualdade formal funciona como aparência (abstração real) que oculta uma essência de desigualdade. A autora considera, ainda, que o trabalho de Lênin avança na análise dos direitos democráticos se comparado a análises socialistas anteriores, uma vez que revela o caráter contraditório e

mistificador da igualdade formal oferecida pelo capitalismo. Tal análise oferece um importante insight “sobre o mistério da relação entre a opressão sexual, de classe e nacional nas sociedades capitalistas” (VOGEL, 2013 [1983], p. 125).

Segundo Vogel, essa perspectiva se reflete nas lutas contemporâneas: “subjetivamente, eles revelam uma intensificação do desejo pela liberdade prometida pelo capitalismo, mas nunca consistentemente entregue”⁴⁹ (VOGEL, 2013 [1983], p. 172). Ou seja, há uma contradição que revela, progressivamente, a igualdade formal enquanto aparência que não se concretiza completamente na realidade. Na medida em que, ao final do século XX, as promessas de igualdade se confrontam com realidades de profunda desigualdade e restrição da liberdade individual, a “tendência à igualdade” demonstra que a expansão dos direitos democráticos é concomitante à expansão do caráter econômico e social opressor do capitalismo. Assim, segundo a autora, lutas por igualdade ameaçam o domínio das relações sociais capitalistas de duas formas: “promete reduzir as divisões dentro e entre as classes oprimidas, bem como entre essas classes e outros setores, colocando todas as pessoas em pé de igualdade. Simultaneamente, expõe que a base da sociedade burguesa é a exploração de classe, não a igualdade individual”⁵⁰ (VOGEL, 2013 [1983], p. 172).

Ao ressaltar a fundamental correspondência entre igualdade formal e desigualdade material, tal como Lênin, Vogel defende que devido ao caráter contraditório da igualdade na sociedade capitalista, as lutas pelos direitos democráticos têm, *potencialmente*, importância revolucionária. Este ponto será retomado no item 3.4 deste capítulo. Apesar de não conceituar explicitamente desta forma, ao reconstruir o debate sobre a “questão da mulher” na tradição socialista, Vogel parece recuperar a dialética *essência-aparência* no método em Marx. Retomo esta questão com mais profundidade no tópico a seguir.

⁴⁹ No original: “Subjectively, they reveal an intensification of desire for the freedom promised by capitalism but never consistently delivered” (VOGEL, 2013 [1983], p. 172).

⁵⁰ No original: “It promises to reduce divisions within and among oppressed classes, as well as between these classes and other sectors, by placing all persons on a more equal footing. Simultaneously, it exposes the foundation of bourgeois society to be class-exploitation, not individual equality” (VOGEL, 2013 [1983], p. 172).

3.2 Um ponto de partida diferente: a proposta metodológica de Lise Vogel

Como vimos até aqui, Vogel (2013 [1983]) propõe a construção de uma teoria unitária capaz de elaborar uma análise integrada da opressão das mulheres no capitalismo. Parte fundamental deste percurso, segundo a autora, é o rigor metodológico. Após uma avaliação crítica das obras de Marx e Engels e do debate socialista clássico sobre a “*Questão da Mulher*”, a autora reafirma a sua compreensão sobre o *método científico* em Marx. Vogel busca distinguir-se dos socialistas clássicos e das feministas-marxistas de sua época ao fazer uma escolha metodológica que distingue claramente o *teórico* do *empírico*, caracterizando seu trabalho como do primeiro tipo. Ela afirma propor um “ponto de partida diferente”: uma elaboração teórica no que considera ser o mesmo nível de abstração no qual Marx desenvolve sua crítica da economia política em *O Capital*. A autora justifica assim o seu foco em teorizar a *base econômica material* da opressão das mulheres e a sua não-pretensão em explicar os aspectos empíricos particulares desta relação de opressão tal como vivida sob o capitalismo. Assim, embora não utilize a linguagem “base” e “superestrutura”, Vogel acaba por reproduzir uma lógica parecida: faz uma clara separação entre os aspectos que considera pertencentes ao fundamento, à base econômica material da opressão das mulheres no capitalismo, e os elementos sociais/culturais que não comporiam esta base (estariam em um “outro nível de abstração”)⁵¹. Além disso, ela propõe a expansão do alcance conceitual da crítica marxiana através do estabelecimento de conceitos-chave para compreender as *leis gerais* e possíveis *tendências* da opressão das mulheres no capitalismo. A fim de destacar a especificidade epistemológica de uma proposição teórica que, por seu alto nível de abstração, seria nitidamente diferente do trabalho empírico histórico ou sociológico, Vogel recupera o filósofo Louis Althusser.

Neste sentido, a autora argumenta que, na perspectiva marxiana, *teoria* é necessariamente *um exercício de abstração* e restrita em seu alcance, na medida em que pode apontar para os principais elementos e tendências de determinada relação social, mas não pode fornecer relatos detalhados da vida cotidiana nem explicar diretamente acontecimentos ou sugerir estratégias para a ação política (VOGEL, 2013 [1983], p. 16). Tais questões estariam destinadas à investigação empírica voltada ao exame das especificidades de determinadas conjunturas históricas no interior das formações sociais existentes. Assim, ao mesmo tempo em

⁵¹ Este aspecto da obra de Vogel será retomado por diversos momentos nesta dissertação.

que permite considerar a contingência da luta de classes e da variação societária como determinantes centrais para qualquer análise social, *teoria*, na perspectiva marxiana, seria uma espécie de *lente* que por si só, não apreende por completo as especificidades de uma sociedade particular em um momento determinado. Para Vogel, “por meio dessa lente os observadores conseguem, ao contrário, avaliar tais especificidades e criar estratégias para o futuro”. Por outro lado, as “tarefas de investigação empírica e análise política constituem trabalho intelectual de um tipo diferente e (...) mais desafiador” (VOGEL, 2013, p. 186-187).

Assim, ao invés de partir de um nível de abstração mais próximo do real imediato, como, por exemplo, a divisão sexual do trabalho nas sociedades capitalistas, ou mesmo o trabalho doméstico não-remunerado, Vogel opta por partir de um nível mais abstrato: a categoria marxiana *força de trabalho*. A autora passa então a observar diversas características dessa categoria, como por exemplo, os processos envolvidos na sua produção e reprodução, o papel da procriação biológica e as possíveis contradições que estes processos apresentam. Cabe ressaltar que esta observação é puramente econômica, ou seja, para esta análise a autora abstrai aspectos políticos e ideológicos centrais do modo de produção capitalista, bem como o caráter duplo das mercadorias e a produção de mais-valia. Inicia, assim, sua investigação analisando estes processos de forma abstrata, na “sociedade de classes”. Apenas em seguida, isto é, após chegar a certas conclusões sobre os aspectos centrais da força de trabalho e da reprodução da força de trabalho nas sociedades de classes, ela passa à análise econômica específica destas categorias no modo de produção capitalista, novamente abstraindo aspectos políticos e ideológicos. Apenas após esta etapa, a autora passa a considerar a questão política da igualdade nas sociedades capitalistas e os desdobramentos ideológicos da posição diferencial das mulheres na produção e reprodução da força de trabalho.

Tal escolha a diferencia da tradição socialista anterior, cujo ponto de partida era a família, a divisão sexual do trabalho ou o trabalho doméstico não-remunerado. Para Vogel (2013 [1983]), tais concepções – que como vimos, derivavam dos trabalhos pioneiros de Bebel e Engels sobre a *Questão da Mulher* – perdiam-se ao confundir níveis de abstrações diferentes, o que os levava a produzir generalizações com pouca correspondência em relação à esfera material. No tópico a seguir, passo à tarefa de reconstruir brevemente as principais linhas de argumentação propostas por Vogel ao desenvolver sua análise sobre a categoria força de trabalho.

3.3 Vogel e a unidade entre produção e reprodução da força de trabalho

Após identificar as origens e mapear o desenvolvimento das perspectivas *dualista* e da *reprodução social* na análise crítica do tratamento dado à *Questão da Mulher* pelos autores do socialismo clássico, Vogel propõe a reelaboração da segunda a partir da categoria força de trabalho, que considera central à análise de Marx em *O Capital*. Segundo Vogel, embora considere a totalidade social, o argumento do próprio Marx seria insuficiente, pois relega a explicação sobre a reprodução da força de trabalho ao mero consumo individual, situando a divisão sexual do trabalho na instância do “natural” e desconsiderando-a como relação social específica do modo de produção capitalista. Para a autora, neste momento, Marx reproduz uma certa visão dualista, e se aproxima da perspectiva de Engels no chamado “debate silencioso”, conforme descrito no início deste capítulo (VOGEL, 2013 [1983], p. 65). Para evitar esses problemas e oferecer um modelo explicativo baseado na unidade entre produção e reprodução da força de trabalho, a autora se dedica a examinar detalhadamente esta categoria.

Enquanto “mercadoria especial”, a força de trabalho é o eixo que sustenta todo o sistema de produção de mais-valia – cerne do modo de produção capitalista. Ela é ainda a categoria capaz de revelar um aspecto crucial da essência do capital: o processo automático, contínuo e universalizante da acumulação de capital, que *se inicia* somente quando gigantescas massas de seres humanos são expropriadas e forçadas a vender suas capacidades de trabalho no mercado para garantir seus meios de subsistência. Porém, enquanto Marx se pergunta como o valor da força de trabalho é determinado, naturalizando as relações sociais que envolvem suas condições de produção e reprodução, Vogel propõe outra pergunta: como a “força de trabalho” é, ela mesma, produzida e reproduzida em uma sociedade capitalista? (FERGUSON; MCNALLY, 2017 [2013], p. 33-34).

Como vimos no segundo capítulo, esta pergunta não é novidade dentre a tradição feminista-marxista contemporânea à Vogel. Ela esteve presente em grande parte dos debates sobre o trabalho doméstico entre as feministas-socialistas na década de 1970. Ferguson e McNally (*ibidem*, p. 28-29) demonstram que, já em Benston (1969), a reflexão crítica sobre a produção e a reprodução da força de trabalho e, especificamente, sobre o trabalho não-remunerado que as mulheres executam no lar tornou-se rapidamente o centro de debate entre as feministas-socialistas, que passaram a identificar a família como um local de opressão às mulheres, diretamente relacionado com o âmbito da produção capitalista. Duas questões

centrais ocuparam este debate: 1. se o trabalho doméstico produzia mais-valor ou valor; e 2. se o trabalho doméstico constituía um modo de produção em si mesmo, distinto do modo capitalista. Vogel (2013 [1983]) considera a primeira questão já superada pelas próprias feministas-marxistas que a precederam, tais como Benston (1969) e Young (1981): o trabalho doméstico produz apenas valor de uso, não valor de troca e, portanto, não produz diretamente mais-valor.

No que tange à segunda questão, as autoras concluíram que “possivelmente”, o trabalho doméstico é um modo de produção próprio, que opera de acordo com uma lógica distinta, pré- ou não-capitalista (*ibidem*, p. 28-29). Para Vogel, entretanto, esta última conclusão indica que nenhuma autora do debate sobre o trabalho doméstico foi capaz de superar completamente a perspectiva dualista, segundo a qual, apesar das recorrentes afirmações da existência de uma “relação inextricável” entre a opressão de classe e de gênero, percebe ambas logicamente como fenômenos autônomos e o deixa o caráter dessa relação não especificado (VOGEL, 2013 [1983], p. 134-135). Mesmo Young (1981), pioneira em propor a superação desta perspectiva através de um enfoque unitário na luta de classes desde uma lente feminista – inspirando o feminismo da reprodução social de Vogel –, não conseguiu afastar a perspectiva dualista que criticava. Cabe ressaltar que Vogel (2013 [1983]) justifica essa incapacidade de Young pela sua escolha metodológica ao tomar a divisão sexual do trabalho como ponto de partida conceitual.

Neste sentido, Vogel destaca que enquanto a perspectiva dualista tem seu ponto de partida conceitual em fenômenos empiricamente dados – como a divisão sexual do trabalho –, a perspectiva da reprodução social parte de uma posição teórica mais abstrata: a ideia de que *a dinâmica central do desenvolvimento social nas sociedades de classes, ou seja, nas sociedades caracterizadas pela exploração, é a luta de classes sobre as condições de produção*⁵² (VOGEL, 2013 [1983], p. 135). Isto porque, nessas sociedades, o trabalho excedente⁵³ é necessariamente

⁵² Neste sentido, Vogel: “While the dual-systems perspective begins with empirically given phenomena whose correlations are interpreted by means of a chain of plausible inferences, the social-reproduction perspective starts out from a theoretical position- namely, that class-struggle over the conditions of production represents the central dynamic of social development in societies characterised by exploitation” (VOGEL; 2013 [1983], p. 135).

⁵³ “Trabalho excedente” aqui, bem como para Vogel, refere-se à categoria de Marx. Em síntese, para Marx, em toda sociedade de classes, pautada na exploração, o tempo de trabalho apreendido pelos trabalhadores (produtores diretos, membros da classe explorada) pode ser dividido entre trabalho necessário e trabalho excedente. O trabalho necessário seria o tempo de trabalho gasto suficientemente para a reprodução das necessidades – físicas e psíquicas – do próprio trabalhador. Já o tempo de trabalho excedente seria o tempo de trabalho despendido além do necessário, voltado apenas para a produção do excedente a ser apropriado pela classe dominante. A categoria de tempo de trabalho é introduzida ao final do tópico 3 da seção II do Volume 1 de *O Capital* (“*A transformação de dinheiro em capital/ A compra e venda da força de trabalho*). Já o tempo de trabalho excedente é introduzido mais a frente, no primeiro tópico do 3º capítulo da seção III (A produção do

apropriado por uma classe dominante, e uma condição essencial para a produção é a constante presença de uma classe subordinada de produtores diretos expropriados e submetidos ao processo de trabalho alienado. Em geral, a renovação desta classe de trabalhadores se dá pela via da substituição geracional, o que faz com que, nas sociedades de classe, a capacidade das mulheres trabalhadoras em gerar filhos desempenhe um papel fundamental (*ibidem*, p. 135).

A resposta de Vogel para a pergunta que guia a investigação sob a perspectiva da reprodução social – qual seja, como a “força de trabalho” é produzida e reproduzida na sociedade capitalista – parte de um pressuposto que supera as polêmicas do debate sobre o trabalho doméstico: para a autora, a força de trabalho não é produzida de forma capitalista (*ibidem*, p. 23-24). Assim, considerando essencialmente correta a proposta original de Benston (1969) segundo a qual o trabalho doméstico não-pago nas sociedades capitalistas produz apenas valores de uso para consumo direto, para Vogel (2013 [1983]), o trabalho reprodutivo não-remunerado não toma a forma social do trabalho produtor de valor. No *sentido científico*, ao mesmo tempo em que o trabalho doméstico é indispensável para a reprodução das relações sociais capitalistas – na medida que é responsável pela reprodução da força de trabalho – ele não pode ser considerado nem produtivo e nem improdutivo. Ora, se a opressão das mulheres não advém da sua exploração enquanto trabalhadoras domésticas no lar, qual seria então a sua base material específica?

Segundo Vogel, o primeiro requisito para avançar na esfera teórica é justamente abandonar a ideia de que a chamada “questão da mulher” representa uma categoria adequada de análise. Tal conceito, que para a autora seria desprovido de qualquer significado coerente, *esconderia* a questão fundamental, qual seja, a questão da reprodução (*ibidem*, p. 142). É neste sentido que a autora avança para a categoria *força de trabalho*, uma capacidade latente em todo ser humano – que independe do gênero – e cuja potencialidade é realizada quando consumida no processo de trabalho. Sendo uma capacidade latente somente realizada quando posta em uso, a força de trabalho é distinta da existência corporal e social de seu portador. Isto porque processos de trabalho não existem isoladamente, existem apenas inseridos em modos determinados de produção, nos quais qualquer produção é, ao mesmo tempo, reprodução (*ibidem*, p. 143).

Neste sentido, reprodução societal implica a reprodução das condições de produção e, *dentre outras coisas*, reprodução da força de trabalho que, em uma sociedade de classes,

mais-valia absoluta/ A taxa do mais-valia/O grau de exploração da força de trabalho). Ambos, porém, só são expostos em conjunto, em sua relação, na discussão sobre a composição da jornada de trabalho, no capítulo 8 da seção III. Cf. (MARX, 2013, p. 245; p. 293; p. 305).

necessita estar sempre disponível para colocar o processo de trabalho, *i.e.*, o processo de produção, em movimento. Considerando que: 1. os portadores da força de trabalho são mortais e que ao trabalhar sofrem desgaste; e 2. em uma dada sociedade, alguns são jovens demais para participar do processo de trabalho e outros muito velhos ou, até mesmo, doentes/incapacitados para o trabalho, toda sociedade de classes necessita, para sua reprodução, tanto de algum processo social que atenda às necessidades pessoais contínuas dos portadores da força de trabalho, quanto que substitua os trabalhadores que morreram ou que por qualquer motivo se retiraram da força de trabalho ativa.

Assim, Vogel compreende que *a reprodução da força de trabalho é uma condição da produção*, pois reposiciona ou substitui a força de trabalho necessária para que a última ocorra. A reprodução da força de trabalho não é, no entanto, uma forma de produção. Isto é, não envolve necessariamente alguma combinação determinada de matérias-primas e meios de produção em um processo de trabalho cujo resultado é o “produto” força de trabalho. A autora lembra que as atividades que ocorrem no lar, no interior das famílias em uma sociedade capitalista, representam apenas um modo possível de renovar os portadores de força de trabalho, uma vez que instituições como campos de trabalho ou instalações de dormitórios também podem ser usados para manter os trabalhadores, e a força de trabalho pode ser substituída tanto pela renovação geracional dos trabalhadores existentes, quanto pela imigração ou escravização (*ibidem*, p. 144-145).

É aqui que Vogel identifica o que seria uma grande lacuna lógica na crítica de Marx: *o autor só teorizou sobre uma parte do processo de reprodução social*, na medida em que o conceito de consumo individual se referia apenas à satisfação das necessidades pessoais imediatas dos portadores da força de trabalho, ou seja, aos processos diários que restauram o produtor direto e permitem que ele retorne ao trabalho, ignorando a questão mais ampla da renovação geracional da classe trabalhadora e da superpopulação relativa, bem como uma análise sobre a esfera do cuidado⁵⁴. Ainda que, ao tratar da determinação do valor do salário,

⁵⁴ Como destacam Ferguson e McNally (2013 [1983], p. 39-40), para Vogel, é significativo o fato de que “Marx registra a realidade do trabalho doméstico, descrevendo-o como “trabalho independente em casa” e “trabalho familiar necessário para o consumo”. Ele está aqui no limiar de identificar o problema de como é garantida a produção (não capitalista) e a reprodução da mercadoria especial no centro do capitalismo. Tivesse ele confrontado essa questão diretamente, teria sido forçado a lidar com as contradições que ela levanta para sua própria reivindicação de que a industrialização, a maquinaria e o crescimento do trabalho feminino e infantil minavam a família da classe trabalhadora. Pois essa reivindicação não se assenta facilmente com o reconhecimento de que alguma instituição social, como a família baseada em parentesco da classe trabalhadora, é essencial para a reprodução de uma classe de trabalhadores assalariados. (...) Marx efetivamente levanta a questão da diferença biológica – não da gravidez e parto, sobre as quais ele silencia, mas dos “cuidados e aleitamento”. Ao fazê-lo, ele tacitamente reconhece que o trabalho de produzir a geração seguinte tem uma

Marx indique que tal valor é pensado tanto para o consumo individual do trabalhador quanto de sua família, ele deixa de fora duas questões fundamentais: 1. a substituição geracional de trabalhadores e da superpopulação relativa existente (o que inclui o exército industrial de reserva), que envolve o trabalho de gestação, parto, lactação e cuidado; 2. A manutenção de indivíduos não-trabalhadores que se encontram fora da família restrita⁵⁵ do trabalhador, como os idosos, os doentes, e os incapacitados para o trabalho. Vogel destaca que, no nível da reprodução social total, não é o produtor direto individual, mas a totalidade da classe trabalhadora que precisa ser mantida, cuidada e substituída⁵⁶.

Neste momento, a autora ressalta que, até aqui, a discussão não exigira que o gênero dos produtores diretos fosse especificado. A questão do gênero é levantada pelo fenômeno da substituição geracional de portadores de força de trabalho. Sendo necessária a substituição geracional dos trabalhadores disponíveis no mercado, a reprodução biológica precisa intervir. Neste sentido, mulheres e homens são diferentes: somente as mulheres podem gerar e amamentar crianças, isto é, novos trabalhadores. Com esta afirmação, a autora demonstra o sentido da sua escolha metodológica: do ponto de vista teórico, em um primeiro nível de abstração, ainda não importa se os trabalhadores em questão são mulheres ou homens, desde que estejam de alguma forma disponíveis para compor a força de trabalho. Cuidadosamente, Vogel demonstra que a importância teórica-crítica da distinção biológica entre mulheres e homens no que diz respeito à gravidez e lactação aparece somente no nível da “reprodução

distintiva característica de gênero enraizada na diferença biológica. Isso, evidentemente, desemboca na questão de por que as mulheres experimentam formas únicas de opressão nas sociedades capitalistas”. A autora destaca ainda, como tal lacuna lógica no pensamento de Marx o levou a acreditar na desintegração da família da classe trabalhadora pelo capitalismo, eliminando, com esta hipótese a relação de contradição que a família da classe trabalhadora guarda no interior deste sistema. Cf. Vogel (2013 [1983], p. 62) e Ferguson e McNally (2017 [2013], p. 38).

⁵⁵ Para Marx, a família do trabalhador compreendia sua esposa e filhos, o que chamamos aqui de “família restrita”.

⁵⁶ Para Vogel, é ainda evidente que essa renovação da força de trabalho pode ser realizada de várias maneiras: “o atual conjunto de trabalhadores pode ser trabalhado até a morte, e então substituído por um conjunto inteiramente novo. No caso mais provável, uma força de trabalho existente é reabastecida tanto por novas gerações como por novos trabalhadores. Filhos de trabalhadores crescem e entram na força de trabalho. Mulheres que não haviam se envolvido anteriormente começam a participar da produção. Imigrantes ou escravos de fora dos limites de uma sociedade entram em sua força de trabalho. Na medida em que Marx considerou essas questões em termos gerais, ele falou de leis da população.” (VOGEL, 2013 [1983], p. 145-146, tradução minha). No original: “the present set of labourers can be worked to death, and then replaced by an entirely new set. In the more likely case, an existing labour-force is replenished both generationally and by new labourers. Children of workers grow up and enter the labour-force. Women who had not previously been involved begin to participate in production. Immigrants or slaves from outside a society's boundaries enter its labour-force. To the brief extent that Marx considered these questions in general terms, he spoke of laws of population”.

social total”⁵⁷. Nas palavras da autora: “embora a reprodução da força de trabalho no nível da reprodução social total não implique necessariamente uma substituição geracional [uma vez que pode ocorrer através de outros mecanismos, como migração e escravização], é nesse nível teórico que a questão deve ser localizada”⁵⁸ (*ibidem*, p. 146, comentário e tradução meus).

É assim que, devido à sua escolha metodológica, diferentemente das feministas-marxistas de sua época, Vogel não é levada a argumentar que a base socio-material da opressão das mulheres se encontra nas relações de gênero no interior da família. Ainda que a família tenha se constituído enquanto a *forma* fundamental para a opressão às mulheres na sociedade capitalista, a base socio-material desta não é o trabalho doméstico das mulheres realizado no lar – por mais opressivo ou alienante que ele possa ser na sua execução cotidiana, como destacam Ferguson e McNally (2017[2013], p. 35).

Se a argumentação parasse por aqui e se restringisse à reprodução individual da força de trabalho, por exemplo, poderia ser facilmente argumentado que, apesar de ordinariamente as pessoas experimentarem os processos de renovação geracional em contextos individualizados baseados em relações de parentesco, nem sempre o trabalho reprodutivo em sociedades capitalistas se dá no interior da família, no lar. Por vezes, ele se dá no interior de orfanatos, internatos, com auxílio de restaurantes, etc.; ainda, algumas pessoas simplesmente escolhem não constituir família e não ter filhos. A autora destaca que a identificação da família como o único local de manutenção da força de trabalho representaria uma séria confusão em relação aos *níveis de abstração teóricos*, que normalmente exagera seu papel no processo imediato de produção. Tal identificação seria fetichizar a família ao nível da reprodução social total, representando a substituição geracional e a reprodução no interior desta como as únicas fontes de renovação da força de trabalho da sociedade (VOGEL, 2013 [1983], p. 146 -147).

Ao contrário, ao passar à análise da força de trabalho nas sociedades capitalistas, Vogel demonstra que nestas sociedades, a opressão da mulher gira em torno da importância social do trabalho reprodutivo feminino para o capital, i.e., o fato de que a produção e reprodução da força de trabalho através da organização social da diferença biológica é uma *condição* essencial da dinâmica do sistema capitalista. É também esta organização social que constitui uma “pré-condição material para a construção social das diferenças de gênero” (VOGEL, 1983, p. 142). Cabe ressaltar aqui que, precisamente,

⁵⁷ Expressão usada intencionalmente para se referir ao nível teórico no qual opera o Volume III de *O Capital*, nível da *complexa unidade entre produção e circulação*.

⁵⁸ No original: “While reproduction of labour-power at the level of total social reproduction does not necessarily entail generational replacement, it is at this theoretical level that the issue must be located”.

não é biologia *per se* que dita a opressão às mulheres, mas, em vez disso, a dependência do capital dos processos biológicos específicos das mulheres – gravidez, parto, lactação – para garantir a reprodução da classe trabalhadora. É isso que induz o capital e seu Estado a controlar e regular a reprodução feminina e o que os impele a reforçar uma ordem de gênero de dominância masculina. E este fato social, ligado à diferença biológica, compreende a fundação sobre a qual a opressão às mulheres é organizada na sociedade capitalista (FERGUSON; MCNALLY, 2017 [2013], p. 40).

Assim, para Vogel, mesmo que homens assumam grande parte do trabalho doméstico ou que o trabalho reprodutivo não seja realizado no interior da unidade familiar, fato de que esta é uma tarefa predominantemente privada, e sobretudo realizada de acordo com o fato biofísico de que a procriação e a amamentação requerem corpos sexuais-femininos, explica as *pressões sociais* que fazem com que a *forma família* se mantenha e que nela haja uma conformidade com a desigualdade de gênero (FERGUSON; MCNALLY, 2017[2013], p. 35).

Em outras palavras, a conclusão de Vogel é que as mulheres são oprimidas na sociedade capitalista não porque seu trabalho em casa produz valor para o capital, ou devido à algum impulso patriarcal trans-histórico que insiste em colocar homens contra mulheres. As raízes sócio-materiais, ou seja, a base material da opressão das mulheres sob o capitalismo está na *relação estrutural entre a reprodução biológica e a reprodução do capital*. É por esta relação que o capital e o Estado precisam conseguir regular a capacidade biológica das mulheres de produzir a próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja sempre disponível para a exploração.

Neste ponto, Ferguson e McNally, (*ibidem*, p. 36) trazem uma contribuição importantíssima ao demonstrar que o argumento de Vogel não é, necessariamente, funcionalista. Isto porque, para a autora, não é que o capitalismo tenha “criado” a família nuclear heterossexual para o propósito de se reproduzir. É que as formas de família, os laços de parentesco, que preexistiam ao capitalismo foram defendidas pelas pessoas da classe trabalhadora ansiosas por preservá-los, ao mesmo tempo em que elas também foram reforçadas e modificadas por políticas sociais intencionais por parte dos Estados capitalistas, de forma que *através de processos sociais complexos e às vezes contraditórios, formas de família compatíveis com a reprodução privada da força de trabalho* foram tanto preservadas quanto adaptadas a uma ordem de gênero burguesa moderna. Esta ressalva, que considera o papel fundamental da própria classe trabalhadora na manutenção da opressão das mulheres, explica ao mesmo tempo a permanência desta e a plasticidade da forma “família” no capitalismo.

Dessa forma, tal reflexão nos permite compreender porque a participação dos homens nas tarefas domésticas, as formas de família consideradas “não-tradicionais” (homossexuais, poligâmicas, poliândricas, etc.) e mesmo o caso de mulheres que optam por não constituir sua própria família, não são capazes de, por si só, eliminar a condição de opressão das mulheres neste sistema. Como destacam Ferguson e McNally (2017 [2013], p. 36-37), a perspectiva de Vogel

fundamenta a opressão às mulheres na sociedade capitalista nas relações centrais do modo capitalista de produção em si. A fim de garantir a produção e reprodução das fontes atuais e futuras de força de trabalho, o capitalismo requer mecanismos institucionais através dos quais ele pode exercer controle sobre a reprodução biológica, formas de família, criação das crianças e manutenção de uma ordem de gênero. Por mais que as relações entre homem e mulher dentro dos lares possam expressar e reproduzir socialmente uma ordem de gênero de dominância masculina, elas não são a totalidade da opressão às mulheres. De fato, devido ao papel estratégico dos lares privados (em princípio) como locais de produção e reprodução da força de trabalho, decorre que famílias monoparentais chefiadas por mulheres são parte da matriz da opressão de gênero, assim como as famílias chefiadas por duas ou mais mulheres. A ordem de gênero capitalista, assim, é estruturalmente fundada não em um patriarcado trans-histórico ou um modo de produção doméstico separado, mas na articulação entre o modo de produção capitalista e as famílias da classe trabalhadora, que são fundamentais para a produção e reprodução da força de trabalho.

Esta é uma contribuição fundamental da obra de Vogel (2013 [1983]), chave para explicar e entender a determinação do capital sobre as relações de gênero e sexualidade. Ainda, ao seguir em sua argumentação sobre a reprodução da força de trabalho a partir da sua manutenção diária, com vistas a ir além na tarefa de redefinir as categorias para uma teoria unitária do capitalismo na perspectiva das mulheres, Vogel se volta ao estudo da categoria *exploração*.

Para a autora, a apropriação do trabalho excedente, ou seja, a exploração, constitui o fundamento das relações sociais em uma sociedade de classes, na qual a classe dominante se apropria do excedente de trabalho realizado por uma classe explorada de produtores diretos. A partir desta concepção, Vogel argumenta que em uma sociedade de classes, o conceito de *força de trabalho* – ainda que não seja mercadoria – adquire um significado de classe *específico*: ela se refere à capacidade de um membro da classe de produtores diretos realizar trabalho excedente a ser apropriado pela classe dominante. Ou seja, somente os que compõem a classe explorada são portadores da força de trabalho.

Portanto, em uma sociedade de classes, o conceito de reprodução da força de trabalho pertence, estritamente, à manutenção e renovação da classe de portadores de força de trabalho sujeita à exploração. Ainda que, nestas sociedades, também se desenvolva algum processo de manutenção e substituição dos indivíduos que compõem a classe dominante, este processo de manutenção e renovação não pode ser considerado parte da reprodução da força de trabalho. Por definição, em uma sociedade de classes, a força de trabalho – e sua reprodução – é suportada apenas por membros da classe de produtores diretos. Esta é outra concepção fundamental na proposta de Vogel: de um ponto de vista teórico, ainda que em uma sociedade particular, experiências compartilhadas e respostas culturais à opressão feminina possam produzir um certo grau de solidariedade entre as mulheres através das linhas de classe, as situações das mulheres nas classes dominante⁵⁹ e explorada são fundamentalmente distintas (VOGEL, 2013 [1983], p. 154).

Uma vez que Marx nunca foi explícito sobre o conteúdo das categorias de *consumo individual* e de *trabalho necessário* ao analisar a relação marxiana entre *trabalho excedente* e *necessário*, Vogel é levada a conceituar, no interior deste último, o trabalho de reprodução social. Este desdobramento lógico de Vogel é possível apenas na medida em que, ao indagar como seria constituído o tempo de trabalho necessário tal como conceituou Marx, ela entende que uma parte deste também precisa ser destinada a assegurar a reprodução de outros membros de sua classe que no momento não estejam contribuindo para a produção de excedente como produtores diretos.

Assim, para Vogel, nas sociedades de classes, a categoria “trabalho necessário” guarda um sentido duplo: 1. Fornece, para consumo individual por produtores diretos, uma certa quantidade de meios de subsistência brutos que exigem a realização de uma certa quantidade de trabalho suplementar para que as necessidades possam ser supridas de forma apropriada (por exemplo o alimento deve ser cozinhado antes de ingerido, as roupas lavadas antes de vestidas, etc.); 2. garante a realização de outro conjunto de processos de trabalho que envolvem: a) aqueles destinados a fornecer meios de subsistência para manter os membros das classes exploradas que não se encontram trabalhando como produtores diretos; b) os destinados a garantir a substituição/ renovação geracional da força de trabalho – isto é, o parto, a amamentação, o sustento e a criação dos filhos das classes trabalhadoras. Para Vogel, juntos,

⁵⁹ Para Vogel, a subordinação da mulher da classe dominante possui outra base material específica: a propriedade (2013 [1983], p. 154). Como veremos adiante, o único momento em que mulheres da classe dominante e mulheres da classe trabalhadora possuem uma identidade em relação à sua opressão é no que tange à negação da igualdade formal nas sociedades capitalistas, que afeta à todas.

esses “vários aspectos do trabalho necessário” representam uma condição indispensável para a reprodução da força de trabalho e, portanto, para a reprodução social geral. A autora ressalta ainda que, numa dada sociedade de classes, as circunstâncias e o resultado dos processos de reprodução da força de trabalho são essencialmente indeterminados ou contingentes, dependendo sempre do desenvolvimento social e da luta de classes (uma vez que o terreno da reprodução social é potencialmente um terreno de luta).

Por fim, buscando situar o papel diferencial das mulheres em termos teóricos, Vogel destaca que dentre estes três aspectos do trabalho necessário – manutenção de produtores diretos, manutenção de membros não-trabalhadores da classe subalterna e substituição geracional – somente o último *requer, em um sentido absoluto*, uma divisão sexual de trabalho: se as crianças nascerem, são as mulheres que engravidam, dão a luz e amamentam (e têm sua capacidade de trabalho excedente reduzida neste período). Uma vez que sua capacidade biológica é também social, as mulheres pertencentes à classe trabalhadora têm, portanto, um papel especial, diferenciado, em relação à substituição geracional da força de trabalho: embora possam também ser produtoras diretas, em uma sociedade de classes, a reposição geracional da força de trabalho é seu papel diferencial na reprodução da força de trabalho (Vogel, 2013 [1983], p. 150). Aqui, ao teorizar a reprodução no interior do trabalho necessário, a autora demonstra que, da mesma forma que somente as mulheres trabalhadoras realizam trabalho necessário, é somente no interior da classe trabalhadora que os homens têm uma responsabilidade desproporcional⁶⁰ pelo componente social do trabalho necessário, isto é, pela provisão dos meios de subsistência às mulheres enquanto estas encontram-se com sua capacidade para o trabalho reduzida. Assim, a diminuição da capacidade de trabalho das mulheres durante o período de gravidez e sua simultânea necessidade para a reposição geracional da força de trabalho cria uma contradição para a classe dominante⁶¹ (Vogel (2013 [1983], p. 155).

⁶⁰ Segundo Vogel (VOGEL, 2013 [1983], p. 173): “**As mulheres da classe trabalhadora têm uma responsabilidade desproporcional pelo componente doméstico do trabalho necessário, isto é, pelas tarefas contínuas envolvidas na manutenção e substituição da força de trabalho. Do mesmo modo, os homens da classe trabalhadora têm uma responsabilidade desproporcional pelo componente social do trabalho necessário, isto é, pela provisão dos meios de subsistência que tomam a forma de mercadorias, uma responsabilidade que só podem esperar ao entrar no trabalho assalariado.** Na classe capitalista, as mulheres podem ter uma responsabilidade desproporcional pelos processos envolvidos na substituição geracional de membros individuais da classe, enquanto os homens podem estar desproporcionalmente envolvidos na manutenção dos processos de acumulação capitalista”. Este ponto será retomado na página 86 desta dissertação.

⁶¹ Para Vogel (2013 [1983], p. 155), o sentido desta contradição varia de acordo com as diferentes conjunturas. Na maioria das sociedades de classes, as mulheres da classe explorada participam da produção excedente e do trabalho necessário, porém “suas responsabilidades específicas e subordinação nas tarefas do trabalho necessário

Vogel (*ibidem*, p. 155) destaca que, *para resolver essa contradição*, uma ampla variedade de formas de reprodução da força de trabalho se desenvolveu no curso da história, implicando, em praticamente todos os casos, no reforço da supremacia masculina: maior responsabilidade dos homens pela provisão de meios de subsistência, maior responsabilidade das mulheres pelas tarefas contínuas de trabalho necessário e expansão das formas institucionalizadas de dominação masculina sobre as mulheres. A autora ressalta que, no entanto, a descoberta do “verdadeiro funcionamento” das formas *específicas* de reprodução da força de trabalho de uma dada sociedade de classes é uma questão de investigação histórica – e, no presente, de intervenção política. A *teoria* pode apenas *deduzir certas tendências* que flutuam de acordo com a conjuntura histórica e a luta de classes. Vogel (2013 [1983], p. 155-156, tradução minha) exemplifica este movimento na esfera teórica:

em situações que minimizam a importância da substituição geracional da força de trabalho, as divisões sexuais do trabalho e as instituições familiares da classe explorada podem ser relativamente fracas. Se uma classe dominante depende da mão-de-obra migrante de fora dos limites da sociedade, por exemplo, ela pode abrigar esses trabalhadores em quartéis, colocar mulheres e homens para trabalhar em empregos similares, encorajar contracepção ou esterilização e ignorar os efeitos do trabalho pesado sobre as mulheres nos últimos meses de gravidez. Normalmente, a substituição geracional fornece a maior parte da necessidade de uma sociedade pela reprodução da força de trabalho. Aqui, uma severa escassez de mão-de-obra causada por guerra, fome ou catástrofe natural tenderia a exagerar as pressões contraditórias sobre as mulheres trabalhadoras. **Dependendo da situação histórica, pode ser enfatizado o papel da família como o local da reprodução geracional, ou a importância da participação das mulheres no trabalho excedente, ou ambos. Durante um período em que a necessidade da classe dominante de maximizar o trabalho excedente supera as considerações de longo prazo, todos os indivíduos da classe explorada podem ser mobilizados para produção excedente, causando deslocamento severo em suas instituições de vida familiar e domínio masculino.** Tal foi o caso na industrialização da Inglaterra durante o século XIX, e, como se pode argumentar, é novamente o caso nos países capitalistas avançados de hoje. **Essas tendências não prosseguirão sem oposição.** Os trabalhadores migrantes podem lutar contra o isolamento dos parentes. Os trabalhadores nativos podem se opor ao uso de mão-de-obra estrangeira. As mulheres podem se recusar a ficar em casa para gerar e criar filhos. Os homens podem resistir à participação das mulheres na força de trabalho. Os trabalhadores podem apoiar a legislação que proíbe o trabalho infantil.

podem acarretar consequências para o trabalho que realizam na área da produção de excedente. Por exemplo, a responsabilidade individual pelo cuidado da criança na sociedade capitalista torna as mulheres excepcionalmente vulneráveis às condições opressivas do trabalho doméstico. Por outro lado, o envolvimento no trabalho excedente pode afetar as formas de trabalho necessário das mulheres. Nas plantations estadunidenses (American), por exemplo, a maioria das mulheres escravas trabalhava nos campos do patrão, enquanto as tarefas de cozinhar e cuidar das crianças eram coletivamente desempenhadas por mulheres mais velhas e crianças muito jovens. Numa conjuntura particular no desenvolvimento de uma dada sociedade de classes, a opressão das mulheres na classe explorada é moldada não apenas pela relação das mulheres com os processos de manutenção e renovação da força de trabalho, mas pela extensão e caráter de sua participação no trabalho excedente.”

Mulheres e homens podem se organizar para defender as formas existentes de suas instituições de vida familiar. Em resumo, **os processos de reprodução da força de trabalho na sociedade de classes normalmente constituem um importante terreno de batalha**⁶².

Assim, Vogel conclui sua argumentação reafirmando que a existência da opressão das mulheres nas sociedades de classe é um fenômeno histórico, que depende também da contingência das lutas sociais de determinada conjuntura. Dessa forma, ela pode ser analisada com a orientação de um arcabouço teórico, mas jamais dedutível teoricamente – sua “origem” ou “causa” é histórica, não teórica. A autora ressalta que, embora existam exceções, historicamente, as sociedades de classes se caracterizaram como patriarcais, ou seja, permaneceram sob a supremacia masculina (VOGEL, 2013 [1983], p. 154). Em seguida, Vogel passa a desenvolver sua análise sobre a especificidade da opressão das mulheres nas sociedades capitalistas.

3.4 O caráter específico da opressão das mulheres na reprodução social capitalista

Ao *descer o nível de abstração* para analisar a *relação* entre *trabalho necessário e excedente* sob o capitalismo, Vogel (2013 [1983], p. 157) destaca que a particularidade destas sociedades é que a exploração ocorre através da apropriação da mais-valia, e o trabalho

⁶² No original: “In situations that minimise the importance of generational replacement of labour-power, sex-divisions of labour and family-institutions in the exploited class may be relatively weak. If a ruling class relies on migrant-labour from outside the society's boundaries, for example, it might house these workers in barracks, put women and men to work at similar jobs, encourage contraception or sterilisation, and ignore the effects of heavy work on women in the last months of pregnancy. Ordinarily, generational replacement provides the major part of a society's need for the reproduction of labour-power. Here, a severe labour-shortage caused by war, famine, or natural catastrophe would tend to exaggerate the contradictory pressures on women workers. Depending on the historical situation, either the role of the family as the site of generational reproduction, or the importance of women's participation in surplus-labour, or both, might be emphasised. During a period in which the ruling class's need to maximise surplus-labour overwhelms long-range considerations, all individuals in the exploited class might be mobilised into surplus production, causing severe dislocation in its institutions of family-life and male dominance. Such was the case in industrialising England during the nineteenth century, and, such, it can be argued, is again the case in the advanced capitalist countries today. These tendencies will not proceed unopposed. Migrant-workers may fight against their isolation from kin. Native-born workers may oppose the use of foreign labour. Women may refuse to stay home to bear and raise children. Men may resist the participation of women in the labour-force. Workers may support legislation banning child-labour. Women and men may organise to defend the existing forms of their institutions of family life. In short, the processes of the reproduction of labour-power in class-society ordinarily constitute an important terrain of battle.” (VOGEL, 2013 [1983], p. 155-156).

excedente *aparece* sob a forma de trabalho assalariado. A força de trabalho adquire a forma de uma mercadoria especial que, embora não produzida de forma capitalista, é comprada e vendida no mercado e possui a peculiaridade de ser uma fonte de valor. Segundo a autora, o processo contínuo de reprodução dos portadores da força de trabalho e a sua disponibilidade enquanto mercadoria a ser explorada é a condição de existência para o capital. Assim,

a reprodução capitalista exige que a força de trabalho esteja disponível como uma mercadoria para compra em quantidade e qualidade adequadas e a um preço apropriado. Por mais imperfeitas que sejam, essas necessidades [reprodutivas] moldam os processos que mantêm os portadores da força de trabalho existentes, enquanto, ao mesmo tempo, a força de trabalho como um todo é continuamente reconstituída para atender às necessidades futuras. A maneira pela qual os vendedores de força de trabalho vivem suas vidas é, em princípio, uma questão de indiferença para com a classe capitalista. Em contraste, representa uma preocupação central para os portadores da força de trabalho. Nesse sentido, as circunstâncias em que ocorre a reprodução da força de trabalho, que incluem a determinação de seu preço, são sempre um resultado da luta de classes⁶³ (VOGEL, 2013 [1983], p. 157, tradução minha).

Dessa forma, para Vogel, as características da reprodução da força de trabalho e da opressão das mulheres na sociedade capitalista surgem da lógica da própria acumulação capitalista. Ela desenvolve este argumento ao demonstrar a forma especial e específica que o trabalho necessário adquire nessas sociedades: sua divisão em dois componentes, o social e o doméstico. O *componente social do trabalho necessário* estaria, como Marx conceituou, indissolúvelmente ligado ao trabalho excedente no processo de produção capitalista; já o *componente doméstico do trabalho necessário* – ou trabalho doméstico – seria a porção do trabalho necessário que é realizada *fora* da esfera da produção capitalista, ignorada por Marx. Para que ocorra a reprodução da força de trabalho, ambos os componentes seriam indispensáveis (VOGEL, 2013 [1983], p. 157).

Nas sociedades capitalistas, portanto, a relação entre trabalho excedente e necessário tem dois aspectos: por um lado, a demarcação entre o trabalho excedente e o componente social do trabalho necessário é *ocultada* pelo pagamento de salários no processo de trabalho

⁶³ No original: “**Capitalist reproduction demands that labour-power be available as a commodity for purchase in adequate quantity and quality and at an appropriate price. However imperfectly, these needs shape the processes that maintain the existing bearers of labour-power, while at the same time the labour-force as a whole is continually reconstituted to accord with future needs.** The manner in which the sellers of labour-power live out their lives is, in principle, a matter of indifference to the capitalist class. By contrast, it represents a central concern for the bearers of labour-power. In this sense, the circumstances under which reproduction of labour-power takes place, which include the determination of its price, are always an outcome of class-struggle” (Vogel, 2013 [1983], p. 158).

capitalista; por outro lado, o componente doméstico do trabalho necessário, realizado na esfera privada, torna-se dissociado do trabalho assalariado performedo na esfera pública, arena na qual o trabalho excedente é realizado. Porém, Vogel (2013 [1983], p. 159) destaca que à medida que a acumulação avança, a contradição entre trabalho doméstico e trabalho assalariado se aprofunda:

o impulso do capitalismo para aumentar a mais-valia através do aumento da produtividade, especialmente através da industrialização, força uma separação espacial, temporal e institucional severa entre o trabalho doméstico e o processo de produção capitalista. Os capitalistas devem organizar a produção de modo que cada vez mais ela esteja sob seu controle direto em oficinas e fábricas, onde o trabalho assalariado é executado por períodos de tempo específicos. O trabalho assalariado chega a ter um caráter que é totalmente distinto da vida do trabalhador fora do trabalho, incluindo o envolvimento dele no componente doméstico do trabalho necessário. Ao mesmo tempo, o salário media tanto os processos de manutenção diária quanto os de substituição geracional, suplementados ou às vezes substituídos por contribuições do Estado. Ou seja, o componente social do trabalho necessário do trabalhador facilita a reprodução da força de trabalho indiretamente, fornecendo dinheiro que deve ser trocado para adquirir mercadorias. Essas duas características - a separação do trabalho assalariado do trabalho doméstico e o pagamento de salários - são materializadas no desenvolvimento de locais especializados e unidades sociais para o desempenho do trabalho doméstico⁶⁴ (VOGEL, 2013 [1983], p. 159, tradução minha).

Há, portanto, uma relação de contradição entre as esferas pública e privada no capitalismo, à qual soma-se o fato de que, nestas sociedades, o fardo do componente doméstico do trabalho necessário repousa desproporcionalmente sobre as mulheres, enquanto o fornecimento de mercadorias – portanto, o componente social do trabalho necessário, ligado ao trabalho excedente – tende a ser desproporcionalmente a responsabilidade dos homens, cumprida através de sua participação no trabalho assalariado. Esse posicionamento diferenciado de mulheres e homens em relação ao trabalho excedente e aos dois componentes do trabalho

⁶⁴ No original: “Capitalism's drive to increase surplus-value by enhancing productivity, especially through industrialisation, forces a severe spatial, temporal, and institutional separation between domestic labour and the capitalist production-process. Capitalists must organise production so that more and more of it is under their direct control in workshops and factories, where wage-labour is performed for specified amounts of time. Wage-labour comes to have a character that is wholly distinct from the labourer's life away from the job, including his or her involvement in the domestic component of necessary labour. At the same time the wage mediates both daily maintenance and generational-replacement processes, supplemented or sometimes replaced by state-contributions. That is, the social component of the worker's necessary labour facilitates the reproduction of labour-power indirectly, by providing money that must then be exchanged to acquire commodities. These two characteristics - the separation of wage-labour from domestic labour and the payment of wages - are materialised in the development of specialised sites and social units for the performance of domestic labour.” (VOGEL, 2013 [1983], p. 159)

necessário geralmente é acompanhado por um sistema de supremacia masculina, e origina-se como um legado histórico das divisões do trabalho das sociedades de classes anteriores (VOGEL, 2013 [1983], p. 159-160). Vogel destaca que tais divisões – já opressivas – são então fortalecidas pela separação particular entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado gerado pelo modo de produção capitalista: “o trabalho doméstico ocorre cada vez mais em unidades sociais especializadas, cujo isolamento do trabalho assalariado no espaço e no tempo é ainda mais enfatizado pela supremacia masculina”⁶⁵ (*ibidem*, p. 160). Essas condições marcam o caráter específico do trabalho doméstico no capitalismo.

A *aparente e contraditória* separação entre as esferas pública e privada seria, portanto, a base material para a opressão das mulheres no capitalismo: sobre esta cria-se toda a superestrutura ideológica que a reforça e, assim, perpetua a supremacia masculina; do ponto de vista da experiência de homens e mulheres, o isolamento das unidades domésticas aparece como uma separação natural entre ambos. A vida aparece dividida em uma série de dicotomias: homem/mulher, público/privado, trabalho/família, etc. Esta ideologia de esferas separadas, cuja base é o próprio funcionamento do modo de produção capitalista, rapidamente se institucionaliza (VOGEL, 2013 [1983], p. 160-161). Vogel demonstra ainda que a necessidade do capital em aumentar a produção de mais-valia também implica uma contradição entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado. Enquanto um componente do trabalho necessário, a redução da mão-de-obra doméstica cria potencialmente mais-valia relativa e absoluta:

Como um componente do trabalho necessário, o trabalho doméstico potencialmente é extraído do compromisso que os trabalhadores possuem para a realização do trabalho excedente através da participação no trabalho assalariado. Objetivamente, então, ele compete com o impulso do capital pela acumulação. Se uma pessoa tende a cultivar a própria horta, cortar a sua própria lenha, cozinhar suas próprias refeições, e caminhar seis milhas para trabalhar, a quantidade de tempo e energia disponível para o trabalho assalariado é menor do que se ela comprar comida em um supermercado, viver em um prédio de apartamentos com aquecimento central, comer em restaurantes e utilizar o transporte público para ir para o trabalho. Da mesma forma, se uma pessoa apoia uma outra pessoa, por exemplo, uma esposa, para que ela cuide do trabalho doméstico, esta esposa se torna menos disponível para participar do trabalho assalariado, enquanto, ao mesmo tempo, o salário de quem a apoia deve cobrir os custos dos meios de consumo utilizados por ela. Na medida em que o trabalho doméstico de uma sociedade capitalista ocorre dentro de domicílios particulares, a pressão da acumulação capitalista resulta em uma tendência a diminuir a quantidade deste trabalho realizada em cada domicílio. Ou seja, o componente doméstico do trabalho necessário é severamente reduzido. Ao mesmo tempo, mais membros do agregado familiar podem entrar na força de trabalho, aumentando a quantidade total de trabalho

⁶⁵ No original: “Domestic labour increasingly takes place in specialised social units, whose isolation in space and time from wage-labour is further emphasised by male supremacy.” (VOGEL, 2013 [1983], p. 160)

assalariado realizado pelo agregado familiar, um fenômeno semelhante à intensificação do trabalho de um único trabalhador⁶⁶ (VOGEL, 2013 [1983], p. 161-162, tradução minha).

Portanto, *do ponto de vista do capital*, o trabalho doméstico é *simultaneamente* indispensável e um obstáculo à acumulação. Por um lado, ele constitui uma condição essencial para o capitalismo, uma vez que para que a produção capitalista tenha lugar, ela deve ter um fornecimento contínuo de força de trabalho e, para que esta esteja disponível, o trabalho doméstico deve ser realizado; por outro lado, o trabalho doméstico fica no caminho do desejo de lucro do capitalista, pois também limita a quantidade de força de trabalho explorável disponível. Uma vez que a redução do trabalho doméstico cria potencialmente mais-valia absoluta e relativa, a longo prazo, a classe capitalista procura estabilizar a reprodução da força de trabalho a um baixo custo e com um mínimo de trabalho doméstico⁶⁷. Ao mesmo tempo, a classe trabalhadora, seja como uma força unida ou fragmentada em setores concorrentes, esforça-se para conquistar as melhores condições possíveis para sua própria renovação, o que pode incluir um determinado nível e tipo de trabalho doméstico. Vogel destaca que, da mesma forma, o valor do salário de um trabalhador – que corresponde ao valor total das mercadorias necessárias para sua manutenção e substituição – depende das condições historicamente estabelecidas e demanda análise empírica específica (VOGEL, 2013 [1983], p. 164).

Ainda, do ponto de vista da reprodução societal, a reprodução social é a reprodução da classe trabalhadora como um todo, o que inclui não só os trabalhadores ativos, mas todos aqueles inaptos para o trabalho (por exemplo, crianças, doentes e idosos), imigrantes, membros

⁶⁶ No original: “As a component of necessary labour, domestic labour potentially takes away from the commitment workers can make to performing surplus-labour through participation in wage-work. Objectively, then, it competes with capital's drive for accumulation. If one tends one's own garden plot, chops one's own firewood, cooks one's own meals, and walks six miles to work, the amount of time and energy available for wage-labour is less than if one buys food in a supermarket, lives in a centrally-heated apartment building, eats in restaurants, and takes public transportation to work. Similarly, if one supports another person, for example a wife, in order that she take care of domestic labour, that person is less available to participate in wage-labour, while at the same time one's own wage must cover the costs of her means of consumption. To the extent that the domestic labour of a capitalist society takes place within private households, the pressure of capitalist accumulation results in a tendency to decrease the amount performed in each household. That is, the domestic component of necessary labour is severely reduced. At the same time, more household members may enter the work force, increasing the total amount of wage-labour performed by the household, a phenomenon akin to intensification of a single worker's labour.” (VOGEL, 2013 [1983], p. 161-162).

⁶⁷ Vogel demonstra que este fenômeno pode incluir uma série de medidas que inclusive ultrapassam as relações familiares. Ela pode se dar tanto através da automação (introdução de máquinas de lavar roupa, por exemplo), quanto através da socialização das tarefas domésticas (quando o Estado as assume, através da educação e da rede de saúde pública, por exemplo) e/ou transferência destas para o setor de serviços (por exemplo, lavanderias, lojas de roupas prontas e redes de fast-food). A autora destaca ainda que o trabalho doméstico total de uma sociedade também pode ser reduzido empregando-se populações institucionalizadas (trabalho prisional, trabalho militar) e atraindo trabalhadores migrantes de outros países. (VOGEL, 2013 [1983], p. 162).

do exército industrial de reserva, e todos aqueles membros da superpopulação relativa não incorporados neste último. Apesar de também contribuírem majoritariamente para a manutenção e renovação destes setores através de seu trabalho reprodutivo, a posição das mulheres em relação ao trabalho assalariado ou ao exército industrial de reserva deve ser um tópico de análise específica, pois também varia de acordo com a luta de classes e o contexto histórico de cada sociedade (VOGEL, 2013 [1983], p. 165-167).

Após identificar a *base material* da posição diferenciada que as mulheres possuem na sociedade capitalista enquanto um fenômeno econômico, Vogel (2013 [1983], p. 168) passa a analisar de que forma esta posição se articula com o que considera um desdobramento político e ideológico fundamental do funcionamento do modo de produção capitalista: a tendência à igualdade entre todos os seres humanos. A autora demonstra que a forma particular assumida pela igualdade na sociedade capitalista deriva, em última instância, do caráter duplo das mercadorias (VOGEL, 2013 [1983], p. 169). Segundo Marx (2013 [1867]), uma mercadoria é um produto do trabalho humano que possui uma dupla característica: valor de troca e valor de uso. Tal característica deriva de um processo de abstração e equalização do trabalho humano. A troca de mercadorias coloca a grande diversidade de trabalho útil e concreto que as produz em pé de igualdade, de modo que estas só podem ser trocadas porque cada uma delas incorpora uma certa quantidade da mesma coisa: o *trabalho humano abstrato*, isto é, o valor. A existência de valor requer, portanto, que as diferenças entre os vários tipos de trabalho sejam desconsideradas para sua equalização. Da mesma forma, requer que trabalhadores e capitalistas se encontrem livremente e em igualdade de condições no mercado, de modo a viabilizar uma troca de equivalentes – característica fundamental do modo de produção capitalista.

Vogel (2013 [1983], p. 170-171) destaca que Marx dedicou um esforço considerável para demonstrar que essa troca de equivalentes baseada em “direitos iguais” de comprador e vendedor anda de mãos dadas com a exploração, característica essencial do modo de produção capitalista. A igualdade só reina, portanto, na esfera da circulação; na esfera da produção, reina a desigualdade e a luta de classes, onde forças de opressão de classe ameaçam a tendência à igualdade. Porém, como vimos, o fenômeno da igualdade e da liberdade individual não é, no entanto, uma projeção ilusória das relações sociais capitalistas, mas sim uma tendência real ligada à exploração de classes pela própria lógica da reprodução capitalista.

Neste momento, Vogel recupera a contradição que Lênin explicitou ao analisar os direitos democráticos (exposta no item 3.1.2 deste capítulo), e afirma que o capitalismo une a

liberdade política com a restrição econômica em uma tensão que é característica da sociedade burguesa. A autora destaca ainda que

à medida que o capitalismo se desenvolve, mais e mais processos sociais ficam sob o domínio do capital, acompanhados de tendências para aumentar a equalização do trabalho humano e, potencialmente, aumentar a igualdade entre as pessoas. **Na realidade, essas tendências encontram uma série de obstáculos, e a história mostra que o capitalismo é, de fato, compatível com um mercado de trabalho estratificado, bem como com arranjos políticos altamente antidemocráticos.** Mesmo naquelas sociedades com uma história relativamente contínua de democracia, o fenômeno da igualdade de pessoas passa por uma transformação significativa ao longo do tempo (VOGEL, 2013 [1983], p. 171, grifos meus, tradução minha).

Desta forma, Vogel (2013 [1983], p. 172) destaca que a tendência da sociedade capitalista em expandir a igualdade formal tem, portanto, um resultado altamente contraditório: quanto mais direitos democráticos são estendidos a todas as pessoas, mais o caráter econômico e social opressor do capitalismo é revelado.

A identificação da posição diferencial das mulheres na reprodução social e da especificidade de sua opressão no capitalismo, leva Vogel a distinguir o caráter da negação de direitos democráticos às mulheres da negação destes a outros grupos sociais. Nas palavras da autora:

Muitos grupos de composição e caráter variados não possuem direitos iguais dentro da sociedade capitalista. Alguns, como aqueles compostos de pessoas de origem africana ou nativa nos Estados Unidos, têm histórias específicas como povos oprimidos. A falta de igualdade de seus membros deriva de uma história de opressão que passa implacavelmente de geração em geração, determinando a experiência de cada pessoa do berço ao túmulo. Outros grupos, como os homossexuais, os deficientes ou os idosos, são compostos por indivíduos com características particulares adquiridas mais ou menos acidentalmente, e não necessariamente compartilhados pelo parentesco. Essas características, que podem ou não ser permanentes, formam uma base para a discriminação e a negação de direitos. **As mulheres nas sociedades capitalistas não são nem um povo oprimido com uma história distinta, nem um grupo de indivíduos com certas características. Elas são, sim, os 51% dos seres humanos que têm a capacidade de gerar filhos, o que, se feito, pode reabastecer o contingente de força de trabalho para o capital. Sua falta de igualdade tem, em outras palavras, um caráter específico que a distingue da negação de direitos democráticos a outros grupos. É um caráter específico, enraizado no lugar diferencial da mulher na reprodução social capitalista.** Do mesmo modo, os obstáculos à conquista da real igualdade social para as mulheres têm um caráter

próprio, separável daqueles que bloqueiam a igualdade para os outros grupos⁶⁸ (VOGEL, 2013 [1983], p. 173, grifos meus, tradução minha).

Enquanto outros grupos sociais possuem características específicas – históricas ou sociais – que nos permitiria compreender sua negação de direitos, para Vogel, no caso das mulheres, sua desigualdade possui um caráter específico e se dá devido à sua posição diferencial na reprodução social capitalista. Assim, a posição especial das mulheres na sociedade capitalista é definida por dois aspectos: um comum à todas as sociedades de classes, qual seja, homens e mulheres possuem posições sociais diferentes no que tange à reprodução social; e o segundo que tange à igualdade de direitos: mulheres – como todos os outros grupos oprimidos – possuem seus direitos democráticos negados (*ibidem*, p. 173). Neste momento, Vogel retoma o argumento de que a localização diferencial de mulheres e homens em relação à reprodução social varia de acordo com a classe, e ressalta outra contradição. Enquanto apenas algumas mulheres realizam trabalho doméstico na sociedade capitalista – ou seja, mulheres da classe trabalhadora, cujos esforços mantêm e renovam a força de trabalho explorável –, todas as mulheres sofrem com a falta de igualdade no capitalismo (*ibidem*, p. 174). No modo de produção e reprodução social capitalista, leis discriminatórias que ou sobrevivendo de sociedades de classes anteriores, ou estabelecidas por novos mecanismos de discriminação política, aplicam-se a todas as mulheres, independente de classe social. Em consequência, as mulheres de todas as classes passam então a lutar juntas contra a desigualdade de gênero.

Para Vogel, o fato de que mulheres de todas as classes sofrem com a falta de igualdade, possui o potencial de revelar, de forma mais contundente, que sob o capitalismo, a *aparência* de igualdade revela uma *essência* de desigualdade social. Além disso, em alguns países de capitalismo avançado de sua época, a expansão das camadas médias e o

⁶⁸ No original: “Many groups of varying make-up and character are denied equal rights within capitalist society. Some, like those comprised of persons of African or native American origin in the United States, have specific histories as oppressed peoples. Their members' lack of equality derives from a history of oppression that relentlessly passes from generation to generation, stamping each person's experience from cradle to grave. Other groups, like homosexuals, the disabled, or the elderly, are made up of individuals with particular characteristics acquired more or less accidentally, and not necessarily shared by kin. These characteristics, which may or may not be permanent, form a basis for discrimination and denial of rights. Women in capitalist societies are neither an oppressed people with a distinct history nor a collection of individuals with certain characteristics. They are, rather, the 51 percent of human beings who have the capacity to bear children, which if done may replenish capital's supply of labour-power. Their lack of equality has, in other words, a specific character that distinguishes it from the denial of democratic rights to other groups. It is a specific character rooted in women's differential place within capitalist social reproduction. Correspondingly, the obstacles to the achievement of real social equality for women have their own character, separable from those blocking equality for other groups.” (VOGEL, 2013 [1983], p. 173)

desenvolvimento de um estilo de vida consumista, por vezes fazia *parecer* que as diferenças entre homens e mulheres superavam as diferenças de classe, impulsionando a união de mulheres de diferentes classes e setores em sua luta por igualdade de direitos. Assim, o potencial revolucionário dos movimentos de mulheres seria inegável. Vogel destaca que, apesar das diferenças de interpretação que cada setor do movimento de mulheres possuía em relação ao significado da igualdade, as contradições do capitalismo tardio tornavam provável, que, no decorrer da luta política, estas perceberiam a diferença entre a igualdade formal e a igualdade social real. Segundo a autora, isso poderia formar uma base para o desenvolvimento de um movimento de mulheres orientado para o socialismo (VOGEL, 2013 [1983], p. 174).

Dessa forma, ao analisar a opressão das mulheres em termos do trabalho doméstico e da igualdade de direitos, Vogel (2013 [1983], p. 173) reafirma a diferença de sua tese para a das feministas-socialistas de sua época. Estas frequentemente localizavam a opressão das mulheres na sociedade capitalista em sua dupla posição como trabalhadoras domésticas e trabalhadoras assalariadas. Para Vogel este seria um argumento economicista, que, ao concentrar-se apenas nos fenômenos econômicos, não seria capaz de explicar a opressão das mulheres que não pertencem à classe trabalhadora e o potencial para construir organizações progressistas de mulheres que cruzassem as divisões de classe, raça e nacionalidade (*ibidem*, p. 175). Nas palavras da autora:

Apesar do compromisso do movimento feminista-socialista com a libertação de todas as mulheres, com a autonomia organizacional e com a importância da experiência subjetiva, ele abraçou paradoxalmente uma visão da opressão das mulheres muito semelhante ao economicismo de grande parte da tradição socialista. **Em contrapartida, o argumento de que a opressão das mulheres está enraizada em sua dupla posição em relação ao trabalho doméstico e direitos iguais fornece uma estrutura para entender a posição das mulheres no trabalho assalariado e analisar como um movimento de liberação de base ampla pode representar um componente essencial na luta pelo socialismo**⁶⁹. (VOGEL, 2013 [1983], p. 176, tradução minha)

⁶⁹ No original: “Despite the socialist-feminist movement's commitment to the liberation of all women, to organisational autonomy, and to the importance of subjective experience, it has paradoxically embraced a view of women's oppression quite similar to the economism of much of the socialist tradition. By contrast, the argument that women's oppression is rooted in their dual position with respect to domestic labour and equal rights provides a framework for both understanding women's position in wage-labour and analysing how a broad-based women's liberation-movement may represent an essential component in the fight for socialism. (VOGEL, 2013 [1983], p. 176)

Por fim, Vogel (2013 [1983], p. 177) percebe que a dupla e específica dinâmica da opressão das mulheres no capitalismo também imprime uma característica específica sobre o caráter da família neste modo de produção. Uma vez que, historicamente, o trabalho doméstico tem sido realizado principalmente por mulheres, em um contexto de supremacia masculina, a família da classe trabalhadora *torna-se* um repositório altamente institucionalizado da opressão das mulheres. Este aspecto, bem como o caráter transversal da luta feminista por igualdade de direitos, contribui para que se originem relações ideológicas antagônicas entre os sexos. Vogel alerta que

nesta atmosfera de tensão crônica no ambiente doméstico e privado das famílias, a opressão das mulheres pode *aparecer* apenas como uma opressão desencadeada pelos homens, enraizada em uma divisão sexual do trabalho trans-historicamente antagonista e corporificada na família. Não obstante, é a responsabilidade do trabalho doméstico necessário à reprodução social capitalista - e não a divisão sexual do trabalho ou a família em si - que sustenta materialmente a perpetuação da opressão e da desigualdade das mulheres na sociedade capitalista⁷⁰ (VOGEL 2013 [1983], p.177, tradução minha).

A autora enfatiza, no entanto, que esta percepção deriva apenas de sua análise teórica sobre a base material da família da classe trabalhadora; ou seja, seu caráter pode variar de acordo com os desenvolvimentos históricos específicos de uma dada sociedade capitalista. Ainda, a experiência familiar da classe trabalhadora reflete um papel contraditório na reprodução social capitalista: por um lado, a vida familiar na sociedade capitalista é geralmente caracterizada pela supremacia masculina e opressão das mulheres, produzindo tensões e conflitos que podem fragmentar ainda mais uma classe trabalhadora já dividida; de outro, as famílias constituem importantes instituições de apoio dentro das comunidades da classe trabalhadora, e podem fornecer uma base para a oposição às tentativas da classe capitalista de impor ou ampliar sua dominação econômica, política ou ideológica (VOGEL, 2013 [1983], p. 177).

Assim, para Vogel (*ibidem*, p. 177-178), na sociedade burguesa, a família não é nem totalmente um pilar de defesa e solidariedade para a classe trabalhadora, nem necessariamente

⁷⁰ No original: “In this atmosphere of chronic tension within private family households, women's oppression may appear to be solely an oppression by men, rooted in a transhistorically-antagonistic. sex-division of labour and embodied in the family. Nonetheless, it is responsibility for the domestic labour necessary to capitalist social reproduction- and not the sex-division of labour or the family per se - that materially underpins the perpetuation of women's oppression and inequality in capitalist society”. (Vogel, 2013 [1983], p. 177)

uma instituição tão tomada pela dominação masculina que deva ser abolida. Em vez disso, as famílias da classe trabalhadora geralmente incorporam elementos de apoio e conflito, unidos em uma combinação dinâmica que não é necessariamente fixa. A autora deixa à cargo da investigação empírica compreender qual destas faces predominam em uma situação particular.

Vogel conclui sua concepção sobre o caráter específico da opressão das mulheres nas sociedades capitalistas: ele é estabelecido pela posição específica das mulheres tanto em relação ao trabalho doméstico reprodutivo, quanto à igualdade de direitos. Contraditoriamente, esse duplo caráter da opressão das mulheres no capitalismo constitui, ao mesmo tempo, um obstáculo a certas tendências inerentes à acumulação capitalista, como a tendência à redução do trabalho doméstico e à livre disponibilidade de força de trabalho para a produção de mais-valia. O argumento de Vogel fornece uma estrutura para entender o fato de que, embora muitas mudanças no caráter do trabalho doméstico e no status de igualdade dos direitos das mulheres tenham ocorrido nos chamados anos gloriosos da dominação capitalista, a opressão das mulheres continua a ser elemento fundamental. Para a autora, “enquanto o capitalismo sobreviver, o trabalho doméstico será necessário para sua reprodução, desproporcionalmente realizado por mulheres e provavelmente acompanhado por um sistema de supremacia masculina” (VOGEL, 2013 [1983], p. 176).

Dessa forma, a solução de Vogel para a extinção da opressão das mulheres é o fortalecimento da luta feminista, a socialização e a redução progressiva da carga desproporcional imposta às mulheres pelo trabalho doméstico e a extensão da democracia como meio para uma transição socialista (*ibidem.*, p. 178-182). Ela termina sua obra, dedicando cerca de cinco páginas ao tema da transição ao socialismo. Não examinarei tais páginas aqui, uma vez que tal discussão extrapolaria o escopo do presente trabalho, qual seja, apresentar a perspectiva da reprodução social e os limites e contrastes envolvidos na proposta de construção de uma teoria unitária.

4 CRÍTICAS À PERSPECTIVA DA REPRODUÇÃO SOCIAL DE LISE VOGEL

Embora, no contexto de sua publicação, *Marxismo e a Opressão das Mulheres* tenha sido praticamente ignorado nos círculos feministas e marxistas⁷¹, importantes críticas foram feitas à proposta teórica da reprodução social tal como sistematizada por Vogel. Estas envolveram desde à sua conceitualização da reprodução social no âmbito do trabalho necessário como definido por Marx em *O Capital*, à escolha metodológica em recuperar Althusser e reivindicar *um maior nível de abstração* em sua análise. Esta última rendeu à Vogel a qualificação de muitos “ismos”: funcionalismo, reducionismo ou determinismo econômico e biológico (JACKSON, 1999; BARRETT, 1988 [1980]; FERGUSON, 1999; FERGUSON, 2008).

Parte dessas críticas foram fruto de uma incompreensão das próprias categorias marxianas, como por exemplo, o significado de “produção de valor” e a distinção entre produção e reprodução social. De todo modo, juntamente com as críticas da teoria dualista à perspectiva teoria unitária (HARTMANN, 1974), todas elas foram abordadas por Arruzza (2017) e são diretamente confrontadas pelas contribuições contemporâneas à teoria da reprodução social, que será analisada no sexto capítulo desta dissertação.

Nesse momento, serão examinadas apenas críticas a Vogel desenvolvidas por autores que perseguiram o objetivo de construção de uma teoria unitária das relações sociais, e que pretendiam uma maior aproximação com a categoria marxiana de totalidade social. Nessa linha, destacam-se três estudos: a crítica à escolha metodológica de Vogel elaborada por Brenner (1984); os trabalhos de Brown (2013) e Dunayevskaya (2000 [1958]) representantes da tradição Marxista-Humanista, que destacam a problemática do sujeito revolucionário e da unidade entre teoria e prática; e a crítica metodológica e antirracista de Bannerji (1995; FERGUSON; MCNALLY, 2017 [2013]), que ressalta a indiferença de Vogel – assim como a maioria das feministas-marxistas de sua época – em relação aos processos de racialização e colonização e em perceber como estes impactam a teorização sobre a opressão das mulheres.

Tais críticas contém elementos fundamentais tanto para a elaboração teórica quanto para a organização prática da luta feminista e socialista. Como veremos no sexto capítulo deste trabalho, atualmente, estas ainda representam o maior desafio das contribuições

⁷¹ Ferguson e McNally (2013, p. 43), destacam que a única resposta acadêmica de relevância foi escrita por Johanna Brenner. Trabalharei com ela no item 4.1 deste capítulo.

contemporâneas à teoria da Reprodução Social, qual seja, como abordar, de forma unitária, a relação entre as diversas formas de opressão (raça, classe, gênero, sexualidade, etc.) e o capitalismo e quais ferramentas são necessárias à sua contestação (BHATTACHARYA, 2017).

Por último, cabe destacar que a crítica dirigida à conceitualização do trabalho doméstico enquanto trabalho necessário foi admitida como um possível equívoco pela autora em um artigo publicado em 2000 na revista *Science & Society* (reeditado junto à sua obra em 2013), considerado de menor importância pela própria⁷², motivo pelo qual também não o abordarei aqui.

4.1 A crítica de Johanna Brenner aos limites metodológicos de Vogel

A primeira crítica ao modelo de abstração proposto por Vogel no interior do campo feminista-marxista, foi desenvolvida por Johanna Brenner (1984), no ano seguinte à publicação de *Marxismo e a Opressão das Mulheres*. Ao questionar a proposta de Vogel em razão de seu alto nível de abstração – o que chama de “nível teórico” –, Brenner (1984) sugere que tal modelo teórico ofereceria apenas um “estágio preliminar” do que se chamou de *perspectiva da reprodução social*.

Em primeiro lugar, a análise de Vogel seria incapaz de teorizar adequadamente sobre os conflitos de interesse entre homens e mulheres, especialmente no que diz respeito ao papel ativo que os homens desempenhariam em manter a opressão de gênero. Segundo Brenner, ao analisar a família da classe trabalhadora no capitalismo, Vogel não trata de questões-chave para as

⁷² Para Vogel (2013 [2000], p. 193), “O que está claro, entretanto, é que se o trabalho doméstico deve ser conceituado como um componente do trabalho necessário ou não, a linha de fundo é que alguma maneira de o teorizar dentro da economia política marxista deve ser encontrada”. Segundo Ferguson e McNally, Vogel estava correta ao dizer que o trabalho de produzir e reproduzir as gerações atuais e futuras de trabalhadores assalariados é socialmente necessário para o capital, porém, não se confunde com a categoria “trabalho necessário”, que possuiria um significado muito mais restrito para Marx no interior de sua teoria do mais-valia: “[o trabalho necessário] se refere ao trabalho que compreende um custo necessário para o capital, o trabalho que deve ser pago (em salário) dos fundos do capital. É por isso que Marx se refere ao salário como “capital variável”. Há muito mais trabalho não-remunerado – trabalho que não tem que ser pago pelo capital – que é necessário para a reprodução de uma sociedade capitalista. E o capital é certamente auxiliado em grande parte pelo fato de que as crianças são paridas, amamentadas, nutridas, amadas e educadas em unidades baseadas em parentesco, assim como os adultos são fisicamente, psiquicamente e socialmente reproduzidos nelas. Mas os capitais individuais aqui se beneficiam de práticas sociais que não formam nenhum dos seus custos necessários. Não há, portanto, nenhuma taxa de mais-valia aqui, tanto porque essas práticas não são mercantilizadas (elas produzem valores de uso, mas não valores de troca), quanto porque não há nenhuma estrutura de custo direta envolvida para o capital” (FERGUSON; MCNALLY, 2017 [2013], p. 47, tradução minha).

feministas-socialistas: ela ignora as relações de poder existentes entre homens e mulheres, além de como a estrutura de classe define os limites dentro dos quais as classes subalternas organizam as suas famílias e lares, e como essas condições são definidas de forma a incentivar os sistemas familiares de “dominação masculina”. Para Brenner, olhar para estas questões seria indispensável no sentido de construção de uma “teoria unitária” adequada. Tal projeto, no entanto, exigiria um olhar para além da “base econômica material” da sociedade, ou seja, uma investigação que considerasse, no mínimo, as estruturas ideológicas e políticas que compõem a hierarquia de gênero (BRENNER, 1984, p. 699)⁷³.

Assim, uma separação tão rígida entre base e superestrutura, teria feito com que Vogel tentasse resolver os problemas da abordagem dualista apenas ignorando as relações de poder entre homens e mulheres da classe trabalhadora, em vez de situar essa relação dentro da estrutura mais ampla estabelecida pelas relações de dominação de classe. Brenner argumenta que Vogel falha ao tentar contrariar a teoria dualista, segundo a qual a figura do “homem provedor” emerge no capitalismo em resposta também aos interesses dos homens da classe trabalhadora, e não simplesmente aos da classe capitalista, uma vez que ambos sustentam uma estrutura patriarcal anterior que os beneficia. Para a autora, Vogel não se diferencia desta explicação ao afirmar que isto seria consequência de um legado histórico de divisões sexuais de trabalho opressivas em sociedades pré-capitalistas.

Ainda, na medida em que Vogel argumenta que a posição das mulheres é definida não apenas pela diferença na sua relação desigual no âmbito da reprodução social, mas também por sua desigualdade no que tange ao acesso à direitos democráticos, para Brenner, seu argumento sobre como as diferenças de classe determinam a opressão das mulheres sob o capitalismo não está claro. Por um lado, Vogel afirma que mulheres de todas as classes compartilham da negação da igualdade formal – ou seja, em última instância, mulheres da classe dominante e mulheres da classe capitalista seriam conjunta e igualmente oprimidas pelos homens. Por outro lado, ela afirma que apenas as mulheres da classe trabalhadora seriam forçadas a realizar trabalho doméstico que mantém e renova a força de trabalho explorável. Ora, este último argumento não constituiria um importante elemento de diferenciação da opressão entre mulheres de classes diferentes? Na perspectiva de Brenner (1984), Vogel não respondeu como e por que a falta de direitos democráticos das mulheres se desenvolveu, por que é mantida e que relação teria com a “localização diferencial das mulheres em relação à reprodução social”. Para

⁷³ Ferguson e McNally ([2017 [2013], p. 44) argumentam no mesmo sentido sobre a divergência entre Brenner e Vogel.

a autora, “o quadro teórico geral de Vogel está desconcertantemente desconectado de sua análise concreta da opressão das mulheres dentro da sociedade capitalista” (*ibidem*, p. 699).

Segundo Ferguson e McNally (2017 [2013], p. 44), Brenner está de fato correta ao afirmar que Vogel não tenta teorizar o exercício do poder masculino no lar ou dar uma explicação histórica do seu desenvolvimento, já que “seu interesse está em analisar o que há nas relações fundamentais do capitalismo que *parece exigir* um sistema de família baseado em uma ordem de gênero” dominada pela supremacia masculina (FERGUSON; MCNALLY, 2017 [2013], p. 44). Neste sentido, os comentários de Brenner “são instrutivos na medida em que articulam o exato problema que Vogel se propôs a resolver: estabelecer uma análise de primeira instância teoricamente indispensável da reprodução de capital, de gênero e social, que tornará possível uma teoria unitária – em oposição a uma análise dualista ou puramente descritiva.” (*ibidem*, p. 44). Para estes autores, a crítica de Brenner quanto ao nível de abstração escolhido por Vogel revela apenas que esta foi bem-sucedida no que se propôs a fazer: decifrar a *base material* do sistema doméstico baseado na opressão às mulheres e identificar a dinâmica sócio-material do sistema capitalista que *tende* a reproduzir formas de família patriarcais (*ibidem*, p. 45). Ao invés de uma fraqueza, este aspecto seria um feito singular da obra de Vogel (2013 [1983]): ela prepara um estágio preliminar para uma teoria da reprodução social capaz de conectar logicamente a opressão às mulheres às características essenciais do modo de produção capitalista (FERGUSON; MCNALLY, 2017 [2013], p. 45-46). Nas palavras de Ferguson e McNally:

Evidentemente, aqui estamos lidando com uma tendência e não uma lei de ferro. O fato de que a reprodução social é, e tem que ser, desempenhada através de indivíduos corporificados envolvidos pelos imperativos do capitalismo, não significa que toda e qualquer forma de família é funcionalmente determinada. Tradições culturais e lutas sociais também irão moldar a variedade de arranjos familiares disponíveis. Mas, ao identificar o problema chave da necessidade sob o capitalismo de um local social que reproduz a força de trabalho biológica e socialmente, a análise de Vogel nos permite entender porque as sociedades capitalistas, não obstante sua vasta gama de histórias diversas, reproduziram repetidamente formas de família de dominação masculina. Da mesma maneira, ela também propõe uma forma de compreender porque as formas domésticas podem mudar de maneiras significativas, como com o crescimento do reconhecimento legal de casamentos e lares homoafetivos, assim como famílias chefiadas por mães solteiras ou pais solteiros sem que a opressão às mulheres seja eliminada. Por mais que as classes dominantes tenham resistido ao afrouxamento das normas de gênero e das morais sexuais, essas mudanças não minaram inerentemente a generificação das responsabilidades fundamentais de parto, amamentação e criação das crianças pequenas. (*ibidem*, p. 45, grifos meus)

Cabe destacar que, a argumentação dos autores evidencia, implicitamente, a fragilidade da proposta de Brenner ao afirmar que uma teoria unitária deveria considerar as relações de opressão no interior da família da classe trabalhadora (em contraposição ao argumento metodológico de Vogel, que expus no item 3.2 desta dissertação). Ao afirmar que a família é *necessariamente* local de opressão feminina e de domínio hierárquico masculino, Brenner (1984, p. 699), produz um argumento pautado em uma realidade específica do modelo hegemônico de classe trabalhadora, i.e. branca e ocidental. Caso tomado como argumento universal, pode-se produzir uma análise eurocêntrica/racista da realidade ao desconsiderar outras experiências possíveis de “família” sob o capitalismo – ainda que a autora argumente que este é o modelo “quase universalmente imposto” (*ibidem*, p. 699). Retomarei este ponto no tópico seguinte.

Em um outro sentido, Ferguson e McNally (2017 [2013], p. 46) apresentam uma crítica importante à escolha metodológica de Vogel. Os autores alertam que, ao se apropriar da noção “*hiper-abstrata*” de Althusser de uma teoria “não-contaminada pelo mundo empírico” para explicar seu procedimento teórico, Vogel comete um erro similar às feministas-socialistas precursoras de seu trabalho, que cederam à influência estruturalista ao desenvolver sua proposta teórica. Segundo estes autores, seria mais produtivo entender que o procedimento de Vogel estabelece as *condições de possibilidade* das formas de família e da ordem de gênero na sociedade capitalista. Através da crítica elaborada por Bannerji (1995) à Teoria da Reprodução Social, Ferguson e McNally (2017 [2013], p. 50-51, grifos meus) consideram que Vogel recai nos seguintes problemas:

Apesar das feministas da reprodução social partirem do conceito de trabalho, elas frequentemente tendem a conceituar o trabalho como uma coisa que opera dentro de outra coisa ou estrutura (por exemplo, a economia, o lar ou a comunidade). Uma abordagem tão positivista, observa Bannerji, **perde o sentido de história, do processo de tornar-se, através do qual relações estruturais se constituem e dos sujeitos daquela história em particular. Como resultado, muitas feministas socialistas criaram “um vão intransponível entre *self*, cultura e experiência e o mundo em que eles surgem, e têm pouco a dizer sobre a subjetividade política”** (BANNERJI, 1995, p. 80). **Esse é um motivo, ela sugere, pelo qual há um silêncio tão profundo sobre racismo no feminismo da reprodução social nos anos 1980 e 1990.** Ao falhar na apreensão de processos complexos e contraditórios através dos quais as múltiplas dimensões da vida social criam um todo integral e dinâmico, **muito**

do pensamento feminista marxista hesita quando se trata de teorizar a totalidade social em toda a sua diversidade.⁷⁴

A questão da subjetividade política e do silêncio em relação ao racismo constituem importantes desafios até hoje para a teoria da reprodução social (BHATTACHARYA, 2017). Neste sentido, a crítica de Bannerji (1995), segundo a qual o feminismo-marxista (e com ele a perspectiva da reprodução social) falha em teorizar a *totalidade social* em toda a sua diversidade é fundamental para esta dissertação. Passamos a analisá-la mais de perto a seguir.

4.2 Himani Bannerji e limites da teoria unitária no sentido antirracista e anticolonial

Em reação à virada linguística, que dominou as ciências sociais após a publicação do livro de Vogel (2013 [1983]), diversos autores identificaram a necessidade da atualização e fortalecimento das teorias sobre o capitalismo que incluíssem expressamente a sua relação com as hierarquias de raça-gênero-classe, bem como da identificação de um instrumento metodológico para a análise social mais completo neste sentido. Como destacam Ferguson e McNally (2013), apesar da tentativa de desenvolver uma teoria unitária a partir de uma concepção ampla e não-economicista do trabalho, o feminismo da reprodução social de Vogel (2013 [1983]) e Brenner (1984) – dentre outras propostas teóricas como a teoria da interseccionalidade – também não foi capaz de elaborar uma análise completamente integrada da constituição das relações de classe, gênero, sexualidade e raça, caindo ou na teoria dualista⁷⁵ ou em uma análise meramente descritiva da realidade.

Uma das principais críticas direcionadas contra a Teoria da Reprodução Social neste sentido, tem sido, como citamos anteriormente, a crítica de Bannerji (2005; 1995). Para Bannerji (2005 [1995]), devido a uma leitura positivista de *O Capital* (baseada em Althusser), esta teoria não tem abordado adequadamente a *mediação* das relações sociais – cujo sinal é o

⁷⁴ A abordagem de Bannerji é de extrema importância e envolve o cerne dos atuais debates no interior da Teoria da Reprodução Social contemporânea, estando presente também na obra de diversos autores como Bhattacharya e seus colaboradores (2017). Retornarei a este ponto por diversas vezes ao longo deste tópico e no último capítulo desta dissertação.

⁷⁵ Aqui, me refiro à compreensão da exploração capitalista e da luta de classes como autônomas, pertencentes à esferas separadas.

fato de que raça e racismo estão ausentes de suas primeiras contribuições e permaneceram nos bastidores durante toda a década de 1990. O conceito de mediação enfatiza que a nossa experiência “imediate” do mundo é sempre socialmente e historicamente mediada. Segundo a autora, a leitura althusseriana leva a perspectiva da reprodução social a tratar a economia como uma coisa ou uma estrutura, e não como um conjunto historicamente mutável de relações sociais, o produto da atividade prática consciente dos seres humanos. Em vez disso, os sujeitos estão analiticamente presentes somente como portadores inconscientes de papéis determinados pelas necessidades sistêmicas das esferas em que operam – perspectiva que reproduz uma dicotomia e hierarquização entre uma *base* econômica e uma *superestrutura* política e ideológica, na qual a primeira se sobrepõe e determina a última.

Para Bannerji (2005 [1995]), que parte da concepção desenvolvida por Thompson (1987 [1974]), a experiência no processo de formação da classe é fundamental para se construir – e compreender – a consciência, já que é através da experiência que os indivíduos interpretam e dão sentido ao mundo. A autora insiste na importância de se priorizar a experiência vivida por cada fração de classe. Em uma crítica à teoria da interseccionalidade, por exemplo, Bannerji destaca a importância da experiência:

(...) tanto as pessoas não brancas quanto as brancas que vivem no Canadá ou no Ocidente sabem que essa experiência social não é vivida como uma questão de interseccionalidade. Seu senso de estar no mundo, texturizado através de uma miríade de relações sociais e formas culturais, é vivido ou sentido ou percebido como estando todos juntos e tudo de uma vez. A presença de uma mulher não branca da classe trabalhadora (negra, sul-asiática, chinesa, etc.) no ambiente usualmente racializado não é divisível separadamente e em série. O fato de sua negritude, seu sexo e sua personalidade neutra quanto ao gênero de ser uma pessoa da classe trabalhadora se misturam a sua identidade simultânea e instantaneamente. Essa identificação é tanto no olho de quem vê quanto em seu próprio sentido de presença social capturado por esse olhar. O mesmo vale para uma mulher branca, mas quando confrontados com essa questão do “ser” e da experiência, é difícil colocá-los em prática em termos de uma ontologia social. Qual poderia ser a razão para essa inadequação conceitual que falha em captar tal experiencialidade formativa? Se é vivido, então como pode ser pensado e como podemos superar nossas deficiências conceituais?⁷⁶ (BANNERJI, 2005 [1995], p. 144, tradução minha)

⁷⁶ No original: “(...) both non-white and white people living in Canada/the West know that this social experience is not, as lived, a matter of intersectionality. Their sense of being in the world, textured through myriad social relations and cultural forms, is lived or felt or perceived as being all together and all at once. A working class non-white woman’s (Black, South Asian, Chinese, etc.) presence in the usual racialized environment is not divisible separately and serially. The fact of her blackness, her sex and gender neutral personhood of being working class blend into something of an identity simultaneously and instantaneously. This identification is both in the eye of the beholder and her own sense of social presence captured by this gaze. The same goes for a white woman, yet when confronted with this question of “being” and experience we are hard put to theorize them in terms of a social ontology. What could be the reason for this inadequacy of conceptualization which fails to

Assim, Bennerji (2005 [1995]) argumenta que, se as experiências das pessoas se tornarem irrelevantes perante uma determinação econômica, a análise como um todo é desvinculada da história. Sua proposta é a de um novo retorno ao conceito de totalidade social de Marx tal como descrito nos *Grundrisse*, a partir do qual pode-se teorizar uma leitura mais complexa do “social”, que considere a realidade em “suas múltiplas mediações de relações e formas sociais” (*ibidem*, p.104). Nesta leitura, cada momento ou aspecto da esfera social pode ser demonstrado como refletindo os outros; aonde cada pequena parte da realidade contém o “macrocosmos” social em seu “microcosmos”. Nas palavras de Bannerji:

Aqui eu assumo "o social" para significar uma formação socioeconômica e cultural complexa, trazida à vida através de uma miríade de relações sociais e históricas finitas e específicas, organizações e instituições. Envolve agentes humanos vivos e conscientes e o que Marx chamou de "atividade humana prática sensorial". Aqui a cultura e a sociedade não estão em uma relação mecânica de base econômica e superestrutura cultural. Todas as atividades do e no social são relacionais e mediadas e articuladas com suas expressivas, e também incorporadas, *formas de consciência*. Aqui, práticas significantes e comunicativas são momentos intrínsecos do ser social⁷⁷ (BANNERJI 2005, p. 146-147, tradução e grifos meus).

Dessa forma, gênero, raça e classe seriam inseparáveis, encontrando-se em uma relação reflexiva e constitutiva. A categoria “classe” deveria ser transmutada: de um conceito econômico para um conceito social, que implicasse constitutivamente tanto *relações sociais* quanto *formas de consciência*. Para a autora, todas as atividades *do* e *no* “social” são “relacionais e mediadas e articuladas com suas expressivas, e também incorporadas, formas de consciência” (BANNERJI, 2005 [1995], p.147). Bannerji considera, portanto, que não há possibilidade de que teorias marxistas que, como a teoria da reprodução social, “apagam o social da concepção de ontologia” e produzem uma epistemologia fragmentada do todo, possam superar o reducionismo e o estruturalismo sem alterar seus pressupostos (*ibidem*, p. 147).

capture such formative experientiality? If it is lived, then how can it be thought, and how can we overcome our conceptual shortcomings?” (BANNERJI, 2005 [1995], p. 144.)

⁷⁷ No original: “Here I assume "the social" to mean a complex socio-economic and cultural formation, brought to life through myriad finite and specific social and historical relations, organizations and institutions. It involves living and conscious human agents and what Marx called their “sensuous, practical human activity”. Here culture and society are not in a mechanical relation of an economic base and a cultural superstructure. All activities of and in the social are relational and are mediated and articulated with their expressive as well as embedded forms of consciousness. Here signifying and communicative practices are intrinsic moments of social being.” (BANNERJI 2005, p. 146-147, tradução minha)

O argumento de Bannerji, fundamental para a discussão de como teorizar sobre raça, gênero e classe a partir de uma perspectiva da totalidade social, não encerra o debate; seu argumento sobre a totalidade social é importante para considerarmos as críticas no sentido antirracista que as teorias feministas-marxistas – inclusive a teoria da reprodução social – constantemente sofrem, bem como para avaliar seus limites.

Neste sentido, como ilustração, é interessante retomarmos o argumento de Brenner sobre a família. Ao criticar a escolha metodológica de Vogel, Brenner baseia sua argumentação na concepção de que a família da classe trabalhadora é local de opressão masculina (1984, p. 699). No entanto, poderíamos facilmente demonstrar a fragilidade deste argumento, por exemplo, através do trabalho de Hill Collins (2000 [1990]). Ao estudar as relações sociais e os laços familiares entre as comunidades afro-diaspóricas nos Estados Unidos, Hill Collins distingue o significado de *família* na perspectiva das mulheres negras estadunidenses, da opressão comumente denunciada por feministas-marxistas como Brenner. Segundo Hill Collins, devido à sua experiência específica – cujo desenvolvimento histórico inclui sua posição social durante a escravidão e o regime de segregação racial estadunidense, as mulheres afro-americanas experenciam as relações familiares como uma forma de resistência e não como uma forma de exploração e opressão masculina⁷⁸. Esta experiência inclui sua responsabilidade desigual pelo trabalho reprodutivo não-remunerado que executam no lar (HILL COLLINS, 2000 [1990], p. 46).

Neste sentido, ainda que consideremos o silêncio que o trabalho de Vogel manteve sobre a questão racial, as suas conclusões sobre a condição da família sob o capitalismo parecem mais próximas de abranger a realidade descrita por Hill Collins. Retomando a conclusão de Vogel (2013 [1983], p. 177), exposta no item 3.4 desta dissertação, para a autora a família da classe trabalhadora *torna-se* um repositório altamente institucionalizado da opressão das mulheres no capitalismo. Porém, ela guarda uma dupla característica: a família não é nem totalmente um pilar de defesa e solidariedade para a classe trabalhadora, nem necessariamente uma instituição tão tomada pela dominação masculina que deva ser abolida. Em vez disso, as famílias da classe trabalhadora geralmente incorporam elementos de apoio e conflito, unidos em uma combinação dinâmica que não é necessariamente fixa. Cabe ressaltar que Vogel

⁷⁸ O argumento de Hill Collins (2000 [1990], p.47) – proveniente do pensamento feminista negro – confronta as teorias feministas como a de Brenner em muitos outros aspectos importantes, como na crítica à identificação da mulher e do trabalho feminino com a esfera privada e do homem com a esfera pública. Retomarei esta questão no capítulo 4 desta dissertação.

expressamente deixa à cargo da investigação empírica compreender qual destas faces *predominam* em contextos históricos e sociais particulares.

Este tipo de reflexão por um lado, nos permite perceber a potencialidade explicativa – e os limites⁷⁹ – que uma escolha metodológica mais abstrata pode oferecer no sentido de teorizar sobre uma instituição social. Por outro lado, no que tange à subjetividade política, o problema torna-se ainda mais complexo. Ao mesmo tempo em que Vogel desconsidera a posição social das mulheres trabalhadoras não-brancas em seus pressupostos analíticos, ela argumenta pela existência de uma negação da igualdade formal à todas as mulheres em relação aos homens. Esta seria uma especificidade que comporia o fundamento da opressão das mulheres no capitalismo. A abstração das realidades de classe e raça da categoria “mulher” com a qual trabalha, implica que sua análise da produção e da reprodução da força de trabalho se restrinja à realidade das mulheres e homens brancos. Em outras palavras, sua escolha metodológica não lhe permite enxergar, por exemplo, as complexidades, contradições, e diferenças transversais na distribuição da desigualdade. Facilmente poderia se argumentar que, caso a categoria “mulher” ou “homem” em sua análise considerasse o elemento “raça”, seria impossível falar na negação da igualdade formal como elemento diferenciador da posicionalidade entre homens e mulheres. Aos homens negros nos EUA, por exemplo, a igualdade formal é negada em relação a mulheres brancas; não há que se falar em igualdade formal entre mulheres brancas e negras, e assim por diante. Logo, a questão da igualdade formal não pode ser considerada “base material”, ou elemento de explicação da opressão das mulheres no capitalismo.

As consequências da escolha metodológica de Vogel para sua teorização – ou mesmo para a teoria social como um todo – ainda não foram sistematicamente mapeadas. Porém, podemos destacar preliminarmente as implicações que tal generalização tem para a caracterização da subjetividade política: ao caracterizar a luta feminista como uma luta entre mulheres de todas as classes por igualdade de direitos, Vogel não deixa claro como ela vê a subjetividade política de, por exemplo, mulheres negras. Como demonstra Davis (2016 [1981]), estas historicamente se organizaram de outras formas e com outras pautas – inclusive em lutas pela igualdade formal dos homens negros. Demonstrarei no capítulo cinco que em sociedades de diáspora africana como os EUA e a África do Sul, na luta por direitos democráticos ou

⁷⁹ Por limites, me refiro aqui aos limites já declarados por Vogel quando de sua escolha: à impossibilidade de descrever as particularidades de realidades sociais específicas; aqui, por exemplo, à incapacidade de descrever qual aspecto da família predomina dentre as comunidades negras ou brancas, ou ainda, o funcionamento da realidade de cada uma delas.

sociais, era mais comum que as mulheres negras se organizassem junto a homens negros do que a mulheres brancas de classe média.

Em segundo lugar, poderíamos questionar se tal abstração e essencialização da categoria “mulher” possui consequências (positivas ou negativas) para a própria forma como Vogel teorizou sobre a localização diferencial das mulheres na reprodução capitalista (o que chamou de base material). Ou ainda, se fora isso que lhe permitiu caracterizar a reprodução social no interior do trabalho necessário, uma vez que tal caracterização depende do pressuposto de que o trabalho feminino sempre se dá no interior de uma família heteronormativa, baseada no trabalho assalariado masculino urbano – o que não configura a realidade para grande parte das mulheres não-brancas, do Sul Global, ou ainda, do campo.

Neste sentido, deve-se considerar, que, como demonstrei acima através do exemplo de Hill Collins, análises racistas da realidade estão diretamente ligadas à processos de universalização de dinâmicas sociais específicas que se referem à processos históricos específicos da formação da *classe trabalhadora branca*, argumento que desenvolverei melhor no quinto capítulo ao tratarmos dos contrastes à teoria da reprodução social (entre eles, a teoria marxista de Roediger sobre a *branquitude*⁸⁰). Por enquanto, podemos afirmar que o movimento de elevação de realidades empíricas específicas ligadas a experiências da branquitude (enquanto referencial de neutralidade) ao nível de generalização teórico, ou seja, a universalização de processos socio-históricos específicos, leva à ausência de análises rigorosas que permitam enxergar a totalidade social em sua diversidade e complexidade. Em outras palavras, se, por exemplo, o processo histórico de constituição familiar da classe trabalhadora branca estadunidense é generalizada como processo histórico da classe trabalhadora em abstrato, a realidade empírica e subjetiva das relações familiares entre os trabalhadores negros – bem como das possibilidades de organização política entre trabalhadores brancos e negros – torna-se inacessível, é ocultada.

Como veremos no sexto capítulo, o feminismo negro constrói sua crítica ao que considera “feminismo branco” exatamente no sentido descrito acima: como o *a priori* universal das teóricas feministas-socialistas era a condição específica da mulher branca de classe média confinada na esfera privada do lar, elas foram incapazes de perceber que a mulher negra

⁸⁰ Neste trabalho, a palavra “branquitude” refere-se a um lugar de poder e de vantagem sistêmica, que em sociedades estruturadas pela dominação racial, geralmente é ocupada por pessoas brancas. Já a palavra “brancura” refere-se às características fenotípicas de europeus ou euro-descendentes. Esta distinção é necessária, como destaca Schucman (2012, p. 102), para destacar que os sujeitos brancos não possuem uma essência de identificação com a branquitude. Ao contrário, trata-se de processos psicossociais de identificação, decorrentes do processo histórico.

historicamente estava fadada à esfera pública e incapacitada de estabelecer vínculos familiares privados. Quando estes vínculos se estabeleciam, as mulheres negras os tinham como seu local de libertação, condição que se manteve após o período de segregação racial (DAVIS, 2016 [1981]; HILL COLLINS, 2000 [1990]), conferindo um caráter duplamente contraditório na relação material destas mulheres com o ambiente doméstico: simultaneamente local de aprisionamento e de liberdade.

Desta forma, pode-se dizer que, no sentido da tentativa de apreender a totalidade social que envolve a *relação* entre as relações de produção e de opressão sob o capitalismo, a proposta metodológica de Vogel não é suficiente para construir uma teoria unitária. Apesar de insuficiente, é importante valorizar a escolha metodológica de Vogel⁸¹ em criticar análises funcionalistas e economicistas, ao mesmo tempo, insistir na rigorosa separação entre teoria necessariamente abstrata e investigação empírica. Embora o rigor dessa separação não seja capaz de evitar a universalização de um sujeito abstrato – como podemos depreender do silêncio sobre a questão racial em sua própria obra –, a tentativa de evitar certa confusão teórico-conceitual traduz a intenção de Vogel de se aproximar do exercício dialético proposto por Marx: movimentar-se da aparência à essência dos fenômenos, ou seja, do concreto ao abstrato e do abstrato de volta ao concreto, desvelando a relação contraditória existente entre ambos os níveis de análise. Para a autora, a compreensão rigorosa de tal separação metodológica permitiria evitar confusões conceituais cuja consequência seria a produção de universalizações equivocadas para a teoria social.

Contudo, seu principal problema é a busca pela essência na reflexão abstrata sobre a *causa* econômica da opressão das mulheres no capitalismo – que traduz como “base material”. Essa busca por uma “base material” revela a permanência de uma separação entre base e superestrutura, na qual a esfera econômica se sobrepõe à esfera social. Quando Vogel liga a análise empírica à análise política, separando-a da análise teórica, ainda que seja “para fins de exposição”, ela reproduz a dicotomia que pretende evitar ao tentar construir uma perspectiva unitária das relações sociais no capitalismo e revela importantes debates de fundo ao debate feminista-marxista: a dialética aparência-essência e a capacidade de abordar simultaneamente o universal e o particular; a questão da totalidade social e da unidade entre teoria e prática; a necessidade de superação dialética das dicotomias humanidade/natureza, economia/política, etc.; e a questão da alienação.

⁸¹ Tal posição foi reafirmada pela autora em 2017, no Prefácio do volume *Social Reproduction Theory*, editado por Bhattacharya (2017)

Neste movimento, percebemos que a proposta de abstração teórica de Vogel só pode subsistir levando em consideração a possibilidade de um sujeito abstrato, universal, sem um ponto de vista especificamente situado – o que implica a reprodução de concepções essencialistas e universais da “mulher”. A validade e as consequências desse projeto, permanecem uma pergunta em aberto para a teoria da reprodução social. Respondê-las exigiria uma análise teórica que extrapola os limites desta dissertação, cujo objeto é apenas apresentar a teoria e explicitar seus limites. Não pretendo resolver nenhuma delas neste trabalho. Retomarei esta questão nos últimos capítulos desta dissertação no sentido de demonstrar os contrastes, as possíveis implicações da escolha metodológica e epistemológica da teoria da reprodução social, e contribuições recentes que visam superar as críticas aqui levantadas. Como veremos, o recente volume organizado por Bhattacharya, *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression*, publicado em 2017, reconhece as dificuldades no que tange à conceptualização de uma teoria unitária sobre a relação entre o capitalismo e as opressões de classe, gênero, raça e sexualidade em uma escala global. Antes, passo à exposição da crítica Marxista-Humanista, que traz questionamentos importantes quanto à subjetividade política e os limites da perspectiva feminista-marxista em geral, e da proposta de Vogel em particular.

4.3 Heather Brown e a crítica Marxista-Humanista ao feminismo-marxista

A perspectiva Marxista-Humanista⁸², inaugurada por Raya Dunayevskaya com a obra *Marxism and Freedom* [Marxismo e Liberdade] de 1958, pode oferecer importantes *insights* para ajudar na compreensão da perspectiva da totalidade social e suas possíveis mediações com as questões de raça e gênero. Dunayevskaya (2000 [1958]) tenta recapturar a unidade integral da teoria da sociedade de Marx em sua base fundamental: a totalidade social e a filosofia humanista. Uma abordagem detalhada desta tradição extrapolaria os limites desta dissertação. A fim de demonstrar as principais linhas argumentativas da interpretação Marxista-Humanista, aproximando-as com a discussão sobre a opressão das mulheres no interior da tradição

⁸² O marxismo-humanismo é uma corrente de pensamento fundada por Raya Dunayevskaya, que se baseia na filosofia marxiana enquanto uma filosofia eminentemente humanista, para qual é central a perspectiva de unidade entre teoria e prática, trabalhador e intelectual, e filosofia e organização. Para mais, cf., <https://www.imhojournal.org/about/>

feminista-marxista, optei por apresentá-la através da obra de Heather Brown (2013), recorrendo, de forma pontual, à Dunayevskaya (2000 [1958]). Ao considerar a obra de Marx em sua completude – inclusive manuscritos e artigos ainda não publicados – Brown (2013) propõe um estudo crítico sobre as concepções de *gênero* e *família* na filosofia marxiana.

Ao discutir a produção teórica elaborada pelas feministas-marxistas a partir da década de 1970, Brown (2013) considera que apesar de sua importância histórica, tal produção é problemática, uma vez que as diversas linhas argumentativas – inclusive a perspectiva da reprodução social proposta por Vogel (2013 [1983]) – lidam apenas com aspectos específicos do pensamento de Marx, desconsiderando a totalidade de sua obra⁸³. A autora ilustra este problema ao ressaltar que a maioria das críticas feministas-marxistas à obra de Marx se baseia na tese de que ele afirma uma primazia da esfera da produção em detrimento da reprodução e/ou consumo (esferas historicamente constituídas como tarefa das mulheres), visão na qual estaria também refletida uma suposta separação entre as esferas da economia/política e da natureza/cultura (BROWN, 2013, p. 67).

Apesar das diferentes nuances com as quais as diversas autoras se aproximavam da filosofia marxiana, de uma maneira geral, haveria uma crença no interior do feminismo-marxismo de que as insuficiências na teoria de Marx consistiam em um reflexo de como esta seria cega ao gênero (*gender-blinded*), reforçando uma estrutura patriarcal que reafirmava a divisão sexual do trabalho. Assim, ainda que a construção do conceito de “reprodução social” e da argumentação por uma teoria unitária capaz de superar dualismos na abordagem da interação entre as esferas pública e privada representasse um avanço, Brown argumenta que os conceitos de reprodução e totalidade social em Marx seriam na verdade ainda mais complexos do que o modelo apresentado por Vogel e pela Teoria da Reprodução Social contemporânea (BROWN, 2013, p.70/212).

Neste sentido, Brown (2013) argumenta que Marx inicia a exposição de sua concepção de totalidade social, base de todo o seu pensamento e fundamental para a compreensão destas relações, nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844*, primeira explicação do autor sobre sua teoria geral da sociedade e da mudança social. Nestes manuscritos, o autor defende a

⁸³ Segundo Brown (2013, p. 05), a substância das conclusões de Marx não pode ser separada de seu método, pois os dois estão relacionados dialeticamente; sua teoria relacional ganha força com base em sua compreensão das interconexões entre o todo e suas partes. A autora destaca que é “importante examinar a teoria de Marx como uma totalidade - tanto os aspectos positivos quanto negativos - para acessar seu potencial em termos de avanço da teoria e objetivos feministas”.

necessidade da superação dialética (*Aufhebung*) dos dualismos cultura-humanidade/natureza (cujo paralelo seria o dualismo homem/mulher), sujeito/objeto, essência/aparência, através da unidade entre *teoria e práxis*. Marx então desenvolve uma crítica da racionalidade capitalista por separar em seu próprio movimento, a unidade que existe entre estes *aparentes* “dualismos”. A partir desta crítica, Marx passa então a desenvolver sua teoria da alienação, que segundo Brown (2013, p. 28-31) possui um conteúdo também indispensável para compreender as relações de gênero no capitalismo. É interessante notar que este tema escapa à análise de Vogel (2013 [1983]).

A autora ressalta ainda que estas não são perspectivas presentes apenas nos escritos da juventude de Marx: ao contrário, o autor foi relativamente consistente nestes aspectos, mantendo um compromisso com a compreensão dialética das relações sociais que tenderam a afastá-lo de compreensões dualistas até seus trabalhos tardios, incluindo *O Capital*, a *Crítica ao Programa de Gotha* e seus *Cadernos Etnológicos* (BROWN, 2013, *passim*). Este argumento de Brown, é compatível com a análise de Vogel sobre a concepção não-dualista de Marx em seu debate silencioso com Engels (apresentado no segundo capítulo desta dissertação). Como veremos nas próximas linhas, Brown aprofunda o argumento de Vogel e, ao aprofundá-lo, se afasta da perspectiva althusseriana adotada pela autora e se aproxima da visão de totalidade social defendida por Bannerji (2005 [1995]) e exposta no item 1.1 desta dissertação.

Segundo destaca Brown, no que tange à superação do dualismo natureza/humanidade, Marx defende que existe uma relação de unidade dialética entre ambos, *mediada* pelo trabalho. Isto porque, sua teoria não é um sistema no qual a consciência simplesmente reflete a realidade: “consciência e natureza interagem para formar a realidade para a humanidade. (...) Objetivamente, ‘humanos são seres condicionados e limitados’, dependentes de outros objetos para sua sobrevivência. Assim, humanos não podem ser sujeitos puros em nenhum sentido real: em vez disso, os objetos atuam sobre eles, moldando-os também”⁸⁴ (BROWN, 2013, p.19-20, tradução minha). A autora demonstra então que, para Marx, seres humanos têm consciência de suas necessidades e um entendimento de sua relação com as outras espécies, e é ao analisar esta relação que o autor nota o aspecto subjetivo da humanidade em seu aspecto processual e histórico, e conclui que o “natural” não se refere à um estado estático de existência, mas a um processo consciente de autotranscendência, ou seja, o que pode ser considerado natural para a humanidade está em constante estado de mudança. Daí que a “natureza só pode ser entendida

⁸⁴ No original: “(...) consciousness and nature interact to form reality for humanity. (...) Objectively, humans are conditioned and limited being[s]’ dependent upon other objects for their survival. Thus, humans cannot be pure subjects in any real sense: instead, objects act upon and mould them as well.” (BROWN, 2013, p.19-20)

como existente no interior de uma relação dialética com a humanidade – jamais como um conceito abstrato –, uma vez que ‘também a *natureza* tomada abstratamente, para si própria, e rigidamente separada do homem, não significa nada para o homem’⁸⁵ (BROWN, 2013, p.20, tradução minha).

Assim, qualquer concepção rígida de um dualismo entre natureza e humanidade/cultura e, portanto, de um correspondente dualismo entre homem e mulher baseado em *papéis tradicionais* é completamente estranha ao *corpus* teórico de Marx, para o qual mudança e desenvolvimento são em si mesmos *naturais*. Longe de ser um desenvolvimento parcial no qual a humanidade domina a natureza, Marx postula a superação dialética (*Aufhebung*) desse dualismo onde um “naturalismo completamente desenvolvido é humanismo e um humanismo completamente desenvolvido é naturalismo” (BROWN, 2013, p.20-22). Além disso, como destaca Brown (2013, p. 22), esta não é só a solução para o dualismo entre humanidade e natureza mas, desde que seres humanos são seres sociais que mediam suas relações uns com os outros através da natureza, essa seria também a solução para os antagonismos que existiram entre os indivíduos em uma sociedade de classes, inclusive no que tange à relação entre homens e mulheres:

As ações do indivíduo para com a natureza tendem a espelhar as relações sociais da sociedade em questão e vice-versa. Assim, o dualismo hierárquico presente na sociedade capitalista entre natureza e cultura é historicamente baseado e potencialmente transitório, e não uma divisão natural. Além disso, devido à ideologia da sociedade moderna, onde as mulheres são, às vezes, vistas como mais biológicas do que os homens, essa discussão da natureza e da cultura também pode se relacionar indiretamente com a posição das mulheres na sociedade⁸⁶ (BROWN, 2013, p.22, tradução minha).

Neste sentido, particularmente importante é o conceito de desenvolvimento histórico de Marx, mesmo em termos de “necessidade biológica”. Para Marx, todas as necessidades biológicas são mediadas socialmente, portanto, a luta de classes, e por exemplo, as restrições

⁸⁵ No original: “Nature can only be understood as existing within a dialectical relation with humanity – rather than as an abstract concept – since ‘nature too, taken abstractly, for itself, and rigidly separated from man is nothing for man’”. (BROWN, 2013, p.20)

⁸⁶ No original: “The individual's actions with nature tend to mirror the social relations of the society in question and vice-versa. Thus, the hierarchical dualism that is present within capitalist society between nature and culture is historically based and potentially transitory, rather than a natural division. Moreover, due to the ideology of modern society where women are sometimes seen as more biologically based than men, this discussion of nature and culture may also relate indirectly to the position of women in society.” (BROWN, 2013, p. 22)

culturais e os avanços tecnológicos sempre determinam o modo como tais necessidades se expressam. Não há natureza humana essencial e imutável, mas sim uma natureza fadada à constante transformação. Assim, existem apenas formas historicamente específicas da natureza humana, por exemplo, a natureza humana específica do feudalismo, do capitalismo, etc. Brown destaca ainda que

Em sua 'Crítica da Dialética Hegeliana', Marx afirma que sua teoria pode ser considerada um 'naturalismo consistente'. As esferas natural e social estão relacionadas dialeticamente e não podem ser separadas. Assim, para Marx, o desenvolvimento histórico da humanidade não consiste em superar ou dominar a natureza através da ciência e de cultura, mas envolve desenvolvimentos simultâneos nas relações tanto na esfera cultural quanto na "natural"⁸⁷ (BROWN, 2013, p. 32, tradução minha).

Esta visão de interdependência e de relação não-hierárquica entre natureza e humanidade reaparece de forma ainda mais clara anos mais tarde, na edição francesa de *O Capital*, revista por Marx. Nela, o autor afirma que a humanidade e a natureza possuem necessariamente uma relação recíproca, em vez de uma relação aonde a humanidade transcenda ou domine a natureza. Dominar a natureza levaria à dominação dos outros seres humanos, pois, para Marx, a natureza é, num sentido dialético, parte da humanidade, é o *corpo inorgânico da humanidade* (BROWN, 2013, p. 64).

Neste sentido, Brown se volta à desconstrução da perspectiva de que em Marx, produção e reprodução constituiriam esferas separadas ou mesmo antagônicas, como apontamos no capítulo 1 ao discutir as críticas à teoria marxiana por parte das feministas-socialistas e os seus desdobramentos para a militância. Segundo Brown (2013, p. 68), ao contrário do que defende Benston (1969), Marx não tinha a intenção de tratar a atividade reprodutiva como um reflexo das forças biológicas e econômicas. No caso específico dos debates levantados anteriormente, para Brown (2013, p. 70-76), Marx estaria simplesmente descrevendo *o ponto de vista* do capitalista, que somente vê como importante a produção das coisas – incluindo da força de

⁸⁷ No original: "In his 'Critique of the Hegelian Dialectic', Marx states that his theory can be considered a 'consistent naturalism'. The natural and social spheres are dialectically related and cannot be separated. Thus, for Marx, the historical development of humanity does not consist in overcoming or dominating nature through science and culture, but rather involves simultaneous developments in the relationships in both the cultural and 'natural' spheres" (BROWN, 2013, p. 32).

trabalho. Este *parece* ser um processo automático *para o capitalista* porque esta forma de consumo ocorre *fora* de seu foco primário, a produção.

Para Marx, entretanto, este ponto de vista é sempre parcial⁸⁸, uma vez que também há elementos sociais envolvidos no processo de reprodução da força de trabalho individual: por exemplo, quando se fala no “mínimo necessário” para esta reprodução, este “mínimo” não é biológico, é social. O que é considerado o “mínimo necessário” para a reposição da força de trabalho de um indivíduo é definido historicamente: no decorrer da luta de classes os trabalhadores ou lutam em sentido contrário ou se adequam às imposições do capitalista. Assim, ao contrário dos economistas clássicos, que possuem uma visão parcial sobre a produção, Marx via produção e reprodução como um todo dialeticamente relacionado. Quando vista como um processo total, conectado, a reprodução envolve mais do que a criação de seres humanos: ao contrário, sob o capitalismo, a reprodução envolve também um aspecto social que continuamente reproduz a própria relação-capital – o trabalhador e o capitalista. Assim, para Marx, produção e reprodução não são fenômenos mutuamente opostos e nem idênticos: todos os elementos necessários à produção capitalista, incluindo a criação das crianças, são *momentos dialéticos* do todo. Ainda, a autora demonstra que, segundo Marx, a reprodução capitalista não é um processo limitado apenas à fábrica e à produção em si: ela tem também um impacto sobre *o que é visto como esfera privada* (BROWN, 2013, p. 72-73). Nas palavras de Marx:

O processo de acumulação é em si uma característica intrínseca do processo de produção capitalista. Implica a contínua criação de trabalhadores assalariados, o que significa realizar e aumentar a quantidade disponível de capital. Isto é feito tanto estendendo seu domínio à setores da população não anteriormente sujeitos à este processo, como mulheres ou crianças, quanto subjungando setores das massas trabalhadoras que se acumularam através do *crescimento natural* da população. Em um olhar mais próximo torna-se evidente que o próprio capital regula essa produção da força de trabalho, a produção da massa de homens que pretende explorar de acordo com suas próprias necessidades. (MARX, 1976, p. 1061 *apud* BROWN, p. 73, tradução minha)

Aqui, Marx nota como a reprodução física e social é uma característica necessária do processo de acumulação capitalista. O capital é o sujeito que cada vez mais passa a regular toda a atividade e a dominar novos setores da vida social e novos grupos, incluindo mulheres e crianças. Ele faz isso de acordo com suas próprias necessidades, ao invés das necessidades dos

⁸⁸ Apresentarei uma explicação mais detalhada sobre a parcialidade no ponto de vista do capitalista em Marx no tópico 4.3.3 desta dissertação, no marco do *Standpoint Theory*.

que compõem a sociedade. É certo que nestas passagens destacadas por Brown, Marx se refere primeiramente à reprodução do sistema social capitalista (reprodução societal) e não necessariamente às relações da reprodução humana. Apesar do autor não estar interessado diretamente em compreender as relações da esfera privada, ele oferece potencialmente uma ferramenta analítica para compreender como essas duas formas de reprodução separadas interagem (BROWN, 2013, p.73-74). Como argumenta Brown, (*ibidem*, p.74), Marx aponta que os seres humanos jamais se reproduzem somente como seres biológicos, e sim que eles são reproduzidos sob condições sociais muito específicas, baseadas em inúmeras relações materiais no interior de uma sociedade particular. Desta forma, os argumentos de Marx sobre a reprodução social das relações capitalistas parecem apontar para uma necessidade de compreender as relações sociais no interior das esferas pública e privada, bem como a interação entre ambas para que se atinja uma compreensão adequada do verdadeiro funcionamento do sistema capitalista.

Caso Vogel (2013 [1983]) tivesse deixado esse aspecto da filosofia marxiana mais claro, potencialmente teria evitado as críticas de reducionismo biológico, como as realizadas por Jackson (1999) e Barrett (1988 [1980]). Arruzza (2017) rebate estas críticas esclarecendo justamente o significado de reprodução social em Marx, e a inseparabilidade dos aspectos social e biológico da reprodução humana. A leitura de Brown (2013) aprofunda a argumentação tal como realizada por Arruzza (2017), ao demonstrar que aonde Marx claramente vê a produção como um determinante primário da estrutura da família e da sociedade como um todo, ele está falando sobre o modo de produção capitalista, no qual a sociedade cedeu ao mercado o controle das relações sociais. Porém, essa é só uma aparência: “se a produção tem uma forma capitalista, a reprodução terá o mesmo formato. Assim como, no modo de produção capitalista, o processo de trabalho *aparece* como um meio para o processo de valorização, também no caso da reprodução ela *aparece* como um meio de reproduzir o valor adiantado pelo capital, isto é, como valor que se valoriza” (MARX, 1976, p. 711 *apud* BROWN, 2013, p. 74.).

Brown (2013, p. 74) destaca que nesse ponto Marx parece usar a palavra *aparência* em um sentido dialético, no qual a aparência é apenas uma parte de uma totalidade complexa. Isto fica evidente se pensarmos que, em uma sociedade capitalista, enquanto a produção é a produção de valor, todo processo de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução; porém a recíproca não é verdadeira - nem todo processo de reprodução é necessariamente um processo de produção de valor⁸⁹. A forma como a produção acontece hoje não é a única forma

⁸⁹ Arruzza (2017) argumenta no mesmo sentido.

possível de organização da produção; mesmo sob o capitalismo, onde o trabalho aparece apenas como um meio no processo de valorização, há muito mais acontecendo: enquanto se reproduz e expande suas relações para todas as áreas (incluindo a família), ele está ao mesmo tempo, produzindo sua antítese, os meios para a *transcendência* de sua forma. Brown (*ibidem*, p. 74-75) destaca ainda que apesar de Marx não se referir diretamente à família neste caso, em outros trabalhos ele também aplica a ela esta lógica, argumentando que seria improvável que a forma da família moderna ocidental fosse a forma final que esta poderia tomar.

Conforme mencionamos, para a crítica Marxista-Humanista da totalidade social, outras duas perspectivas do pensamento marxiano são fundamentais: a questão da unidade entre teoria e *práxis* e da definição de *proletariado*, *i.e.*, *sujeito revolucionário*, e a categoria de alienação. Tais questões são também cruciais para a tradição marxista como um todo, e, como veremos, ocuparam longo espaço de debate entre as feministas-marxistas, sobretudo para o feminismo-marxista negro. Considerando a importância destas questões para o debate geral desta dissertação, passo a expor brevemente o seu sentido a seguir.

4.3.1 Alienação e opressão das mulheres

Chama atenção que a obra de Vogel (2013 [1983]) não trabalhe o tema da alienação – ainda que retorne aos escritos de juventude de Marx e se debruce especificamente sobre o tema da força de trabalho. Considerando sua potencial importância para a discussão da relação entre o modo de produção capitalista e a opressão das mulheres, passo a descrevê-lo com base na interpretação de Brown (2013).

Embora a discussão que Marx trava a respeito do trabalho alienado não aborde especificamente e de forma sistemática o trabalho das mulheres, Brown (2013, p. 27) destaca inúmeros elementos que sugerem que tal estudo poderia ser realizado a partir da estrutura teórica proposta pelo autor e sem alterá-la fundamentalmente, especialmente em termos de sua compreensão sobre o processo de individualização do *ser-da-espécie* e reificação/objetificação das relações sociais entre os seres humanos. Para a autora, a concepção marxiana sobre o dualismo natureza-humanidade e sobre a alienação afasta qualquer tipo de interpretação que pretenda colocar o trabalho feminino como *natural* ou definido biologicamente, uma vez que a organização social e o processo de desenvolvimento histórico são aspectos cruciais.

Segundo Brown (2013, p. 23-24), na perspectiva marxiana, uma compreensão da alienação, inerente às estruturas políticas e econômicas do capitalismo é crucial para a análise geral da estrutura e organização da sociedade moderna, inclusive no que tange às relações entre homens e mulheres. O processo de alienação começa com o trabalho, que, em sua forma criativa, é o principal fator que distingue os seres humanos dos animais. Sob o capitalismo, no entanto, o trabalho deixa de ser um princípio criativo e um processo de afirmação da vida: ele se transforma em seu oposto, forçado sobre o trabalhador, deixa de ser o que o torna humano e passa a degradá-lo. Assim, o trabalho produz bens que permanecem

opostos a ele [trabalho] como um ser alienígena, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é trabalho que foi incorporado em um objeto e se transformou em uma coisa física; este produto é uma objetificação do trabalho. O desempenho do trabalho é ao mesmo tempo sua objetificação⁹⁰ (BROWN, 2013, p. 24).

Brown (2013, p. 24-27) destaca que, no capitalismo, o trabalhador produz alienação por meio de seu próprio trabalho e, para Marx, a alienação não é meramente a perda de controle sobre o produto: como o trabalhador se produz através do seu trabalho, as condições de trabalho possuem um efeito profundo em todos os aspectos da sociedade; a forma alienada de trabalho torna a vida da espécie em um meio de vida individual. Ou seja, em primeiro lugar, ela aliena a vida da espécie e a vida individual, e em segundo lugar, transforma a última, como uma *abstração*, no propósito da primeira, também em sua forma abstrata e alienada, o que faz com que a vida e a sobrevivência individuais sejam o único meio de afirmar o próprio ser-espécie para o capitalismo, em vez de serem capazes de afirmá-lo de uma forma comunitária.

Dessa forma, além da alienação do trabalhador do produto de seu trabalho, a alienação capitalista produz ainda outro efeito crucial sobre as relações sociais: o trabalhador também é alienado de outros trabalhadores. A alienação não existe somente no local de trabalho, mas se estende para todas as relações sociais, o que é particularmente importante para compreender as relações de gênero. Como demonstra Brown (2013, p. 24-27), em *Propriedade Privada e Comunismo*⁹¹, de 1844, Marx argumenta que o desenvolvimento geral de uma sociedade pode

⁹⁰ No original: “opposed to it [labor] as an alien being as a power independent of the producer. The product of labor is labor which has been embodied in an object and turned into a physical thing; this product is an objectification of labor. The performance of work is at the same time its objectification.” (BROWN, 2013, p. 24).

⁹¹ Caderno pertencente aos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844. Cf. Marx, 2010 [1844].

ser medido com base na relação entre homens e mulheres. Através desta afirmação, o autor estaria indicando que a relação entre ambos os sexos revela o grau geral de alienação, uma vez que esta é uma relação biologicamente necessária em termos de reprodução da espécie⁹². No entanto, esta é apenas uma declaração imediata e abstrata, uma vez que homens e mulheres sempre existem e interagem em circunstâncias concretas mediadas por relações sociais definidas: metade da humanidade sempre será responsável pelo parto, porém isso não implica uma inevitável desigualdade entre homens e mulheres (BROWN, 2013, p.30).

Assim, “as mulheres não são um outro absoluto que existe apenas na natureza e fora da esfera social” (*ibidem*, p. 30): para Marx, tal como os homens, elas são seres-da-espécie (*species-beings*). Brown ressalta que o significado desta afirmação é que tanto homens quanto mulheres estão ligados à humanidade por meio de sua consciência de seu vínculo uns com os outros e por meio de sua atividade (*ibidem*, p. 30-31). Quando alienado da espécie, o indivíduo só vê a outra pessoa como um meio para atingir uma necessidade sua, seja esta alimentação, abrigo ou apoio emocional. Neste caso, aquela outra pessoa não é valorizada como um membro individual da espécie, mas apenas como o que pode ser obtido dela para o consumo individual daqueles que com ela se relacionam. É neste mesmo sentido que Dunayevskaya (1985, *apud* BROWN, 2013, p. 31) destaca: “O relacionamento entre homem/mulher... [é] parte integrante da alienação”. Brown avança ao explicar que em seu conceito de seres-da-espécie, Marx aponta para a natureza social da humanidade: os seres humanos não são simplesmente indivíduos, eles são seres-espécies, “não apenas no sentido de que ele faz a comunidade (tanto a sua própria quanto aquelas de outras coisas) seu objeto tanto prática quanto teoricamente, mas também (e esta é simplesmente outra expressão para a mesma coisa) no sentido de que ele trata a si mesmo como o presente, as espécies vivas, como um ser universal e conseqüentemente livre”⁹³ (MARX, 1844 *apud* BROWN, 2013, p. 29).

Portanto, se há desigualdade entre seres da mesma espécie, há entre eles uma relação alienada. Assim, conforme Brown, para Marx, a relação entre homens e mulheres pode ser vista como “natural” em um duplo sentido. Primeiro, a reprodução é necessária para a continuação da espécie. Em segundo lugar, para que as pessoas existam como verdadeiros seres-espécies e

⁹² Brown (2013, p.28) destaca que Marx confere dois significados diferentes para a palavra natural, e que, ao se referir à relação natural biológica que haveria entre homens e mulheres no sentido de reprodução da espécie, Marx sublinhava em seu manuscrito o uso da expressão “natural” para se referir a relações socialmente determinadas.

⁹³ No original: “not only in the sense that he makes the community (his own as well as those of other things) his object both practically and theoretically, but also (and this is simply another expression for the same thing) in the sense that he treats himself as the present, living species, as a universal and consequently free being” (MARX, 2004 [1844] *apud* BROWN, 2013, p. 29).

vivam em seu pleno potencial, as mulheres devem ser iguais aos homens. Para que a humanidade atinja todo o seu potencial, esse “fator biológico” deve ser superado [*Aufhebung*], resgatando assim uma nova unidade entre a humanidade e a natureza, extinguindo as desigualdades de gênero decorrentes da organização social alienante (BROWN, 2013, p.30-31).

Desta forma, após revisitar as diversas categorias marxianas no que tange à sua importância ao debate de gênero, bem como os momentos em que o autor tangencia diretamente esta questão (como por exemplo, no debate sobre a família e nos seus manuscritos sobre o suicídio, não descritos aqui), Brown (2013) defende que apesar de Marx não possuir uma teoria sistematizada sobre o gênero, ele lançou as bases para a compreensão da *Questão da Mulher*. Um retorno aos aspectos fundamentais da sua obra, pode oferecer importantes *insights* para resolver impasses atuais sobre a opressão das mulheres. Brown, no entanto, restringe sua análise à questão da mulher e da família, tal como tratadas até aqui: em abstrato. Apesar de analisar os escritos de Marx sobre gênero em sociedades pré-capitalistas, e de ressaltar que, em seus escritos tardios, Marx incorporou novos sujeitos históricos, a autora não oferece elementos que indiquem uma compreensão simultânea sobre gênero, raça e classe na obra de Marx. Através da discussão sobre teoria e prática, autores marxistas-humanistas desde Dunayevskaya (2000 [1958]) têm demonstrado como Marx se voltou para o estudo da raça, da escravidão e de grupos étnicos diversos em seus estudos tardios, questionando uma concepção fixa de sujeito revolucionário e uma interpretação unilinear da história (ANDERSON, 2010). Introduzirei brevemente no próximo tópico debates feministas-marxistas nesse sentido, partindo da interpretação Marxista-Humanista de Dunayevskaya (2000 [1958]).

4.3.2 Sujeito revolucionário e a unidade entre teoria e prática

Até aqui, pudemos observar que uma das preocupações que guiam o feminismo-marxista se refere à unidade entre *práxis* política – tanto o movimento de libertação feminina, quanto o papel das mulheres no movimento socialista – e ao reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos revolucionários. Como vimos no segundo capítulo, esta questão foi determinante, por exemplo, tanto para impulsionar o debate sobre do trabalho doméstico da década de 1970, quanto para determinar o seu fim. No entanto, estes têm sido os debates mais longos, antigos e controversos no interior da tradição Marxista; ele envolve a própria

problemática da definição (e constante redefinição) da categoria *proletariado/classe trabalhadora*. Passo a apresentar aqui, ainda através da obra de Heather Brown (2013), a concepção Marxista-Humanista de Raya Dunayevskaya (2000 [1958]) acerca da subjetividade revolucionária, e, em seguida, a teoria da posicionalidade (*Standpoint Theory*). Esta última constitui um desenvolvimento da tradição feminista-socialista que se desenrolou em paralelo aos debates sobre o trabalho doméstico e que compartilha com a noção de subjetividade revolucionária de Dunayevskaya, a tarefa de enfrentar a questão da subjetividade e do ponto de vista socialmente situado. Este ponto – que considero um debate de fundo desta dissertação – será retomado de diversas formas nos dois últimos capítulos deste trabalho.

Dunayevskaya (2000 [1958]) traça um histórico analítico da obra de Marx cotejando-a com os acontecimentos históricos de maior relevância no cenário da luta de classes europeu e norte-americano. Da *Primavera dos Povos* à *Comuna de Paris*, passando pela *Guerra Civil Americana*, a autora mostra a reação de Marx a tais eventos e a forma com que cada um deles significou o avanço de mais um degrau na luta do proletariado pela sua libertação, revelando um novo ponto de contradição do sistema capitalista no pensamento do autor. Um exemplo disso é a teoria da mais-valia, que para Marx já estaria “implícita” na teoria do valor-trabalho clássica. O que ele fez de inovador, segundo o próprio, “foi tornar isto explícito ao mostrar que *tipo* de trabalho cria valores e *consequentemente* mais-valia, e o *processo* através do qual isto é feito. O que impediu os outros autores de perceberem isso foi que eles mantiveram uma boa distância da fábrica”, mantendo-se na esfera da circulação⁹⁴ (DUNAYEVSKAYA, 2000 [1958], p. 106, tradução minha). Segundo a autora, tal “explicitação” só foi possível graças à interação de Marx com o movimento operário. Se o autor via nesse elemento a negação fundamental que resolveria a contradição de classes implodindo-a por dentro, ao assumir o *ponto de vista* deste movimento, segundo Dunayevskaya, Marx desvela diversos aspectos mistificadores e alienantes de tal sistema. É só a partir do *ponto de vista* do proletariado e do resultado das suas lutas práticas, que a teoria marxiana do sistema capitalista avança na direção de uma compreensão cada vez mais direta e menos *mediada* da estrutura das relações de produção capitalistas.

Para Dunayevskaya (2000 [1958], p. 110), a conclusão lógica atingida por Marx ganha peso material indiscutível ao emanar da própria realidade, graças às mobilizações de trabalhadores. Assim,

⁹⁴ No original: “[What he did that was new, he said,] was to make this explicit by showing what type of labor creates values and *hence* surplus values, and the *process* by which this is done. What kept others from seeing it, is that they had kept a goodly distance away from the factory.” (DUNAYEVSKAYA, 2000 [1958], p. 106).

Já no *Manifesto Comunista*, Marx mostrou que os capitalistas estão impossibilitados de descobrir a verdade quanto ao capitalismo ser uma ordem social transitória porque eles e seus ideólogos transformam ‘em leis eternas da natureza e da razão as formas sociais derivadas do modo de produção atual’. Porque eles não veem o futuro, a próxima ordem social, eles não podem entender o presente. O saber proletário, por outro lado, compreende a verdade do presente. Porque é uma força ativa e não passiva, ao mesmo tempo restabelece a unidade entre teoria e prática⁹⁵ (DUNAYEVSKAYA, 2000 [1958], p. 111, tradução minha).

Portanto, é apenas a partir desse *ponto de vista*, *i.e.* da luta do proletariado visando a superação do sistema e, com esta, de sua própria condição de proletariado que a realidade em si pode ser compreendida em sua totalidade contraditória: a partir do *ponto de vista* dos elementos que colocarão seu fim e se extinguirão com ela. O proletariado, enquanto sujeito coletivo e histórico, leva o sistema que o faz ser proletariado ao limite, e por fim o abole, se abolindo enquanto proletariado neste processo ao abolir as condições que originavam a sua existência enquanto tal. É a negação da negação enquanto afirmação e o restabelecimento da unidade teoria e prática.

Através da explicação de Dunayevskaya (2000 [1958]), pode-se perceber que é a partir desses apontamentos de Marx que a teoria feminista-marxista do ponto de vista (*Standpoint Theory*) desenvolveu suas bases analíticas. É do aspecto negativo de uma dada contradição que a sua solução surge, justamente por esta colocar um devir cuja essência é a própria superação de sua condição originária. E sempre tendo em mente a interação entre teoria e prática apontada anteriormente. Ainda, Dunayevskaya (2000 [1958]) aponta para a necessidade de ver os escritos de Marx através da vantagem do ponto de vista atual. Para a autora, se Marx viu no proletariado um sujeito histórico com potencial revolucionário a partir tanto da análise teórica e lógica da dialética hegeliana como da experiência prática de movimentos em que este assumia o protagonismo das ações, o movimento de mulheres teve que desenvolver suas próprias ideias e seu próprio movimento de liberação antes que a formulação de Marx sobre esse tópico

⁹⁵ No original: “As far back as in the *Communist Manifesto*, Marx showed that the capitalists are unable to grasp the truth that capitalism is a transitional social order because they and their ideologists transform “into eternal laws of nature and reason the social forms springing from the present mode of production”. Because they do not see the future, the next social order, they cannot understand the present. Proletarian knowledge, on the other hand, grasps the truth of the present. Because it is not a passive, but an active force, it at the same time restores the unity of theory and practice” (DUNAYEVSKAYA, 2000 [1958], p. 111).

(assumidamente abstrata, ainda no plano teórico da lógica dialética) pudesse ser concretizada. Assim, Dunayevskaya (2000 [1958]) argumenta que Marx viu, em seus estudos tardios, a necessidade de um fim para a opressão das mulheres para a criação de uma nova sociedade, mas apenas um desenvolvimento histórico posterior poderia ilustrar que as mulheres poderiam ser sujeitos de sua própria libertação. Segundo a tradição Marxista-Humanista inaugurada por Dunayevskaya (2000 [1958]), os estudos tardios de Marx ilustram que o autor estava começando a ver a importância histórica de outros sujeitos revolucionários. É o caso das mulheres, o que Dunayevskaya (2000 [1958]) demonstra através da reconstrução da reação de Marx aos acontecimentos da Comuna de Paris, quando o autor passa a considerar o protagonismo das mulheres na insurreição de 1871.

Por fim, cabe destacar que a interpretação Marxista-Humanista de Brown (2013) e Dunayevskaya (2000 [1958]) da concepção marxiana de teoria, se afasta consideravelmente da perspectiva althusseriana defendida por Vogel (2013 [1983]), segundo a qual a teoria é necessariamente abstrata, incapaz de “fornecer relatos ricamente texturizados da vida social”⁹⁶(VOGEL, 2013 [1983], p. 186). Ao contrário, na concepção de Dunayevskaya, o caráter essencial da teoria marxista nega a possibilidade de fazer qualquer tipo de previsão. Como ressalta Marcuse, no prefácio da primeira edição de *Marxism & Freedom*, a teoria marxista é uma interpretação da história e define, com base nesta interpretação, a ação política na qual, utilizando as possibilidades históricas dadas, pode se estabelecer uma sociedade sem exploração, miséria e injustiça (DUNAYEVSKAYA, 2000 [1958], p. XX, XXI).

Desta forma, tanto em sua estrutura conceitual, como em sua prática política, a teoria marxista deve “responder” à realidade histórica em processo: a modificação dos conceitos teóricos e da prática política para ser guiada por elas é parte da própria teoria. Entretanto, se tais modificações fossem meramente adicionadas à concepção original de modo a corrigi-la sob o impacto dos fatos novos e inesperados, a própria estrutura teórica seria destruída. Esta é preservada apenas se as próprias modificações são derivadas da concepção original, como as alternativas históricas inerentes a ela. Assim, a interpretação Marxista-Humanista afasta-se da concepção de teoria defendida por Vogel (2013 [1983]) e parece, neste sentido, aproximar-se da concepção de totalidade social de Bannerji (2005 [1995]) e da elaboração original de Marx. Tal interpretação permite uma compreensão mais ampla da subjetividade política; o conceito de sujeito revolucionário expande-se, assim, de forma mais consistente, para além da concepção clássica de proletariado. Esta noção parece oferecer uma base mais sólida para a própria

⁹⁶ No original: “(...) it cannot provide richly textured accounts of social life” (VOGEL, 2013 [1983], p. 186).

argumentação de Vogel (2013 [1983], p.174), segundo a qual a luta feminista por igualdade mobiliza mulheres de todas as classes sociais, com importância potencialmente revolucionária. Como demonstrarei nos dois últimos capítulos desta dissertação, este ponto é especialmente importante para os debates contemporâneos da Teoria da Reprodução Social, e caso levados a sério pela tradição marxista, poderiam, potencialmente, abrir diálogos importantes com Feminismo Negro e com as teorias pós-coloniais. Contemporânea da proposta de Vogel, a teoria da posicionalidade ou teoria do ponto de vista (*Standpoint Theory*), desenvolveu a noção marxiana do ponto de vista do proletariado no sentido feminista, aproximando-se da explicação de Dunayevskaya (2000 [1958]). Passo à sua reconstrução.

4.3.3 A teoria feminista-marxista da posicionalidade (*Standpoint Theory*)

A posição material daqueles que são mais explorados por um sistema econômico lhes dá a experiência de opressão que a ideologia dominante nega e que os membros mais favorecidos da sociedade não veem. Ainda assim, as injustiças infligidas por um sistema econômico não são óbvias para ninguém. Para percebê-las, as vítimas devem se organizar politicamente e se envolver com a realidade social, tanto intelectualmente quanto através da prática política. Um ponto de vista é uma conquista, não um presente⁹⁷.

Diana T. Meyers, 1997

Em seu livro *Money, Sex and Power* [Dinheiro, Sexo e Poder], publicado nos EUA em 1983, a feminista-marxista Nancy Hartsock sistematiza uma problemática epistemológica subjacente aos debates feministas-marxistas iniciados na década de 1960: a questão do conhecimento socialmente situado, que se popularizou como *Standpoint Theory*, aqui traduzido como “Teoria da Posicionalidade”⁹⁸. A partir de uma perspectiva histórico-materialista e feminista que critica o conhecimento como verdade objetiva e universal e sugere que toda forma

⁹⁷ Tradução minha. No original: “The material position of those who are most exploited by an economic system gives them experience of oppression that the dominant ideology denies and that more advantaged members of society do not see. Still, the wrongs inflicted by an economic system are not obvious to anyone. To perceive them, the victims must organize politically and engage with social reality both intellectually and through political practice. A standpoint is an achievement, not a gift”. (MEYERS, 1997, P. 461)

⁹⁸ No Brasil, algumas autoras optaram por traduzir *Standpoint Theory* como “Teoria do Ponto de Vista” (RIBEIRO, 2017). Neste trabalho, optei por traduzir como posicionalidade por entender que o sentido é de destacar a posição social de um indivíduo; tal posição determina seu ponto de vista, com base na sua experiência (THOMPSON, 1987).

de conhecimento é socialmente situada, a *posicionalidade* ou *ponto de vista* implica a posição socioeconômica a partir da qual a realidade social pode ser entendida e de onde a ação emancipatória pode ser empreendida pelo sujeito histórico (MEYERS, 1997). A ideia de iniciar a investigação a partir da experiência material vivida, que opera sob as dicotomias essência/aparência, circulação/produção, abstrato/concreto e compreende uma dupla realidade que contém uma essência que precisa ser revelada, é extraída da crítica de Marx (2010 [1844]; 2007 [1845-1846]; 2011 [1857-1858]; [2013 [1867]]) ao liberalismo e à filosofia de Hegel⁹⁹ e desenvolvida no sentido de uma crítica feminista do patriarcado¹⁰⁰ (HARSTOCK, 1997, p. 462-463). Nas palavras da autora:

O conceito de posicionalidade estrutura a epistemologia de uma maneira particular. Ao invés de um simples dualismo, ele postula uma dualidade de níveis de realidade, dos quais o nível mais profundo ou *essência* inclui e explica a “superfície” ou *aparência*, e indica a lógica por meio da qual a aparência inverte e distorce a realidade mais profunda. Além disso, o conceito de posicionalidade depende da suposição de que a epistemologia cresce de maneira complexa e contraditória em relação à vida material. Qualquer esforço para desenvolver um ponto de vista deve levar a sério a injunção de Marx de que “todos os mistérios que levam a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática”. Marx defendia que a fonte tanto do ponto de vista proletário quanto da crítica do capitalismo que tal ponto de vista possibilita é encontrada na própria atividade prática. O significado epistemológico (e até mesmo ontológico) da atividade humana fica claro no argumento de Marx não apenas de que as pessoas são ativas, mas de que a própria realidade consiste em “atividade humana sensorial, prática”. Assim, Marx pode falar de produtos como atividade ou trabalho humano cristalizado ou congelado, como atividade humana consciente em uma outra forma. Ele pode afirmar que até plantas, animais, luz, etc. constituem teoricamente uma parte da consciência humana e uma parte da vida e atividade humanas. (HARTSOCK, 1997, p. 465, tradução minha)¹⁰¹

⁹⁹ Cabe ressaltar que a genealogia da teoria da posicionalidade inicia-se com o relato hegeliano da dialética senhor/escravo (HEGEL, 2005 [1807]) e, desenvolve-se através do argumento sustentado por Marx (2010 [1844]; 2011 [1857-1858]; [2013 [1867]]) sobre a concepção do ponto de vista do proletariado, em sua crítica imanente à filosofia hegeliana exposta no capítulo de conceitos-chave desta dissertação.

¹⁰⁰ Hartsock utiliza a palavra patriarcado, entendido como sistema de dominação, exploração, opressão e subordinação das mulheres pelos homens. Embora nesta dissertação tenhamos optado por evitar o uso desta expressão, optamos aqui, por manter no original, inclusive para enfatizar os traços de teoria dualista que a obra da autora carrega.

¹⁰¹ No original: “The concept of a standpoint structures epistemology in a particular way. Rather than a simple dualism, it posits a duality of levels of reality, of which the deeper level or essence both includes and explains the “surface” or appearance, and indicates the logic by means of which the appearance inverts and distorts the deeper reality. In addition, the concept of a standpoint depends on the assumption that epistemology grows in a complex and contradictory way from material life. Any effort to develop a standpoint must take seriously Marx’s injunction that “all mysteries which lead theory to mysticism find their rational solution in human practice and in the comprehension of this practice”. Marx held that the source both for the proletarian standpoint and the critique of capitalism it makes possible is to be found in practical activity itself. The epistemological (and even ontological) significance of human activity is made clear in Marx’s argument not only that persons are active but that reality itself consists of “sensuous human activity, practice”. Thus Marx can speak of products as crystallized or congealed human activity or work, of products as conscious human activity in another form. He

Segundo Hartsock (1997, p. 464), esse ponto de partida tem consequências definitivas para a teoria do conhecimento de Marx: “Se os humanos não são o que comem, mas o que fazem, especialmente o que fazem no decorrer da produção de subsistência, espera-se que cada meio de produzir sua subsistência leve consigo tanto as relações sociais como as relações com o mundo da natureza que expressam a compreensão social contida nesse modo de produção”¹⁰². O desdobramento lógico desta perspectiva é que atividades práticas sistematicamente divergentes em uma dada sociedade ensejam o surgimento de visões de mundo logicamente divergentes. Ou seja, cada divisão do trabalho, seja por gênero ou classe, pode ter consequências para o conhecimento (HARTSOCK, 1997, p. 464-465). Neste sentido, o reconhecimento do papel da posição social e histórica na formação do conhecimento científico e dos seres humanos – e conseqüentemente, na formação do trabalho intelectual individual – torna-se central para a teoria marxiana. Hartsock defende, então, a necessidade de expandir esta teoria de modo a incluir toda a atividade humana, não apenas a dos homens; seu projeto é criticar a parcialidade da visão masculinizada, que desconsiderava a especificidade da existência feminina e impregnava a teoria marxista hegemônica em sua época.

Neste sentido, a autora defende que a divisão sexual do trabalho forma a base para o ponto de vista feminista¹⁰³. Hartsock passa a argumentar que o trabalho executado pelas mulheres no lar e sua capacidade biológica de parto – ou seja, sua existência corporal – moldam seu conhecimento e lançam as bases para a construção de um ponto de vista privilegiado (que depende, no entanto, da sua organização política). A divisão sexual do trabalho (e não a divisão do trabalho por gênero) constrói esse ponto de vista por duas razões: a) o trabalho de produção de seres humanos executado pelas mulheres, especificamente o trabalho de parto, nutrição e criação das crianças, não pode ser reduzido às dimensões puramente sociais e b) há um aspecto corporal fundamental na existência destas mulheres sob o capitalismo. De acordo com esta perspectiva, a atividade de subsistência das mulheres na garantia da reprodução social dos homens e crianças é mais complexa, envolve mais trabalho emocional e concreto do que o trabalho instrumental e abstrato dos homens para transformar objetos e representa uma unidade

can state that even plants, animals, light, etc. constitute theoretically a part of human consciousness, and a part of human life and activity” (HARTSOCK, 1997, p. 465).

¹⁰² No original: “If humans are not what they eat but what they do, especially what they do in the course of production of subsistence, each means of producing subsistence should be expected to carry with it both social relations and relations to the world of nature which express the social understanding contained in that mode of production”. (HARTSOCK, 1997, p. 464)

¹⁰³ Hartsock destaca aqui o ponto de vista feminista e não o ponto de vista das mulheres, justamente para reforçar a ideia de que o ponto de vista depende da atuação prática dos indivíduos, ou seja, só pode ser alcançado através da prática política; **não é uma característica inerente dos indivíduos.** (HARTSOCK, 1997, p. 467)

maior com a natureza através de sua relação compulsória com maternidade¹⁰⁴. Essas caracterizações estão diretamente ligadas às especificidades do corpo feminino (HARSTSOCK, 1997, 468-472).

Para a teoria do ponto de vista feminista, devido à divisão sexual do trabalho de reprodução geracional (gravidez, parto e lactação), o desenvolvimento da psicologia de crianças do sexo feminino as torna menos diferenciadas entre si do que as crianças do sexo masculino. Na conquista de uma masculinidade abstrata – que, por decorrer da divisão sexual do trabalho em uma sociedade de classes, estabelece uma hierarquia entre homens e mulheres –, crianças do sexo masculino, de acordo com Hartsock (1997, p. 472-474), experimentam um dualismo entre uma esfera privada feminina concreta e uma esfera pública masculina abstrata. Quando se tornam homens, a experiência alienada de seu cotidiano condiciona-os a se verem separados uns dos outros e alienados de seu próprio trabalho, enquanto as mulheres passam a se conhecer através de suas atividades concretas (“como a escrava hegeliana”). Assim, a autora afirma que um ponto de vista feminista, baseado na atividade de vida das mulheres – o trabalho de reprodução social em casa –, seria o emancipatório.

Ao propor um toque feminista de reprodução social na análise da dialética mestre-escravo de Hegel, Hartsock (p. 470-472) desenvolve uma generalização da potencialidade disponibilizada pela atividade das mulheres da forma em que é institucionalizada nas sociedades capitalistas. De forma intencional, ela essencializa a categoria mulher, abstraindo suas especificidades de classe, raça e sexualidade para obter um aspecto comum que sirva de pressuposto para sua análise. Este elemento comum à vida de todas as mulheres seria sua experiência no âmbito da reprodução: sua experiência corporal (ser um corpo feminino), seu papel na gestação e manutenção/criação de crianças e sua contribuição diferenciada para a subsistência humana. Nas palavras da autora:

A experiência feminina na reprodução representa uma unidade com a natureza que vai além da experiência proletária de intercâmbio com a natureza. Como já disse outro teórico, pode-se dizer que o trabalho reprodutivo combina as funções do arquiteto e da abelha: como a arquiteta, a mulher parturiente sabe o que está fazendo; como a abelha, ela não pode incidir sobre o que está fazendo. E assim como a ação do trabalhador no mundo exterior muda tanto o mundo quanto a natureza do trabalhador, também “uma nova vida muda o mundo e a consciência da mulher”. Além disso, no processo de produzir seres humanos, as relações com os outros pode assumir uma variedade de formas com um significado mais profundo do que a simples cooperação

¹⁰⁴ Para uma crítica à concepção de que apenas as mulheres possuem uma unidade com a natureza, ou ainda, que esta seria “maior”, ver discussão levantada por Brown apresentada no tópico anterior sobre como, em Marx, a unidade entre espécie humana e natureza é inerente à humanidade.

com outros para objetivos comuns – formas que decorrem de uma unidade profunda com outras através das múltiplas e dinâmicas conexões que as mães experimentam com crianças em crescimento. Finalmente, a experiência feminina em gerar e criar crianças desvela uma unidade de mente e corpo mais profunda do que é possível na atividade instrumental do trabalhador. A maternidade em sentido amplo, ou seja, **a maternidade como instituição e não como experiência**, incluindo a gravidez e a preparação para a maternidade que quase todas as crianças do sexo feminino recebem como socialização, resulta na construção da existência feminina como centrada em um nexos relacional complexo. Um aspecto dessa existência relacional é centrado na experiência de viver em um corpo feminino em vez de masculino. (HARTSOCK, 1997, p. 470, tradução e grifos meus)¹⁰⁵

Aqui, cabe ressaltar que embora Hartsock atribua a posicionalidade feminina à “maternidade como instituição e não como experiência”, ou seja, à maternidade enquanto forma social compulsória àqueles seres humanos que nascem em um corpo sexuado feminino, sua perspectiva ainda parece atrelada à ideia de que, em geral, as mulheres – e apenas as mulheres – experienciam a maternidade e a criação das crianças enquanto parte de seu trabalho de vida. De acordo com a passagem acima, pode-se argumentar, por um lado, que, por não se tratar aqui, necessariamente, da experiência da maternidade, a autora entende como incluídas em sua perspectiva todas aquelas e aqueles que por possuírem um corpo sexuado feminino ao nascer são sociabilizados para a maternidade (o que independeria de seu gênero ou opção quanto ao exercício desta). Corrobora com esta interpretação, o fato de que a socialização imposta à primeira infância possui um papel central na construção teórica de Hartsock.

Por outro lado, tal passagem demonstra o pressuposto da autora de que mesmo em seu conceito ampliado de maternidade, de uma forma geral, o trabalho reprodutivo feminino esteja também ligado à esta experiência, e que a determinação da consciência das mulheres decorre da natureza deste trabalho específico, da relação entre a mulher e a criança que ela está criando. Neste sentido, a concepção de Hartsock está ligada à uma noção segundo a qual a experiência

¹⁰⁵ No original: “The female experience in reproduction represents a unity with nature that goes beyond the proletarian experience of interchange with nature. As another theorist has put it, “reproductive labour might be said to combine the functions of the architect and the bee: like the architect, parturative woman knows what she is doing; like the bee, she cannot help what she is doing.” And just as the worker’s acting on the external world changes both the world and the worker’s nature, so too “a new life changes the world and the consciousness of the woman.” In addition, in the process of producing human beings, relations with others may take a variety of forms with deeper significance than simple cooperation with others for common goals – forms which range from a deep unity with another through the many-leveled and changing connections mothers experience with growing children. Finally, the female experience in bearing and rearing children uncolves a unity of mind and body more profound than is possible in the worker’s instrumental activity. Motherhood in the large sense, i.e. motherhood as an institution rather than experience, including pregnancy and the preparation for motherhood almost all female children receive as socialization, results in the construction of female existence as centered on a complex relational nexus. One aspect of this relational existence is centered on the experience of living in a female rather than male body” (HARTSOCK, 1997, p. 470).

determina a consciência do ser. Ainda, ao utilizar-se da metáfora marxiana do arquiteto e da abelha para fortalecer esta concepção, parece haver, para a autora, uma essencialização da experiência da maternidade quase como se esta fosse um aspecto natural da mulher, parte da existência feminina no mundo e despida de outras mediações sociais. Tal perspectiva, cara para certas vertentes do movimento feminista como aquelas ligadas ao estruturalismo francês e italiano, se afasta da noção marxiana de totalidade social defendida nesta dissertação. Além disso, ao abstrair intencionalmente da categoria “mulher” suas especificidades, Hartsock recai, assim como Vogel (2013 [1983]), na essencialização, generalização e nos riscos de cristalização eurocêntrica desta categoria.

Diante das controvérsias que envolveram a concepção de Hartsock (1997), sobretudo no que tange ao confinamento do conceito de gênero à experiência doméstica, maternal e familiar, e à ausência do ponto de vista das mulheres racializadas, moldado pela divisão racial do trabalho, diversas autoras abordaram, tentaram ampliar e/ou reenquadrar a perspectiva marxista do ponto de vista do proletariado para desenvolver, de forma lógica, um ponto de vista feminista¹⁰⁶. Hill Collins (1986), por exemplo, reformulou a proposta da posicionalidade feminista para produzir uma teoria do ponto de vista das mulheres negras, desafiando a essencialização/universalização da categoria “mulher”, até então baseada em uma concepção eurocêntrica e naturalizada de sexo e da diferença sexual incapaz de contemplar a realidade – e o nível de vantagem epistêmica – das mulheres afro-americanas. Utilizando-se do conceito de *Outsider Within*, em uma tradução literal, “forasteira de dentro”, a autora define a posicionalidade dual – e os espaços de fronteira – ocupados por grupos sociais que, como as mulheres negras, possuem uma posição desigual e ambígua, em determinado espaço social.

Assim, segundo Hill Collins (1986; 2000), devido à sua posicionalidade, mulheres negras possuem o potencial de enxergar a realidade social a partir de um espectro mais amplo. Por exemplo, as acadêmicas feministas negras ocupariam uma posição de potencial privilégio epistêmico em relação à *Academia*: por um lado, a experiência decorrente de sua posição acadêmica lhes permitiria compreender as estruturas e a dinâmica de poder em seu interior; por outro lado, permaneceriam descentradas em relação a este centro de poder como resultado de seu gênero e raça e, na condição de forasteiras, imersas em experiências de marginalização. Esta posição dual as colocaria em uma condição única de privilégio epistêmico a partir da qual poderiam, potencialmente, melhor compreender o funcionamento daquele campo, seus

¹⁰⁶ Dentre elas, pode-se destacar os trabalhos de Jaggar, Smith, Rose, Haraway e Harding, cujos principais argumentos estão inclusos no volume editado por Harding (2004).

pressupostos subjacentes e os mecanismos internos que impulsionam e moldam sua dinâmica de poder.

Hill Collins (2000 [1990]) destaca também a condição das mulheres negras no interior do movimento e da teoria feminista: enquanto intelectuais e ativistas, contribuiriam para a construção do campo feminista, que, por sua vez, raramente considerava suas pautas e experiências. Assim, a proposta de Hill Collins, não só evidencia a identificação dessa posição de *insider/outsider* como uma localização epistêmica potencialmente vantajosa; ao conectá-la com a relação entre a prática e a teoria feminista, a autora ressalta a contradição entre a teoria do ponto de vista e a essencialização da categoria mulher, que apesar de destacar a especificidade de diferentes posicionalidades, frequentemente invisibilizava as pautas e experiências de mulheres não-brancas. Neste sentido, como veremos no capítulo seguinte, o trabalho de Hill Collins se soma ao de inúmeras feministas negras que, ao partir de suas próprias experiências e de uma estrutura teórica nascida dentre as feministas-marxistas, passaram a criticá-las, articulando um ponto de vista especificamente feminista negro, no sentido de ampliar a noção de vantagem epistêmica e superar a essencialização e universalização da categoria “mulher”.

Como veremos, no entanto, as teorias feministas negras afastaram-se gradualmente também da noção marxiana de totalidade social e, neste sentido, também da teoria feminista-marxista negra preservada, por exemplo, na obra de Davis (2016 [1981]). Aqui, aproveito para ressaltar a diferença entre a perspectiva da posicionalidade tal como defendida por Hartsock e desenvolvida por Hill Collins, e a noção de subjetividade revolucionária ligada à totalidade social marxiana defendida nesta dissertação e presente na obra de Davis (2016 [1981]). Para este trabalho, a noção de “sujeito revolucionário” é necessariamente uma totalidade – na esteira do que defendeu Bannerji (2005), uma totalidade que faz parte de outras totalidades. Portanto, sua potencialidade não está no lugar social específico da mulher, ou da mulher negra; está na forma pela qual esse lugar pode se relacionar com outras partes dessa totalidade (e, portanto, com outras totalidades) para derrubar a estrutura do sistema capitalista. Justamente aí, a importância de compreender a posicionalidade social dos sujeitos (e, assim, de compreender a realidade a partir de seus diferentes pontos de vista).

Neste sentido, é importante destacar que as teorias feministas do ponto de vista trabalham em direção a uma abordagem teórica que continua a valorizar a objetividade, i.e., os aspectos estruturais e coletivos da experiência como objetivo de investigação, ao mesmo tempo em que acomodam, analisam e compreendem os efeitos da localização social sobre os sujeitos

e sobre o conhecimento. Estas teorias proclamam um compromisso com a visão de que todas as tentativas de conhecer estão socialmente situadas e, portanto, a posição social de um sujeito – seu gênero, classe, raça, etnia, sexualidade e capacidades físicas – desempenha um papel importante na formação do que conhecemos e na limitação do que somos capazes de conhecer. Além disso, há uma ligação direta entre o processo de desenvolvimento do conhecimento e a conscientização do sujeito sobre seu ponto de vista, de modo que as teorias feministas do ponto de vista são fundamentadas na práxis política: elas surgem enquanto teoria ao lado da tomada de consciência coletiva e criticamente exercitada dentro dos movimentos de mulheres (HARTSOCK, 1997; HARDING, 2004).

Dessa forma, quando se fala em ponto de vista ou posicionalidade feminista, não se trata de uma perspectiva individualista, mas sim coletiva: trata-se do sujeito histórico, não individual, e consiste em uma autoafirmação coletiva de uma identidade que desafia outras identidades impelidas externamente por padrões hegemônicos do pensamento. Os pontos de vista tornam visíveis os aspectos das relações sociais e do mundo natural que não estão disponíveis a partir de perspectivas dominantes e, ao fazê-lo, geram os tipos de questões que levarão a uma explicação mais completa e verdadeira dessas relações. Teóricas da posicionalidade feminista apontam que, para sobreviver dentro das estruturas sociais em que alguém é oprimido, é necessário compreender práticas de opressão para entender oprimidos e opressores; mas essa bipolaridade epistêmica não é exigida nem está disponível para o dominante. Então, as vantagens epistemológicas e políticas de começar uma investigação a partir das experiências vividas pelas mulheres não se limitam a fornecer uma descrição mais verdadeira dessas vidas, mas de todas as vidas e as relações sócio-políticas dentro das quais essas vidas estão enredadas.

4.4 Entre limites e contrastes de uma abordagem unitária

Como vimos até aqui, a tradição Marxista-Humanista representada por Brown (2013) e Dunayevskaya (2000 [1958]) demonstrou que o foco de Marx na mediação social e sua ênfase em compreender sistemas sociais particulares, o seu entendimento sobre a superação do dualismo natureza/cultura, a relação dialética entre fatores econômicos e sociais e sua compreensão sobre a alienação, constituem importantes elementos para uma apreensão unitária

e mais completa da *totalidade social*. Tal apreensão, passa por repensar a categoria *proletariado* e a subjetividade política, que emergem da práxis política. Em um sentido similar, a teoria feminista-marxista da posicionalidade passou a desenvolver a noção marxiana do ponto de vista do proletariado no sentido feminista. As críticas de Brenner (1984) e Bannerji (2005 [1995]) evidenciaram os limites da proposta unitária tal qual elaborada por Vogel (2013 [1983]), sobretudo no que tange à essencialização da categoria mulher e de sua incapacidade de considerar a existência de outras relações de opressão, como, por exemplo, a racial.

No próximo capítulo, passo a apresentar outras tentativas teóricas de aproximação da totalidade social através de uma consideração unitária da relação entre a *lógica do capital* e as múltiplas relações de opressão. Externas ao campo feminista-marxista vivenciado por Vogel (2013 [1983]), estas teorias servem como contrastes à sua proposta, que nos permitirá visualizar melhor a extensão deste debate no interior da tradição marxista e assim compreender o atual ressurgimento da Teoria da Reprodução Social. A apresentação destes contrastes se dará a partir da obra de David Roediger (2017), que no âmbito dos estudos marxistas sobre a branquitude, se engaja neste debate a partir da relação entre raça e classe, e Angela Davis (2016 [1981]), que a partir da tradição feminista-marxista negra, busca contribuir desde um ponto de vista que considere a interrelação entre as diferenças de gênero, raça e classe. Tais perspectivas não têm o objetivo de sanar possíveis lacunas na Teoria da Reprodução Social; pelo contrário, elas apresentam-se aqui como contrastes à perspectiva unitária apresentada por Vogel, e possuem o sentido de ilustrar a dimensão dos desafios existentes para a construção desta. No último capítulo, apresentarei as contribuições contemporâneas da reprodução social que têm tentado superar tais desafios no sentido da construção de uma ferramenta metodológica mais adequada da relação entre o modo de produção capitalista e as opressões.

5 CONTRASTES À PERSPECTIVA UNITÁRIA APRESENTADA POR LISE VOGEL

5.1 Raça, classe e capital a partir de David Roediger

Estamos fazendo exigências que custarão algo à nação. Você não pode falar sobre como resolver o problema econômico do negro sem falar em bilhões de dólares. Você não pode falar sobre o fim das favelas sem primeiro dizer que o lucro deve ser retirado das favelas. Você está realmente mexendo e entrando em um terreno perigoso porque você está mexendo com pessoas. Você está mexendo com Wall Street. Você está mexendo com os capitães da indústria... Em outras palavras, estamos lidando com problemas de classe, esse é o problema.¹⁰⁷

Martin Luther King, 1966.

A partir da década de 1990, o trabalho de David Roediger reaqueceu o estudo marxista da raça e do racismo, tanto nos EUA quanto internacionalmente, ao demonstrar que a construção social da raça conta não só com a agência da classe dominante, mas sobretudo com a participação ativa da classe trabalhadora branca. Sua principal obra, *The Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class* [Os salários da Branquitude: Raça e a Formação da Classe Trabalhadora Americana], publicada em 1991 e reeditada em 2007, dedica-se a explicar como capitalistas e trabalhadores assalariados brancos utilizam o mito da existência de diferenças intrínsecas e imutáveis entre humanos para defender e avançar suas posições sociais nas sociedades capitalistas. Roediger descreveu a fluidez da ficção social da raça, ao identificar a mudança de “fronteiras raciais” no tempo e a sua persistência ao longo da história do capitalismo.

Dentre as críticas que sofreu, destacamos a protagonizada pela feminista-marxista Dana Frank (1988). Para ela, Roediger ignorou as mulheres enquanto sujeitos históricos do processo de formação da classe trabalhadora americana e sua posição em relação à construção da raça.

¹⁰⁷ Tradução minha. No original: “We are now making demands that will cost the nation something. You can’t talk about solving the economic problem of the Negro without talking about billions of dollars. You can’t talk about ending slums without first saying profit must be taken out of slums. You’re really tampering and getting on dangerous ground because you are messing with folk then. You are messing with Wall Street. You are messing with captains of industry... In other words, we are dealing with class issues, that is the problem.” (KING, 1966 *apud* PRASHAD, 2016, p. 291).

Segundo a autora, o estudo da realidade das mulheres brancas e sua posição na esfera reprodutiva demonstra que estas mulheres experenciam a branquitude de forma diferente do que os homens de sua classe, e possuem uma relação muito mais íntima e contraditória com as mulheres negras que por vezes eram consideradas suas irmãs, por vezes suas empregadas domésticas (FRANK, 1998, p. 86). Esta análise poderia influenciar a compreensão do autor não só sobre as formas pelas quais opera a branquitude e a construção da raça, mas também sobre a construção da classe e das possibilidades de solidariedade entre os trabalhadores.

Como veremos, Roediger passou a incorporar ativamente esta perspectiva, assumindo que desconsiderar a questão de gênero lhe afastava de uma análise mais completa da realidade social. Em seu último livro, *Class, Race and Marxism* (2017) uma coletânea de ensaios publicados entre 2006 e 2016 como parte de sua intervenção nas discussões em curso entre a esquerda dos EUA, Roediger (2017) aponta a importância de se construir uma explicação teórica marxista *unitária*¹⁰⁸, capaz de compreender a relação *co-constitutiva* entre raça e classe sob o capitalismo. Apesar de não usar tão frequentemente o termo *teoria unitária*, como faz Vogel, Roediger busca teorizar sobre um sistema unitário, capaz de situar o racismo como parte da própria *lógica do capital*. Neste movimento, no estudo da *questão racial*, Roediger busca responder uma pergunta similar àquela levantada pelas marxistas-feministas (apresentada no primeiro capítulo deste trabalho): as relações de opressão de raça são intrínsecas à *lógica do capital* ou possuem uma estrutura autônoma, externa à acumulação capitalista? De forma similar à Vogel, que se contrapunha às teorias dualistas do patriarcado, a abordagem de Roediger sobre opressão racial se contrapõe às teorias do “capitalismo indiferente”¹⁰⁹ e busca uma compreensão mais próxima da totalidade social.

O presente capítulo busca analisar a proposta de Roediger, identificando suas vantagens e limites na construção de uma teoria unitária. Para isto, no ponto a seguir, analisarei de maneira mais aprofundada a concepção de Roediger sobre a relação entre raça e classe (item 5.1.1). Em seguida, pretendo apresentar a crítica de Frank sobre sua indiferença em relação ao gênero (item

¹⁰⁸ O autor não usa com frequência a palavra unitária, como o faz Vogel, nem faz referência à teorias dualistas. Porém, ele deixa claro a proposta de demonstrar como a raça é intrínseca à própria lógica do capital, e não um sistema apartado, anterior ou indiferente ao capitalismo. Para isso, chega a citar o conceito de *Racial Capitalism*, segundo o qual classe e raça, fariam parte de um sistema unitário. No entanto, como demonstrarei ao longo deste capítulo, ao tentar demonstrar esta relação de unidade entre raça e lógica do capital, o autor recai em uma explicação dualista, ao recorrer à chave explicativa da interseccionalidade.

¹⁰⁹ Como explicado no primeiro capítulo desta dissertação, as teorias do capitalismo indiferente (Arruzza, 2015) são aquelas teorias que consideram que a acumulação capitalista possui uma lógica própria, indiferente às relações de opressão. Tais teorias aproximam-se das teorias dualistas, na medida em que tendem a separar as relações intrínsecas do modo de produção capitalista, das relações que constituem a dominação, subordinação e opressão entre seres humanos.

5.1.2). Ao final, apresentarei a tentativa de Roediger em localizar raça no interior da lógica do capital através da discussão sobre o gerenciamento capitalista da produção (item 5.1.3); e a discussão mais recente sobre a necessidade de uma teoria que abordasse, de forma unitária, a relação entre raça e capital que aparece em seu último livro (item 5.1.4). Tal discussão estará seguida pelas críticas de Post (2017) e Seymour (2018), que evidenciam os limites da explicação elaborada por Roediger (item 5.1.5).

5.1.1 Os salários da branquitude: notas sobre a construção da classe trabalhadora branca

A partir de uma perspectiva que unia a teoria crítica da branquitude¹¹⁰ e a historiografia marxista do trabalho nos EUA, Roediger (2007 [1991]) buscou desvendar as maneiras específicas pelas quais a crença na superioridade racial forma a consciência dos trabalhadores brancos e é por eles defendida, retomando a formulação de W.E.B. Du Bois (1971 [1935]). Para Du Bois, a branquitude confere a estes trabalhadores uma compensação por relações de classe pautadas na exploração e na alienação. Assim, ao invés de se concentrar apenas nos benefícios materiais do privilégio da “pele branca”, o autor examina a ação da classe trabalhadora na construção do significado da branquitude e em sua manutenção histórica.

Roediger (2007 [1991]) critica a tradição hegemônica no interior da teoria marxista estadunidense que tanto naturalizava a branquitude em suas análises quanto simplificava a *questão racial*, reproduzindo paradigmas liberais que limitavam o avanço teórico e prático do campo socialista no país. O autor destaca que este paradigma remonta a uma apropriação reducionista de contribuições marxistas centrais ao estudo da questão racial nos EUA, como Fields (1982). Em resumo, a autora argumenta que a raça não pode ser vista como um fato biológico ou físico (uma “coisa”), mas deve ser vista como “uma noção que é profundamente e em sua essência ideológica” (FIELDS, 1982 *apud* ROEDIGER, 2007 [1991], p.7). Isto porque a noção de raça é construída de forma diferente ao longo do tempo por pessoas da mesma classe social e, concomitantemente, por pessoas pertencentes à diferentes posições de classe. Segundo

¹¹⁰ Longa tradição entre os intelectuais e ativistas afro-americanos que, reunindo autores como Du Bois, James Baldwin, Morrison, Hazel Carby, bell hooks e Coco Fusco, questiona a branquitude, isto é, o “ser branco” enquanto paradigma hegemônico de humanidade. No Brasil, uma importante referência nos estudos da branquitude hoje é Maria Aparecida Bento. Neste sentido, para mais sobre teorias da branquitude e sua recepção no Brasil, cf. Bento, 2002; Schucman, 2012.

Fields, raça e classe seriam, assim, categorias *de dimensões* diferentes: enquanto a raça seria uma construção inteiramente ideológica e histórica, a classe conteria uma *dimensão objetiva* própria.

Roediger (2007 [1991], p. 6-8) destaca como esta perspectiva – que serviu de ponto de partida para seu próprio trabalho de investigação histórica das particularidades do caso estadunidense – rapidamente ganhou contornos negativos no interior da tradição marxista. Recorrentemente, passou-se a resumir o argumento de Fields (1982) à noção de que *classe* (ou a esfera ‘econômica’) seria mais real, e, portanto, mais fundamental do que *raça*, tanto em termos políticos quanto em termos de análise histórica. Contra esta tendência – que, cabe ressaltar, reproduzia uma separação estrita entre base econômica e superestrutura ideológica¹¹¹ –, Roediger argumenta que a formação da classe trabalhadora e o desenvolvimento sistemático de um sentido de branquitude se deram de forma imbrincada nos EUA. Neste sentido, separá-los traria apenas consequências negativas tanto para a práxis quanto para a teoria: no sentido da práxis, impossibilitaria o reconhecimento dos movimentos de libertação negra como lutas potencialmente revolucionárias; no âmbito da teoria, “a raça desaparecia ‘na realidade’ da classe”, ou seja, os estudos sobre classe *ocultariam* a realidade decorrente das divisões raciais em uma dada sociedade (ROEDIGER, 2007 [1991], p. 7-11)¹¹². Tal redução da raça à classe, no âmbito teórico, reproduz o idealismo inerente às análises liberais e neoliberais. Nas palavras do autor:

Um grande problema com a abordagem marxista tradicional é que o que ela toma como sua tarefa central - apontar a dimensão econômica do racismo - já é feito por aqueles que participam do *mainstream* político. De uma maneira completamente sem sentido, o 'problema da raça' é consistentemente reduzido a um de classe. Por exemplo, quando o racista assumido e ex-líder da Ku Klux Klan, David Duke, ganhou um assento na legislatura da Louisiana no início de 1989, um comentarista após o outro apareceu nos noticiários matinais para anunciar que o desemprego era alto no distrito quase inteiramente branco de Duke e, portanto, a eleição se transformou sobre queixas econômicas, em vez de racismo. **Os telespectadores foram tratados assim com a noção exótica de que, quando trabalhadores brancos reagem ao desemprego elegendo um proeminente supremacista branco que promete**

¹¹¹ Ressalto aqui que tal separação é similar àquela adotada por Vogel e apresentada no capítulo 3 desta dissertação.

¹¹² Em linguagem metafórica, o autor explica que o racismo é um “ramo grande e baixo de uma árvore que está enraizada nas relações de classe. Devemos nos lembrar constantemente que o ramo não é o mesmo que as raízes, que as pessoas podem esbarrar com mais frequência no galho do que nas raízes, e que a melhor maneira de sacudir as raízes pode ser, às vezes, agarrar o galho”. (ROEDIGER, 2007 [1991], p. 8, tradução minha). No original: “(...) [racism] is a large, low-hanging branch of a tree that is rooted in class relations, we must constantly remind ourselves that the branch is not the same as the roots, that people may more often bump into the branch than the roots, and that the best way to shake the roots may at times be by grabbing the branch.”.

destruir programas de bem-estar social, eles agem em termos de classe, e não como racistas da classe trabalhadora. Tal argumento é esperado se vindo do programa televisivo "Today", **mas uma esquerda viável deve encontrar uma maneira de se diferenciar fortemente de tal análise.** Da mesma forma, vale notar que tanto o neoliberalismo quanto o neoconservadorismo argumentam que a raça não é (ou não deveria ser) "a questão", mas o crescimento econômico que - nitidamente separável da raça - resolverá os conflitos que apenas parecem girar em torno da raça¹¹³ (ROEDIGER, 2007 [1991], p. 8-9, tradução e grifos meus).

Roediger destaca ainda que um segundo problema com a análise marxista tradicional da raça é que, ao tentar mostrar a dimensão de classe do racismo, esta tradição tendeu a se concentrar no papel da classe dominante em perpetuar a opressão racial. Tal perspectiva faz com que a teoria perca de vista o aspecto central de como os trabalhadores, enquanto sujeitos históricos, fazem *escolhas* (ainda que restritas) e criam suas próprias formas culturais, desempenhando um papel central na criação e manutenção de práticas racistas. Seguindo a tradição conhecida como “nova história do trabalho” inaugurada por Thompson (1987 [1963]), Roediger (2007 [1991]) questiona qualquer teoria que sustente que o racismo simplesmente decorre de uma espécie de comando hierárquico da estrutura de classes no qual seria criado. Este aspecto é crucial para a elaboração teórica de Roediger, que compartilha a conclusão de Du Bois (1965 [1947], p. 18-21 *apud* ROEDIGER, 2007 [1991], p. XX) sobre o efeito desastroso da supremacia branca:

as consequências do pensamento [racista] eram ruins o suficiente para pessoas de cor em todo o mundo, mas eram ainda piores quando se considera o que essa atitude fez com o trabalhador [branco] (...). Ele começou a querer, não o conforto para todos os homens, mas o poder sobre os outros homens. (...) Ele não amava a humanidade e ele odiava os *niggers*¹¹⁴.

¹¹³ No original: “One major problem with the traditional Marxist approach is that what it takes as its central task - pointing out the economic dimension of racism - is already done by those in the political mainstream. In a quite meaningless way, the 'race problem' is consistently reduced to one of class. For example, when the outspoken racist and former Ku Klux Klan leader David Duke won a seat in the Louisiana legislature in early 1989, one expert commentator after another came on the morning news shows to announce that unemployment was high in Duke's nearly all-white district and therefore the election turned on economic grievances rather than racism. Viewers were thus treated to the exotic notion that, when white workers react to unemployment by electing a prominent white supremacist who promises to gut welfare programs, they are acting on class terms, rather than as working class racists. Such an argument is to be expected from the 'Today' show, but a viable left must find a way to differentiate itself strongly from such analysis. Similarly, it is worth noting that both neoliberalism and neoconservatism argue that race is not (or ought not to be) 'the issue' but that economic growth – neatly separable from race - will solve conflicts that only seem to revolve round race”. (ROEDIGER, 2007 [1991], p. 8-9)

¹¹⁴ No original: “the consequences of [racist] thought were bad enough for colored people the world over' but 'they were even worse when one considers what this attitude did to the [white] worker ... He began to want, not comfort for all men but power over other men ... He did not love humanity and he hated niggers.” (DU BOIS, 1965 [1947], p. 18-21 *apud* ROEDIGER, 2007 [1991], p. XX)

Segundo Roediger, nenhum autor marxista compreendeu melhor a dialética entre raça e classe do que Du Bois, que ao analisar a classe trabalhadora estadunidense e o movimento operário, demonstrou que o trabalhador branco até pode resistir às ideias racistas, mas, em muitas situações, as tem abraçado e adotado. O problema não é, portanto, a classe trabalhadora branca ser manipulada por ideias racistas propagadas pelas classes dominantes, mas sua própria autorrepresentação como branca, enquanto fator de manutenção de seus interesses (ROEDIGER, 2007 [1991], p. 12). Isso se deve ao fato de que adotar a branquitude pode oferecer vantagens de curto prazo não ligadas somente ao status diferenciado entre trabalhadores brancos e não-brancos, mas a ganhos sociais reais, privilégios que às vezes se traduzem em compensação monetária, diferenças salariais e uma espécie de salário público e psicológico que lhes permitia acesso a serviços, posições superiores e prerrogativas na sociedade.

O autor demonstra ainda como o sentimento de raça e as vantagens conferidas pela branquitude através da ideia de supremacia branca fizeram os trabalhadores brancos do Sul esquecerem seus “interesses praticamente idênticos” aos dos trabalhadores negros e aceitarem condições de vida baixíssimas para si e para os mais oprimidos do que eles, o que prejudicava não apenas a unidade da classe trabalhadora, mas a própria visão de mundo – portanto, a consciência de classe – dos trabalhadores brancos. Du Bois demonstrou a relação entre o racismo dos trabalhadores brancos com um desdém pelo próprio trabalho, uma busca por satisfação fora da esfera do trabalho e um desejo crescente de fugir ao invés de confrontar a exploração (ROEDIGER, 2007 [1991], p. 13). A partir destas referências, e de um estudo de caso que privilegiava a historiografia sobre a escravidão nos EUA e analisava a apropriação da branquitude por parte dos imigrantes irlandeses na transição ao capitalismo, Roediger descreveu a fluidez da ficção social da raça. Destacou ainda como a adoção de defesa de tal ficção por parte da classe trabalhadora possibilitou que ela persistisse ao longo da história do capitalismo, sendo constitutiva e constantemente produzida por este sistema.

5.1.2. A crítica feminista-marxista de Dana Frank aos “Salários da Branquitude”

Dentre as inúmeras críticas ao argumento desenvolvido por Roediger (2007 [1991]), uma merece especial atenção. Em seu artigo *White Working Class Women and the Race Question* [As Mulheres Trabalhadoras Brancas e a Questão Racial] Frank (1998) sustentou que

o maior problema da análise de Roediger é sua insuficiência em abordar as especificidades de gênero na apropriação da branquitude quando da formação da classe trabalhadora branca nos EUA. Em sua crítica, a autora busca compreender privilégios e práticas raciais a partir do modo como foram experimentadas e exercidas por mulheres trabalhadoras brancas. Sua premissa é a inexistência de uma teoria capaz de abordar classe, gênero e raça em sua completude:

A história das mulheres da classe trabalhadora branca e da raça caiu em uma lacuna conceitual entre dois desenvolvimentos historiográficos. Por um lado, a publicação de 1991 de *Wages of Whiteness*, de David Roediger, inaugurou uma atenção à identidade racial branca, ao racismo e ao antirracismo, em grande parte enterrados desde *O Indispensável Inimigo*, de Alexander Saxton (1972). Finalmente os historiadores começaram a definir o “problema da raça” como um problema branco. Uma literatura simultânea, relacionada, mas distinta, explorou os sindicatos birraciais em indústrias específicas, examinando tanto a resistência dos trabalhadores brancos à plena igualdade racial quanto seus esforços de tentativa de cooperação interracial. **Em ambos os desenvolvimentos teóricos, quase todos os trabalhadores examinados são do sexo masculino, e um deslizamento conceitual tem sido generalizado, no qual os trabalhadores brancos do sexo masculino são sutilmente equacionados com todos os trabalhadores brancos.** Ao mesmo tempo, uma enorme literatura sobre mulheres brancas da classe trabalhadora se desenvolveu desde 1970, a qual, com pouquíssimas exceções, não marcou seus sujeitos como brancos, exceto em observações introdutórias ocasionais; não explorou o privilégio branco; e não situou mulheres brancas da classe trabalhadora dentro de uma nação racializada. **O desenvolvimento historiográfico foi um passo à frente, dois passos atrás. Onde se avançou no sentido de uma análise de gênero, se recuou na análise da raça e vice-versa**¹¹⁵. (FRANK, 1998, p. 80-81, tradução e grifos meus)

Assim, Frank (1998) confronta o debate sobre branquitude desenvolvido por Roediger com as perspectivas feministas-marxistas sobre o trabalho feminino discutidas no capítulo 2 desta dissertação. Para a autora, ambas as perspectivas mostravam apenas uma visão parcial da realidade social, na medida em que abstraíam características fundamentais do seu objeto de análise, qual sejam, as especificidades de gênero, por um lado, e de raça, por outro.

¹¹⁵ No original: “The history of white working-class women and race has fallen into a conceptual gap between two historiographical developments. On the one hand, the 1991 publication of David Roediger's *Wages of Whiteness* has inaugurated an attention to white racial identity, racism, and antiracism largely buried since Alexander Saxton's *Indispensable Enemy* (1972). Finally, historians have begun to define the “race problem” as a white problem. A simultaneous literature, related but distinct, has explored biracial unions in particular industries, examining both white workers' resistance to full racial equality and their efforts at tentative interracial cooperation. In both bodies of work, almost all the workers examined have been male, and a conceptual slippage has been pervasive in which white male workers are subtly equated with all white workers. At the same time, an enormous literature on white working-class women has developed since 1970 which, with a very few exceptions, has not marked its subjects as white except in occasional introductory remarks; has not explored white privilege; and has not situated white working-class women within a racialized nation. The historiographic development has been one step forward, two steps back. Where a gendered analysis was advanced, race dropped out, and vice versa” (FRANK, 1998, p. 80-81)

A proposta de Frank aponta, então, para uma análise histórica sobre como se deu o processo de racialização e formação da branquitude sob o ponto de vista (a posicionalidade) das mulheres brancas nos EUA. Tal análise deveria incluir uma discussão que se estende para além da esfera do trabalho formal assalariado no âmbito da produção: os agricultores rurais pobres, as mulheres urbanas empobrecidas que se encontram fora da força de trabalho, as mulheres inseridas em famílias com trabalhadores homens assalariados, mulheres inseridas em famílias de agricultores pobres e mulheres assalariadas em empregos que exigiam baixo nível de formação, deveriam também ser levados em consideração (FRANK, 1988, p. 82-83). A autora argumenta que esses grupos sociais são objeto de racismo e do privilégio branco e constituem espaços sociais novos e diferentes, que, todavia, não poderiam ser observados pela lente da classe trabalhadora masculina. Ainda, ao abrir a análise teórica a estes “novos espaços”, Frank destaca a possibilidade de encontrar o antirracismo e a solidariedade transversal, o que poderia potencializar a organização prática da classe trabalhadora (FRANK, 1998, p. 86). Exemplo disto seria a análise das experiências das trabalhadoras brancas e negras na esfera da reprodução social:

Se encontramos o racismo e o privilégio branco em lugares novos e diferentes quando prestamos atenção às mulheres brancas da classe trabalhadora, também poderíamos encontrar o antirracismo e a solidariedade racial nesses mesmos lugares novos e diferentes. Para as mulheres brancas da classe trabalhadora, momentos de conexão transracial ou o abandono do privilégio branco podem ter ocorrido em esferas informais e privadas até então não examinadas pelos historiadores. (O mesmo pode ser verdade para os homens.) Jacqueline Jones descobriu histórias de mulheres brancas e negras na zona rural do Alabama na década de 1920 compartilhando alimentos escassos enquanto seus filhos brincavam nas casas uns dos outros. Ela enfatiza que uma mulher branca e uma negra não apenas compartilhavam o cuidado da criança, mas amamentavam os filhos umas das outras. Ela ressalta que as mulheres brancas envolvidas ainda achavam que eram superiores. Mas elas podem ter explorado o que Roediger chama de "a esquerda do possível" de seu tempo e lugar histórico¹¹⁶. (FRANK, 1998, p. 86, tradução minha)

¹¹⁶ No original: “If we find racism and white privilege in new and different places when we pay attention to white working-class women, we might also find antiracism and cross-racial solidarity in those same new and different places. For white working-class women, moments of transracial connection or the abandonment of white privilege may have taken place in informal, private spheres heretofore unexamined by historians. (The same may be true of men.) Jacqueline Jones has unearthed stories of white and black women in rural Alabama in the 1920s sharing scarce food while their children played at each others' houses. In one instance, a white and a black woman not only shared child care but breast-fed each others' children. She underscores that the white women involved still thought they were superior. But they may have explored what Roediger calls "the left wing of the possible" for their historical time and place.” (FRANK, 1998, p. 86, tradução minha).

A crítica de Frank foi incorporada por Roediger: no prefácio à terceira edição de *The Wages of Whiteness*, o autor reconhece, diante da crítica elaborada pela autora, a insuficiência que a pouca atenção dada ao gênero causou em sua análise (ROEDIGER, 2007 [1991], p. xiii). Ele afirma que passou então a produzir novas pesquisas para, através delas, reunir elementos a fim de desenvolver as questões levantadas pelos críticos. Uma primeira tentativa de considerar as experiências das mulheres foi o artigo *Race, Labor, and Gender in the Languages of Antebellum Social Protest* [Raça, Trabalho e Gênero na Linguagem do Protesto Social Anteguerras], publicado em 1999. Neste trabalho, Roediger se propôs a analisar as formas de divisão que existiam entre os trabalhadores e que limitavam o seu poder de coalizão através de um estudo comparativo da linguagem utilizada pelos movimentos abolicionista, de trabalhadores e de libertação feminina no período anterior à Guerra Civil Americana. O autor dá destaque ao movimento de mulheres e evita a universalização das características masculinas nas formas de protesto social analisadas.

5.1.3 Uma teoria unitária? Gerenciamento racial e produção social da diferença segundo David Roediger e Elizabeth Esch

Recentemente, Roediger desenvolveu uma nova formulação teórica sobre a dinâmica existente entre *raça* e a *lógica do capital* a partir da análise histórica sobre a gestão capitalista do trabalho nos EUA de 1830 a 1930 (ROEDIGER; ESCH, 2012). Nesse estudo¹¹⁷, a *raça* é conceituada como mecanismo essencial da acumulação capitalista: ela permite aos capitalistas diferenciarem os trabalhadores no modo pelo qual gerenciam a produção a fim de aumentar a capacidade produtiva do capital e de elevar a taxa de mais-valia (taxa de exploração). Em uma escala de reprodução ampliada, este seria um mecanismo fundamental da produção de valor. Segundo Roediger e Esch (2012; 2017), tal mecanismo é um “sintoma de origem”: se iniciou durante a escravidão, a partir da gestão das raças na forma de organização das *plantations*. Porém, ele não desaparece com o capitalismo; ao contrário, coexiste com a forma de gerenciamento *científica* da produção racionalizada pelo fordismo, constituindo-a e

¹¹⁷ Este argumento foi defendido pela primeira vez em 2009, na revista *Historical Materialism*. Depois, foi desenvolvido no livro *The Production of Difference: Race and the Management of Labor in US History* (2012). Uma versão resumida do argumento desenvolvido no livro foi publicada sob o título “*One Symptom of Originality*”: *Race and the Management of Labor in US History*” no livro *Race, Class and Marxism* (2017). Nesta dissertação, trabalhamos com as duas últimas publicações.

proporcionando sua expansão imperialista. Nesta forma *científica* de administração da produção, os gestores capitalistas utilizam-se das diferenças raciais para colocar os trabalhadores uns contra os outros; em sua reprodução ampliada, o capital cria setores específicos de trabalhadores, com diferentes níveis de vulnerabilidade e sujeição à exploração. Assim, os autores afirmam que a forma de gerenciamento do capitalismo estadunidense tanto explora como reproduz as divisões raciais como parte do seu processo de expansão, produção e acumulação. Tal perspectiva se soma à análise produzida em *The Wages of Whiteness* (apresentada acima) e parece completar a formulação teórica de Roediger sobre a inseparabilidade entre racialização e a acumulação capitalista.

Roediger e Esch (2012) chamam atenção ao fato de que o estudo do gerenciamento racial do trabalho e da produção de diferença passou praticamente despercebido pela tradição marxista. Para os autores, tal silêncio é fruto de uma perspectiva hegemônica de que o capitalismo introduziria, necessariamente, um caráter cosmopolita e homogeneizante na produção e no consumo global. Esta perspectiva estaria presente até mesmo no pensamento de teóricos que se dedicaram ao estudo do gerenciamento e disciplinamento da força de trabalho pelo fordismo, a exemplo de A. Gramsci, H. Braverman e C.R.L. James. Estes autores ou ignoraram diferenças raciais e nacionais, ou as enxergaram como resquícios pré-capitalistas, em processo de supressão pelos objetivos da gestão progressiva do capital, voltada a americanizar e homogeneizar trabalhadores (ROEDIGER; ESCH, 2012, p. 13).

Em oposição à esta perspectiva, Roediger e Esch (2012, p. 13-19) argumentam que a tendência à homogeneização é apenas uma *visão parcial* do processo de acumulação. Uma análise deste processo em sua totalidade seria capaz de enxergar a dinâmica contraditória que conferiria centralidade também ao processo de produção de diferenças raciais entre os trabalhadores como parte integrante da extração eficiente da mais-valia. Os autores destacam que a centralidade do corpo do trabalhador e das características específicas que este carrega, não está ausente da teorização de Marx; ao contrário, que oculta tal centralidade, é a ênfase dada pela tradição marxista à superação de suas particularidades pela tendência à padronização do trabalho sob o capitalismo.

Assim, para Roediger e Esch (2012), grande parte da tradição marxista considera que o valor surgiria do processo de abstração do trabalho, não de sua capacidade histórica em acentuar as diferenças entre os trabalhadores¹¹⁸. Esta interpretação faria com que a teoria marxista

¹¹⁸ Nas palavras de Roediger e Esch (2012, p. 23-24, tradução e comentários meus entre chaves): “do Manifesto Comunista em diante o capitalismo recebeu, por mais de 160 anos, o crédito do *mainstream* do marxismo por

hegemônica facilmente subordinasse a centralidade da raça à classe, criando uma dicotomia imprópria entre as duas categorias. Na visão de Roediger e Esch (2012, p. 13-19), esta perspectiva bloqueia estudos que realmente pudessem considerar como a administração do trabalho historicamente produziu as diferenças entre os trabalhadores e depois passou a depender delas, em um processo contínuo e contraditório (ROEDIGER; ESCH, 2012, p. 13-19). Ao evitar um afastamento da realidade social, tais estudos explicariam, por exemplo, porque, historicamente, o mundo não rumou para um quadro de menor divisão entre as classes trabalhadoras ou de supressão das hierarquias de raça e gênero.

Diante do que consideram ser a tradição marxista hegemônica, os autores enfatizam a importância das teóricas feministas e antirracistas que trabalham nas fronteiras entre os estudos pós-coloniais e marxistas, pioneiras em conceituar o gerenciamento racial do trabalho e a produção de diferenças entre os trabalhadores (ROEDIGER; ESCH, 2012, p. 13-19). Dentre tais teorias, destacam o trabalho de Lisa Lowe (1996), que cunhou o termo *produção social da diferença*. A autora insiste tanto na centralidade da classe quanto na necessidade de transcender qualquer tendência marxista em isolar a noção de trabalho dos corpos especificamente racializados e das histórias concretas dos trabalhadores. Tais tendências seriam fruto de processos de abstração teórica feitos em nome do materialismo e, por vezes, do interracialismo (ROEDIGER; ESCH, 2017, p. 118).

Ao mesmo tempo, Lowe (1996, p. 27-28 *apud* ROEDIGER; ESCH, 2012, p. 14; *ibidem*, 2017, p. 119) demonstra porque o marxismo é indispensável e porque demorou a apreender a “história específica dos Estados Unidos”, na qual raça, capital e classe estão imbrincados. Para ela, esta tradição se limitou a discutir os processos de racialização como se pertencessem apenas

introduzir um “caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países”. Marx argumentou mais tarde: “Em oposição ao capital, o trabalho é a forma meramente abstrata, a mera possibilidade de atividade produtora de valor (value-positing activity), que existe apenas como uma capacidade, como um recurso na corporeidade do trabalhador.” O corpo, tão central para (...) a manipulação da diferença racial pelo gerenciamento [do trabalho], não está ausente em Marx, mas a ênfase reside em suas particularidades sendo superadas ao reduzi-la a movimentos padronizados, em sua raça cedendo à classe. O valor surge ao se tornar o trabalho abstrato, não ao acentuar as diferenças entre os trabalhadores. A apreciação da capacidade do capital de criar um “mundo homogeneizado à sua própria imagem” tem significado que os principais estudos marxistas da gestão do trabalho nos Estados Unidos enfatizaram apenas a experiência comum de opressão [pautada na competição e produtividade] (...).”// No original: "From The Communist Manifesto forward, capitalism has for more than 160 years received credit from the mainstream of Marxism for introducing a “cosmopolitan character to production and consumption in every country.” Marx later argued, “As against capital, labor is the merely abstract form, the mere possibility of value-positing activity, which exists only as a capacity, as a resource in the bodiliness of the worker.” The body, so central to (...) management’s manipulation of racial difference, is not absent in Marx, but the emphasis lies on its particularities being overcome by reducing it to standardized movements, on its race yielding to its class. Value arises from making labor abstract, not from accentuating differences among workers. Appreciation of the ability of capital to create a homogenized “world after its own image” has meant that the major Marxist studies of management in the United States have emphasized only the common experience of oppression (...).” (ROEDIGER; ESCH, 2012, p. 23-24).

à um período inicial da chamada acumulação “primitiva” de capital (relacionado ou ao tráfico de africanos escravizados, ou à ocupação de terras indígenas). Tal abordagem não era suficiente para compreender como a conexão entre raça e exploração persistiu na nação capitalista mais desenvolvida do mundo, impulsionando a acumulação de capital e moldando suas estratégias de dominação. Nas palavras da autora: “Na história dos Estados Unidos, o capital maximizou seus lucros não através da prestação de trabalho ‘abstrato’, mas, precisamente, através da produção social de ‘diferenças’ (...) marcadas por raça, nação, origens geográficas e gênero” (LOWE, 1996, p. 27–28 *apud* ROEDIGER; ESCH, 2012, p. 14, tradução minha). Tal produção social da diferença consistiria no papel ativo do capital em fragmentar a classe trabalhadora.

Com base na análise de Lowe (1996), Roediger e Esch (2012), desenvolveram o argumento de que o processo de abstração do trabalho – inerente ao modo de produção capitalista – não necessariamente produz homogeneização, e que a “produção da diferença” tem sido parte integrante da extração eficiente da mais-valia. Um estudo histórico sobre as formas de gestão da escravidão e do capitalismo nos Estados Unidos, permitiu que os autores pudessem enxergar como as formas de gestão das *plantations* ofereceram o modelo de funcionamento para a indústria moderna. Ao reunir os trabalhadores sob o mesmo teto e subordina-los a uma disciplina de trabalho, os primeiros capitalistas industriais estavam adaptando o modelo da produção predominante na escravidão¹¹⁹(ROEDIGER; ESCH, 2017, p. 124). Através desta análise, os autores ressaltam a permanência não só das formas de dominação, mas das próprias classes dominantes: após a abolição da escravidão, antigos senhores de escravos tornaram-se empresários capitalistas, conservando e adaptando os mecanismos de dominação do período anterior.

O exemplo do general confederado Nathan Bedford Forrest é ilustrativo neste sentido: após a guerra civil americana, o ex-comerciante e senhor de escravos, tornou-se empresário e gestor de ferrovias, bem como líder da organização terrorista Ku Klux Klan. Roediger e Esch

¹¹⁹ Os autores destacam continuidades impressionantes entre o sistema de plantation de produção indústria: “As palavras “superintendente”, nomeando o gerente vigiando e acelerando o trabalho de escravos e “supervisor”, nomeando o gerente desempenhando exatamente as mesmas funções na indústria, têm o mesmo significado literal. Da mesma forma, a palavra “fábricas” nomeava as áreas de encenação da África Ocidental reunindo grupos de trabalho para o tráfico de escravos, e depois para a produção de algodão possibilitando as “fábricas” têxteis da Inglaterra e da Nova Inglaterra” (ROEDIGER e Esch, 2017, p. 124) // No original: “The words “overseer,” naming the manager surveilling and speeding up the labor of slaves, and “supervisor,” naming the manager performing just the same roles in industry, have the same literal meaning. Similarly, the word “factories” had named the West African staging areas gathering laboring bodies for the slave trade, and then for the production of cotton making possible the textile “factories” of England and of New England.” Cabe ressaltar que há uma vasta produção teórica sobre a relação entre a forma de gerenciamento da produção capitalista e formas anteriores de trabalho compulsório e escravo, inclusive no Brasil. A título exemplificativo, cf. DACCA, 2001.

destacam que ele alternava entre proclamar a superioridade da mão-de-obra africana, incentivando novas importações de trabalhadores africanos livres, e encorajar esquemas para importar mão-de-obra chinesa. Tal alternância demonstrava o interesse do empresário em competir com a oferta local de trabalho existente: acreditava-se por um lado, que a presença de trabalhadores chineses e africanos fariam dos afro-americanos trabalhadores mais produtivos, por outro lado, viabilizava-se a criação de diferentes nichos de mão-de-obra explorável, o que possibilitava uma maior taxa de exploração e garantiria sua fragmentação (ROEDIGER; ESCH, 2017, p. 134).

Os autores demonstram assim, as contradições, rupturas e continuidades que envolveram o gerenciamento racial da força de trabalho nos Estados Unidos durante a escravidão, no período de transição e após a constituição do sistema fordista de produção. As tendências do capital em direção à centralização, união e organização da classe trabalhadora através da racionalização da produção proposta por Taylor e implementada pelo fordismo, existem em tensão com a necessidade do capital em dividir os trabalhadores. Recuperando Lebowitz (2006), os autores ressaltam que o capital encoraja o desenvolvimento da classe trabalhadora, do “trabalhador coletivo”, *em si*, mas não tem interesse no surgimento do trabalhador coletivo *para si*. Neste sentido, os interesses em fragmentar os trabalhadores e a capacidade de produzir mais-valia através desta fragmentação convergem na produção da diferença (ROEDIGER; ESCH, 2017, p. 25;122). Tal estudo lhes permitiu demonstrar, ainda, que as formas de gestão das raças na produção desenvolvidas e utilizadas durante a escravidão permaneceram com o advento do capitalismo e se *interseccionaram* com o gerenciamento científico da produção proposta por Taylor. Nas palavras dos autores (2017):

Ao empregar trabalho não-branco, Hoover também se entregava a fantasias paternas de elevação racial generalizada. Hoover equilibrou a competição racial com o que foi chamado de "desenvolvimento da raça" no início do século XX. Tais correntes alternadas de gestão e desenvolvimento da raça ajudaram a dar origem a um imperialismo estadunidense completamente moderno. Talvez a empresa que mais praticava o gerenciamento racial, em parte por meio do desenvolvimento racial, fosse a *Ford Motor Company*. O pensamento de Hoover no mundo era espelhado por Henry Ford em casa, cujos capatazes e gerentes colocavam “raças” de imigrantes uns contra os outros, mesmo que assistentes sociais pagos pela empresa pudessem reivindicar o desenvolvimento racial como um todo através da educação no americanismo e visitas intrusivas de sociólogos da empresa em seus lares. Os trabalhadores afro-americanos da Ford superavam em número aqueles em todas as outras fábricas automotivas combinadas, mas em vez de sugerir falta de preocupação com a justiça racial em suas fábricas, a contratação de afro-americanos pela Ford revela uma sofisticada - embora contraditória - abordagem de gestão via raça. O fato de a revista emblemática do moderno império norte-americano, *Foreign Affairs*, ter surgido do jornal intitulado *Journal of Race Development*, sugere que poucos arquitetos do império norte-

americano fizeram seu trabalho fora de uma estrutura racial. As maneiras pelas quais a gestão racial coexistia com a gestão científica em casa merecem nossa atenção, pois são os exemplos mais claros de quão plenamente compatíveis com as inovações do capitalismo foram os atavismos da raça. As esperanças de ir e vir do misantropo de Melville enquanto ele procurava os tipos raciais e nacionais perfeitos para produzir o trabalhador perfeito parecem totalmente em desacordo com a ciência da gestão da qual Frederick Winslow Taylor é considerado o inventor no final do século XIX. No entanto, o Commons conseguiu manter o contrário, em parte porque as ideias de Taylor existiam ao lado de práticas cruas de gerenciamento de raça. Mais importante, o famoso exemplo que o próprio Taylor usou para educar o público em relação à capacidade de seu sistema de criar "homens de alto preço", selecionando-os com esmero e controlando seus movimentos cientificamente, sugere uma sobreposição entre ciência gerencial e gerenciamento racial. (...) A lógica racial de Taylor no exemplo de Schmidt não percorreu toda a sua escrita. Seu desejo de erradicar o poder arbitrário dos capatazes e outros pequenos patrões colocou Taylor entre os especialistas em gestão cujo sistema formal deixava menos espaço para o uso cotidiano da tormentosa competição racial para extrair produção. Mas, de forma mais ampla, o pensamento racial que informou a apresentação de Taylor de seu novo sistema, introduzindo ouvintes e leitores a Schmidt, obedeceu a padrões mais amplos que viram o gerenciamento de raça sobreviver e até mesmo se expandir nos primeiros anos da era da gestão científica¹²⁰. (ROEDIGER; ESCH, 2017, p. 142-144, tradução minha)

Assim, ainda que a gestão científica da produção tal como proposta por Taylor sugerisse a *superação* da gestão racial em nome de uma racionalidade maior da esfera produtiva, Roediger e Esch (2017, p. 153) demonstram que os gestores tayloristas na maioria das vezes apenas apelaram para tornar as diferenças raciais mais cientificamente sistemáticas; sob a

¹²⁰ No original: "When employing nonwhite labor, Hoover also indulged in paternal fantasies of generalized racial uplift. Hoover balanced racial competition with what was called "race development" in the early twentieth century. Such alternating currents of race management and race development helped give rise to a thoroughly modern US imperialism. Perhaps the firm who most practiced race management, in part via race development, was Ford Motor Company. Hoover's thinking in the world was mirrored by Henry Ford at home, whose foremen and managers set immigrant "races" against each other even as company-paid social workers could claim to develop "the race" as a whole through education in Americanism and intrusive home visits from company "sociologists." African-American workers at Ford outnumbered those in all other auto plants combined, yet rather than suggesting a lack of concern with racial justice in its plants, Ford's hiring of African Americans reveals a sophisticated—if contradictory—approach to management via race. That the flagship journal of modern US empire, *Foreign Affairs*, evolved from the tellingly titled *Journal of Race Development* suggests that few architects of US empire did their work outside a racial framework. The ways in which race management coexisted with scientific management at home deserve our attention, as they are the clearest examples of how fully compatible with the innovations of capitalism were the atavisms of race. The come-and-go hopes of Melville's misanthrope as he sought the perfect racial and national types to produce the perfect worker seem utterly at odds with the science of management that Frederick Winslow Taylor is credited with inventing in the late nineteenth century. Yet Commons was able to maintain otherwise, in part because Taylor's ideas existed alongside crude practices of race management. More importantly, the famous example that Taylor himself used to educate the public regarding his system's ability to create "highpriced men" by selecting them studiously and regimenting their motions scientifically, suggests overlap between managerial science and race management. (...) Taylor's racial logic in the Schmidt example did not run through the whole of his writing. His desire to uproot the arbitrary power of foremen and other petty bosses placed Taylor among those management experts whose formal system left the least room for day-to-day uses of stormy racial competition to extract production. But more broadly, the race-thinking that informed Taylor's presentation of his new system, by introducing listeners and readers to Schmidt, did comport with larger patterns that saw race management survive, and even expand, in the early years of the era of scientific management." (ROEDIGER; ESCH, 2017, p. 142-144).

aparente homogeneização dos trabalhadores, triunfou uma forma de racionalidade capitalista intimamente ligada à gestão racial e baseada na competição entre os trabalhadores. Ao analisar a onda de imigração e a conjuntura de crescimento econômico proporcionada ao mercado estadunidense durante e após a Primeira Guerra Mundial, os autores (ROEDIGER; ESCH, 2017, p. 153-157) cuidadosamente demonstram que tal sistema de competição racial passou a não se basear mais na fixação de um quadro fixo de hierarquias raciais. Agora, ele se fundamentava na produção de opiniões hierárquicas por parte dos gestores diretos da linha de produção nas fábricas, baseadas em preconceitos raciais contraditórios e voláteis. Uma vez que agora estes gestores possuíam a capacidade de contratar e demitir trabalhadores em face de sua produtividade, havia grande peso por trás de seus preconceitos: eles tinham a capacidade de manter trabalhadores racializados produzindo em seu limite máximo. Assim, a racionalidade do gerenciamento científico incluía a irracionalidade da raça de forma calculada. Roediger e Esch (2017, p.155) demonstram que se estabeleceu um sistema “brutalmente lógico” capaz de, por exemplo, manter, os afro-americanos excluídos dos empregos formais com base em barreiras racialmente definidas, constituindo assim, um exército industrial de reserva de trabalho majoritariamente negro.

Ainda, cabe ressaltar que tal desenvolvimento não se restringiu à um fenômeno nacional especificamente estadunidense: ao contrário, embora constituídos pela experiência da escravidão, os mecanismos de gestão racial da produção se consolidaram em um contexto de comércio e mercado mundial imperialista (ROEDIGER; ESCH, 2017, p. 135). Os autores demonstram que o sistema de produção estadunidense que combinava a gestão racial à gestão científica amadureceu, em primeiro lugar, fora do país, através da exploração de minas em outras partes do mundo. Devido à eficiência produtiva proporcionada pela *intersecção* entre gestão racial e gestão científica, os engenheiros norte-americanos que combinavam as duas técnicas substituíram progressivamente os especialistas europeus em minas asiáticas, mexicanas, sul-americanas, australianas e africanas, constituindo as bases da expansão imperialista moderna (ROEDIGER; ESCH, 2017, p. 137.) Os autores destacam que esses engenheiros, na maioria das vezes, ganhavam experiência nas minas do oeste dos EUA, onde decisões sobre quais “raças” “melhor se adaptavam” a cada processo de trabalho eram centrais para toda a administração da produção. Neste período, o termo “raça” marcava tanto divisões baseadas na divisão escravocrata da “linha cor” quanto diferenças entre nacionalidades europeias (ROEDIGER; ESCH, 2017, p. 137).

Assim, Roediger e Esch (2012;2017) permitem identificar a dinâmica contraditória através da qual o capital se utiliza ora da homogeneização, ora da produção da diferença como momentos de um mesmo impulso da acumulação (ou seja, da busca contínua pela valorização do valor). Os autores demonstraram de um lado, de que forma a classe capitalista usa, em escala global, de sua capacidade de explorar e produzir diferenças entre a classe trabalhadora para maximizar a produção de valor e, por outro, como a classe trabalhadora se adapta e/ou resiste a este movimento. Os autores defendem que, deste modo, é impossível separar a raça da “lógica do capital”. Enquanto produção contínua da diferença, o sistema racista se *intersecciona* com o sistema capitalista através da combinação entre gerenciamento racial e científico da produção. Forma-se, portanto, uma relação na qual ambos estão imbrincados; um constitui o outro. Chama a atenção que Roediger (2017, p. 103) se utilize aqui, do conceito de interseccionalidade elaborado pela feminista negra Hill Collins (2000 [1990]) para explicar a combinação de diferentes sistemas de dominação e de gerenciamento da produção que, em determinados momentos históricos, se cruzam. Retomarei este ponto adiante.

5.1.4 Essencial ao capitalismo, mas fora da lógica do capital? O desenvolvimento da proposta unitária de Roediger a partir da polêmica com David Harvey

Em *Class, Race and Marxism*, Roediger (2017) defende abertamente a importância de se construir uma explicação teórica marxista *unitária* sobre as relações de raça e classe sob o capitalismo. Como visto, apesar de não usar tão frequentemente o termo *teoria unitária*, como faz Vogel, Roediger busca elementos para teorizar o racismo como parte da própria *lógica do capital*. Neste movimento, o autor se opõe às já mencionadas teorias do “capitalismo indiferente”¹²¹, isto é, às vertentes hegemônicas do marxismo que conceituam raça como externa à lógica do capital, privilegiando a classe e a dinâmica da acumulação capitalista sobre a raça. Para Roediger (2017, p. 25-27), a ênfase desta tendência na centralidade das relações sociais capitalistas de propriedade os leva à incapacidade de explicar as origens e a persistência da opressão racial. Tal posição, fortemente defendida pela tendência conhecida como

¹²¹ Como explicado no primeiro capítulo desta dissertação, as teorias do capitalismo indiferente (ARRUZZA, 2015) são aquelas teorias que consideram que a acumulação capitalista possui uma lógica própria, indiferente às relações de opressão. Tais teorias aproximam-se das teorias dualistas, na medida em que tendem a separar as relações intrínsecas do modo de produção capitalista, das relações que constituem a dominação, subordinação e opressão entre seres humanos.

“Marxismo-Político”, ou “Marxismo centrado no capital” e notadamente associada ao pensamento de Ellen Wood, reaparece em uma recente polêmica sobre a *questão racial* envolvendo David Harvey. Ainda, politicamente, ele desafia estudiosos afro-americanos como Adolph Reed e Cedric Johnson, que argumentam que políticas “antirracistas” que focam apenas nas diferenças raciais em detrimento da desigualdade de classe se tornaram uma base da ideologia e política neoliberal nos EUA.

A polêmica entre Harvey e Dubilet que gerou a intervenção de Roediger se inicia quando, em um simpósio promovido pela revista digital *Syndicate* sobre seu livro *Dezessete Contradições e o Fim do Capitalismo*, Harvey se opõe à argumentação de Dubilet de que as lutas contra a violência policial, tribunais municipais¹²² e a supremacia branca que amadureceram durante os protestos de Ferguson (2014) seriam lutas anticapitalistas. Para Harvey, tais lutas não se dirigiram no sentido anticapitalista na medida em que as pautas e o discurso de seus protagonistas não eram claramente dirigidos contra tal sistema, o que denotaria uma falta de consciência capaz de dirigir as lutas sociais. O autor chega a afirmar que, assim como as lutas antirracistas em toda a história dos EUA, as atuais manifestações possivelmente não *chegariam a questionar as bases do capitalismo*. Não deveriam, portanto, substituir ou se sobrepôr às mobilizações contra o capital e suas contradições.

Roediger (2017, p. 1-3) argumenta que a abordagem de Harvey cria uma distinção rígida entre lutas antirracistas (e, em outras passagens, também entre lutas feministas) e anticapitalistas. Para ele, tal distinção não corresponde à realidade. A partir dos acontecimentos de Ferguson, o autor demonstra de que forma raça e classe estão imbrincados nas pautas e na consciência dos trabalhadores pobres, negros e negras, desempregados, afetados pelos processos de desindustrialização da região, cujas principais reivindicações eram fundamentalmente contra as ações do Estado que arruinaram suas vidas.

Roediger destaca também como tais trabalhadores estão imersos em camadas de desigualdade social nas quais não se pode separar suas condições de raça e classe. Assim, perfilamento racial, superencarceramento e violência policial provocaram protestos que visaram a abolição das cortes municipais e a limitação dos poderes da polícia. Tais

¹²² O sistema de justiça estadual não é uniforme nos EUA. Cada estado tem autonomia para regular a competência e quantidade de seus tribunais, mas em regra, os tribunais (ou cortes) municipais julgam crimes de menor potencial ofensivo, recolhem impostos e aplicam multas para certas infrações. No caso do Missouri, estado onde fica o município de Ferguson, há um histórico de discriminação racial e corrupção nestas cortes, compostas majoritariamente por pessoas brancas. Um relatório demonstrou que os casos de pessoas negras tinham 68% menos chance de serem rejeitados nestas cortes, se comparados com os que envolviam pessoas brancas. Ainda, há denúncias de que pessoas negras muitas vezes não recebem direito à defesa são tratadas de forma desigual.

reivindicações demonstraram como o Estado capitalista norte-americano viabiliza a manutenção dos bairros de classe média através da compressão e exploração dos trabalhadores pobres ao invés da taxaço de grandes corporações empresariais locais. Roediger argumenta ainda que exigir que estes trabalhadores falassem abertamente em acabar com o capitalismo, algo que – como ele destaca – atualmente ninguém com visibilidade política faz nos EUA, seria insuficiente para assumir que seu conteúdo não era anticapitalista. Ao contrário, tal postura seria equivocadamente formalista e corresponderia a uma visão idealizada de como se constitui a consciência de classe.

Segundo Roediger, embora Harvey se recuse a colocar raça e classe como categorias opostas, produz uma distinção entre, de um lado, o “capitalismo” (que Harvey admite ser permeado pelas opressões de raça e gênero) e, do outro, o “capital”, cuja lógica poderia ser analisada sem a necessidade do exame das relações étnico-raciais. Esta distinção, que, do ponto de vista prático e teórico, privilegia a dimensão de classe em detrimento da dimensão racial, é ainda hoje predominante no interior da tradição marxista e pode ser encontrada não só na obra de Harvey, mas também nos trabalhos de Ellen Wood (1990). Segundo Roediger,

[Trabalhos mais recentes] frequentemente questionam a fácil distinção que Harvey faz entre capital, cuja lógica em tese exclui as divisões raciais, e o capitalismo, que, segundo ele, prevaleceu em uma longa época repleta de tais divisões. Ao fazer essa distinção, Harvey revive a alegação da teórica e historiadora Ellen Meiksins Wood de que “a exploração de classe é constitutiva do capitalismo como gênero ou desigualdade racial não são”. Embora a argumentação de Wood tenha provocado críticas de dentro do marxismo, a visão dela e de Harvey permanece amplamente a interpretação dominante¹²³. (ROEDIGER, 2017, p. 25, tradução minha)

Ao se recusar a conceituar raça fora da lógica do capital, Roediger se aproxima das feministas-marxistas da reprodução social: ele clama por uma análise na qual não haja separação entre as leis que regem a acumulação capitalista e o processo histórico e social que determinam essas leis. O capital, na visão dessas duas perspectivas, é uma relação social que compõe uma totalidade social complexa; um processo histórico de continuidades e rupturas;

¹²³ No original: "The most dynamic new work often calls into question the easy distinction that Harvey makes between capital, whose logic is said to exclude racial divisions, and capitalism, which has on his view happened to hold sway in a long epoch littered with such divisions. In making this distinction Harvey retools the theorist and historian Ellen Meiksins Wood's contention that "Class exploitation is constitutive of capitalism as gender or racial inequality are not." While Wood's shorthand has provoked criticism from within Marxism, hers and Harvey's view remains broadly the dominant interpretation." ¹²³. (ROEDIGER, 2017, p 25)

em última instância, a forma como os indivíduos vivem e se relacionam em um determinado período histórico.

Como veremos no capítulo 6, contribuições contemporâneas à Teoria da Reprodução Social indicam que não há que se falar em nenhum tipo de separação entre a lógica do capital e as suas mediações, ou mesmo sua história. Pelo contrário, a totalidade social é constituída na e pela diversidade e dinamismo dos processos da vida real, nas diferentes totalidades que a compõe. A “totalidade concreta do todo” que anima o pensamento dialético, envolve compreender um processo de totalização que unifica (sem suprimir) as totalidades parciais que o constituem. Como indica, por exemplo, McNally (2017, p. 104), a totalidade social é assim compreendida “como existindo ‘dentro e através dessas múltiplas mediações através das quais os complexos específicos — i.e. “totalidades parciais” - estão ligadas umas às outras em um complexo geral dinâmico e em constante mutação”¹²⁴. Assim, não há que se falar em uma lógica própria do capital, apartada das demais relações sociais. São as múltiplas práticas sociais (de classe, gênero e raça, por exemplo) que embasam e formatam uma sociedade capitalista.

Ainda, ao analisar recentes acontecimentos políticos nos EUA, como a campanha presidencial de Bernie Sanders e as mobilizações antirracistas que a acompanharam, Roediger (2017, p.7-19) sustenta ser um equívoco afirmar que as atuais dificuldades da formulação política e teórica foram causadas por se prestar excessiva atenção a demandas de raça, gênero ou sexualidade em detrimento das questões de classe. Segundo tal posição, recorrentemente adotada durante a campanha, elites neoliberais aceitariam exigências baseadas em raça, gênero e sexualidade para desviar a atenção do que seria a esfera do “real”, a “essência” por traz destes fenômenos sociais, a saber, as desigualdades de classe. Para Roediger (2017, p.11), essa posição baseia-se na crença de que as elites, burocracias e o judiciário tentam persistentemente mudar os termos das lutas contra o racismo, o sexismo e a homofobia/transfobia transformando-os em discursos sobre “diversidade” e multiculturalismo, palatáveis ao corporativismo de suas instituições. Embora admita ser uma realidade, para o autor, este tipo de afirmação desconsideraria a própria dinâmica contraditória das relações sociais, que envolveriam, por um lado, as forças de coerção e consenso das classes dominantes e por outro, as estratégias de resistência e de sobrevivência das classes oprimidas.

Roediger denuncia ainda que, por vezes, mesmo os setores oprimidos atuam a favor do capital, como por exemplo, ativistas ou grupos antirracistas que permitem que em sua sociedade

¹²⁴ No original: “The social totality is thus grasped as existing “in and through those manifold mediations through which the specific complexes—i.e. ‘partial totalities’—are linked to each other in a constantly shifting and changing, dynamic overall complex.” (MCNALLY, 2017, p. 104)

ideal a pobreza e a desigualdade continuem desde que distribuídas uniformemente através das “linhas raciais”. Ainda que, neste caso, setores da luta por justiça racial de fato se coloquem como meras coberturas para manter as desigualdades de classe, o autor argumenta que a mobilização social não pode ser subestimada. A cooptação das pautas e dos protestos sociais pelo capital não torna as lutas antirracistas populares irrelevantes ou hostis à abordagem da opressão de classe (ROEDIGER, 2017, p. 11-12).

Retomando a análise elaborada com Esch (exposta no item 5.1.3), o autor destaca que, uma vez que a própria lógica da acumulação capitalista produz diferenças raciais para seus próprios interesses, i.e., valorização crescente e contínua de valor, ela mesmo limita a possibilidade de eliminação da desigualdade racial. Ao mesmo tempo, lutas antirracistas desafiam sua lógica e limitam a margem de manobra da gestão da produção capitalista. Além disso, tais mobilizações configuram um local privilegiado de convergência do sentimento de opressão e de possibilidade de solidariedade transversal entre os trabalhadores, limitando sua fragmentação. Elas possibilitam ainda, um espaço único de aprendizado: de um lado, que os trabalhadores negros organizem politicamente e de outro, que os trabalhadores brancos tenham a oportunidade de confrontar sua “alienação [de] uma cultura orientada para o branco” e “chegar à consciência da opressão racial” (ROEDIGER, 2017, p.12). Note-se, portanto, que a indiferença à dimensão racial incorre em grave risco de isolamento e perda de capacidade de articulação de plataformas reais de organização política capazes de unificar a classe trabalhadora. Por esse motivo, Roediger exige maior reflexão autocrítica na tradição marxista e nos estudos críticos da branquitude.

É a partir desta estrutura argumentativa que Roediger critica abertamente a perspectiva do capitalismo indiferente. Em oposição à esta, o autor aponta três possibilidades de construção de uma teoria capaz de abordar de forma unitária as relações de raça e gênero e a lógica do capital: 1) o desenvolvimento dos estudos críticos da branquitude para que responda melhor ao cenário de pauperização e precarização neoliberal, explorando as possibilidades de expandir a solidariedade entre trabalhadores negros e imigrantes; 2) uma maior atenção e importância à movimentos antirracistas e contrários à polícia e as forças repressivas, bem como a trabalhos recentes sobre a desigualdade na população afro-americana e a crescente visibilidade de “governantes de cor”, que nos possibilitam considerar maneiras pelas quais identidades, incluindo identidades de classe, são constituídas de forma múltipla; 3) o enfrentamento da tese hegemônica do capitalismo indiferente, desafiando a mencionada visão de David Harvey e de tantos outros de que a raça se situa fora da lógica do capital, e uma atenção às possibilidades de

conceituação de como, por exemplo, raça e gênero podem ser vistos de forma similar e ao mesmo tempo diferente em relação ao capital (ROEDIGER, 2017, p. 19-29).

Não por acaso, Roediger (2017, p. 111, *et seq.*) discute a perspectiva da interseccionalidade para demonstrar como camadas de opressão relacionadas ao gênero (reprodução social) e à raça (escravidão colonial) nas formas de gestão do trabalho se cruzam em alianças de classes lideradas por senhores de escravos para atingir de forma ainda mais cruel alguns grupos sociais, como por exemplo, mulheres negras escravizadas no âmbito da reprodução social. Assim, ao tratar da urgente questão da solidariedade entre setores oprimidos da classe trabalhadora, o autor ressalta o quão preciosas, mas também o quão compreensivelmente frágeis, são as pontes de solidariedade entre os grupos que são oprimidos de formas muito diferentes (ROEDIGER, 2017, p.157-188).

5.1.5 Post e Seymour: Críticas e alternativas à *Class, Race and Marxism*

As críticas de Roediger à tese do capitalismo indiferente de Wood e Harvey, bem como sua tentativa de localizar raça no interior da lógica do capital, foram discutidas por Seymour (2017) e Post (2017) em contribuições recentes na internet. Como o objetivo aqui é demonstrar contrastes à teoria da reprodução social, ressaltando os limites e desafios para a construção de uma teoria unitária sobre relações de produção e opressão, optei por descrevê-las brevemente para ilustrar outras possibilidades que têm sido debatidas neste caminho.

Apesar de Roediger se opor diretamente à perspectiva indiferente proposta por Wood (1990), para Seymour (2017), não haveria uma divergência real entre Roediger e as teses do capitalismo indiferente. Wood (2002), por exemplo, reconhece que a divisão da força de trabalho e a produção da diferença são essenciais para a exploração capitalista, e, por razões históricas, a raça provou ser um meio adequado e apropriado de fazer isso. Porém, o fato de que o capitalismo precisa da produção da diferença não está, do ponto de vista lógico, em conflito com a afirmação de que a classe é constitutiva do capitalismo, enquanto a raça não é, ou que o capitalismo poderia sobreviver sem a raça. Segundo o autor, em oposição ao argumento de Wood, Roediger apenas consegue provar que a produção da diferença é essencial ao processo de trabalho capitalista e que, na história dos EUA, a raça se constitui como este mecanismo de diferenciação. Desse modo, para Seymour, a diferença entre ambos os autores é simplesmente

referente aos seus respectivos níveis de concretude: enquanto Roediger (2017) lida mais diretamente com a particularidade histórica do capitalismo americano, Wood (1990; 2002) se esforça em refinar uma análise da estrutura lógica do capital, baseada em um exame das suas “leis de movimento” ou “regras de reprodução”.

Em outro sentido, buscando desenvolver a compreensão entre raça e classe, Seymour (2017) inicia então uma crítica ao nível de abstração teórica proposta por Wood com relação a *lógica do capital*:

Abstrações teóricas sobre a estrutura lógica do capitalismo nos ajudam a navegar no terreno da história. Mas, a menos que queiramos que a teoria morra, o terreno da história deve ser o terreno tanto para o teste quanto para a nova geração de teorias. Portanto, a estrutura lógica do capitalismo não pode ser tomada como um assunto fechado. Mesmo se aceitarmos que nada sobre nossos atuais modelos abstratos da lógica do capital necessita do conceito de raça, **o fato da realidade persistente da raça sob o capitalismo é uma importante evidência que nos convida a olhar novamente para a teoria.** Ainda há muito a ser descoberto sobre a estrutura lógica da lei capitalista, a política capitalista, a ideologia capitalista e a articulação de tudo isso¹²⁵ (SEYMOUR, 2017, tradução minha).

Em segundo lugar, o autor destaca que também a estrutura lógica do capitalismo descrita por Wood (2002) é economicista, o que contrasta com suas objeções ao modelo de análise pautado na metáfora base-superestrutura (2016). As “regras de reprodução” do capitalismo oferecidas por Wood limitam-se à esfera da produção e da troca, e baseiam-se em uma concepção abstrata do “mercado”, que desconsidera sua existência específica, i.e., que o “mercado” é constituído pelo direito, política e cultura. O autor destaca que esta concepção não considera o espaço da reprodução social (tal qual descrito pelas feministas da reprodução social) e de sua *relação* com o mercado: por exemplo, os agentes econômicos também “dependem de transporte público, escolas, escritórios de assistência social, cônjuges, filhos, parentes, às vezes caridade e toda uma gama de coisas que não são "o mercado". Além disso, os mercados também dependem deles”¹²⁶ (SEYMOUR, 2017).

¹²⁵ No original: "Theoretical abstractions about the logical structure of capitalism help us navigate the terrain of history. But unless we want the theory to die, the terrain of history has to be the ground for both testing and new theory-generation. So, the logical structure of capitalism cannot be taken as a closed subject. Even if we accept that nothing about our current abstract models of the logic of capital necessitate the concept of race, the fact of the resistant reality of race under capitalism is an important piece of evidence that invites us to look again at the theory. There remains a lot to be discovered, about the logical structure of capitalist law, capitalist politics, capitalist ideology, and of the articulation of all of these." (SEYMOUR, 2017).

¹²⁶ No original: "(...) economic actors may depend on markets for their reproduction, but they also depend on public transport, schools, welfare offices, spouses, children, relatives, sometimes charity, and a whole range of things that aren't "the market". What is more, markets also depend on them." (SEYMOUR, 2017).

Em terceiro lugar, Seymour critica o conceito de “status cívico” como a modalidade crucial da raça sob o capitalismo: este não é exaustivo das formas de distinção de status e opressão em uma sociedade, e a abolição de hierarquias pautadas nele não resultou na abolição da raça; ela continua a operar por outros meios. Entretanto, não se poderia descobrir como se dá o funcionamento da atribuição dessas hierarquias hoje somente olhando para o processo de trabalho (ou seja, a produção de diferença, como também fizeram Roediger e Esch) ou para “o mercado”; para o autor, isto só pode ser feito se considerarmos a *relação* entre capitalismo, estados-nação e imperialismo. Ou seja, ainda que “em um alto nível de abstração teórica”, definir a *lógica do capital* demandaria uma teoria do Estado e, provavelmente, necessitaria também de uma teoria da Ideologia.

Em um sentido similar, Post (2017) concorda com Seymour (2017) no que tange à inexistência de real divergência entre Wood (2002) e Roediger (2017). Para Post isto se evidencia na medida em que o último não explica teoricamente como a dinâmica do capitalismo produz e reproduz a raça como uma categoria social, o que permite que esta pareça operar *externamente*, mas em uma relação *funcional* com lógica da competição, e, portanto, da acumulação capitalista. Segundo o autor, é sintomático que, em última análise, Roediger tenha que se apoiar em noções de “interseccionalidade” e não consiga fornecer uma explicação unitária coerente para a relação entre raça e classe.

Post passa então a dirigir sua crítica à ambos e propõe desenvolver certos aspectos levantados por Roediger (2017, 2007 [1991]) em sua investigação histórica sobre a produção da diferença e da branquitude. O autor acredita que esta crítica possa fornecer uma explicação alternativa para explicar, de forma unitária, a relação entre racismo e capital (POST, 2017). Em primeiro lugar, o autor destaca que qualquer explicação neste sentido precisa começar com uma análise de *como* o surgimento das relações sociais de propriedade capitalistas na Inglaterra no século XVII *necessitou* da invenção da raça. A noção de raça, que emergiu no processo de colonização capitalista inglesa da Irlanda e da Virgínia, surgiu para justificar a escravidão e outras formas de servidão em sociedades onde a liberdade legal e a igualdade estavam se tornando a norma em meio à uma realidade desigual. Portanto, é apenas com o desenvolvimento do capitalismo – e sua aparência de igualdade – que a raça se torna um meio necessário para explicar e justificar a desigualdade social¹²⁷.

¹²⁷ Post destaca ainda que nas sociedades pré-capitalistas, onde a exploração ocorre através da coerção não-econômica, a desigualdade foi assumida como a condição “natural” da humanidade. Somente com o capitalismo, onde a exploração ocorre através das “compulsões insípidas do mercado”, a noção de liberdade jurídica e igualdade pode se tornar o “senso comum” da sociedade.

Em seguida, Post demonstra que, uma vez que as relações sociais de propriedade capitalistas se tornam dominantes, a produção e a reprodução da raça estão enraizadas na dinâmica da *competição do mercado de trabalho*. Citando Brenner (1981) ele ressalta que “os trabalhadores não são apenas *produtores coletivos* com um interesse comum em assumir o controle coletivo sobre a produção social. Eles também são *vendedores individuais de força de trabalho* em conflito uns com os outros sobre empregos, promoções, etc.” (BRENNER, 1981, p.30 *apud* POST, 2017). Com a concorrência pela venda da força de trabalho, abre-se a possibilidade de que alguns trabalhadores tirem proveito do rebaixamento das posições de outros em uma posição social mais fraca. Assim, a reprodução das relações sociais de propriedade capitalistas através da acumulação e competição no mercado de trabalho cria a matriz social para a produção e reprodução da raça.

Aqui, Post (2017) enfatiza a sua discordância para com a concepção desenvolvida por Roediger e Esch (2012) segundo a qual há – ainda que parcialmente – uma tendência da lei do valor em *homogeneizar* o trabalho equalizando os salários, condições de trabalho e afins. Segundo Post, tal posição não corresponde nem à teoria do valor de Marx nem à história real do capitalismo: na realidade, a reprodução do capitalismo não produz *homogeneidade*, mas apenas *diferenciação* constante (tanto entre capitalistas, quanto entre trabalhadores). A operação da lei do valor – em que o valor de troca de mercadorias diferentes é expresso na quantidade de *tempo médio de trabalho abstrato socialmente necessário* para produzi-las – não depende da *homogeneização* do trabalho. Pelo contrário, é a competição e a acumulação capitalistas que permitem que os produtos de processos de trabalho humanos, fundamentalmente *concretos* e *diferentes*, sejam trocados como *equivalentes*, *abstraindo-se dessas diferenças concretas*. A competição capitalista é travada pelo que Marx chamou de “artilharia pesada do capital fixo” – *inovação tecnológica constante, assumindo a forma da crescente mecanização da produção*.

Dessa forma, o autor defende a tese de que a competição e a acumulação através do aumento da mecanização da produção *diferencia* o capital e o trabalho de duas maneiras: (1) o processo de mecanização em um ramo da produção leva uma parte da força de trabalho ser sobrando do ponto de vista do capital. Esse reabastecimento constante do que Marx chamou de *exército industrial de reserva*, a massa de desempregados e subempregados, não apenas regula os salários dentro dos limites da lucratividade, mas cria a possibilidade de processos de trabalho *heterogêneos*, taxas de lucro e salários entre setores industriais; (2) enquanto as indústrias, cada vez mais intensivas em capital, desfrutam de lucros mais altos e da possibilidade de salários

mais altos, o constante reabastecimento do exército industrial de reserva permite a reprodução constante de indústrias de *trabalho intensivo* com menores lucros e salários mais baixos.

A geração contínua do exército de reserva e a criação de diferentes níveis de precariedade e desespero produzem trabalhadores que têm sua posição social diante do mercado de trabalho rebaixada. Nessas circunstâncias, a mobilidade do capital e do trabalho estabelece limites, mas não pode eliminar a diferenciação geral dos salários. Em resumo, os setores de baixos salários podem congelar os salários à níveis irrisórios ao encontrar no mercado grupos de trabalhadores desesperados. Essas indústrias de baixos salários frequentemente se baseiam em reservas de trabalho específicas – camadas específicas de trabalhadores desempregados e subempregados que experimentam diferentes condições de reprodução de sua força de trabalho para manter sua rentabilidade. Utilizando-se da perspectiva da reprodução social, Post (2017) exemplifica a questão referindo-se aos trabalhadores imigrantes. Estes constituem um setor distinto do exército industrial de reserva: a separação física entre a sua reprodução intergeracional em várias partes do Sul global e a reprodução individual cotidiana no Norte global permite que recebam salários *abaixo* dos custos de reprodução da força de trabalho. Assim, os capitalistas das indústrias de baixos salários do Norte global contribuem para a expansão da produção de mais-valia.

Ainda, a competição dentro e entre os diferentes setores da indústria necessariamente *diferencia* os processos de trabalho, os lucros e as taxas salariais. Devido à presença de investimento anterior em capital fixo, novas técnicas não podem ser imediatamente adotadas por todas as empresas de um mesmo setor. Como o capital fixo geralmente requer períodos prolongados de rotatividade, novas técnicas serão adotadas principalmente pelos capitais que estão em melhor posição para fazê-lo, enquanto capitais mais antigos e menos eficientes também tenderão a viver por muitos anos. Assim, ao invés de criar empresas idênticas, a concorrência cria, portanto, novas e contínuas diferenciações das condições de produção.

Dessa forma, a produção e a reprodução da raça podem estar enraizadas na diferenciação de processos de trabalho, lucros e salários que necessariamente resultam da acumulação e competição capitalistas. Raça e classe tornam-se, assim, *co-constituídas* sob o capitalismo. A raça é a *consequência necessária e não intencional* da competição e acumulação capitalista: as leis “abstratas” do movimento do capital produzem e reproduzem *espontaneamente* a noção de que diferentes grupos de trabalhadores têm características imutáveis, tornando alguns trabalhadores inerentemente mais ou menos “confiáveis”. Aí sim, *ambos* os capitalistas e os

trabalhadores, especialmente quando as organizações da classe trabalhadora como os sindicatos são fracos, utilizam a raça como uma forma de ordenar a “fila de empregos”¹²⁸.

Para Post (2017), o resultado da competição contínua entre os trabalhadores – que espelha a competição entre os capitalistas – é a sobrerrepresentação dos trabalhadores não-brancos no exército industrial de reserva e no trabalho intensivo, isto é, no desemprego, subemprego e pobreza, e nos setores precarizados e mal-remunerados da produção. Neste contexto, a reprodução contínua e espontânea da raça através da acumulação e competição capitalistas enfraquece a capacidade coletiva dos trabalhadores de resistir às demandas do capital, criando uma “espiral descendente nos salários e condições de trabalho para *todos* os trabalhadores”. Assim, o autor termina sua análise destacando o ponto essencial deste trabalho: segundo esta perspectiva, a unidade da classe trabalhadora não será produzida espontaneamente; pelo contrário, exige a reconstrução de uma cultura e organização da solidariedade transversal, o que depende de unir lutas por demandas universais de classe (como por exemplo, por salários mais altos e melhores condições de trabalho) com as demandas específicas de *raça*, como as ações afirmativas quanto a contratações e promoções, oposição à brutalidade policial e ao encarceramento em massa, dentre outras (POST, 2017).

¹²⁸ Post (2017) demonstra que por um lado, o capital é confrontado com uma massa de trabalhadores com o mesmo nível de qualificação e por outro, os trabalhadores tentam construir-se socialmente como “brancos” para se protegerem das pressões do exército industrial de reserva e da ameaça de serem facilmente substituídos, à medida que o capital simplifica e precariza o trabalho através da fragmentação das tarefas e da mecanização.

5.2 Mulher, raça e classe: do pensamento feminista-marxista negro e anticolonial de Angela Davis à proposta da interseccionalidade

A burguesia está temerosa da militância da mulher negra, e por um bom motivo. Os capitalistas sabem, melhor que muitos progressistas, que uma vez que mulheres negras entrem em ação, a militância de todo o povo negro, assim como da coalizão anti-imperialista, será bastante reforçada.

Claudia Jones, 1949

Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras...muda-se a base do capitalismo

Angela Davis, 2017

Publicado pela primeira vez em 1981, o livro *Mulher, Raça e Classe*, principal obra da intelectual e ativista feminista-marxista negra Angela Davis, foi traduzido para a língua portuguesa e publicado no Brasil apenas em agosto de 2016. Entretanto, se sua produção teórica demorou décadas para chegar ao público brasileiro devido à uma estrutura social altamente racista e sexista, a potência de seu ativismo rompeu barreiras anos antes. Em 1997, pela primeira vez, sua voz se somou à de diversas *feministas negras* brasileiras, influenciando o debate teórico e a atuação política de gerações. Por mais de cinquenta anos, Davis – intelectual orgânica das comunidades negras estadunidenses – tem percorrido o mundo na tentativa de construir pontes de solidariedade transnacional através de uma perspectiva feminista-marxista negra e anticolonial. Tal proposta une *práxis* e teoria crítica em uma reflexão que pretende considerar a totalidade social, superando as aparentes dicotomias produzidas pelo capitalismo e percebendo dialeticamente as relações “simbióticas” existentes entre cultura, política e economia.

A própria Davis (2018 [1998]) enfatiza a problemática da reprodução da dicotomia entre teoria e *práxis*. Ao diferenciar as posturas políticas dos teóricos frankfurtianos Adorno e Marcuse, ela destaca as consequências práticas de uma perspectiva que divide produção teórica e prática política. Ao contar sobre a mudança de professor orientador em seu curso de doutorado em 1966, destaca, com base na crítica desta dicotomia, que, enquanto Adorno a desencorajava de vincular seus interesses acadêmicos ao seu ativismo social por considerar negativa a possibilidade de desenvolver um trabalho teórico simultâneo ao ativismo político, Marcuse adotava postura exatamente contrária (DAVIS, 2018 [1998], p. 143). Neste sentido, Davis

ressalta como a unidade entre teoria e *práxis* forja a base do pensamento de Marcuse, constituindo um dos aspectos fundamentais de sua teoria e o ponto de distanciamento em relação à de Adorno:

(...) precisamente porque [Marcuse] estava envolvido de modo tão concreto e imediato na oposição do fascismo alemão, ele também foi capaz e esteve disposto a identificar tendências fascistas nos EUA. Como o antifascismo de Adorno e Horkheimer se expressou em um registro teórico mais formal, ele permaneceu inteiramente ancorado na história e na tradição alemãs. Quando Marcuse escreveu “*O combate ao liberalismo na concepção totalitária de Estado*”, argumentando que fascismo e liberalismo não eram opostos políticos, mas, na verdade estavam estreitamente ligados ideologicamente, ele já havia estabelecido os fundamentos para a sua análise posterior da sociedade estadunidense. Quando Horkheimer e Adorno retornaram a Frankfurt e não autorizaram a publicação da *Dialética do esclarecimento*, a teoria crítica de Marcuse exploraria a sociedade unidimensional dos Estados Unidos e, mais tarde, identificaria o papel proeminente do racismo, encorajando estudantes – como eu – a tentar dar prosseguimento à promessa emancipatória da tradição filosófica alemã. (...) uma das minhas passagens favoritas de Marcuse [é]: utopia e teimosia filosófica. Teimosia é certamente uma qualidade daqueles dentre nós que chamamos de radicais veteranos, mas não a teimosia no sentido de que devemos manter teorias, ideias e práticas organizativas obsoletas; em vez disso, a teimosia de sustentar que as promessas emancipatórias ainda estão emaranhadas no terrível sistema capitalista global sempre em expansão (DAVIS, 2018 [1998], p. 141-142).

A partir da unidade inseparável entre teoria e *práxis*, Davis desenvolve um pensamento feminista-marxista negro e anticolonial que a permite questionar premissas hegemônicas como o individualismo burguês e a branquitude masculina enquanto medidas da humanidade. Tal perspectiva teórica pretende-se capaz de considerar as múltiplas epistemologias (visões de mundo/*standpoints/pontos de vista*) que derivam das diferentes experiências e posicionalidades sociais, compreendendo-as em sua materialidade e sem a necessidade de colonizá-las, ao mesmo tempo em que mantém a possibilidade de revelar possíveis pontos em comum.

Segundo Alvarenga (2018), Davis contesta e avança no entendimento da dialética negativa tal qual proposta por Adorno. Esta última oscila entre a permanência entre desespero conceitual e possibilidade objetiva:

(...) a tarefa árdua de conduzir o pensamento para além do conceito sem para tanto abdicar do conceito tinha por finalidade indicar em diferentes âmbitos e contra diversas tendências de pensamento positivo (ontologia existencial, positivismo lógico, filosofias da história) a falsa identidade de razão e realidade. Diferentemente do positivismo em suas mais variadas vertentes, que subordina a razão à autoridade dos fatos do mundo existente, **a dialética negativa se coloca inequivocamente do lado do possível, mais precisamente da possibilidade de uma racionalidade**

intensamente vital, em conexão com a qual as noções de liberdade e subjetividade devem ser pensadas. (...) Não muito diferente de Frantz Fanon, que parecia encontrar no desespero a fonte mesma da vitalidade revolucionária, também em Adorno há a ideia de que a paixão do negativo possa, mesmo se a longo prazo, enriquecer a imaginação política e revitalizar a práxis social.

Neste sentido, Davis discordava de Adorno por acreditar que a crítica dialética não poderia adotar uma posição neutra, necessitando assumir explicitamente o *ponto de vista* social dos oprimidos. Ela procurou integrar a crítica feminista sobre a tradição do pensamento radical negro e a crítica negra sobre a tradição feminista, elaboradas pelas militantes no interior dos movimentos de mulheres e de libertação negra, à perspectiva deste autor¹²⁹. Este movimento prático-teórico leva a autora a compreender como a estrutura econômica de uma sociedade *determina*, de forma complexa, os *modos* como esta mesma sociedade define as categorias de classe, raça e gênero.

Neste sentido, Davis (2016 [1981]) debate a forma pela qual, nas experiências das mulheres negras estadunidenses, a exploração de classe está imbrincada, em uma totalidade inseparável, com a sua condição de raça e gênero. Para a autora, nas sociedades capitalistas, a violência misógina condiciona a experiência feminina e informa a classe, ao mesmo tempo que “a raça é o modo pelo qual a classe é vivida”¹³⁰. Através de um estudo sobre a posição da mulher negra nos principais movimentos políticos entre meados do século XIX e a década de 1970, a autora demonstra como as especificidades decorrentes da localização social de cada fração de classe, bem como seus interesses particulares, vantagens e desvantagens sociais, moldam não só a forma pela qual estão subordinadas às forças dominantes da sociedade escravista e, posteriormente, capitalista monopolista, mas também suas capacidades de união, organização, solidariedade e resistência contra essas forças.

Assim, o estudo das condições de possibilidade e da história de união e fragmentação da classe trabalhadora, bem como de sua relação com as classes médias, é particularmente evidenciado por Davis (2016 [1981]) através da história dos movimentos de libertação negra, feminina e proletária nos EUA. Ao observar a forma pela qual se constituiu o movimento abolicionista na década de 1830, Davis destaca que este processo de organização política,

¹²⁹ Em particular, Davis destaca na obra de Adorno a confiança no testemunho e na força negativa da arte e a atenção à experiência sensível como algo pré-formado social e historicamente (ALVARENGA, 2018).

¹³⁰ Para Davis, “É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma maneira que o gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.” (DAVIS, 1997)

impulsionou, ao mesmo tempo, a tomada de consciência sobre a opressão feminina por parte das mulheres brancas de classe média:

De fato, assim que o movimento antiescravagista foi organizado, as operárias ofereceram um apoio decisivo à causa abolicionista. No entanto, as figuras femininas brancas mais visíveis na campanha antiescravagista eram mulheres que não precisavam exercer trabalho remunerado. Eram esposas de médicos, advogados, juízes, comerciantes, donos de fábricas – em outras palavras, mulheres da classe média e da burguesia emergente.

Em 1833, muitas dessas mulheres de classe média começavam a perceber que algo estava errado em sua vida. Como “donas de casa” na nova era do capitalismo industrial, elas perderam sua importância econômica no lar, e sua condição social enquanto mulheres sofreu uma deterioração semelhante. Nesse processo, entretanto, elas passaram a ter tempo livre, o que permitiu que se tornassem reformistas sociais – organizadoras ativas da campanha abolicionista. O abolicionismo, por sua vez, conferia a elas a oportunidade de iniciar um protesto implícito contra o caráter opressivo de seu papel no lar. (...) **Trabalhando no movimento abolicionista, as mulheres brancas tomaram conhecimento da natureza da opressão humana – e, nesse processo, também aprenderam importantes lições sobre sua própria sujeição.** Ao afirmar seu direito de se opor à escravidão, elas protestavam – algumas vezes abertamente, outras de modo implícito – contra sua própria exclusão da arena política. Se ainda não sabiam como apresentar suas reivindicações coletivamente, ao menos podiam defender a causa de um povo que também era oprimido. (DAVIS, 2016 [1981], p. 49)

Davis demonstra cuidadosamente como o movimento de libertação feminina nos EUA surgiu de forma imbricada no movimento abolicionista. Entretanto, ao analisar os desdobramentos históricos que se seguiram à conquista da abolição e à consolidação de uma sociedade capitalista industrial, a autora demonstra como esses movimentos entraram em contradição. Em um período em que negros e mulheres lutavam pelo direito ao voto, tal contradição se explicitou na fragmentação da luta por direitos civis e políticos: as mesmas mulheres brancas de classe média que outrora arriscaram as suas vidas¹³¹ em defesa da campanha abolicionista, agora se opunham à demanda do movimento de libertação negra (DAVIS, 2016, p.81). Elas temiam que, diante da conquista do voto por parte de pessoas negras, sua própria reivindicação não fosse atendida. Rapidamente, estas mulheres passaram a assumir publicamente posturas racistas e discursos de inferiorização da condição humana das pessoas negras:

¹³¹ Davis (2016 [1981], p. 45-56) demonstra como a luta dessas mulheres pela abolição da escravidão envolvia ameaças físicas às suas vidas. Elas eram alvo do ataque de gangues racistas, excluídas dos seus antigos espaços sociais, e por diversas vezes presas. Muitas atuaram ativamente abrigando pessoas escravizadas e guiando-as por rotas secretas de fuga.

Se as críticas à décima quarta e à décima quinta emendas externadas pelas líderes do movimento pelos direitos das mulheres eram justificáveis ou não é algo a ser discutido. Mas uma coisa parece clara: na defesa dos próprios interesses enquanto mulheres brancas de classe média, elas explicitavam – frequentemente de modo egoísta e elitista – seu relacionamento fraco e superficial com a campanha pela igualdade negra do pós-guerra. Aprovadas, as duas emendas excluía as mulheres do novo processo de extensão do voto e, dessa forma, foram interpretadas por elas como prejudiciais aos seus objetivos políticos. Com a aprovação, elas sentiam possuir razões tão fortes a favor do sufrágio quanto os homens negros. No entanto, ao articular sua oposição com argumentos que evocavam os privilégios da supremacia branca, demonstravam o quanto permaneciam indefesas – mesmo após anos de envolvimento em causas progressistas – contra a perniciosa influência ideológica do racismo. (...) Por mais racistas que as posturas iniciais do movimento de mulheres possam parecer, foi apenas na última década do século XIX que a campanha pelo sufrágio feminino começou a aceitar definitivamente o abraço fatal da supremacia branca. (DAVIS, 2016 [1981], p. 84-85; p. 121)

Dessa forma, mulheres de classe média que agora organizavam-se pelo direito ao voto, na defesa de seus interesses, impulsionaram o surgimento de uma nova organização social pautada na segregação racial. Era o “racismo motivado pela conveniência” (DAVIS, 2016 [1981], p. 118). Parte do movimento sufragista feminino passou a defender a concessão do direito ao voto feminino em nome do fortalecimento da supremacia branca, com critérios censitários baseados na propriedade e no nível de escolaridade, argumento que não existia anteriormente. Tal reivindicação não só excluía as mulheres negras do voto, aumentando a proporção de eleitores brancos, como reproduzia ideias contrárias também aos interesses da classe trabalhadora (DAVIS, 2016 [1981], p. 130).

Davis demonstra que tal postura traduzia dois aspectos. Em primeiro lugar, o fracasso da campanha abolicionista em promover uma conscientização antirracista, que possibilitou a fácil adesão dessas mulheres à ideia de supremacia branca (DAVIS, 2016 [1981], p.69); em segundo lugar, a contradição existente entre as classes e frações de classe na defesa de seus interesses particulares – e portanto, a dificuldade de definir como sua prioridade estratégica a unidade e defesa dos interesses de outra fração de classe (DAVIS, 2016 [1981], p.86). Para a autora, este desenvolvimento histórico demonstra, por um lado, a indissociabilidade existente entre esses movimentos de libertação – e, portanto, entre a opressão a qual tanto mulheres quanto homens negros eram submetidos –, e por outro, o seu caráter dialético e contraditório.

Seguindo sua investigação, Davis traz ainda um intenso debate sobre a formação da consciência de classe e a produção da diferença no interior da classe trabalhadora. A autora

demonstra que na chegada do século XX, com a expansão do capitalismo monopolista, racismo e sexismo articularam-se de uma nova maneira: supremacia branca e supremacia masculina eram ideias que se consolidavam mutuamente. Na medida em que o racismo se enraizava nas organizações de mulheres brancas (que cediam às ideias eugenistas), estas também absorviam o culto sexista da maternidade, adotando posturas conservadoras quanto à sua própria condição. A subordinação das mulheres de classe média à ideologia sexista ameaçava agora sua própria organização pela conquista do voto feminino (DAVIS, 2016 [1981], p.127).

Ao mesmo tempo, em meio a uma classe trabalhadora multirracial, capitalistas monopolistas utilizavam-se das diferenças raciais entre os trabalhadores para incentivar a competição e intensificar a produção. Neste momento, a análise de Davis converge com a de Roediger e Esch (apresentada no item 5.1.3 desta dissertação): a produção da diferença era provocada não só pelas condições de competição intrínsecas ao modo de produção capitalista, mas também pela atuação ativa e consciente da nova classe de capitalistas na gestão da produção, bem como pela ação de setores da classe trabalhadora na defesa de seus próprios interesses. Porém, Davis destaca que a adesão à tal sistema não era inevitável (2016 [1981], p. 129). Ao contrário: no seio da classe trabalhadora, diversas experiências de solidariedade emergiram na medida em que o sistema capitalista, racista e sexista avançava. Exemplo disso, foi a progressiva unidade entre mulheres negras e brancas trabalhadoras no interior do movimento de libertação feminina, e entre homens e mulheres trabalhadoras de ambas as raças em algumas organizações socialistas¹³².

A autora destaca que, na medida em que as trabalhadoras brancas percebiam que a concessão do direito ao voto a seus maridos e irmãos não foi capaz de mudar sua posição social, estas passaram a perceber a luta pelo sufrágio feminino como um instrumento da luta de classes. Sua preocupação era com problemas imediatos: condições de trabalho, redução da jornada e salários – a luta apenas pelo voto lhes parecia abstrata. Ainda, a posição feminista que as sufragistas de classe média começavam a adotar – identificando nos homens a principal fonte de sua opressão – não condizia com as experiências das trabalhadoras brancas e negras, que “estavam fundamentalmente unidas aos homens trabalhadores pela exploração de classe e pela opressão racista” (DAVIS, 2016 [1981], p. 147).

¹³² Segundo Davis (2016 [1981], p. 154 -175), embora não houvesse nenhuma mulher na Liga Proletária em 1852 e o Partido Socialista, em seus primeiros anos, fosse dominado pela supremacia masculina e branca, organizações como a sindical Trabalhadores Industriais do mundo (IWW), fundada em 1905, foram importantes locais de união e protagonismo de homens e mulheres, brancos e negros. Dentre os militantes filiados à IWW estiveram membros-fundadores do partido comunista dos EUA.

Assim, Davis demonstra que após uma década de monopólio das mulheres de classe média, um novo movimento sufragista emergiu no interior da classe trabalhadora (DAVIS, 2016 [1981], p.156); posteriormente, homens e mulheres, brancos e negros, protagonizaram momentos de solidariedade no interior das organizações da classe trabalhadora, colaborando, inclusive, para a fundação do Partido Comunista norte-americano (DAVIS, 2016 [1981], p. 154-175). Embora esta união não tenha se dado sem contradições – e tenham sido experiências minoritárias diante de um país marcado cada vez mais pela segregação racial, Davis destaca a necessidade da união entre mulheres e homens, negros e brancos, trabalhadores de todos os setores, para que a libertação proposta por cada movimento seja atingida e o capitalismo possa ser derrotado.

Assim, ao enfatizar as particularidades das experiências cotidianas das mulheres negras e trabalhadoras quanto à opressão, exploração, resistência e luta, ela desenha ao mesmo tempo a dinâmica social universal do capitalismo – na qual as opressões estão entrelaçadas e à qual estão, ao mesmo tempo, subordinadas. Neste sentido, a autora define a realidade objetiva que envolve as relações de classe, racismo, e sexismo à que estão submetidas:

As mulheres da classe trabalhadora e aquelas racialmente oprimidas confrontam a opressão sexista de um modo que reflete as interligações objetivas reais e complexas entre a exploração de classe, a opressão racista e a supremacia masculina. **Ao passo que uma mulher branca de classe média sofre o sexismo enquanto uma forma relativamente isolada de opressão, a vivência das mulheres da classe trabalhadora necessariamente o coloca em seu contexto de exploração de classe, e as experiências das mulheres negras incluem ainda o fator social do racismo. Essas não são, de maneira nenhuma, experiências subjetivas; pelo contrário, há uma inter-relação objetiva entre racismo e sexismo no sentido de que o contexto geral das duas formas de opressão em nossa época é a luta de classes que se desenrola entre o capitalismo monopolista e a classe trabalhadora**¹³³ (DAVIS, 2017, p. 140, grifos meus).

A autora destaca que esta configuração pode ser percebida não só na discussão sobre os movimentos abolicionista, sufragista, e de libertação negra e feminina, mas também no debate feminista-marxista sobre o trabalho doméstico nos EUA (apresentado no capítulo 2 desta dissertação). Ainda, o aspecto objetivo dessas experiências pode ser percebido inclusive em manifestações de violência que, vistos isoladamente, parecem ter um caráter subjetivo e individual, como no caso da violência sexual. Ao analisar este tema, bem como o significado

¹³³ Artigo “Revolução e a condição da mulher: sobre selected writings de Clara Zetkin” *In Mulheres, Cultura e Política* (DAVIS, 2017)

do estupro na sociedade capitalista, a partir do ponto de vista das mulheres negras e das mulheres brancas da classe trabalhadora, Davis é capaz de perceber que, para estas, tal violência recorrentemente significa um risco profissional: “ao longo de toda a história econômica das mulheres afro-americanas neste país, o abuso sexual foi entendido como um risco profissional. (...) O assédio e a intimidação sexual ainda são riscos profissionais para as mulheres trabalhadoras de todas as origens raciais” (DAVIS, 2017, p. 47-48).

Assim, como historicamente a base da licença para estuprar as mulheres negras durante a escravidão era o poder econômico do proprietário de escravos, “a estrutura de classe da sociedade capitalista também abriga um incentivo ao estupro. (...) homens da classe capitalista e seus parceiros de classe média são imunes aos processos judiciais porque cometem suas agressões sexuais com a mesma autoridade incontestada que legitima suas agressões diárias contra o trabalho e a dignidade de trabalhadoras e trabalhadores” (DAVIS, 2016, p. 201). Ao contrário da visão hegemônica do pensamento feminista da década de 1970, sobretudo dos movimentos anti-estupro, Davis considera um erro tanto tentar compreender a estrutura do estupro através da psicologia masculina, quanto limitar a análise a casos individuais. Ela sustenta que tal concepção, apenas considera como estratégia lógica de combate ao estupro a repressão para punir e dissuadir os estupradores – o que incrementa os instrumentos repressivos do Estado e não impede a ocorrência de novos crimes. Ainda, Davis lembra que o mito do estuprador negro constituiu um importante instrumento de mobilização racista para justificar o linchamento de homens negros durante a escravidão e as primeiras décadas do século XX (DAVIS, 2016 [1981], p. 177-203). Depois, tornou-se um mecanismo de criminalização e seletividade penal para homens não-brancos. Portanto, para a autora, a violência sexual contra mulheres possui uma relação direta com todas as estruturas de poder existentes em determinada sociedade. Tal relação não é mecânica: ela envolve construções complexas que refletem a interligação da opressão de raça, gênero e classe característica da sociedade capitalista. Ela afirma que o modo como compreendemos a natureza desta violência tem um impacto direto sobre o desenvolvimento de estratégias capazes de superá-la, e que é preciso compreendê-la como uma estrutura *mediada* pela “violência e poder raciais, classistas e governamentais” (DAVIS, 2017 [1985], p. 49)¹³⁴

A categoria “mediação social” – uma das categorias centrais da dialética de Marx, e que possui uma estreita relação com a noção de *práxis* – aparece por diversas vezes na argumentação

¹³⁴Artigo: “Nós não consentimos: a violência contra as mulheres em uma sociedade racista – discurso de 1985”, *In Mulheres, Cultura e Política* (DAVIS, 2017).

de Davis, o que ressalta a sua preocupação com a concepção de totalidade social tal como descrita no item 1.1 desta dissertação: “se desejamos entender a violência sexual como ela é vivida pelas mulheres na esfera individual, devemos estar cientes de suas mediações sociais. (...) Essas manifestações específicas da violência contra a mulher se situam em um espectro mais amplo de violência produzida socialmente, que inclui violações sistemáticas orquestradas contra os direitos econômicos e políticos femininos” (DAVIS, 2017, p. 41-42).

5.2.1 Feminismo negro, debate sobre o trabalho doméstico e socialismo

No que tange ao debate sobre o trabalho doméstico, Davis desenvolve importante crítica à concepção defendida por Dalla Costa (1971) e pelas autoras do movimento *Salários para o Trabalho Doméstico*, apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação. Opondo-se à perspectiva de Dalla Costa, Davis utiliza as experiências das mulheres negras nos EUA e na África do Sul para demonstrar que as tarefas domésticas não podem ser definidas como um componente integrante da produção capitalista. Para Davis, o correto seria conceituar o trabalho doméstico como uma *pré-condição* da produção capitalista, uma vez que, do ponto de vista do empregador, não importa o modo como a força de trabalho é produzida e mantida. Segundo a autora, o processo de produção capitalista pressupõe apenas a existência de um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores exploráveis. A afirmação de Davis localiza esta pré-condição como parte integrante do sistema, uma vez que a economia capitalista dependeria da existência do trabalho doméstico, o que se evidencia em sua análise das contradições que permeavam a sociedade sul-africana:

Na sociedade sul-africana, onde o racismo levou a exploração econômica a seus limites mais brutais, **a economia capitalista distorce sua separação estrutural em relação à vida doméstica de um modo tipicamente violento.** Os arquitetos sociais do *apartheid* simplesmente determinaram que **a mão de obra negra rende lucros mais altos quando a vida doméstica é descartada por completo.** Os homens negros são vistos como unidades de trabalho cujo potencial produtivo os torna valiosos para a classe capitalista. Mas sua esposa e suas crianças “são apêndices supérfluos”, improdutivos, de modo que **as mulheres negras não são nada além de assessórios para a capacidade de procriação da unidade de trabalho negra masculina.** Essa caracterização das mulheres negras sul-africanas como “apêndices supérfluos” está longe de ser uma metáfora. De acordo com a lei local, **mulheres negras desempregadas são banidas das áreas brancas (87% do país!) e mesmo, na maioria dos casos, das cidades em que seus maridos moram e trabalham.** (...) A

vida doméstica da população negra nos centros industriais da África do Sul é vista pelas pessoas partidárias do *apartheid* como supérflua e não lucrativa. Mas também é vista como uma ameaça: “Representantes do governo reconhecem o papel das mulheres na economia doméstica e temem que sua presença nas cidades leve à formação de uma população negra com taxas de crescimento relativamente constantes”.

A consolidação das famílias sul-africanas nas cidades industrializadas é entendida como uma ameaça porque a vida doméstica pode se tornar a base para um nível intensificado de resistência contra o *apartheid*. Essa é sem dúvida, a razão pela qual números elevados de mulheres com permissão de residência nas áreas brancas são levados a viver em albergues exclusivamente femininos. Tanto mulheres casadas quanto solteiras acabam morando nesses locais. Neles, **a vida familiar é proibida com rigor – marido e esposa não podem visitar um ao outro, e nem a mãe nem o pai podem receber visitas de suas crianças.** Essa agressão intensa às mulheres negras na África do Sul já deu resultado, pois apenas 28, 2% delas atualmente optam pelo casamento. Por causa da conveniência econômica e da segurança pública, o *apartheid* está corroendo – com a aparente intenção de destruir – a própria tessitura da vida doméstica da população negra. Assim, o capitalismo sul-africano demonstra de modo flagrante o quanto a economia capitalista é totalmente dependente do trabalho doméstico. (DAVIS, 2016 [1981], p. 236-237)

Assim, ao criticar a campanha *Salários Para o Trabalho Doméstico*, Davis argumenta que ela não faz nenhum sentido diante da realidade material das trabalhadoras domésticas negras estadunidenses – que representavam na época o maior contingente desta categoria no país – tampouco diante da realidade das mulheres negras de uma forma geral (DAVIS, 2016 [1981], p.237-238). A autora destaca que estas mulheres têm sido remuneradas há décadas para desempenhar tal atividade, frequentemente submetidas a condições análogas à escravidão e/ou níveis de precarização extremos. Davis (2016 [1981] p. 238-244) propõe então que o movimento de mulheres de sua época se mobilizasse por uma renda anual garantida à todas as pessoas, pela socialização das tarefas domésticas através de creches públicas acessíveis e pela política de pleno emprego, como existia nos países socialistas. No geral, diante das críticas de Davis e de outras feministas negras à época, as feministas-marxistas que impulsionavam o debate sobre o trabalho doméstico mantiveram-se silentes, como demonstrado na reconstrução elaborada no primeiro capítulo deste trabalho. Sobre tal postura, recorrente por parte de mulheres brancas ao longo de toda a história do movimento feminista estadunidense, Davis (2017, P. 26-27) destaca:

Tem sido demasiado comum – tanto ao longo da história quanto na atualidade – que as líderes brancas do movimento de mulheres julguem que, quando nós mulheres negras elevamos nossa voz para falar sobre a tripla opressão que sofremos, nossa mensagem tem uma relevância, quando muito, marginal para suas experiências. Elas

presumiram erroneamente que as causas das mulheres podem ser articuladas de modo isolado das questões associadas aos movimentos negro e de trabalhadores. Suas teorias e práticas frequentemente insinuaram que a contestação mais pura e direta ao sexismo é aquela desprovida de elementos ligados à opressão racial e econômica – como se existisse um fenômeno como a feminilidade abstrata que sofre o sexismo de maneira abstrata e que luta contra ele em um contexto histórico abstrato. Em última análise, esse estado de abstração acaba se revelando um conjunto bastante específico de condições: mulheres brancas de classe média sendo vítimas de e reagindo a atitudes e condutas sexistas de homens brancos de classe média e clamando por igualdade em relação a esses homens em particular. Tal abordagem mantém incontestados o atual sistema socioeconômico e seu vínculo fundamental com o racismo e os preconceitos de classe.¹³⁵

Cabe ressaltar que o pensamento de Davis traduz séculos de *práxis* política de mulheres negras, que desde a escravidão articulam categorias como classe, raça, gênero e nação, lutam por tornar-se sujeitos políticos e buscam traçar pontes de solidariedade entre as classes subalternizadas, elaborando assim, uma crítica contra-hegemônica radical. Sojourner Truth, ativista abolicionista e ex-escravizada estadunidense encarna a representação desta história, e ao desafiar os padrões de branquitude de sua época e a universalização da categoria “mulher” com seu discurso *Não sou eu uma mulher?* [*Ain't I a Woman?*], proferido em 1851, ficou conhecida como uma das pioneiras do *feminismo negro*. O discurso de Truth, materializa a posição de diversas mulheres escravizadas e recém-libertas de sua época. Não só denuncia a condição social e a luta dessas mulheres contra a opressão de raça, gênero e classe, como também expunha o viés classicista e racista do movimento de libertação feminina estadunidense Davis (2016 [1981], p. 70-74).

Assim como milhares de mulheres negras em diáspora, Truth tem sido descartada da periodização das ondas do feminismo elaborada pela tradição feminista hegemônica. Neste sentido, em sua crítica à teoria da interseccionalidade, Davis destaca a importância de se traçar a genealogia deste pensamento, que, antes de tornar-se uma categoria viajante – como veremos no ponto seguinte, fluida e passível de cooptação neoliberal (SALEM, 2016) –, remonta à uma tradição inaugurada por ativistas radicais, que, embora muitas vezes afastadas da academia formal, empenharam-se em, a partir de suas experiências, reunir as questões que não estavam separadas nem em seus corpos, nem em suas lutas (DAVIS, 2018, p.33). Assim, Davis destaca o trabalho de feministas-marxistas negras e anti-imperialistas que a antecederam e que foram pioneiras em inúmeros debates desenvolvidos posteriormente pelo feminismo-marxismo

¹³⁵ Artigo “Enfrentando nosso adversário comum: as mulheres e a luta contra o racismo” *In* Mulheres, Cultura e Política (DAVIS, 2017).

branco¹³⁶. Dentre elas, destacamos a figura de Claudia Jones, importante militante anti-imperialista do Partido Comunista dos EUA e filiada à Terceira Internacional, que já na década de 1940 teorizava sobre a imbricação das categorias de raça, classe e gênero. Durante toda a sua vida, que incluiu a prisão nos EUA e o exílio em Londres, a autora integrou o movimento comunista internacional, posicionando-se como uma figura central da militância internacional contra o fascismo e o imperialismo.

Em 1949, Jones reuniu suas reivindicações em um panfleto publicado na revista do partido, *Political Affairs*, intitulado “*Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra!*”. Neste panfleto Jones defende que as mulheres negras compunham a fração superexplorada da classe trabalhadora e demonstra as origens e as múltiplas dimensões da dinâmica do sistema de opressão a que as mulheres negras nos EUA eram submetidas, criticando a inabilidade dos comunistas estadunidenses em mobilizá-las. O texto versa sobre questões relacionadas à situação da mulher negra trabalhadora (como a questão do trabalho doméstico), seu papel nas organizações de massa, na luta pela paz e nas questões centrais da luta socialista, considerando suas experiências históricas.

Chama atenção, no texto de Jones, a análise sobre o trabalho doméstico nos EUA, na qual debate a exclusão do mercado de trabalho formal e a precariedade das condições de trabalho e organização dessas trabalhadoras (JONES, 2017 [1949], p. 1008). Ao comentar sobre a onda de desemprego em massa que afetou as mulheres negras no pós-segunda guerra mundial, Jones deixa claro os aspectos da opressão racial que considerava intrínsecos ao modo de produção capitalista e ao imperialismo, e que, portanto, deveriam ser combatidos pela luta comunista:

Um fator intimamente associado à questão das oportunidades de trabalho para a mulher negra é a especial opressão que ela sofre como negra, como mulher e como trabalhadora. A mulher negra é vítima do estereótipo machista branco a respeito do lugar que deve ocupar [na sociedade]. No cinema, no rádio e na imprensa, a mulher negra não é representada em seu verdadeiro papel: como chefe, mãe e protetora da família. Mas somente como uma “mãe preta” tradicional, que coloca o cuidado das crianças das famílias dos outros acima de sua própria. **O estereótipo tradicional da mãe negra escrava, que, até hoje, aparece em propagandas, deve ser combatido e rejeitado como um aparato do imperialismo para perpetuar a ideologia branca**

¹³⁶ Como uma forma de demonstrar como liberais e marxistas se aproximam, e localizar ambos no escopo da branquitude, popularizou-se, dentre as feministas negras, o termo *feminismo branco*, para referir-se à correntes do feminismo que ignoram a existência das demandas levantadas pelas feministas negras. Cabe notar que, normalmente, tanto feministas liberais quanto feministas-marxistas, costumam aceitar a excludente periodização do feminismo em ondas.

machista de que as mulheres negras são “atrasadas”, “inferiores” e “escravas naturais” de outros (JONES, 2017 [1949], p. 1006).

Jones (2017 [1949]) denuncia ainda a reduzida participação de mulheres negras em posições de liderança nos círculos progressistas e sindicais, o que contrastava com a forte concentração de trabalhadoras negras na base dessas organizações e com o fato de que estas estavam entre as militantes sindicais mais combativas. A autora demonstra que

As greves de arrendatários de terra dos anos [19]30 foram lideradas por mulheres negras. Sujeitas ao terror dos proprietários de terras e de supremacistas brancos, elas travaram magníficas batalhas, em companhia de homens negros e brancos progressistas, nessa tradicional luta do Partido Comunista. Mulheres negras tiveram uma participação magnífica (...) nas greves e outras lutas, tanto como trabalhadoras quanto como esposas de trabalhadores, para ter reconhecido o direito sindical para os trabalhadores de indústrias, como a automobilística, de embalagens, siderúrgica etc. Recentemente, a militância de mulheres negras sindicalizadas tem se mostrado nas greves de trabalhadores da indústria de utensílios domésticos, e, mais ainda, na greve dos trabalhadores da indústria do tabaco – em que líderes como Moranda Smith e Velma Hopkins emergiram como proeminentes sindicalistas. A luta dos trabalhadores da indústria do tabaco, liderada por mulheres negras, fundiu-se, posteriormente, com a ação política de negros e brancos que levou à eleição do primeiro negro no Sul [dos Estados Unidos] (em Winston-Salem, Carolina do Norte), desde os dias da Reconstrução (JONES, 2017 [1949], p. 1008-1009).

Assim, a líder comunista cobrava ativamente a responsabilidade dos sindicalistas progressistas em compreender que seria necessário, na organização política, construir uma abordagem especial dedicada às mulheres negras trabalhadoras, que constituíam a maioria da força de trabalho feminina, enfrentavam duplas jornadas de trabalho e eram em grande parte responsáveis pela chefia de suas de suas famílias. Ainda, enquanto trabalhadoras domésticas assalariadas, grande parte dessas mulheres estava desprotegida do direito sindical, da política de salários mínimos e de qualquer legislação social e trabalhista¹³⁷. A autora destacava que não

¹³⁷ Situação que se estendeu por muito tempo em países ex-escravistas, como o Brasil, cuja primeira legislação trabalhista que regulamentava o trabalho doméstico só fora aprovada em 2014. Já em 1949, Jones destacava com veemência o alto nível de exploração dessas mulheres: “A sina da trabalhadora doméstica é de uma miséria insuportável.-Normalmente, não há uma definição de suas tarefas nas casas onde trabalha. Trabalhadoras domésticas podem ter incluídas em seu serviço, além de limpar e esfregar, tarefas como lavar vidraças, cuidar de crianças, lavar, cozinhar etc., e tudo isso a baixíssimos salários. A trabalhadora doméstica negra pode sofrer humilhação extra, em algumas áreas, de ter de procurar trabalho em virtuais “mercados de escravos”, em ruas onde se fazem lances, de um “slave block” pelos trabalhadores mais resistentes.-Muitas trabalhadoras domésticas, no retorno às suas próprias casas, são forçadas a uma segunda jornada de trabalho doméstico para manter sua própria família em pé.” (JONES, 2017 [1949], p. 1009).

reconhecer esta especificidade seria “não observar os aspectos particulares dos efeitos da crescente crise econômica que está penalizando mulheres negras, em especial as trabalhadoras, com mais gravidade” (JONES, 2017 [1949], p. 1009).

No que tange à formação da consciência política da classe trabalhadora, Jones defendia que o fato da mulher negra acumular uma tripla condição de subordinação (trabalhadora, negra e mulher), trazia para a classe – caso esta como um todo priorizasse o debate sobre a condição desta fração – uma possibilidade de conexão vital para a elevação de sua consciência (JONES, 2017, p. 1013). A autora acreditava em apenas dois caminhos possíveis para a organização sindical nos EUA: 1. caso o movimento não fosse capaz de organizar as trabalhadoras domésticas e reconhecer a posição social das mulheres negras, forças sociais democratas ganhariam espaço, espalhando “desunião e demagogia entre os trabalhadores e afastando-os das possibilidades de construção socialista”; 2. Caso reconhecessem tal posição e priorizassem as reivindicações das mulheres negras trabalhadoras, estas potencialmente assumiriam a liderança do proletariado negro no movimento de libertação nacional, contribuindo para a construção do socialismo e a libertação de toda a classe trabalhadora americana – o que significaria para ela “a garantia final e completa da emancipação feminina” (JONES, 2017, p. 1009 – 1013).

Cabe destacar que, apenas seis anos depois da publicação do panfleto de Jones, as mulheres negras em geral, e as trabalhadoras domésticas em particular, estiveram à frente do boicote aos ônibus de Montgomery, marco de origem do movimento de libertação negra nos EUA. Neste sentido, ressaltar o pioneirismo das mulheres negras diante dos debates feministas – sobretudo daqueles que posteriormente ficaram conhecidos como pertencentes às segunda e terceiras ondas do feminismo¹³⁸ – não é aqui um puro exercício de atribuição de direitos autorais. É, ao contrário, a demonstração material das limitações do pensamento crítico diante da estrutura racista, imperialista e sexista do capitalismo, que levou à constituição prático-teórica do campo feminista negro, um movimento radical e contra-hegemônico.

Este campo, que reunia a oralidade e a escrita e centrava-se nas comunidades afro-diaspóricas, se constitui em oposição à desconsideração prático-teórica de uma parcela significativa da humanidade e, sobretudo, da classe trabalhadora. Tal apagamento produziu consequências negativas em termos de organização (unidade), memória, e/ou ampliação dos movimentos revolucionários do século XX nas américas (me refiro aqui sobretudo aos

¹³⁸ Cabe ressaltar que não privilegio aqui a periodização do feminismo em ondas, por considerar que esta exclui o protagonismo e o pioneirismo de mulheres trabalhadoras e não-brancas na construção do movimento de libertação feminina.

movimentos socialistas de libertação negros e de mulheres). No que tange ao campo marxista, ainda que compusessem parte importante da liderança política, como demonstrou Jones (2017 [1949]) e Davis (2016 [1981]), a realidade das mulheres negras era recorrentemente excluída de qualquer consideração – inclusive pelas feministas-marxistas como vimos nos primeiros três capítulos desta dissertação. Esta realidade correspondia e constituía ao status de não-humanidade conferida à esta parcela da sociedade.

Dois importantes exemplos deste fenômeno no interior do campo feminista-socialista organizado no movimento de mulheres estadunidense das décadas de 1960 e 1970, são as contribuições da organização socialista *Third World Women's Alliance* [Aliança de Mulheres do Terceiro Mundo] trazidas no panfleto de Frances Beale (2005 [1969]) e das ativistas do Combahee River Collective de Demita Frazier, Barbara e Bervely Smith (1977), que assim como o Programa de 10 pontos do Partido dos Panteras Negras (1966)¹³⁹, uniam uma análise integrada do capitalismo à demandas do âmbito da produção e da reprodução social.

Publicado em 1969 em Nova Iorque – mesmo ano do artigo de Margaret Benston que como vimos, inaugurou o debate sobre o trabalho doméstico apresentado no capítulo 1 –, o panfleto *Double jeopardy: To be Black and Female* [Duplo risco: Ser Negra e ser Fêmea] de Frances Beale denunciava a imbricação entre capitalismo, imperialismo e racismo estrutural, que determinava a construção das masculinidades e do gênero. O panfleto analisava, a partir da realidade das mulheres e comunidades negras nos Estados Unidos, a tendência sistêmica de destruição da humanidade, particularmente de pessoas negras. Nas palavras de Beale:

O sistema do capitalismo (e seu *afterbirth*... o racismo) sob o qual todos nós vivemos, tentou, por muitos caminhos desonestos e meios destruir, a humanidade de todas as pessoas, e particularmente a humanidade das pessoas negras. Isso significou um ataque ultrajante a todos os negros, mulheres e crianças que residem nos Estados Unidos¹⁴⁰. (BEALE, 2005 [1969], p.109)

¹³⁹ O programa de 10 pontos do partido dos Panteras Negras, publicado em 1966, é emblemático no sentido de unir reivindicações do âmbito da produção e da reprodução social, tais como reivindicações por trabalho, igualdade econômica, melhores condições de vida, direito à saúde, educação e moradia. A organização, que possuía um avançado debate de gênero, considerava também as especificidades destas relações no interior da comunidade negra, e contava com a contribuição de importantes feministas-marxistas negras que além de Angela Davis passam por nomes como Ericka Huggins, Kathleen Cleaver e Assata Shakur. Como era uma organização que extrapolava o campo feminista, tanto em sua origem quanto em sua visão de mundo, não abordarei neste trabalho. Para mais, cf. (BLOOM, 2016)

¹⁴⁰ No original: The system of capitalism (and its *afterbirth*... racism) under which we all live has attempted by many devious ways and means to destroy the humanity of all people, and particularly the humanity of Black people. This has meant an outrageous assault on every Black man, woman, and child who reside in the United States. (BEALE, 2005 [1969], p.109)

Para Beale (2005 [1969]) e suas companheiras, capitalismo, imperialismo, o racismo e o sexismo configuravam um *único sistema* de exploração que subordinava todos os seres humanos e visava a destruição de sua humanidade. Devido aos mecanismos de superexploração, este sistema atingia desproporcionalmente certos setores da classe trabalhadora: mulheres, negros e negras. O panfleto apresenta o processo de diferenciação entre seres humanos como instrumento que viabilizava a contínua exploração de todos os trabalhadores. Esse mecanismo permitia, por exemplo, que os homens possuíssem um falso sentimento de superioridade quando em sua própria casa ou em suas relações com as mulheres. Tal sentimento atuava como uma “válvula de escape” para o capitalismo: os homens podiam ser cruelmente explorados e submetidos a um tipo de tática de desumanização por parte da classe dominante, mas enfrentavam alguém que estava abaixo deles – as mulheres (BEALE, 2005 [1969], p. 114).

Ainda, o panfleto confrontava frontalmente a ideologia consumista do *american way of life*, que se por um lado representava uma realidade da qual a maior parte das comunidades negras estava excluída, por outro lado, criava a falsa expectativa de que poderia, de alguma forma, ser alcançada por qualquer indivíduo através do seu trabalho. A realidade das mulheres negras, por sua vez, contradizia esta ideologia:

Além disso, é inútil sonhar em pensar nas mulheres negras simplesmente cuidando de suas casas e crianças como o modelo branco de classe média. A maioria das mulheres negras tem que trabalhar para ajudar a abrigar, alimentar e vestir suas famílias. As mulheres negras compõem uma porcentagem substancial da força de trabalho negra, e isso é verdade para a família negra mais pobre, assim como para a chamada família de "classe média". As mulheres negras nunca tiveram tais luxos falsos. Embora tenhamos sido intimidados com essa imagem branca, a realidade dos trabalhos degradantes e desumanos que foram relegados a nós rapidamente dissipou essa miragem de feminilidade. (...) [a mulher negra] sofreu o pior tipo de exploração econômica, tendo sido forçada a servir como empregada doméstica e ama de leite para os filhos dos brancos, enquanto seus próprios filhos, na maioria das vezes, passavam fome e eram negligenciados. Ser manipulada socialmente, violada fisicamente, usada para minar seu próprio lar e ser impotente para reverter essa síndrome é a face mais profunda da degradação¹⁴¹ (BEAL, 2005 [1969], p.111-112).

¹⁴¹ No original: “Furthermore it is idle dreaming to think of Black women simply caring for their homes and children like the middle-class White model. Most Black women have to work to help house, feed, and clothe their families. Black women make up a substantial percentage of the Black working force, and this is true for the poorest Black family as well as the so-called "middle-class" family. Black women were never afforded any such phony luxuries. Though we have been browbeaten with this white image, the reality of the degrading and dehumanizing jobs that were relegated to us quickly dissipated this mirage of womanhood. (...) [the black woman] has suffered the worse kind of economic exploitation, having been forced to serve as the white woman's

Ademais, o panfleto destacava que além de compor a fração mais explorada no interior da classe trabalhadora, as mulheres – negras e brancas – eram sistematicamente exploradas, recebiam os menores salários em relação aos homens e compunham também grande parte do exército industrial de reserva, cujo controle era necessário ao próprio funcionamento do capitalismo (BEALE, 2005 [1969], p. 114). Aliada à esta dinâmica de exploração, estavam também mecanismos de controle dos corpos e dos direitos reprodutivos das mulheres negras, o que se traduzia tanto na proibição do aborto quanto na campanha pela esterilização forçada de mulheres não-brancas nos EUA e em diversas partes do mundo, sobretudo nos países do então chamado “terceiro-mundo”. A campanha pelo controle de natalidade era denunciada pelas socialistas negras da época como um método de “genocídio cirúrgico” (*ibidem*, p. 116-117).

Beale (2005 [1969], p. 112) denunciava ainda como as estruturas racistas e sexistas do capitalismo influenciavam de forma negativa a consciência de classe nos EUA, na medida em que dificultavam a percepção de onde vinha a opressão, *ocultando* a realidade de exploração capitalista que atingia e determinava a opressão de todos os trabalhadores. Esta *falsa consciência* permitia ainda que sindicatos e associações de trabalhadores se unissem às classes dominantes em uma estrutura corporativa, em uma dinâmica que impulsionava o capitalismo e o sistema imperialista estadunidense. Tal aliança permitia, por exemplo, que fundos sindicais fossem utilizados para investimentos empresariais em sociedades racistas do Sul Global, como ocorria, por exemplo, no regime de apartheid da África do Sul. Nas palavras da autora:

Todo o movimento trabalhista nos Estados Unidos sofreu, como resultado da superexploração de trabalhadores negros e mulheres. Os sindicatos têm sido historicamente racistas e chauvinistas. Eles defenderam o racismo neste país e não conseguiram combater os privilégios da pele branca dos trabalhadores brancos. Eles falharam em lutar ou até mesmo em questionar as desigualdades na contratação e pagamento de mulheres trabalhadoras. Não houve virtualmente nenhuma luta contra o racismo do trabalhador branco ou contra a exploração econômica da mulher trabalhadora, dois fatos que consistentemente impediram o avanço da luta real contra a classe capitalista dominante¹⁴². (BEALE, 2005 [1969], p. 115-116)

maid and wet nurse for white offspring while her own children were more often than not starving and neglected. It is the depth of degradation to be socially manipulated, physically raped, used to undermine your own household, and to be powerless to reverse this syndrome.” (BEAL, 2005 [1969], p.111-112).

¹⁴² No original: “The entire labor movement in the United States has suffered as a result of the super-exploitation of Black workers and women. The unions have historically been racist and chauvinistic. They have upheld racism in this country and have failed to fight the white skin privileges of white workers. They have failed to fight or even make an issue against the inequities in the hiring and pay of women workers. There has been

Por fim, a solução encontrada para derrotar o racismo e o sexismo, era também derrotar o capitalismo e o imperialismo. A análise de Beale demonstra que estes mecanismos de dominação eram faces de um mesmo sistema de exploração, e, inseparáveis entre si; construir um novo mundo dependia de eliminar todas as formas de opressão. Derrotar este sistema, entretanto, dependia de uma luta que reconhecesse a sua totalidade e unisse todos aqueles subordinados a ele, que deveriam, por sua vez, desenvolver uma consciência política para entender como esse sistema escraviza a todos e quais ações deveriam ser tomadas para provocar sua destruição total (*ibidem*, p. 122).

Tal como a tomada de consciência, esta união, entretanto, encontrava dificuldades, na medida em que as pessoas brancas aderiam aos privilégios da branquitude, e muitas vezes pertenciam, de fato, à classe média, não experienciando a exploração econômica da mesma forma que as pessoas negras. Nas palavras da autora:

Qualquer grupo branco que não tenha uma ideologia antiimperialista e anti-racista não tem absolutamente nada em comum com a luta da mulher negra. (...) Se os grupos brancos não percebem que estão de fato lutando contra o capitalismo e o racismo, não temos laços comuns. Se eles não percebem que as razões para sua condição estão no sistema e não simplesmente que os homens têm um prazer vicariante de "consumir seus corpos por razões exploratórias" (esse tipo de raciocínio parece ser bastante prevalente em certos grupos de mulheres brancas), então não podemos nos unir a eles em torno de queixas comuns ou até mesmo discutir esses grupos de uma maneira séria, porque eles são completamente irrelevantes para a luta Negra¹⁴³. (BEALE, 2005 [1969], p. 120)

No mesmo sentido, em 1977, o *Combahee River Collective*, organização negra lésbica e socialista, nascida em 1974, lançou um manifesto no qual se compromete ativamente na luta contra a opressão racial, sexual, heteronormativa, e de classe, e com a tarefa particular de desenvolver uma análise teórica e uma prática política integradas. Tal tarefa, se, baseava na

virtually no struggle against either the racism of the white worker or the economic exploitation of the working woman, two factors which have consistently impeded the advancement of the real struggle against the ruling class". (BEALE, 2005 [1969], p. 115-116)

¹⁴³ No original: Any white group that does not have an anti-imperialist and antiracist ideology has absolutely nothing in common with the Black woman's struggle. (...) If the white groups do not realize that they are in fact fighting capitalism and racism, we do not have common bonds. If they do not realize that the reasons for their condition lie in the system and not simply that men get a vicarious pleasure out of "consuming their bodies for exploitative reasons" (this kind of reasoning seems to be quite prevalent in certain white women's groups), then we cannot unite with them around common grievances or even discuss these groups in a serious manner because they're completely irrelevant to the Black struggle (BEALE, 2005 [1969], p. 120).

consciência de que os grandes sistemas de opressão são imbrincados, cuja síntese cria as condições de vida das mulheres negras no capitalismo. O coletivo foi formado em resposta à Organização Nacional Feminista Negra estadunidense, que passara a identificar o racismo como o único fenômeno determinante da condição social das mulheres negras. A organização nacional, por sua vez, havia se formado em resposta ao que as feministas negras acreditavam ser o fracasso das organizações feministas brancas em responder adequadamente ao racismo nos Estados Unidos.

Dessa forma, o coletivo Combahee River compreendia que considerar apenas o racismo como fator determinante da condição social das mulheres negras era insuficiente para explicar a condição à qual estas estavam submetidas. Ele ficou conhecido por introduzir ao mundo, através de seu manifesto, os conceitos de “política identitária” e “interligação de opressões”¹⁴⁴. Suas ativistas articularam a ideia de que múltiplas opressões reforçam umas às outras para criar novas categorias de opressão e desigualdade. Nas palavras de suas ativistas:

Chegamos à necessidade de desenvolver uma compreensão das relações de classe que leve em conta a posição de classe específica das mulheres negras que são geralmente marginais na força de trabalho, enquanto, particularmente neste momento, alguns de nós são vistos temporariamente como *tokens* duplamente desejáveis em níveis de colarinho branco e profissional. Precisamos articular a situação de classe real das pessoas que não são meramente trabalhadores sem raça, sem sexo, mas para quem a opressão racial e sexual são determinantes significativos nos aspectos econômicos/relações de trabalho de suas vidas. Embora estejamos em concordância essencial com a teoria de Marx quando aplicada às relações econômicas muito específicas que ele analisou, sabemos que sua análise deve ser estendida ainda mais para que possamos entender nossa situação econômica específica como mulheres negras. Uma contribuição política que sentimos que já fizemos é a expansão do princípio feminista de que o pessoal é político. Nas nossas sessões de conscientização, por exemplo, em muitos aspectos fomos além das revelações das mulheres brancas porque estamos lidando com as implicações de raça e classe, bem como sexo. Mesmo o estilo de nossas mulheres negras de falar/testemunhar na língua negra sobre o que vivenciamos tem uma ressonância cultural e política. Nós gastamos muita energia investigando a natureza cultural e experiencial de nossa opressão por necessidade, porque nenhum desses assuntos jamais foi examinado antes. Ninguém antes examinou a textura multifacetada da vida das mulheres negras¹⁴⁵ (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 2017 [1977], p. 179, tradução minha).

¹⁴⁴ Respectivamente “identity politics” e “interlocking oppressions”.

¹⁴⁵ No original: “We have arrived at the necessity for developing an understanding of class relationships that takes into account the specific class position of Black women who are generally marginal in the labor force, while at this particular time some of us are temporarily viewed as doubly desirable tokens at white-collar and professional levels. We need to articulate the real class situation of persons who are not merely raceless, sexless workers, but for whom racial and sexual oppression are significant determinants in their working/economic lives. Although we are in essential agreement with Marx’s theory as it applied to the very specific economic relationships he analyzed, we know that his analysis must be extended further in order for us to understand our specific economic situation as black women. A political contribution which we feel we have already made is the

Assim, o coletivo Combahee River, que se alinhava publicamente com uma perspectiva marxista e socialista, incorporou análises anteriores de feministas-socialistas negras como Beale (2005 [1969]), para aprofundar a análise das raízes da opressão das mulheres negras sob o capitalismo. A organização passou a defender a reorganização da sociedade com base nas necessidades coletivas dos mais oprimidos, a partir da ideia de que para que estas pessoas pudessem se libertar totalmente, todos deveriam ser libertados. Em seu manifesto, as autoras ressaltaram que, ao falar sobre a necessidade de uma política identitária, elas procuravam “estender” a análise marxista para incorporar uma compreensão da opressão das mulheres negras e de suas necessidades políticas particulares. Se por um lado defendiam como solução para a opressão de todas as pessoas, a construção do socialismo, por outro lado, elas argumentaram: “Nós não estamos convencidas, entretanto, que uma revolução socialista que não seja também uma revolução feminista e antirracista garantirá nossa libertação¹⁴⁶”. É interessante notar como, na passagem acima, as ativistas do Combahee (1977), reivindicam o ponto de vista privilegiado das mulheres negras, tal como conceituado pelas feministas-marxistas do *Standpoint Theory* (apresentado no item 4.3.3 desta dissertação). Entretanto, elas ampliam a noção de posicionalidade ao ponto de afirmar, como vimos acima, que o “pessoal é também político”, ou seja, que todos os aspectos da vida de um indivíduo, possuem relevância política e estão conectadas com sua posição social.

Cabe ressaltar que, para as ativistas do Combahee River (1977), entender as experiências particulares das mulheres negras em comparação com as mulheres brancas e os homens negros não era um exercício acadêmico; criava pontos de entrada para as mulheres negras se engajarem na política. Elas argumentavam que não se podia esperar que as mulheres negras fossem ativas em movimentos políticos que não representassem nem promovessem seus interesses. A incapacidade ou falta de vontade da maioria das organizações feministas brancas para envolver-se plenamente com questões antirracistas que afetam as mulheres negras, como

expansion of the feminist principle that the personal is political. In our consciousness-raising sessions, for example, we have in many ways gone beyond white women’s revelations because we are dealing with the implications of race and class as well as sex. Even our black women’s style of talking/testifying in black language about what we have experienced has a resonance that is both cultural and political. We have spent a great deal of energy delving into the cultural and experiential nature of our oppression out of necessity because none of these matters has ever been looked at before. No one before has ever examined the multilayered texture of Black women’s lives” (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 2017 [1977], p. 179).

¹⁴⁶ No original: “We are not convinced, however, that a socialist revolution that is not also a feminist and antiracist revolution will guarantee our liberation” (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 2017 [1977], p. 179).

as campanhas contra a esterilização e agressão sexual ou por direitos trabalhistas, teria alienado as mulheres negras de se tornarem ativas nessas organizações. O mesmo teria acontecido com o movimento de libertação Negra, predominantemente dominado por homens negros que muitas vezes se opunham às pautas das mulheres negras, como a legalização do aborto. Assim, mulheres negras radicais que tinham sido politicamente formadas através da sua participação no movimento dos direitos civis da década de 1960 e nas mobilizações de trabalhadores negros nas décadas anteriores (descritos acima por Jones, por exemplo), permaneciam agora frequentemente excluídas das agendas políticas de organizações feministas e radicais negras. Como veremos a seguir, a teoria da interseccionalidade, surgida ao final da década de 1980, reivindicará sua origem na atuação deste coletivo e na tradição feminista negra aqui apresentada.

5.2.2 Em busca da solidariedade transnacional: Teoria, prática e a perspectiva da interseccionalidade¹⁴⁷

O pensamento marxista-feminista negro é, desde o princípio, como mostramos através de Jones e Davis no tópico anterior, também anti-imperialista e anticolonial. Esta perspectiva permitiu que historicamente, este campo conseguisse produzir pontes de solidariedade inspirando e sendo inspirado pelo movimento de mulheres em todo o mundo, extrapolando as fronteiras do ocidente. Como demonstra Salem (2018) ao discutir o ensaio de Angela Davis sobre sua visita ao Egito em 1985, a postura anti-imperialista de Davis e sua autorreflexividade, demonstram a possibilidade da construção de um entendimento único sobre as múltiplas opressões e assim, produzir solidariedade feminista transnacionalmente. Além disso, a posicionalidade de Davis enquanto mulher ocidental no Egito, apesar de ser afro-americana¹⁴⁸, demonstrou a fluidez da categoria raça e a complexidade de subjetividades, ressaltando a

¹⁴⁷ Neste item (bem como nos que se seguem), agradeço em especial à Olena Lyubchenko pelos inúmeros debates que tivemos desde 2017 sobre a teoria da interseccionalidade e a teoria da reprodução social contemporânea. Tais debates – que já se estenderam por três continentes – foram indispensáveis para as considerações feitas nesta dissertação e, de certa forma, foram expostos pela primeira vez através de um working paper que elaboramos juntas intitulado *Lessons from Marx: Intersectionality, Capitalist Accumulation and the Race-Class-Gender Nexus*.

¹⁴⁸ Salem destaca que “Enquanto nos Estados Unidos, ela fazia claramente parte de um grupo marginal, no Egito essa sua posição era privilegiada, pois ela representava os Estados Unidos, país implicado no “subdesenvolvimento” do Egito.” (SALEM, 2015 [2014]).

importância da localização específica dos indivíduos nas estruturas de poder tanto para uma análise teórica consistente, quanto para a elaboração de uma tática revolucionária, uma vez que esta depende de solidariedades transnacionais e transversais entre a classe trabalhadora. Não é uma coincidência que o feminismo negro anticolonial ainda hoje tem inspirado novos movimentos sociais radicais em todo o mundo, proclamando, a partir da defesa de que *Vidas Negras Importam* a real importância de todas as vidas e a sua contradição com sistema capitalista. Por outro lado, chama atenção o fato de que hoje, frequentemente, a interseccionalidade tem sido utilizada não apenas como uma ferramenta teórica para dar visibilidade ao funcionamento das múltiplas opressões no sentido da busca por igualdade ou emancipação, mas também por uma gama de atores sociais, inclusive grupos de extrema-direita e políticos neoliberais no sentido de promover e implementar suas pautas¹⁴⁹.

A partir da década de 1970, a perspectiva feminista-socialista negra e anticolonial traduzida pelo manifesto do coletivo Combahee River (1977), ganhou popularidade em todo o mundo. Como vimos, segundo esta perspectiva, a dominação capitalista estaria imbrincada na dominação racista e sexista. A partir desta noção, novos estudos sobre a divisão global do trabalho e a relação do capitalismo com os múltiplos mecanismos de opressão e dominação foram desenvolvidos. Gradualmente, a *teoria da interseccionalidade*, cunhada por Crenshaw em 1989, se tornou um importante recurso de pesquisa feminista (SALEM, 2016). Surgida da radical tradição feminista negra a teoria da interseccionalidade possui hoje um significado teórico e político em disputa. Assim como a Teoria da Reprodução Social, apresentada no primeiro capítulo desta dissertação, a teoria da interseccionalidade é uma entre as diversas abordagens teóricas desenvolvidas nas últimas oito décadas para representar a heterogeneidade social como a interação de múltiplas categorias de diferença social, como por exemplo, classe, raça, gênero, etc. Entretanto, os dois enfoques têm sido, no geral, tomados como antagônicos, enquanto, de um lado, a reprodução social como uma perspectiva marxista, e de outro a interseccionalidade enquanto uma perspectiva não-marxista (VOGEL, 2017, P. XI), visão que alguns autores contemporâneos da reprodução social têm se esforçado em superar, como veremos no sexto capítulo desta dissertação. Cabe ressaltar que o pensamento de Angela Davis tem sido hoje apresentado como interseccional em diversas partes do mundo, inclusive no

¹⁴⁹ Como demonstra Heider (2018, p. 9) Em sua campanha eleitoral de 2016, Hilary Clinton usou a “interseccionalidade” e o “privilégio branco” como um aceno aos jovens eleitores liberais. Richard Spencer e membros da “alt-right” (“alternative right”, um movimento de extrema-direita nos EUA) se autodenominam “identitários” para mascarar o fato de que são, na verdade, supremacistas brancos. E, para algumas pessoas “conscientes”, usar uma camiseta onde se lê “feminista” e criticar celebridades por serem vagamente “problemáticas” é a máxima extensão de sua participação política.

Brasil. No entanto, ao final deste item, argumentarei que ambas as propostas se diferem – tanto em teoria quanto na prática.

5.2.2.1 Interseccionalidade: conceito ou teoria?

Kimberlé Crenshaw (1989) cunhou o termo “interseccionalidade” ao desenvolver uma crítica feminista negra às leis antidiscriminação nos EUA, cuja aplicabilidade nos tribunais raramente se estendia a mulheres negras devido ao não-reconhecimento da dupla opressão (racista e sexista) a que estavam submetidas. A elaboração do conceito se deu através de uma análise jurisprudencial de como os tribunais estruturavam e interpretavam as demandas judiciais das mulheres negras. Nesta investigação, a autora encontrou diversas decisões nas quais os tribunais determinaram que ações antidiscriminação deveriam ser examinadas “para determinar se existe uma causa de discriminação racial ou de discriminação sexual, admitidas alternativamente, mas não como uma combinação de ambos¹⁵⁰” (CRENSHAW, 1989, p. 141, tradução minha).

Em um dos casos, um grupo de cinco mulheres negras propôs uma ação trabalhista coletiva contra a multinacional *General Motors*, sob a alegação de que a empresa não só não contratava mulheres negras antes de 1964, como aquelas contratadas após 1970 haviam perdido os seus empregos, de forma discriminatória, durante uma recessão econômica (*ibidem*, p. 142). A ação proposta foi negada por falta de provas, uma vez que apesar da empresa não contratar mulheres negras, contratava mulheres (brancas) e negros (homens). Além disso, a corte não reconheceu a possibilidade de discriminação contra mulheres negras, pois esta “não compunha uma classe especial de indivíduos”. Tal decisão reconheceu que os limites da doutrina de discriminação sexual e racial eram definidos, respectivamente, pelas experiências das mulheres brancas e, no que tange à raça, dos homens negros. Sob esse ponto de vista, as mulheres negras eram protegidas apenas na medida em que suas experiências coincidiam com as de qualquer um dos dois grupos. Suas experiências específicas, que combinavam ambas formas de discriminação, não eram consideradas.

¹⁵⁰ No original: “(...) must be examined to see if it states a cause of action for race discrimination, sex discrimination, or alternatively either, but not a combination of both.” (CRENSHAW, 1989, p. 141)

A autora passou então a vincular essa questão jurídica específica ao problema geral já descrito pela tradição feminista negra – especialmente pelo coletivo Combahee –, qual seja, o fato de que as estruturas políticas que focam em questões únicas, como por exemplo, somente o gênero ou a raça, acabavam, necessariamente por marginalizar aqueles cujas identidades os expunham a outras formas de subordinação. O objetivo principal de Crenshaw (1989), ao produzir uma metáfora que pudesse demonstrar como o inter cruzamento de opressões atingia de forma desigual sujeitos diferentes, era dar instrumentalidade teórico-prática, sobretudo no sistema de justiça, à inseparabilidade do racismo, capitalismo e sexismo que estruturava a vida das mulheres negras estadunidenses. Nas palavras de Crenshaw,

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, a raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos...através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o ‘tráfego’ que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem – as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

A própria autora, no entanto, postula de formas distintas a definição da noção de “interseccionalidade”. Ora a conceitua como uma “metáfora”, como na citação acima; ora passa a apontá-la como uma categoria de análise ou mesmo um modelo provisório, que pretendia “auxiliar na catalogação e organização do conhecimento existente” sobre as múltiplas formas

pelas quais as opressões podem configurar a vida das pessoas em todo o mundo. Crenshaw (2012, p. 178) destaca que o objetivo desta última topologia é “propor uma linguagem capaz de expressar as experiências das pessoas e, também, de ilustrar a necessidade de expandir os parâmetros conceituais dos discursos dos tratados internacionais existentes” para evitar o fato de que “uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas e, ocasionalmente, também de homens marginalizados”. Assim, desde sua gênese, o conceito não possui um significado estrito.

A concepção fundamental do conceito é perceber a realidade social existente quando do intercruzamento de diversos eixos de opressão. Estes eixos são sistemas de dominação distintos, pré-concebidos, e podem combinar-se de múltiplas formas. Procurando dar um sentido social e histórico mais estrito ao intercruzamento de opressões, Hill Collins (2000 [1990]) conceituou a diferença entre a interseccionalidade e o que chamou de *matriz de dominação*:

Interseccionalidade refere-se a formas particulares de opressão cruzada, por exemplo, intersecções de raça e gênero, ou de sexualidade e nação. Os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não pode ser reduzida a um [único] tipo fundamental e que as opressões trabalham juntas na produção de injustiça. Em contraste, a matriz de dominação refere-se a como essas opressões em interseção são realmente organizadas. Independentemente das interseções específicas envolvidas, os domínios de poder estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal reaparecem em formas bastante diferentes de opressão¹⁵¹ (HILL COLLINS, 2000 [1990], p. 18, tradução e comentário entre chaves meus).

Para Hill Collins, a histórica e específica matriz de dominação é a organização global das relações hierárquicas de poder em qualquer sociedade. Qualquer matriz específica de dominação possui duas características: 1. uma maneira particular de interseccionar sistemas de opressão, por exemplo, raça, classe social, gênero, sexualidade, status de cidadania, etnia e idade; e 2. uma organização particular de seus domínios de poder, por exemplo, estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal (HILL COLLINS, 2000 [1990], p. 127). O termo matriz

¹⁵¹ No original: “Intersectionality refers to particular forms of intersecting oppressions, for example, intersections of race and gender, or of sexuality and nation. Intersectional paradigms remind us that oppression cannot be reduced to one fundamental type, and that oppressions work together in producing injustice. In contrast, the matrix of domination refers to how these intersecting oppressions are actually organized. Regardless of the particular intersections involved, structural, disciplinary, hegemonic, and interpersonal domains of power reappear across quite different forms of oppression.” (HILL COLLINS, 2000 [1990], p. 18).

de dominação descreve essa organização social geral dentro da qual as opressões que se cruzam se originam, se desenvolvem e são contidas. Nos Estados Unidos, por exemplo, “tal dominação ocorreu por meio de escolas, moradia, emprego, governo e outras instituições sociais que regulam os padrões atuais de opressão cruzada que as mulheres negras encontram”¹⁵². As formas de dominação (e de opressão), portanto, mudam ao longo do tempo, assumem formas historicamente específicas e se transformam em resposta às ações humanas.

A autora ilustra tal argumento com o fato de que, naquele país, a segregação racial persiste, mas não nas formas que assumiu em eras históricas anteriores, tal qual a escravidão, ou a Era de segregação das Leis Jim Crow (*ibidem*, p.227). Assim, “como a forma particular assumida pela opressão em intersecção em uma localização social, qualquer matriz de dominação pode ser vista como uma organização de poder historicamente específica na qual os grupos sociais estão inseridos e que eles pretendem influenciar”¹⁵³ (*ibidem*, p. 228). Além disso, na conceituação de Hill Collins, os paradigmas interseccionais contribuem para desvendar as relações entre conhecimento e empoderamento – eles lançam uma nova luz sobre como a dominação é organizada, e, portanto, como pode ser confrontada. É importante ressaltar, portanto, que subjacente às percepções que informaram a interseccionalidade, está a epistemologia do “ponto de vista” – o conhecimento específico que vem de uma localização social específica, informada pela experiência e pelo contexto social, apresentada no quarto capítulo desta dissertação (HARTSOCK, 1997; HILL COLLINS, 2000 [1990]).

Durante a década de 1990 – período em que, como vimos na introdução, reinavam as teorias que se opunham às grandes narrativas – o conceito, tal como elaborado por Crenshaw (1989) e desenvolvido por Hill Collins (2000 [1990]), rapidamente ganhou popularidade e se normatizou. Estas autoras, bem como outras teóricas do feminismo negro como Davis (2016 [1981]), afirmam, entretanto, que a interseccionalidade não surgiu quando foi “nomeada”. Ao contrário, o conceito remete ao acúmulo de formulações produzidas por mulheres negras de diferentes orientações políticas e teóricas na diáspora africana, e em particular nos EUA, sobretudo àquelas consolidadas e sistematizadas durante as décadas de 1960 e 1970 e apresentadas no tópico anterior. Tais formulações, eram voltadas a unir na teoria, suas demandas práticas para superar suas realidades materiais de exploração e opressão. Assim, a

¹⁵² No original: “(...) such domination has occurred through schools, housing, employment, government, and other social institutions that regulate the actual patterns of intersecting oppressions that Black women encounter.” (HILL COLLINS, 2000 [1990], p. 227).

¹⁵³ No original: “As the particular form assumed by intersecting oppressions in one social location, any matrix of domination can be seen as an historically specific organization of power in which social groups are embedded and which they aim to influence.” (HILL COLLINS, 2000 [1990], p. 228).

interseccionalidade teria nascido da própria experiência de vários grupos de mulheres não-brancas no interior de movimentos sociais mais amplos nas Américas - cada um acrescentando sua própria visão sobre a escravidão, colonialismo, (i)migração, cidadania, sexualidade e assim por diante (HILL COLLINS; BILGE, 2016).

Como destaca Akotirene (2018), a partir da *Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância* realizada em Durban, em 2001, o termo ganhou popularidade acadêmica em escala mundial (AKOTIRENE, 2018, p. 14). Ao mesmo tempo, quanto mais popularizada e utilizada nas mais diversas áreas do conhecimento, mais o conceito ganhava fluidez, e ficava vulnerável ao que a autora chama de “perigos de esvaziamento”. Hill Collins chamou este processo – iniciado na década de 1990 – de período de institucionalização do conceito, durante o qual, a interseccionalidade passou a ser utilizada em maior escala no interior da academia formal, ora como conceito, ora como teoria. Devido a este processo de institucionalização, a teoria da interseccionalidade teria se transformado em “uma mercadoria quente de consumo acadêmico” suprimindo as dimensões transformadoras e potencialmente disruptivas desses projetos críticos (HILL COLLINS; BILGE, 2016, p. 85). Hill Collins e Bilge apontam que, neste processo, a interseccionalidade passou então a ser muitas vezes confundida com as políticas identitárias e culpada pela fragmentação e pelo enfraquecimento da luta de classes, na medida em que ao voltar-se para a cultura, afastava-se da estrutura. Confrontando essas visões, as autoras afirmam que estas críticas ignoram que, quando se trata de questões de identidade, a interseccionalidade enfatiza há muito tempo a centralidade de análises estruturais, como a elaboração de Hill Collins sobre a matriz de dominação (HILL COLLINS; BILGE, 2016, p. 123-131).

Deste modo, para a perspectiva da interseccionalidade, a identidade seria vista como uma subjetividade política coletiva que fortalece e empodera, mas não como uma essência ou um fim em si mesmo. A indefinição em torno do conceito, entretanto, se agravou. Em geral, percebe-se uma inconsistência conceitual que ora localiza o termo enquanto conceito que opera no nível de descrição dos fenômenos sociais, e ora como teoria, voltada à explicação destes fenômenos. Em uma definição mais recente do conceito, Hill Collins e Bilge (2016) explicam, de forma não-definitiva, que a

interseccionalidade é uma forma de compreender e analisar a complexidade no mundo, nas pessoas e nas experiências humanas. Os eventos e condições da vida social e política e do eu raramente podem ser entendidos como moldados por um fator. Eles geralmente são moldados por muitos fatores de maneiras diversas e mutuamente

influentes. Quando se trata de desigualdade social, a vida das pessoas e a organização do poder numa dada sociedade são melhor entendidas como sendo moldadas não por um único eixo de divisão social, seja esse a raça ou o gênero ou a classe, mas por muitos eixos que trabalham juntos e influenciam uns aos outros. Interseccionalidade como uma ferramenta analítica dá às pessoas melhor acesso à complexidade do mundo e de si mesmas¹⁵⁴ (HILL COLLINS; BILGE, 2016, p. 2, tradução minha).

Entretanto, considerando sua dispersão global, Hill Collins e Bilge (2016) reconhecem que há uma enorme heterogeneidade nas formas pelas quais as pessoas compreendem e usam a interseccionalidade hoje. As autoras argumentam que é a singularidade da interseccionalidade em seu ponto de partida – as experiências cotidianas de opressão que ecoam entre as pessoas e suas necessidades materiais de reconhecimento, redistribuição e igualdade – que moldam os múltiplos sentidos e aplicações do termo. Elas defendem que é justamente essa a riqueza da interseccionalidade: enquanto ferramenta analítica, ela está em constante construção, aberta ao “elemento da surpresa” (HILL COLLINS; BILGE, 2016, p.203; *passim*). Construir significados para ela baseados em um caso particular ou na experiência de um só grupo no interior de um contexto social específico, “arrisca perder o processo de descoberta que subjaz a forma que as pessoas de fato usam estruturas interseccionais” pode ser utilizada de diferentes formas (*ibidem*, p.31).

Cabe ressaltar, no entanto, que Hill Collins e Bilge chamam atenção para o que consideram os dois princípios organizacionais da interseccionalidade: (a) uma *práxis* crítica forjada no interior dos movimentos sociais e no dia-a-dia das experiências individuais, portanto a interseccionalidade como conceito, instrumento político; (b) uma metodologia acadêmica crítica e holística para a compreensão da realidade como um todo complexo, portanto, a interseccionalidade enquanto conceito analítico para a pesquisa crítica. Embora estes princípios sejam comumente vistos de forma separada, as autoras ressaltam que, para utilizar a interseccionalidade no sentido da construção de um mundo mais justo, eles devem ser considerados juntos, de forma sinérgica, relacional. Elas destacam que a importância de se levar em consideração esses princípios organizacionais e seu conteúdo crítico – que consideram a gênese do conceito (explicitada acima) – reside na própria fluidez do conceito. Projetos

¹⁵⁴ No original: “intersectionality is a way of understanding and analyzing the complexity in the world, in people, and in human experiences. The events and conditions of social and political life and the self can seldom be understood as shaped by one factor. They are generally shaped by many factors in diverse and mutually influencing ways. When it comes to social inequality, people’s lives and the organization of power in a given society are better understood as being shaped not by a single axis of social division, be it race or gender or class, but by many axes that work together and influence each other. Intersectionality as an analytic tool gives people better access to the complexity of the world and of themselves” (HILL COLLINS; BILGE, 2016, p. 2)

conservadores e supremacistas brancos com frequência invocam a interseccionalidade como uma ferramenta analítica para justificar a desigualdade social, alegando, por exemplo a inferioridade de certos grupos de indivíduos por conta de intersecção de suas etnias, gênero e posição social (HILL COLLINS; BILGE, 2016, p.41). O lembrete das autoras serve para revelar em que extensão a interseccionalidade é um termo cujo significado permanece aberto e em constante disputa.

5.2.2.2 Críticas feministas-marxistas ao conceito de interseccionalidade

A recepção do conceito de interseccionalidade no interior do campo marxista e crítico, tem sido ambígua: se por um lado, parte dos autores recorre ao conceito na tentativa de adotar uma perspectiva mais completa da realidade social, por outro lado, este tem sido alvo de diversas críticas. As críticas, de um modo geral, versam sobre sua fluidez conceitual: preocupações relativas à cooptação das origens radicais da interseccionalidade, sua aplicação generalizada enquanto “a teoria” que serve todas as tradições do feminismo, o embranquecimento do conceito e à sua higienização pelo feminismo liberal, bem como ao seu recorrente uso por correntes e políticos neoliberais (SALEM, 2016; ANDERSON, 2015; MCNALLY, 2018). Passamos a apresentar algumas destas recentes críticas ao conceito, elaboradas por feministas-marxistas. No capítulo seguinte, apresentarei, através de McNally (2017) como a Teoria da Reprodução Social contemporânea tem se relacionado com o conceito de forma a confrontá-lo com a perspectiva marxiana da totalidade social.

Atualmente é comum inserir a obra de Davis (2016 [1981]) – e das feministas negras que antecederam a cunhagem e normatização do termo – no que ficou conhecido como *feminismo interseccional* ou *Teoria da Interseccionalidade*. Isto se dá pelo simples fato destas obras buscarem demonstrar que as diversas formas de opressão estão interconectadas, conexão que ignora quais diferentes sentidos poderiam ser atribuídos à esta relação, i.e., se mero entrecruzamento de estruturas distintas ou se partes de uma mesma totalidade. Desta forma, é interessante notar que Davis reage ao debate da interseccionalidade de forma ambígua: não se distancia publicamente do conceito, pois considera sua importância teórica e prática, e o potencial radical que remonta à sua origem. Entretanto, deixa transparecer que há algo de diferente entre sua concepção de totalidade social e emancipação política e o que hoje se

popularizou como teoria da interseccionalidade. Davis chega a ponderar que precisamos urgentemente falar de “interseccionalidade das lutas”, mais do que da “interseccionalidade de identidades”, e recorrentemente destaca o conteúdo crítico radical de sua genealogia – vinculada à luta pela emancipação humana (DAVIS, 2016; 2018, p. 131).

Podemos facilmente reconhecer que há diferenças ontológicas importantes entre a teoria de Davis (2016 [1981]) e aquilo que se difundiu como teoria da interseccionalidade. Tais diferenças são importantes para explicar a elasticidade do conceito e seu fácil distanciamento do campo crítico. Ao retomarmos, por exemplo, o argumento elaborado por Davis (2017) e anteriormente exposto no item 5.2, esta diferença se explicita. Segundo o argumento de Davis, as mulheres racializadas “confrontam a opressão sexista de um modo que reflete as interligações objetivas reais e complexas entre a exploração de classe, a opressão racista e a supremacia masculina”, havendo uma interrelação objetiva entre racismo e sexismo no sentido de que “o contexto geral das duas formas de opressão é a luta de classes que se desenrola entre o capitalismo monopolista e a classe trabalhadora” (DAVIS, 2017, p. 140). A interrelação existente entre as múltiplas formas de opressão e dominação constituem, assim, partes de um mesmo contexto geral, qual seja, uma sociedade (totalidade) na qual a contradição fundamental está posta entre capital e trabalho. Não há em Davis nada que nos faça compreender as múltiplas opressões como distintas, autônomas umas às outras, ou ainda, o todo como a soma de partes distintas.

Há, ao contrário, um sistema (o capitalista), no qual estão postas de forma imbrincada, a exploração de classe, a opressão racista e a supremacia masculina. Não há que se falar na possibilidade de separação destas três formas de opressão, pois elas se constituem mutuamente enquanto totalidade complexa e dinâmica. Seria impossível, por exemplo, pensar no intercruzamento do racismo com o sexismo sem considerar a posição de classe do grupo social analisado para caracterizar o significado de tal intersecção. Como ressalta Davis, mulheres negras de classe média possuíam uma experiência da opressão de raça e gênero a que estavam submetidas totalmente diferente (e por vezes oposta) àquela das mulheres negras trabalhadoras (DAVIS, 2016 [1983]). Porém, esta realidade não descaracteriza o fato de que ambas as experiências estão imbrincadas e constituem a totalidade social própria do sistema capitalista. Por fim, Davis não se propõe à análise individual sobre como determinadas formas de opressão atingem determinado grupo específico; sua preocupação é mais ampla: definir, através da análise dialética do processo histórico, como diferentes frações de classe *se relacionam* e formam sua consciência sob o capitalismo.

Por outro lado, como vimos no tópico anterior, as abordagens da interseccionalidade – elaboradas por Hill Collins (2000 [1990]) e Hill Collins e Bilge (2016) – a conceituam como um instrumento analítico crítico que cumpre a função de demonstrar como os seres humanos são desfavorecidos, de formas específicas, a partir da incidência de *múltiplos sistemas* de opressão/dominação. Tal definição, somada com a própria ontologia do conceito – interseccionar – não só permite a compreensão de que cada forma de opressão constitui um sistema distinto, como deixa em aberto a compreensão da existência de um sistema único. Ainda que em outros momentos elas afirmem que a interseccionalidade é uma ferramenta voltada para analisar a complexidade social, não há clareza sobre o que isso significa. Das definições apresentadas, não se pode apreender nem se a exploração capitalista é um fator que necessariamente deve ser levado em conta em uma análise interseccional. Ainda, a fluidez conceitual que hoje caracteriza a interseccionalidade é completamente estranha à proposta teórica de Davis, que conserva o compromisso com uma análise materialista-histórica da *totalidade social*.

Como Marx proveitosamente escreveu em sua Introdução aos *Grundrisse* ([1857], 1973), “ao trazer as coisas que estão organicamente relacionadas em uma relação accidental, em uma conexão meramente reflexiva, elas exibem sua crueza e falta de compreensão conceitual” (p.88, tradução minha).¹⁵⁵ Ao mesmo tempo, na medida em que a interseccionalidade aborda as relações de opressão como *diferentes sistemas*, como eixos que tornam os trabalhadores mais vulneráveis à exploração capitalista e à violência, ela coloca o *sistema de poder* capitalista como um *sistema* paralelo a outros *sistemas* autônomos de raça, gênero, idade, status de cidadania (e muitos outros). Nesse caso, a condição econômica é tomada como separada da política, destacando o capitalismo de sua essência – que é a de um sistema de expropriação e poder concentrados –, voltando, assim, a reproduzir uma estrutura do pensamento liberal. Tal perspectiva afasta a interseccionalidade da noção de totalidade social marxiana, e também, do pensamento de Davis (2016 [1981]). Este ponto voltará a ser abordado no sexto capítulo a partir das considerações de McNally sobre a teoria da interseccionalidade.

¹⁵⁵ No original: “in bringing things which are organically related into an accidental relation, into a merely reflective connection, they display their crudity and lack of conceptual understanding.” (MARX, 1973 [1857-1858], p. 88). Na tradução para a língua portuguesa da Editora Boitempo (2011 [1857], p. 61): “a insipiência e o desentendimento consistem precisamente em relacionar casualmente o que é organicamente conectado, em reduzi-lo a uma mera conexão da reflexão”. A tradução da Boitempo, corresponde com a tradução de David McLellan, para a Harper Torchbook, publicada em 1972 (p. 21). Optei aqui pela tradução literal da versão inglesa da PenguinBooks, pois a linguagem é mais clara e o sentido nos parece mais coerente com o pensamento de Marx nos *Grundrisse* e no conjunto de sua obra.

Em um sentido similar ao que levantei até aqui, Salem (2016) considera que a dispersão global e a institucionalização do conceito – ao qual chama de teoria viajante¹⁵⁶ – foi responsável por sua cooptação neoliberal e, ao mesmo tempo, pode vir a possibilitar sua retomada radical. Tal cooptação estaria ligada à dois fenômenos externos à teoria da interseccionalidade: 1) sua modificação, devido ao uso de uma ampla gama de feministas dedicadas a diferentes projetos políticos e teóricos, que transportou o conceito do feminismo negro e pós-colonial para o feminismo como um todo, bem como do feminismo no Sul Global para o Norte Global, apagando, neste processo suas raízes críticas; 2) sua cooptação pela academia neoliberal, mecanismo essencial para traçar as alterações na aplicação da teoria interseccional, proliferando aplicações da interseccionalidade que neutralizam seu potencial crítico inerente. Por acreditar que a fluidez conceitual que afasta a interseccionalidade de seu conteúdo crítico é externa à sua conceitualização, a autora defende o conceito e destaca a possibilidade de retomá-lo em sua radicalidade a partir de uma crítica feminista-marxista (SALEM, 2016).

A autora propõe ainda uma união prático-teórica da interseccionalidade com o feminismo descolonial e a reaproximação de ambos do feminismo-marxista (SALEM, 2014; 2016). Para a autora, a interseccionalidade é certamente uma solução: é uma ferramenta útil na conscientização sobre as dinâmicas de poder, mesmo que não possua potencial para modificá-las radicalmente em curto prazo. No entanto, sozinha, ela não consegue desafiar o ponto de vista ocidental que reproduz preconceitos sobre o “oriente”, porque, enquanto epistemologia ocidental, ainda se apoia pressupostos liberais que, ou não têm utilidade na *práxis* feminista de outros contextos, ou ainda se apoiam em uma ontologia individualista que guarda problemáticas como separar o sujeito do objeto na análise, e noções de universalidade, neutralidade e evolução linear do processo histórico.

Assim, para Salem (2014), uma forma de introduzir uma abordagem interseccional anticolonial seria empregar um “pensamento marginal crítico” (*critical border thinking*), forma de epistemologia subalterna que não esconde o posicionamento epistêmico do sujeito que fala. Isso permitiria a produção de comunidades descoloniais interpretativas, que desafiassem as noções ocidentais da interseccionalidade. Outra proposta seria interrogar profundamente as categorias e noções de opressão que utilizamos, questionando a dicotomia entre sujeito e objeto que elas pressupõem:

¹⁵⁶ Salem (2016) toma o conceito de Edward Said (SAID, 2001) e o utiliza no sentido de que a medida que as teorias viajam, elas não só perdem as suas vantagens radicais como também podem cumprir um potencial radical.

Em vez de partir do princípio que sabemos o que prejudica as mulheres, **deveríamos deixar que as categorias interseccionais surgissem a partir dos próprios casos e contextos, lembrando sempre as estruturas globais da desigualdade.** Um exemplo óbvio disso, é o pressuposto frequente que é a “cultura” (em si já uma designação homogênea problemática) que oprime as mulheres árabes. Não só essa ideia essencializa a “cultura”, como também a isola como algo problemático que precisa ser resolvido. Isto ignora a possibilidade de as mulheres árabes usarem noções da sua cultura como meio de luta contra a sua própria opressão. Além disso, é uma análise específica da cultura, feita às custas de outras relações ou estruturas como a classe. Construir “cultura” como uma barreira à liberdade individual das mulheres revela uma concepção liberal do sujeito humano, onde a liberdade – ao nível pessoal, individual – é exposta como especialmente importante e resultado direto da eliminação de práticas culturais, sem levar em conta fatores políticos, econômicos e sociais afetados ainda por outros fatores, tanto locais, quanto globais¹⁵⁷ (SALEM, 2014).

Esse exercício, segundo a autora, possui uma implicação prática fundamental: deixar que o contexto determine as categorias do feminismo também impacta sua prática. Um exemplo disso seria o fato de que a medida em que nos distanciamos de uma visão liberal individualista, percebemos que

as soluções que tomamos como garantidas para resolver a desigualdade de gênero, como a educação ou o emprego a um nível micro, não são isentas de juízos de valor. Uma abordagem descolonial leva-nos a questionar o que queremos dizer com educação, que tipos de conhecimento são privilegiados, e como a educação e emprego das mulheres do Sul Global pode carregar vários efeitos estruturais que frequentemente não são estudados, principalmente porque estão ligados à economia capitalista global de produção e consumo, onde assentam uma série de outros conjuntos de relações de opressão. Como preveniu Lila Abu Lughod, nem todo o emprego é “bom para as mulheres”. A interseccionalidade como abordagem pode ajudar a entender que o emprego não necessariamente assegura o bem-estar da mulher, mas uma abordagem descolonial explica as razões para isso e para como estruturas específicas estão relacionadas com a produção de formas particulares de saberes e de sobrevivência na economia global de hoje¹⁵⁸ (SALEM, 2014).

¹⁵⁷ No original: “Rather than assume that we know what harms women, we should let the intersectional categories emerge from the cases and contexts themselves, bearing in mind global structures of inequality. To think of an obvious example, in the case of Arab women it is almost always assumed that “culture” (already a problematic homogenous designation) is somehow implicated in the oppression of women. Not only does this essentialize “culture,” it also isolates it as something problematic that needs to be fixed. This ignores the possibility of Arab women using cultured notions as a means of fighting oppression. It also fixates on culture at the expense of other relations or structures such as class. Constructing “culture” as a barrier to women’s personal freedom reveals a liberal conception of the human subject, where liberty – at a personal, individual level – is framed as especially important and as the direct result of the elimination of cultural practices, without taking into account the political, economic and social factors that are affected by both local and global factors.” (SALEM, 2014).

¹⁵⁸ No original: “(...) taken-for-granted solutions to gender inequality such as education or employment at the micro-level are not value-free. A decolonial approach would press us to question what we mean by education, which types of knowledges this understanding privileges, and how providing education and employment to women in the Global South also has multiple structural effects that often remain understudied, most notably that

Dessa forma, podemos perceber que o caminho proposto por Salem é retomar e reinserir na proposta da interseccionalidade as categorias básicas de unidade entre *teoria e prática* e de superação das dicotomias existentes entre sujeito-objeto trazidas por Marx. Ao mesmo tempo, a autora clama por um exercício de autorreflexão e maior fluidez das categorias e significados da interseccionalidade. Neste ponto, a solução dada por Salem não se afasta da proposta de Hill Collins e Bilge (2016) de manter a fluidez conceitual da interseccionalidade, deixando que o seu significado surja a partir dos casos e contextos.

Ao que parece, Salem, assim como outras autoras feministas-marxistas contemporâneas que, diante da conjuntura política atual estão preocupadas com a possibilidade de reconstruir pontes de solidariedade, aposta na disputa do conceito, ao invés de sua superação. Tal postura parece revelar ao mesmo tempo, a força do conceito, ligada à sua massiva extensão pelos campos da teoria e da prática, e um contínuo apagamento da tradição feminista-marxista negra, em sua origem. Ainda assim, o debate permanece em aberto.

Embora recorrentemente considerada uma das pioneiras da interseccionalidade, Davis continua a desenvolver seu pensamento a partir de uma perspectiva feminista-marxista negra e anticolonial. Apesar das diferenças ontológicas entre seu pensamento e a perspectiva interseccional, tal como a última se popularizou, Davis nos ensina que a práxis deve prevalecer sobre a teoria: esta diferença parece perder importância e, apesar de preferir falar em interseccionalidade das lutas (2018), ela não rejeita o termo, toma-o pra si. Disputa-o. É como se dissesse: “as mulheres fazem história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente”.

Davis estrategicamente incorpora o termo em seus discursos, sem que isso signifique um abandono da filosofia desenvolvida desde sua primeira obra. Atualmente, ela trabalha em conjunto com feministas negras e feministas-marxistas da reprodução social de todo o mundo que, como demonstrarei a seguir, procuram desenvolver uma teoria unitária da totalidade social que considere a relação entre capitalismo neoliberal e as especificidades de raça, gênero e sexualidade, bem como uma nova prática política no interior do movimento feminista, um feminismo para os 99%¹⁵⁹, capaz de se contrapor ao atual estágio da acumulação capitalista.

it ties them into a global capitalist economy of production and consumption in which they face a new set of oppressive relations. As Lila Abu Lughod has cautioned, not all employment is “good for women.” Intersectionality as an approach may help us understand that employment does not necessarily ensure a woman’s well-being, but a decolonial approach would explain why that is and how specific structures are implicated in the production of particular ways of knowing and surviving in the global economy today”.

¹⁵⁹ Em 2017, Davis foi uma das protagonistas da *Marcha das Mulheres* contra Donald Trump e da *Greve Internacional de Mulheres*, mobilização massiva de mulheres em mais de 50 países puxada pelo manifesto “Por

6 CONTRIBUIÇÕES CONTEMPORÂNEAS À TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

[A Teoria da reprodução social] revela que a categoria essencial do capitalismo, sua força motora, é o trabalho humano e não as mercadorias. Ao fazer isso, ela expõe ao escrutínio crítico a superficialidade do que nós comumente entendemos ser os processos “econômicos” e restaura ao processo econômico o seu componente caótico, sensível, generificado, racializado e desregrado: seres humanos vivos, tão capazes de seguir ordens como de desrespeitá-las.¹⁶⁰

Tithi Bhattacharya, 2017.

Recentes desenvolvimentos da teoria da reprodução social têm se dedicado a enfrentar os desafios da construção de uma abordagem unitária entre as relações de produção e as relações de opressão no capitalismo. Neste caminho, diversos autores têm expandido a investigação proposta inicialmente por Vogel (2013 [1983]) para incorporar não só a questão da opressão das mulheres, mas também de raça, gênero, sexualidade, cidadania, etc., produzindo diálogos interessantes com outros campos do pensamento, como, por exemplo, as teorias pós-coloniais, a teoria da interseccionalidade e a teoria *Queer*. Não poderei analisar aqui todos os autores que, desde os primeiros anos do século XXI, têm contribuído para o desenvolvimento da proposta de Vogel. Optei por concentrar a análise das contribuições contemporâneas da Teoria da Reprodução Social no recente volume organizado por Tithi Bhattacharya, *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression* [Teoria da Reprodução Social: Remapeando Classe, Recentrando Opressão], publicado em 2017¹⁶¹. O livro reúne a

um feminismo para os 99%” que assina ao lado de Tithi Bhattacharya e Cinzia Arruzza, dentre outras. A mobilização se repetiu em 2018, com a publicação de outro manifesto: Por um feminismo dos 99%: *As mulheres entrarão em greve no 8 de março de 2018*. No manifesto de 2017, podia-se ler: “Esta é uma Marcha das Mulheres e ela representa a promessa de um feminismo contra o pernicioso poder da violência do Estado. E um feminismo inclusivo e interseccional que convoca todos nós a resistência contra o racismo, a islamofobia, ao anti-semitismo, a misoginia e a exploração capitalista. Sim, nós saudamos o ‘Fight for 15’. Dedicamos nós mesmas para a resistência coletiva. Resistência aos bilionários exploradores hipotecários e gentrificadores. Resistência a privatização do sistema de Saúde. Resistência aos ataques contra muçulmanos e imigrantes. Resistência aos ataques contra as pessoas com deficiência. Resistência a violência do Estado perpetrada pela polícia e através da indústria do complexo prisional. Resistência a violência de gênero institucional e doméstica, especialmente contra mulheres trans negras” (DAVIS, 2017b). Para mais, cf. ARRUZZA, 2017b.

¹⁶⁰ Tradução minha. No original: “[Social reproduction theory] reveals the essence-category of capitalism, its animating force, to be human labor and not commodities. In doing so, it exposes to critical scrutiny the superficiality of what we commonly understand to be “economic” processes and restores to the economic process its messy, sensuous, gendered, raced, and unruly component: living human beings, capable of following orders as well as of flouting them” (BHATTACHARYA, 2017, p. 19).

¹⁶¹ Ressalto que a opção adotada neste trabalho não visa desconsiderar os demais autores e as diversas abordagens teóricas hoje existentes no diverso campo da Teoria da Reprodução Social. A escolha adotada aqui é meramente metodológica: visa reunir os autores que têm desenvolvido esta teoria no sentido da noção marxiana de totalidade social, tal como desenvolvido no primeiro capítulo desta dissertação.

contribuição de dez autores, e foca em abordar o problema da construção de uma teoria unitária que considere as múltiplas relações de opressão à luz da conjuntura neoliberal, sobretudo pós-crise de 2007-2008, representando um grande esforço neste sentido. Selecionei aqui as contribuições que trazem os aspectos centrais para a compreensão desta nova abordagem, especialmente no que tange aos debates levantados ao longo desta dissertação sobre a noção de *totalidade social*.

6.1 Recentrar a classe e a opressão: a renovação da teoria da reprodução social

A abordagem contemporânea da Teoria da Reprodução Social recupera o objetivo inicial de tornar visível o trabalho que é analiticamente escondido pelos economistas (dos clássicos aos marxistas) e politicamente negado como *locus* da luta de classes, destacando suas especificidades. Neste sentido, ela reúne autores que pretendem defender uma perspectiva não-funcionalista da Teoria da Reprodução Social, para a qual as *opressões* são teorizadas como estruturalmente relacionais e moldadas pela produção capitalista, devendo permanecer no centro das investigações sobre as relações sociais neste sistema (BHATTACHARYA, 2017, p. 3). Seu ponto de partida é a análise da *relação* entre o trabalho dispensado na produção de mercadorias e o trabalho dispensado na “produção” de seres humanos, como parte do sistema capitalista enquanto uma *totalidade* – complexa e diversa (*ibidem*, p.2). Compreender a complexidade e diversidade da vida sob o capitalismo, depende não só da percepção dos processos que servem à reprodução das condições de vida das pessoas, mas também da consciência de que a classe trabalhadora é produzida através de processos *diferenciados*. Isto é, analisar a relação existente entre relações de produção e relações de reprodução social, implica considerar que, concretamente, diferentes frações da classe trabalhadora possuem diferentes níveis de acesso a aspectos básicos para produção e reprodução de sua força de trabalho. O acesso à alimentação, moradia, saúde, educação e transporte, bem como ao trabalho, está diretamente ligado às relações de raça, gênero, sexualidade, etc.

Bhattacharya enfatiza que o objetivo da teoria da reprodução social é providenciar respostas a questões concretas como:

que tipos de processos permitem que a trabalhadora chegue diariamente as portas do seu local de trabalho de forma que ela possa produzir a riqueza da sociedade? Que papel desempenhou o café da manhã para que ela estivesse pronta para o trabalho? E quanto a uma boa noite de sono? Entramos em águas ainda mais obscuras se estendermos as perguntas para incluir processos que ocorrem fora da casa dessa trabalhadora. A educação que ela recebeu na escola também não a "produz", na medida em que a torna empregável? E o sistema de transporte público que ajudou a trazê-la para o trabalho, ou os parques e bibliotecas públicos que fornecem recreação para que ela possa ser regenerada, novamente, para que possa vir trabalhar?¹⁶² (BHATTACHARYA, 2017, p. 2, tradução minha)

Responder a tais perguntas, depende diretamente de uma compreensão sobre *quem* compõe a classe trabalhadora global hoje em toda sua diversa subjetividade, e uma abordagem da *relação* entre *exploração* e *opressão*. Esta é a principal preocupação dos colaboradores de Bhattacharya (2017), que passo a analisar.

6.1.1 Uma “nova” abordagem da totalidade social

No prefácio ao livro organizado por Bhattacharya (2017, p. XI), Vogel argumenta que atualmente dois desafios se impõem aos autores da reprodução social: em primeiro lugar, definir precisamente o que significa tal teoria; em segundo lugar, estabelecer uma abordagem unitária entre as várias dimensões da diferença (gênero, raça, sexualidade, etc.) e as relações de produção capitalistas. Ela adverte, no entanto, que para desempenhar tal tarefa, a longo prazo, dois pressupostos caros devem ser abandonados: a suposição de que as várias dimensões de diferença – por exemplo, raça, classe e gênero – são comparáveis e são iguais em *peso causal* (*causal weight*). Segundo a autora, estes pressupostos levam a um interesse em identificar paralelos e similitudes entre as categorias de diferença e um rebaixamento de suas particularidades. Abandonar tais pretensões, abriria a possibilidade de superar as questões que hoje impedem a construção de uma abordagem unitária. A tarefa teórica seria então focar nas especificidades de cada dimensão e a partir daí desenvolver uma compreensão de como isso

¹⁶² No original: “What kinds of processes enable the worker to arrive at the doors of her place of work every day so that she can produce the wealth of society? What role did breakfast play in her work-readiness? What about a good night’s sleep? We get into even murkier waters if we extend the questions to include processes lying outside this worker’s household. Does the education she received at school also not “produce” her, in that it makes her employable? What about the public transportation system that helped bring her to work, or the public parks and libraries that provide recreation so that she can be regenerated, again, to be able to come to work?” (BHATTACHARYA, 2017, p. 2).

tudo se encaixa ou não. Deste processo, poderia advir uma *lente*, ou diversas *lentes*, com as quais se poderia analisar dados empíricos.

Em que pese o argumento de Vogel (2017) ser problemático no sentido de reproduzir a mesma perspectiva hiper-abstrata de teoria que defendeu há três décadas e sugerir a possibilidade de que as múltiplas categorias de diferença possam possuir um “peso causal” diferente para o funcionamento do sistema capitalista (argumento cuja confirmação ou confrontação necessitaria de uma longa pesquisa empírica comparativa, até onde sabe-se ainda não produzida), ele traz um aspecto central para o debate. Com este argumento a autora ressalta a necessidade de não minimizar as particularidades existentes entre as diferentes categorias de diferença e de focar nas especificidades de cada dimensão a fim de desenvolver uma melhor compreensão do todo. O desafio é que isto seja feito, no entanto, sem isolar estas particularidades da totalidade social, e possibilitando uma prática política que agregue as especificidades – e formas de organização – de cada luta.

Neste sentido, a teoria contemporânea da reprodução social coloca uma questão ainda mais complexa a ser definida: ao considerar que para esta teoria a força de trabalho é a única mercadoria que é produzida fora do circuito da produção de mercadorias, mais questões do que respostas seriam levantadas. Se todas as mercadorias sob o capitalismo têm uma dupla manifestação – uma vez que, como vimos, o processo de circulação simples, por meio de um ato de “necromancia”, transforma o valor de uso em seu oposto – o que acontece com a força de trabalho para que ela se torne uma “mercadoria” (isto é, torna-se algo que não é simplesmente dotado de valor de uso) sem passar pelo mesmo processo de “necromancia” de outras mercadorias? Para a autora, esta questão levanta uma problemática sobre a própria ontologia da força de trabalho: “se a totalidade do sistema capitalista é atravessada por essa ‘mercadoria’ que não é produzida à maneira de outras mercadorias, então quais são os pontos de determinação e/ou contradições que devem ser necessariamente constitutivos do sistema, e também devem ser superados em seu interior?”¹⁶³ (BHATTACHARYA, 2017, p. 7).

Uma das respostas possíveis para este problema seria uma compreensão espacial: existiriam dois espaços separados, mas conjugados – “espaços de produção de valor (pontos de produção) e espaços de reprodução da força de trabalho” (*ibidem*). Porém, desde Vogel (2013 [1983]) já se demonstrou que a força de trabalho não é simplesmente reabastecida em casa, nem é sempre reproduzida de forma geracional. Como vimos ao longo desta dissertação, podem

¹⁶³ No original: “If the totality of the capitalist system is shot through with this “commodity” that is not produced in the manner of other commodities, what then are the points of determination and/or contradictions that must necessarily be constitutive of the system, yet must be overcome within it?” (BHATTACHARYA, 2017, p. 7)

haver espaços públicos de reprodução, como orfanatos, internatos, e a reposição geracional pode se dar, por exemplo, através da escravidão ou da imigração. A teoria contemporânea da reprodução social argumenta, então, que algumas pesquisas sobre temas específicos como a relação entre o capital e a infância, ou o estudo das aposentadorias, revelam a natureza superficial de separações espaciais entre produção enquanto espaço público e reprodução como esfera privada. Embora os espaços de produção de valor e de reprodução da força de trabalho possam estar separados em um sentido espacial, eles estão unidos tanto teórica quanto operacionalmente. São *formas particulares e históricas de aparência*, nas quais o capitalismo se põe enquanto processo. Desta forma, o trabalho realizado nas duas esferas – econômica (normalmente relacionada ao “local de trabalho”) e social (identificada como o “lar”) – deve ser teorizado de maneira integrada (BHATTACRARYA, 2017, p.9).

Ao conceituar os espaços de produção e reprodução social como *formas particulares e históricas de aparência*, a teoria contemporânea da reprodução social reaproxima sua proposta inicial da noção marxiana de totalidade social, e se afasta, ainda que tacitamente, da concepção de teoria defendida trinta e cinco anos antes por Vogel (2013 [1983]). Todas as contribuições do volume editado por Bhattacharya (2017) refletem sobre a questão das esferas separadas enquanto formas históricas de aparência. Nas palavras de Bhattacharya:

Se, como nós propomos, a separação espacial entre produção (público) e reprodução (privado) é uma forma histórica de aparência, então o trabalho que é dispensado em ambas as esferas também deve ser teorizado de forma integrada. O exemplo marxista clássico que descreve a relação entre as duas formas de trabalho é a discussão de Marx sobre o dia de trabalho. A redução do dia de trabalho (tempo de produção), para Marx, é o primeiro passo para a humanidade desenvolver qualquer noção rudimentar de liberdade ou seu próprio potencial. No terceiro volume de *O Capital*, ele argumenta que “o reino da liberdade realmente só começa onde o trabalho é determinado pela necessidade e a conveniência externa termina. . . a redução do dia de trabalho é o pré-requisito básico”. Assim, Marx descreve os efeitos da alienação na esfera produtiva, como “o trabalhador. . . somente sente a si mesmo fora de seu trabalho, e no seu trabalho sente-se fora de si. Ele está em casa quando não está trabalhando e, quando está trabalhando, não está em casa.” Alguns estudiosos chegaram a afirmar que o trabalho concreto, em oposição ao trabalho abstrato, é trabalho não alienado, pois não é produzido para o lucro ou para a troca. Esse tipo de interpretação confunde a relação entre “trabalho” e “lazer” em termos de senso comum com trabalho abstrato e concreto em termos marxistas. Por exemplo, eu posso jardinar em meu próprio quintal durante o fim de semana (trabalho concreto) e trabalhar na Starbucks durante a semana (trabalho abstrato). Esta jardinagem é então não alienada? Uma leitura forte de Marx pode sugerir o contrário¹⁶⁴. (BHATTACHARYA, 2017, p. 9-10, tradução minha)

¹⁶⁴ No original: “If, as we propose, the spatial separation between production (public) and reproduction (private) is a historical form of appearance, then the labor that is dispensed in both spheres must also be theorized integratively. The classical Marxist example that outlines the relationship between the two forms of labor is

Para a autora, Marx propõe que a realização de trabalho concreto é também impregnada, *sobredeterminada*, por relações sociais alienadas dentro das quais este trabalho existe. No exemplo da citação acima, mesmo a jardinagem enquanto *hobby* não é realizada da forma e por um tempo inteiramente determinados por quem a realiza; ao contrário, tem que se encaixar nas necessidades temporais e objetivas de outras relações sociais (por exemplo, nos finais de semana ou nos dias de folga). Assim, no capitalismo, aonde predomina o trabalho assalariado, o tempo da reprodução deve necessariamente responder aos impulsos estruturantes do tempo da produção (BHATTACHARYA, 2017, p. 10).

Bhattacharya atenta ainda para o fato de que este impulso estruturante, no entanto, não é simples correspondência ente esfera produtiva e reprodutiva, pois, enquanto o capitalismo limita os horizontes de possibilidades em ambas as esferas, ele simultaneamente precisa abandonar o controle absoluto sobre o tempo da reprodução (uma vez que o trabalhador é “livre” e a reprodução deve ocorrer *fora* do local de trabalho). Para a autora, Marx reconhece esse aspecto do capitalismo, mas, deixa-o subteorizado. O capitalismo gera um cenário no qual duas relações distintas são, no entanto, contraditoriamente unificadas: as relações particulares que aderem à produção e à reprodução (BHATTACHARYA, 2017, p.11). Destaca-se aqui, que a descrição do método de Marx, isto é a prática dialética marxiana, é útil para abordar essa unidade contraditória, na medida em que ela permite ver o todo na parte e assim liga todas as relações particulares como aspectos no desdobramento completo de qualquer uma delas.

Assim, apesar dos teóricos da reprodução social não representarem uma tradição política ou teórica unificada no interior do marxismo, estão unidos por sua preocupação com um aspecto particular da reprodução do ciclo de produção capitalista como um todo: a produção e reprodução da força de trabalho, subteorizada por Marx. Não se trata apenas de uma tentativa de explorar a *relação* entre as relações sociais estabelecidas pelo mercado e as relações sociais extramercantis; representa um esforço para desenvolver a teoria do valor-trabalho de Marx em uma direção específica: a teoria da reprodução social está preocupada principalmente em

Marx's discussion of the working day. The reduction of the working day (time of production), for Marx, is the first step toward humanity developing any rudimentary notion of freedom or its own potential. In the third volume of Capital he argues that “the realm of freedom really begins only where labor determined by necessity and external expediency ends... the reduction of the working day is the basic prerequisite.”¹⁴ Thus Marx famously describes the effects of alienation in the productive sphere, as “the worker... only feels himself outside his work, and in his work feels outside himself. He is at home when he is not working, and when he is working he is not at home.” Some scholars have gone as far as to claim that concrete labor, as opposed to abstract labor, is nonalienated labor, as it is not producing for profit or exchange. This sort of interpretation conflates the relationship between “work” and “leisure” in commonsensical terms with abstract and concrete labor in Marxist terms. For example, I may garden in my own yard during the weekend (concrete labor) and work at Starbucks during the week (abstract labor). Is this gardening then nonalienated? A strong reading of Marx may suggest otherwise.” (BHATTACHARYA, 2017, p. 9-10)

entender como as categorias de opressão (como gênero, raça, capacidade, etc.) são coproduzidas de forma simultânea à produção de mais-valia. Nesse aspecto, “busca superar as representações reducionistas ou deterministas do marxismo e, ao mesmo tempo, expor criativamente a totalidade orgânica do capitalismo como sistema” (BHATTACHARYA, 2017, p. 14).

Logo, a concepção da teoria da reprodução social enquanto aquela que busca identificar a relação entre a esfera mercantil e não-mercantil traz à luz o problema da realidade, e, portanto, da relação entre *aparência* e *essência*. Bhattacharya expõe a questão da seguinte forma:

Por exemplo, a realidade que posso ver me diz que o trabalhador e seu chefe são fundamental e juridicamente iguais, e a diferença em seus salários ou situações de vida é consequência de escolhas pessoais. Da mesma forma, uma versão ligeiramente mais obscura da mesma realidade me diz que, como trabalhadores brancos no Norte Global normalmente ganham mais do que trabalhadores de cor, nunca pode haver pautas comuns de luta unindo-os, uma vez que a diferença real, material, empiricamente documentada entre eles sempre irá alimentar o racismo branco. O mesmo pode ser dito sobre as diferenças materiais reais entre homens e mulheres. O que é interessante sobre essas situações muito reais é que tentar desafiá-las dentro do contexto estabelecido pelo capitalismo - ou realidade capitalista - teria duas consequências: ou fracasso (por exemplo, como nas numerosas experiências históricas em que o sexismo e / ou racismo dominaram ou sufocaram o movimento dos trabalhadores) ou uma estratégia política que procura superar tais diferenças de raça/gênero entre trabalhadores por meio de apelos morais, pedindo às pessoas que “façam a coisa certa”, mesmo que não seja de seu interesse imediato fazê-lo: embora o trabalhador masculino ganhe mais do que sua contraparte feminina, ele deve se juntar em uma luta em nome dela, porque é a coisa certa a fazer, mesmo que isso não favoreça seus próprios interesses. Em contraste com essa visão do mundo e da política, Marx argumenta que tentar agir sobre o nosso mundo com base em um conhecimento empírico ou factual da realidade, como é percebido, envolve um erro categórico. Em vez disso, ele nos apresenta uma ideia mais desconcertante: que a realidade que percebemos é apenas a verdade parcial, e que ela nos aparece em uma forma particular e historicamente específica. *O Capital* se preocupa em demonstrar essa “diferença entre a experiência cotidiana dos fenômenos superficiais determinados pelo modo de produção predominante e uma análise científica que vai abaixo dessa superfície para apreender uma essência”. Portanto, precisamos da “ciência” para compreender completamente os fenômenos que permanecem escondidos por trás dessa aparência do real¹⁶⁵ (BHATTACHARYA, 2017, p. 14-15, tradução minha).

¹⁶⁵ No original: “For instance, the reality I can see tells me that the worker and her boss are fundamentally and juridically equal, and the difference in their wages or life situations are the consequence of personal choices. Similarly, a slightly darker version of the same reality tells me that, because white workers in the Global North typically earn more than workers of color, there can never be common grounds of struggle uniting them, as the very real, material, empirically documented difference between them will always fuel white racism. The same can be said about the real material differences between men and women. What is interesting about these very real situations is that to try to challenge them within the context set by capitalism – or capitalist reality – would have two consequences: either failure (for example, as in the numerous historical instances where sexism and/or racism overwhelm or choke the workers’ movement) or a political strategy that seeks to overcome such differences of race/gender between workers by moral appeals, asking people to “do the right thing” even if it is not in their immediate interest to do so: Even though the male worker earns more than his female counterpart, he ought to join in a struggle on her behalf because it is the right thing to do, even if it does not further his own interests. In contrast to this vision of the world and politics, Marx argues that to try to act upon our world on the

Neste aspecto, a teoria contemporânea da reprodução social se aproxima ainda mais da noção marxiana da totalidade social. Sustenta que é possível apreender duas conclusões importantes desta discussão: primeiro, que a forma como a realidade aparece em toda a sua forma racializada e generificada não é nem acidental nem completa; e segundo, que nossas ferramentas para entender essa realidade não podem consistir de uma rejeição dos ditos fatos empíricos nem de uma simples agregação deles. Em vez disso, seguindo Marx, devemos pensar a realidade ou o “concreto” como “concreto porque é a concentração de muitas determinações, portanto, a unidade da diversidade” (*ibidem*, p. 15-16). Este ponto será retomado a seguir na discussão de McNally (2017) sobre a interseccionalidade (item 6.2.2).

Os autores contemporâneos da teoria da reprodução social destacam que a importância de se compreender a totalidade social como um todo orgânico e não uma mera soma de diferentes partes está em sua implicação no campo da *práxis*, da organização política. Há uma contradição insolúvel que se agrava continuamente entre o processo de produção capitalista – que é voltado para a valorização do valor e não para o desenvolvimento social do trabalho – e as necessidades reprodutivas dos trabalhadores. Portanto, uma compreensão integrada do capitalismo e das relações de opressão como um todo orgânico é central às lutas contra o capital e influencia diretamente as possibilidades de unidade da classe trabalhadora. Por exemplo, duas perguntas têm sido centrais para as mobilizações sociais hoje: “As lutas contra o racismo e o sexismo estão internamente ou externamente relacionadas? O trabalhador branco possui algum interesse material, não apenas moral, em combater o racismo?”¹⁶⁶ (BHATTACHARYA, 2017, p.17).

basis of an empirical or factual knowledge of reality, as it is perceived, involves a category mistake. Instead, he presents us with a more disconcerting idea: that the reality we perceive is only the partial truth, and that it appears to us in a particular, historically specific form. Capital concerns itself with demonstrating this “difference between everyday experience of the surface phenomena determined by the prevailing mode of production and a scientific analysis of which goes beneath this surface to grasp an essence.” We thus need “science” to fully grasp the phenomena that remain hidden behind this appearance of the real.” (BHATTACHARYA, 2017, p. 14-15)

¹⁶⁶ No original: “Are struggles against racism and sexism internally or externally related? Does the white worker have a material, not moral, interest in challenging racism?” (BHATTACHARYA, 2017, p.17).

6.1.2 Reprodução social enquanto lugar privilegiado da luta de classes

Bhattacharya (2017, p.18) procura desenvolver as perguntas destacadas acima a partir da reconstrução do significado da categoria “classe trabalhadora” e sob a perspectiva da teoria da reprodução social. Para tanto, ela analisa esta categoria através do processo histórico de sua formação, com o intuito de abordar a totalidade conceitual e estratégica da relação entre as lutas no local de trabalho e as lutas que irrompem fora do ponto de produção. Neste sentido, a autora se aproxima da proposta inicial elaborada por Roediger (2007 [1991]) e das críticas de Post (2017), apresentadas no quarto capítulo desta dissertação. Segundo Bhattacharya (2017, p. 69), ao teorizar sobre a classe trabalhadora, “é essencial reconhecer que os trabalhadores têm uma existência para além do local de trabalho. O desafio teórico reside, portanto, na compreensão da relação entre essa existência e a de suas vidas produtivas sob o domínio direto do capitalista. A relação entre essas esferas, por sua vez, nos ajudará a considerar as direções estratégicas para a luta de classes”¹⁶⁷.

Em uma breve releitura do significado da esfera econômica em Marx, i.e., espaços de produção, trocas e circulação de mercadorias, Bhattacharya enfatiza-a como uma relação social que envolve dominação e coerção, apesar da *aparência* de igualdade conferida à esta pelas formas jurídicas e instituições políticas (BHATTACHARYA, 2017, p. 71). Desta afirmação, extrai três consequências: 1. a esfera econômica, a “economia”, *aparece* para nós de forma superficial; 2. esta *aparência* está mergulhada em uma retórica de igualdade e liberdade, que oculta uma realidade de dominação e a coerção, sendo estas relações o eixo central do capitalismo; e 3. a “economia” é também uma relação social, na medida em que o poder necessário para administrar esta relação – e assim, submeter o trabalhador a modos de dominação para a exploração – é, necessariamente, um poder político.

Em seguida, a autora recupera a noção de reprodução social desenvolvida por Vogel (2013 [1983]), sobretudo a perspectiva de que esta é realizada *fora* da esfera da produção capitalista. Como vimos no terceiro capítulo, para Vogel, embora historicamente haja o predomínio de sua reprodução no âmbito familiar e reposição através da gravidez e parto, a força de trabalho não necessariamente é reabastecida no lar e nem sempre reposta de forma

¹⁶⁷ No original: “[In thinking about the working class], it is essential to recognize that workers have an existence beyond the workplace. The theoretical challenge therefore lies in understanding the relationship between this existence and that of their productive lives under the direct domination of the capitalist. The relationship between these spheres will in turn help us consider strategic directions for class struggle.” (BHATTACHARYA, 2017, p.69).

geracional. Outras relações e instituições sociais – “hábitos” historicamente determinados – podem fazer parte do circuito de reprodução social, como a educação pública e os sistemas de saúde, instalações de lazer nas comunidades, benefícios sociais e pensões para os idosos. A renovação geracional, no âmbito do Estado-nação, pode ser substituída por mecanismos como escravidão e imigração. Neste ponto, Bhattacharya chama a atenção para o caráter do conteúdo envolvido pelas necessidades reprodutivas: este varia de acordo com a raça, a nacionalidade e o gênero dos trabalhadores. Olhar para a “cesta básica” dos trabalhadores revela que as relações sociais entre o local de trabalho, o lar, as escolas, os hospitais, possuem uma realidade ainda mais complexa, “sustentada e co-produzida pelo trabalho humano de formas contraditórias, mas constitutivas”¹⁶⁸ (BHATTACHARYA, 2017, p. 74).

A autora argumenta então que aquilo que parece constituir duas esferas separadas – espaços de produção de valor e espaços de reprodução da força de trabalho – na realidade constituem *formas históricas particulares de aparência* colocadas pelo capitalismo. Elas podem coincidir espacialmente – como, por exemplo, nas escolas que configuram espaços simultâneos de produção e reprodução –, ou não¹⁶⁹ (*ibidem*, p. 74-75). Ao conceituar ambas as esferas como *formas históricas particulares de aparência*, Bhattacharya se aproxima da noção marxiana de totalidade social e contrapõe a visão dominante de que haveria uma separação entre as duas esferas. Nas palavras da autora,

Essa compreensão do teatro do capitalismo como uma totalidade é importante porque, nesse ponto do argumento no Volume 1 de *O Capital*, Marx já estabeleceu que - diferentemente da economia burguesa, que vê a mercadoria como o caráter central dessa narrativa (oferta e a demanda determinam o mercado) - em sua perspectiva, o trabalho é o principal protagonista do capitalismo. Assim, o que acontece com o trabalho - especificamente, como o trabalho cria valor e, conseqüentemente, mais-valia - molda a totalidade do processo capitalista de produção. “No conceito de valor”, diz Marx nos Grundrisse, “o segredo do capital é traído”. A reprodução social do sistema capitalista - e é para explicar a reprodução do sistema que Marx usa o termo - não é, portanto, sobre uma separação entre uma esfera não-econômica e econômica, mas sobre como o impulso econômico da produção capitalista condiciona o chamado não-econômico. O “não-econômico” inclui, entre outras coisas, que tipo de Estado, instituições jurídicas e formas de propriedade a sociedade possui - enquanto estas, por sua vez, são condicionadas, mas nem sempre determinadas, pela economia. Marx compreende cada estágio particular da valorização do capital como um momento da totalidade o que o leva a afirmar claramente em *O Capital*: “Quando visto, portanto, como um todo conectado, e no fluxo constante de sua incessante renovação, todo

¹⁶⁸ No original: “(...) sustained and coproduced by human labor in contradictory yet constitutive ways” (BHATTACHARYA, 2017, p. 74).

¹⁶⁹ A autora destaca que é apenas no lar que o processo de reprodução social permanece não-remunerada.

processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução¹⁷⁰. (BHATTACHARYA, 2017, p. 75-76, tradução minha).

A autora destaca ainda que, do ponto de vista teórico, separar as duas esferas retira capacidade explicativa sobre a subordinação do trabalhador fora da esfera produtiva. Assim, compreender os processos de produção e reprodução social de forma unificada torna-se central para a teoria da reprodução social, e requer uma revisão da percepção dominante de que o capital abdica de todo o controle sobre o trabalhador no momento em que este deixa o seu local de trabalho.

Neste ponto, Bhattacharya (p. 77-79) argumenta que sob o capitalismo, a relação capital-trabalho se dá pela separação dos trabalhadores dos seus meios de subsistência, o que os obriga a vender sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência. As necessidades de sobrevivência, então, possuem uma relação direta com a exploração capitalista. Entretanto, o padrão das necessidades de sobrevivência dos trabalhadores, isto é, a “cesta básica”, como vimos, é determinada, contingencialmente, pela luta de classes e, portanto, pelo desenvolvimento histórico de cada sociedade. Esta cesta básica, no entanto, determina o valor da força de trabalho, esta última, elemento central da produção capitalista. A luta de classes é, portanto, um componente central das relações de produção. Aqui, assim como Roediger (2012, 2017), Bhattacharya (p. 78-79) recupera Lebowitz (2003), segundo o qual há dois “momentos da produção” diferentes, que envolvem o valor da força de trabalho: do ponto de vista do capital, esta é um meio de aumentar a mais-valia extraída, e do ponto de vista dos trabalhadores, é um meio de garantir o seu desenvolvimento. O ponto da reprodução social é, portanto, local privilegiado do conflito de classe.

A autora destaca ainda que este conflito é eivado de tendências contraditórias: ao comandar o processo de produção, a classe capitalista tende a limitar as necessidades e o consumo da classe trabalhadora. No entanto, para assegurar a constante realização da mais-

¹⁷⁰ No original: “This understanding of the theater of capitalism as a totality is important because, at this point of the argument in Capital Volume 1, Marx has already established that – unlike bourgeois economics, which sees the commodity as the central character of this narrative (supply and demand determine the market) – in his view labor is capitalism’s chief protagonist. Thus what happens to labor – specifically, how labor creates value and consequently surplus value – shapes the entirety of the capitalist process of production. “In the concept of value,” Marx says in the Grundrisse, capital’s “secret is betrayed.” Social reproduction of the capitalist system – and it is to explain the reproduction of the system that Marx uses the term – is therefore not about a separation between a noneconomic sphere and the economic, but about how the economic impulse of capitalist production conditions the so-called noneconomic. The “noneconomic” includes, among other things, what sort of state, juridical institutions, and property forms a society has – while these in turn are conditioned, but not always determined, by the economy. Marx understands each particular stage in the valorization of capital as a moment of a totality that leads him to state clearly in Capital: “When viewed, therefore, as a connected whole, and in the constant flux of its incessant renewal, every social process of production is at the same time a process of reproduction.” (BHATTACHARYA, 2017, p. 75-76)

valia, o capital também precisa criar novas necessidades de consumo na classe trabalhadora e, então, “satisfazer” essas novas necessidades com novas mercadorias. A expansão das necessidades de consumo dos trabalhadores é, portanto, uma condição inerente à produção e expansão capitalista. Ainda, o crescimento das necessidades dos trabalhadores não é um dado absoluto; a posição da classe trabalhadora sob o capitalismo é relativa, i.e., existe somente *em relação* com a classe capitalista. Portanto, quaisquer mudanças nas necessidades e no nível de satisfação dos trabalhadores também implica mudanças de mesmo grau para os capitalistas. Se o padrão de consumo das classes dominantes aumenta, aumenta também a *necessidade* da classe trabalhadora, que aspirará atingir o mesmo padrão (BHATTACHARYA, 2017, p.79).

Esta *necessidade*, faz com que a elevação no padrão das condições de reprodução da força de trabalho também se torne uma aspiração da classe trabalhadora, o que Bhattacharya chama de “objetivo ideal” dos trabalhadores. Entretanto, tal objetivo – que implica, em resumo, atingir um padrão de vida similar ao da classe capitalista – jamais consegue se realizar no interior do processo de produção capitalista (que, como vimos, é voltado para a valorização do valor e não para o desenvolvimento pessoal do trabalhador). Assim, “a trabalhadora, devido à própria natureza do processo, é sempre reproduzida como *carente* do que necessita”¹⁷¹ (BHATTACHARYA, 2017, p. 82). Aqui, o argumento de Bhattacharya (2017) se aproxima da realidade denunciada pelas feministas negras na década de 1960, como a alegação de Beale (2005 [1969]) de que os trabalhadores afro-americanos permaneciam em condições subhumanas de trabalho com a perspectiva de atingir um padrão de vida (e portanto, também de consumo) da classe média branca, inalcançável às comunidades negras¹⁷².

Neste sentido, um grande desafio à organização da classe trabalhadora é o fato de que uma luta que aborde o problema nesta extensão, ou seja, que confronte o capital “em geral”, o capital em sua totalidade, não possui marcos bem delineados de confronto. Diferentemente da luta contra o capital individual no local da produção, aonde os atores estão bem definidos (de um lado o chefe ou dono da empresa, e do outro, os seus empregados e sindicatos), o poder do capital fora do local de trabalho é qualitativamente diferente (BHATTACHARYA, 2017, p. 84). Recuperando exemplos históricos como a “*fome das batatas*”,¹⁷³ a autora defende que lutas mais amplas, inclusive aquelas que emergem fora da esfera produtiva, i.e., do local e das

¹⁷¹ No original: “Thus the worker, due to the very nature of the process, is always-already reproduced as lacking in what she needs (...)” (BHATTACHARYA, 2017, p. 82)

¹⁷² Perspectiva apresentada no quinto capítulo desta dissertação.

¹⁷³ A “fome das batatas” foi um período de fome, doenças e emigração em massa na Irlanda entre 1845 e uma data variável entre 1849 e 1852, em que a população da Irlanda se reduziu entre 20 e 25 por cento. Thompson

relações de trabalho, devem ser consideradas como aspectos da luta de classes. Nas palavras de Bhattacharya (2017, p. 85-86):

Se tomarmos a liderança do próprio Marx, então não está claro por que apenas a luta econômica por salários e benefícios no local de trabalho deve ser designada como luta de classes. Todo movimento social e político “tendendo” na direção de ganhos para a classe trabalhadora como um todo, ou de desafiar o poder do capital como um todo, deve ser considerado um aspecto da luta de classes. Significativamente, uma das maiores tragédias da destruição do poder da classe trabalhadora e a dissolução das comunidades vivas do proletariado nos últimos quarenta anos tem sido a perda na prática desse insight sobre a totalidade social da produção de valor e reprodução da força de trabalho¹⁷⁴.

Dessa forma, lutas por melhores condições de vida, por recursos naturais, por direitos humanos, por moradia, pelo meio-ambiente, contra as medidas de austeridade, e contra a violência policial, por exemplo, devem ser consideradas aspectos da luta de classes (*ibidem*, 2017, p. 86-88). Bhattacharya (2017, p. 89) defende, neste sentido, uma reconsideração do conceito de *classe trabalhadora*: “esta deve ser percebida como todos os membros da classe produtora que tenham participado, durante algum momento de sua vida, da totalidade da reprodução da sociedade - independentemente de o trabalho ter sido pago ou não pelo capital”.

O objetivo desta reconsideração é restaurar um sentido de totalidade social à noção de classe, e partir daí reformular a percepção geral da classe trabalhadora sobre a arena da luta de classes – o que inclui seus laços de solidariedade. Segundo Bhattacharya, isto é particularmente importante após quarenta anos de regulação neoliberal, impulsionada por um notável declínio nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. A luta de classes não deve ser confundida ou restrita a lutas no local de trabalho; ao contrário, a luta de classes pode assumir diversas formas.

Essa questão é desenvolvida também por Mohandesi e Teitelman (2017). Os autores confirmam a perspectiva de Bhattacharya através de uma abordagem de longa duração (*longue durée*) a respeito da luta de classes no “terreno da reprodução social” nos Estados Unidos. Ao

¹⁷⁴ No original: “If we take our lead from Marx himself, then it is utterly unclear why only the economic struggle for wages and benefits at the workplace must be designated as class struggle. Every social and political movement “tending” in the direction of gains for the working class as a whole, or of challenging the power of capital as a whole, must be considered an aspect of class struggle. Significantly, one of the greatest tragedies of the destruction of working-class power and the dissolution of proletarian living communities in the last forty years has been the loss in practice of this insight about the social totality of production of value and reproduction of labor power” (BHATTACHARYA, 2017, p. 85-86).

analisar a história dos conflitos trabalhistas no início do século XX, demonstram como, neste período, o trabalho de produção da vida – que envolve o orçamento familiar e o gerenciamento das necessidades domésticas como, por exemplo a compra de alimentos – se transformou em resposta à emergência do trabalho assalariado como o componente dominante do rendimento total da família. Tal processo envolveu uma grande onda de expropriações, não restritas à considerada “esfera da produção”.

Em resumo, em contraste com as décadas anteriores, quando era comum o complemento da renda familiar a partir da criação de animais no quintal ou do cultivo de hortaliças em terras comuns à várias famílias, a expansão e consolidação das relações sociais do capital minaram (e em alguns casos até proibiram) tais práticas, forçando as famílias a se tornarem basicamente dependentes trabalho assalariado. Este processo gerou uma variedade de ações, como boicotes, greves de aluguel e a organização de cooperativas entre os trabalhadores. Questões de habitação, alimentação e custo de vida viraram pontos centrais de contestação e motores da luta de classes (MOHANDESI; TEITELMAN, 2017, p. 39).

Mohandesi e Teitelman (2017) demonstram ainda que, apesar do capitalismo produzir a separação ideológica entre a produção no local de trabalho e a reprodução social no lar, a acumulação de capital dependia (e ainda depende) da transformação das atividades socialmente reprodutivas em trabalho diretamente produtivo de mais-valia. Ainda, os autores demonstram que mesmo quando o trabalho socialmente reprodutivo se torna assalariado, ele é generificado e racializado: não só permanece destinado a mulheres, como, em sua face mais precária¹⁷⁵, a mulheres negras e migrantes, assinalando importantes estratificações no interior do “trabalho feminino” baseadas na raça e no status de cidadania. É importante destacar que, segundo os autores, este tipo de estudo demonstra a importância de reescrever a narrativa sobre o capitalismo, a composição das classes e a formação do Estado, a partir de uma perspectiva da reprodução social:

Embora altamente desigual, bifurcado entre trabalho assalariado e trabalho não-assalariado, dividido por gênero e, muitas vezes, invisível, o terreno irregular da reprodução social não é apenas um local de luta, mas um local potencial de formação da classe. Greves de aluguel, boicotes e manifestações envolviam muita auto-organização. Autossuficiência e ajuda mútua tiveram o potencial de construir solidariedade. Ações sobre a reprodução social não só poderiam desencadear lutas em diferentes lugares, mas também as fundir. Reconhecer isso muda nossa compreensão

¹⁷⁵ Os autores constatarem que, historicamente nos EUA, quanto maior a precariedade do trabalho reprodutivo (como por exemplo no caso do trabalho doméstico assalariado), mais ele é destinado à mulheres racializadas (negras e migrantes). Mohandesi e Teitelman (2017, p. 42-45)

da história da formação da classe trabalhadora neste país. Em vez de uma história confinada ao operário do sexo masculino, vemos que, a cada passo do caminho, as lutas proletárias se desenvolveram em detrimento da reprodução social, muitas vezes provocando grandes levantes sociais¹⁷⁶. (*ibidem*, p. 47, tradução minha)

Uma mudança de perspectiva do ponto da produção para o da reprodução, neste sentido, é importante para a transformação prática do mundo em que vivemos: a forma através da qual “entendemos nosso próprio lugar dentro do arco da história do capitalismo, lança luz sobre o campo das estratégias políticas disponíveis hoje” (MOHANDESI; TEITELMAN, 2017, p. 38)¹⁷⁷. Assim, o relato histórico proporcionado pelos autores – bem como a contribuição de Bhattacharya exposta acima – nos permite rever a conjuntura política atual cujo mapa de protesto político global engloba manifestações cujas reivindicações estão imbrincadas tanto no âmbito da produção e quanto da reprodução social. Como exemplo, pode-se citar as recentes greves de militantes no local de trabalho na China e na Índia, greves de profissionais da educação e de trabalhadores imigrantes nos EUA, combinadas com lutas políticas onde ora predomina a resistência contra várias formas de expropriação (direitos sobre a água, a terra e ao aborto da Irlanda à América Latina), ora predomina a luta contra formas de opressão (movimento *Black Lives Matter* e similares, nos Estados Unidos e no Brasil).

¹⁷⁶ No original: “Although highly uneven, bifurcated between waged and waged work, divided by gender, and oftentimes invisible, the patchy terrain of social reproduction was not only a site of struggle, but a potential site of class formation. Rent strikes, boycotts, and demonstrations all involved a great deal of self-organization. Self-reliance and mutual aid had the potential to build solidarity. Actions over social reproduction could not only trigger struggles elsewhere, but fuse them together. Acknowledging this changes our understanding of the history of working-class formation in this country. Rather than a history confined to the male factory worker, we see that every step of the way proletarian struggles developed over social reproduction, oftentimes sparking great social upheavals”. (MOHANDESI; TEITELMAN, 2017, p. 47)

¹⁷⁷ No original: “How we understand our own place within the arc of capitalism’s history sheds light on the field of political strategies available today” (MOHANDESI; TEITELMAN, 2017, p. 38)

6.2 Contribuições no sentido antirracista e anticolonial

6.2.1 Produção expandida? Subsistência, reprodução social e colonialismo

Em recentes contribuições à revista *Historical Materialism*, Nicole Leach (2016) e Rebecca Hall (2017) propuseram novas possibilidades de abordagem da teoria da reprodução social. Diante de interpretações dualistas ou indiferentes sobre a origem do capitalismo, Leach (2016) postulou por uma perspectiva que levasse em consideração a "assim chamada" acumulação primitiva de capital continuada, considerando o processo de transição para o capitalismo. Já a abordagem de Hall (2017) propõe uma compreensão anticolonial da teoria da reprodução social, capaz de abordar – em um conceito de *produção expandida*¹⁷⁸ – não só uma concepção dialética entre produção e reprodução social, mas também de produção de subsistência não-capitalista. Essas análises nos levam a uma direção frutífera para a compreensão unitária do gênero e da raça sob o capitalismo a partir de uma perspectiva da reprodução social e oferecem uma potencial resposta – embora indireta – aos limites da interseccionalidade. Cabe ressaltar que ambas as contribuições compartilham com Federici (2004) a noção de que há um processo contínuo de acumulação primitiva de capital em curso, que incide diretamente sob a esfera da reprodução social.

Em busca de uma renovação da teoria da transição capitalista, Leach (2016) articula uma crítica ao marxismo-político¹⁷⁹ baseada no feminismo da reprodução social. Para a autora, um marxismo-político reconstruído pela perspectiva da reprodução social tem o potencial de estabelecer uma explicação não-teleológica e historicamente específica das origens do capitalismo. Neste sentido, Leach (2016) argumenta que o marxismo-político coloca as relações sociais de propriedade no centro da análise e, ao fazer isso, abre espaço para que se reconheça “como as hierarquias de gênero estão presentes e são fundamentais para o modo como as relações sociais capitalistas são representadas, confrontadas e reproduzidas” (LEACH, 2016, p.127). Assim, apesar desta tradição comumente produzir uma análise da transição indiferente ao gênero, a perspectiva da reprodução social é capaz de demonstrar como as relações sociais

¹⁷⁸ Para esta definição, veja Wally Secombe (1974, 1975, 1992).

¹⁷⁹ Como apresentado ao longo desta dissertação, o marxismo-político é uma corrente teórica relacionada ao trabalho de Ellen Wood e Robert Brenner, e compõe o que Arruzza (2015) chamou de perspectiva do “capitalismo indiferente”. Nesta crítica, Leach (2016) aproxima-se de Roediger (2017).

de propriedade – tal como conceituadas por Brenner (1977; 1985), um dos principais expoentes do Marxismo Político – são, na verdade, relações de gênero. Leach defende uma teoria da reprodução social que incorpore a crítica de Bannerji (2005 [1995]) – apresentada no quarto capítulo desta dissertação – e, portanto, enxergue o capital como *práxis*, totalidade em movimento. Tal teoria seria capaz de reforçar a conceitualização das relações sociais de propriedade ao demonstrar que é o trabalho que media as "relações entre seres humanos e entre seres humanos e natureza", e que este "trabalho é realizado por seres humanos que, desde o momento de seu nascimento, adquirem identidades de gênero como construções sociais" (LEACH, 2016, p. 128).

A autora enfatiza a necessidade de novas pesquisas no interior da teoria da reprodução social sobre as origens das relações sociais capitalistas e sua reprodução em contextos históricos específicos. Neste sentido, ela dialoga com Federici (2004), que desenvolveu o argumento de que o processo de transição de uma economia de subsistência para a economia de mercado, i.e., o processo de acumulação primitiva de capital, separou a produção e a reprodução ao separar os trabalhadores dos seus meios de subsistência, tornando invisível a “importância econômica da reprodução da força de trabalho desempenhada na casa, e sua função na acumulação de capital” (FEDERICI, 2004, p.75). A invisibilização da importância econômica da reprodução social poderia ser mitigada através de uma nova metodologia proposta por Leach (2016), qual seja, expandir a metodologia de Brenner no estudo comparativo de sociedades feudais e capitalistas por meio de uma visão ampliada da produção proporcionada pela teoria da reprodução social. Tal perspectiva possibilitaria a compreensão tanto da produção quanto da reprodução social como momentos internamente relacionados de uma mesma totalidade social.

Para Leach (2016), uma abordagem como esta poderia evitar também que as feministas-socialistas recaíssem em declarações generalizadas sobre uma existência histórica do patriarcado como algo que determinasse as condições de opressão das mulheres na sociedade contemporânea. Nas palavras da autora:

Essa intervenção nos fundamentos teóricos e metodológicos do marxismo político esclarece muitas questões e considerações importantes que requerem atenção através de uma nova rodada de pesquisa histórica sobre as origens das relações sociais capitalistas. O marxismo político fornece uma base a partir da qual se pode construir uma metodologia feminista de reprodução social específica para abordar essa pesquisa histórica, mas essa base requer reparos e renovações. Esta metodologia para analisar a transição dentro de uma teoria unitária precisa levar em conta múltiplas determinações sem depender de múltiplos sistemas autônomos. Para o feminismo da reprodução social, isso requer o desenvolvimento pleno da relação interna entre

produção e reprodução social. Requer o reconhecimento de questões políticas como algo que acentua os arranjos econômicos. Por exemplo, isso inclui conectar as políticas pró-natalistas do estado ao reconhecimento de que o capitalismo requer condições necessárias para a reprodução e renovação da força de trabalho, e espera isso sem nenhum custo imediato para o capital. Essa abordagem deve ser capaz de explicar a continuação da opressão das mulheres de uma maneira historicamente específica, sem depender de sua existência histórica como um único aparato explicativo. Uma abordagem social-reprodutivista da transição precisa explicar por que as divisões de trabalho genericadas persistem, dada a abordagem indiferente ao sexo do capitalismo em relação à força de trabalho, e como elas são institucionalizadas nas relações sociais de propriedade capitalistas¹⁸⁰ (LEACH, 2016, p. 134, tradução minha).

Também atenta aos processos de acumulação primitiva de capital, Hall (2016) desenvolveu um estudo sobre a interação entre as formas de trabalho produtora de mais-valia, reprodutiva e de subsistência (não-capitalistas) realizadas por mulheres indígenas no interior de comunidades do norte do Canadá que resistem à expansão da acumulação capitalista. A autora mostrou que o trabalho reprodutivo e de subsistência realizado por estas mulheres – bem como seus corpos – consistem em um espaço de violência e resistência anticolonial ao avanço da acumulação capitalista. Para esta análise, Hall (2016) propôs combinar as contribuições analíticas e as ferramentas desenvolvidas pela teoria da reprodução social com perspectivas feministas antirracistas, indígenas e anticoloniais. A partir desta combinação e da investigação realizada, propôs uma abordagem anticolonial da teoria da reprodução social a fim de contribuir para a construção de uma estrutura analítica mais adequada para abordar a realidade social de comunidades de economia mista.

Ao definir as comunidades indígenas como sociedades de economia mista que possuem formas de trabalho não-capitalistas, Hall (2016) destaca que não pretende negar o papel organizador das relações capitalistas de produção na estruturação da reprodução social e da

¹⁸⁰ No original: “This intervention into the theoretical and methodological underpinnings of political Marxism clarifies many important questions and considerations that require attending to through a new round of historical research on the origins of capitalist social relations. Political Marxism provides a base from which to build a specifically social reproduction feminist methodology for approaching this historical research, but this base requires repairs and renovations. This methodology for analysing the transition within a unitary theory needs to take into account multiple determinations without relying on multiple autonomous systems. For social reproduction feminism, this requires fully fleshing out the internal relation between production and social reproduction. It requires recognising political questions as underscoring economic arrangements. For example, this includes connecting the state’s pro-natalist policies to the recognition that capitalism requires conditions necessary for the reproduction and renewal of labour power and expects this at no immediate cost to capital. This approach must be able to explain the continuation of women’s oppression in a historically specific manner without relying on its historical existence as a sole explanatory apparatus. A social-reproductionist approach to the transition needs to explain why gendered divisions of labour persist, given capitalism’s ‘sex-blind’ approach to labour-power, and how they are institutionalised under capitalist social-property relations.” (LEACH, 2016, p. 134)

produção de subsistência. Sua intenção é abordar a produção capitalista (i.e., produção de valor), a reprodução social e a produção de subsistência, de forma relacional e no mesmo nível de análise. Isto porque, uma vez que estas comunidades são locais de luta e de resistência anticolonial à acumulação capitalista, nelas, a reprodução social e a produção de subsistência não são *necessariamente* estruturadas pelos imperativos do capital, i.e., busca contínua pela valorização do valor (HALL, 2016, p. 98).

Em sua investigação empírica, a autora analisou as economias mistas de três comunidades indígenas canadenses: Dene, Inuit e Métis. Seguindo o método descolonial, sua análise teórica está atrelada ao espaço: a pesquisa é especificamente baseada no trabalho de subsistência não-capitalista tal como é realizado por estes povos indígenas. Isto porque apesar de acreditar que há elementos passíveis de generalização sobre este tipo de trabalho em localidades diversas, Hall (2016, p. 98) escolhe manter-se atenta às especificidades destes sistemas indígenas de significado, modos de ser e de trabalhar, inerentes à sua localização espacial e à sua relação com seu território ancestral. Neste sentido, Hall (*ibidem*, p. 98), destaca, através de Coulthard (2010), que a necessidade de anexar a teoria ao espaço, em uma perspectiva descolonial, se deve ao fato de que não é suficiente apenas pensar na terra ou no lugar como simplesmente algum objeto material de profunda importância para as culturas indígenas. Em vez disso, a terra deve ser entendida como um campo de relações sociais que envolvem um meio de conhecer, experienciar e relacionar-se com o mundo. É importante destacar que essas formas de conhecimento muitas vezes guiam formas de resistência a relações de poder que ameaçam apagar ou destruir o senso de pertencimento desses povos.

Ainda, recuperando Kuokkanen (2011), Hall demonstra que as socioeconomias de subsistência indígena estão sendo atacadas em dois níveis: no nível existencial, uma vez que sua própria existência enquanto economias não completamente subordinadas ao capital é negada; e em um nível material, através da penetração do capitalismo global e da constante tentativa de subsunção dessas comunidades. A suposição de que o capitalismo é a única forma de produção oculta o trabalho não-capitalista existente e, nega modos de ser não-capitalistas, intervenções contínuas nas socioeconomias indígenas e o reconhecimento de que estas travam resistência a este processo.

Hall (2016) esclarece o que se entende por trabalho de subsistência não-capitalista, especificando sua localização e significado no contexto das relações sociais capitalistas contemporâneas. Nas comunidades indígenas analisadas, o trabalho de subsistência é o trabalho que é realizado na economia mista com o propósito de atender às necessidades sociais de uma

casa ou comunidade. Ao contrário do trabalho capitalista, esta forma de trabalho é baseada na necessidade social, e não na acumulação individual. De forma similar ao trabalho reprodutivo, ele é entendido como muito mais que uma atividade necessária para sustento biológico ou econômico dos indivíduos, mas se difere dele pois é marcado pela interdependência de gênero e pelo respeito e igual valorização de todos os papéis na divisão do trabalho. Nestas comunidades ele envolve atividades como caça, a pesca, práticas de secagem e conservação de carnes, manufaturas de roupas e utensílios domésticos a partir de peles de animais, confecção de chás e remédios a partir das plantas locais, etc. (HALL, 2016, p. 100-101).

Assim, enquanto a reprodução social é o trabalho envolvido na reprodução diária e intergeracional, a produção de subsistência é o trabalho baseado na necessidade social. Hall (2016, p. 102) destaca que a produção de subsistência como economia total, i.e. antes da subsunção do capital à partes da economia dessas comunidades, transformando-as em mistas, não havia distinção entre trabalho reprodutivo e de subsistência. A distinção entre ambos emerge na economia mista, em que a reprodução social é isolada da produção de subsistência como um processo feminizado de trabalho reprodutivo cotidiano e intergeracional, com a finalidade de reproduzir os corpos e as ideologias específicos da produção capitalista. Ou seja, é no processo de uma luta colonial em curso, na tentativa de reorientação dessas comunidades para as necessidades do capital, que a subsistência e o trabalho social-reprodutivo são tornados distintos e a reprodução social torna-se um local de contestação colonial-capitalista.

Ao examinar as economias mistas destas comunidades, Hall destaca que as categorias de trabalho em seu interior não têm fronteiras bem definidas; ao contrário, estes são “ricos espaços de contradição, um desafio para a erudição e a política que ignoram a persistência das socioeconomias indígenas e as maneiras pelas quais elas são agredidas no dia-a-dia” (HALL, 2016, p. 102). Ainda segundo a autora, uma vez que o capital não possui a totalidade nestes sistemas¹⁸¹, a expropriação fica evidente: se evidencia, de um lado, as contínuas e violentas incursões do capital no sentido do disciplinamento racial e colonial do gênero necessário para orientar a reprodução social no sentido capitalista; e de outro lado, a resistência dessas comunidades através, dentre outras estratégias, da manutenção de suas formas tradicionais de subsistência (*ibidem*, p. 103). Hall (2016, p. 103) enfatiza que a miríade de formas de violência

¹⁸¹ Aqui, Hall (2016) utiliza a noção de totalidade em sentido diverso do definido por mim no capítulo de conceitos-chave deste trabalho. A autora refere-se especificamente à totalidade do capital enquanto processo expansivo que subsume outros modos de produção a produção capitalista de valor, restringindo a noção de capital à esta produção. Esta perspectiva se afasta da noção de capital enquanto relação social, compreendendo um momento predominante da totalidade social. Na concepção defendida por mim, a noção marxiana de totalidade social não pode ser possuída ou apreendida por nenhuma relação específica.

baseadas no gênero contra as mulheres indígenas está ligada aos ataques coloniais históricos e contemporâneos – materiais e ideológicos – sobre a reprodução social das vidas indígenas. Muitos destes ataques se voltam contra os papéis específicos das mulheres indígenas no trabalho de subsistência não-capitalista e no trabalho reprodutivo.

Diante da realidade dessas comunidades, Hall (2016, p. 94-96) questiona se a teoria da reprodução social constitui ferramenta analítica suficientemente válida para dar conta de explicar e compreender a dinâmica existente nessas comunidades. Ela interroga, então, o significado de reprodução social para a tradição indígena analisada e sua relação com a noção de totalidade social:

Como articular, então, uma teoria que toma como ponto de partida a indivisibilidade da reprodução e da produção - como duas partes de um todo - mas também utiliza categorias precisas de trabalho para explorar diferentes localizações coloniais, racializadas e de gênero dentro de um modo particular de produção particular (neste caso, a economia mista da NWT)? O primeiro passo para abordar esta questão é averiguar se o termo "reprodução", como usado no feminismo de reprodução social, se refere à reprodução social do modo de produção em sua totalidade, e todas as suas contradições, ou se a reprodução se refere especificamente ao trabalho feito para reproduzir a força de trabalho, com o conhecimento de sua relação dialética com o trabalho produtor de valor. Defendo que qualquer formulação tem o potencial de fomentar a intenção teórica e política de tornar visível a reprodução da força de trabalho e as hierarquias de gênero do trabalho confiadas na reprodução das relações de capital; no entanto, a derrapagem entre os dois pode levar à reprodução inadvertida do modelo de sistemas duais, ou incoerência analítica de forma mais geral¹⁸². (HALL, 2016, p. 94-95, tradução minha)

Assim, após uma análise do feminismo da reprodução social desde o debate sobre o trabalho doméstico, passando pelos trabalhos feministas-marxistas de Federici (2004) e Mies (1987) sobre a assim chamada acumulação primitiva de capital¹⁸³, a autora conclui que quando

¹⁸² No original: “How, then, does one articulate a theory that takes as its starting point the indivisibility of reproduction and production – as two parts of a whole – but also utilises precise categories of labour to explore different colonial, racialised and gendered locations within a particular mode of production (in this case, the NWT mixed economy)? The first step in addressing this issue is ascertaining whether the term ‘reproduction’, as used in social-reproduction feminism, refers to the social reproduction of the mode of production in its totality, and all of the contradictions therein, or whether reproduction refers specifically to the work done to reproduce labour-power, with the cognisance of its dialectical relationship with value-producing labour. I argue that either formulation has the potential to foster the theoretical and political intent to make visible the reproduction of labour-power and the gendered hierarchies of labour relied upon in the reproduction of capital relations; however, the slippage between the two can lead to inadvertent reproduction of the dual systems model, or analytical incoherence more generally”. (HALL, 2016, p. 94-95)

¹⁸³ Segundo Hall (2016, p. 97), no interior da tradição feminista-marxista, Federici e Mies foram as autoras que melhor teorizaram sobre a violência do colonialismo ao analisar a assim chamada acumulação primitiva de capital. A violência colonial, para essas autoras é extremamente generificada e nem Marx nem a tradição

o termo “reprodução social” é utilizado como mera abreviatura do trabalho não-remunerado das mulheres no lar, perde-se a clareza conceitual necessária para desafiar a separação errônea entre reprodução e produção. Além disso, tal abordagem carrega o potencial de reproduzir uma orientação implicitamente eurocêntrica que naturaliza as relações familiares enquanto famílias nucleares patriarcais (HALL, 2016, p. 94). Faz-se necessário, portanto, a produção de uma concepção ampliada de produção que permita que as diferentes formas de trabalho interajam e, às vezes, se sobreponham.

Hall (2016, p.95-96) propõe então o conceito de “produção expandida”, para referir-se a uma teoria que abrange o trabalho capitalista produtor de valor e o trabalho não produtor de valor. Tal conceito propõe uma extensão da compreensão já ampliada da produção por parte da teoria da reprodução social: incluiria tanto o trabalho reprodutivo, ou a reprodução social, quanto o trabalho de subsistência não-capitalista, abordando-os relacionadamente no mesmo nível de análise. O conceito seria, então, mais próximo da concepção de um sistema, que em sua *totalidade social* compreende a coexistência de mais de um modo de produção.

Desta forma, para Hall (2016), uma abordagem anticolonial ao feminismo da reprodução social requer atenção às maneiras pelas quais as categorias tradicionais de trabalho são mutáveis e, às vezes, insuficientes, para uma análise dos processos reprodutivos e produtivos de economias mistas, e portanto, deve se expandir para além da orientação para a produção capitalista, a fim de incluir uma análise da produção capitalista, da reprodução social e da produção de subsistência não-capitalista. Tal concepção expandida, conferiria maior nitidez à violência das relações capitalistas coloniais e também abriria espaço para “histórias de resistência, especialmente as resistências cotidianas que muitas vezes são obscurecidas em compreensões ocidentais tradicionais do que é considerada a esfera do ‘político’”¹⁸⁴ (HALL, 2016, p. 103, tradução minha).

marxista teriam teorizado de forma adequada sob este aspecto. Federici analisa a reprodução e o disciplinamento dos corpos das mulheres durante a acumulação primitiva de capital na Europa, perguntando como explicar a execução de centenas de milhares de mulheres como bruxas e a sua relação com a ascensão do capitalismo. Ela identifica um violento disciplinamento da reprodução em direção às necessidades do capital, e em sua análise da transição capitalista, observa, em particular, o ataque ao poder social e biológico das mulheres sobre a reprodução. Tanto Mies quanto Federici vinculam o disciplinamento da reprodução social a violentas relações sociais patriarcais que privilegiam o homem e a produtividade masculinizada sobre a produtividade feminina e feminizada. Ambas argumentam que junto à criminalização do poder das mulheres e de sua autonomia sobre a reprodução, surgiu uma nova cultura de aceitação da violência contra as mulheres. No entanto, Hall considera que, em geral, o papel da permanência do trabalho não-capitalista - isto é, o trabalho que não produz mais-valia - e suas interseções com o feminismo de reprodução social continuou sub-teorizado mesmo por estas autoras.

¹⁸⁴ No original: “(...) stories of resistance, especially the day-to-day resistances that are often obscured in traditional Western understandings of the political”. (HALL, 2016, p. 103)

As contribuições de Hall (2016) e Leach (2016) buscam adicionar à análise de como se articulam as relações específicas de produção e reprodução social, aspectos como: a multilinearidade do processo histórico, a multiplicidade de modos de produção, a questão da transição capitalista e da colonialidade. Parecem caminhar assim, no sentido de uma análise mais rigorosa e próxima da totalidade social no capitalismo do que a proposta inicial elaborada por Vogel (2013 [1983]), resgatando noções fundamentais do pensamento de Marx (especialmente em seus escritos tardios). A seguir, passo à uma última contribuição que, no sentido de aproximar a teoria da reprodução social da concepção marxiana de totalidade social, constrói um argumento capaz de endereçar múltiplas relações de opressão, inclusive processos de racialização e colonialidade. Trata-se da proposta construída por David McNally (2017) que, na discussão sobre a teoria da interseccionalidade, recupera o sentido de totalidade social no pensamento de Angela Davis, apresentado no item 5.2 deste trabalho.

6.2.2 Avançando o debate: Teoria da Reprodução Social contemporânea e Interseccionalidade

Em busca de uma maior aproximação entre a teoria da reprodução social e a concepção marxiana de totalidade social na abordagem de múltiplas relações de opressão, David McNally (2017, p.94) propõe uma *crítica imanente*¹⁸⁵ à teoria da interseccionalidade (apresentada no quinto capítulo desta dissertação). Seu principal objetivo é oferecer elementos para superar o atomismo fundante da teoria da interseccionalidade¹⁸⁶. Desta forma, o autor reconhece, por um lado, que a teoria da interseccionalidade, tal como concebida por Hill Collins (2000 [1990]) é hoje a abordagem mais influente no campo dos estudos sobre a multiplicidade das opressões sociais, e possui pontos fortes que devem ser conservados. Por outro lado, McNally defende que ao apropriar e superar as críticas feitas pela própria análise interseccional, uma teoria da reprodução social dialeticamente reconstruída possuiria um potencial explicativo mais preciso da relação entre as múltiplas opressões. Para o autor, Hegel descreve a *crítica imanente* como uma forma de *negação determinada*, capaz de impulsionar a superação dialética de um tipo de pensamento. Nas palavras dele,

¹⁸⁵ A crítica imanente aqui proposta por McNally não se refere à definição feita por Adorno. Ao contrário, o autor reconstrói o conceito a partir da dialética hegeliana e marxiana, como se evidenciará a seguir.

¹⁸⁶ Evidenciamos o “atomismo fundante” da teoria da interseccionalidade no tópico 5.2.2 desta dissertação, ao tratar da conceitualização de Crenshaw.

Em contraste com a negação abstrata, que meramente rejeita uma posição em favor de outra, a negação determinada mostra como as contradições dentro de um sistema de pensamento impulsionam sua própria superação. Engaja, assim, essas contradições em um processo dual de apropriação e superação. É nesse espírito que me envolvo com a teoria da interseccionalidade. Convencido de que as análises interseccionais têm profundas falhas teóricas, também reconheço os insights críticos que eles geraram. No entanto, como muitas teóricas interseccionais reconhecem, suas perspectivas se debatem diante de alguns problemas internos fundamentais. Assim, ao mesmo tempo em que engajo essa abordagem e suas contradições, busco mostrar como elas podem ser dialeticamente superadas - e seus *insights* críticos retidos e reposicionados - em uma teoria da reprodução social dialeticamente reconstruída¹⁸⁷ (MCNALLY, 2017, p. 95, tradução minha).

Para McNally (2017, p. 95; 108), a teoria da interseccionalidade tem o mérito de descrever as múltiplas opressões que constituem a experiência social para diversos setores da sociedade, sobretudo mulheres não-brancas. Assim, esta perspectiva permitiu – com muito êxito – a expansão do quadro de discussão teórica pautado pelo feminismo-marxista da década de 1970, e conseqüentemente pela perspectiva da reprodução social. Tal expansão inicialmente concentrou-se na análise múltipla das relações de raça, gênero e classe e, mais recentemente, para outras relações de opressão, como as de sexualidade, capacidade, etc.

Porém, o autor argumenta que tal perspectiva padece de um atomismo ontológico inerente à sua formulação fundante: “a ideia de que há relações de opressão independentemente constituídas que, em algumas circunstâncias, se cruzam” (MCNALLY, 2017, p 96). Mesmo onde as teóricas da interseccionalidade tentam avançar em direção a uma concepção de “interações” entre diferentes relações de dominação – à exemplo de Hill Collins (2000 [1990]), como apresentado no capítulo 5, item 5.2.2.1 – estas permanecem presas em uma perspectiva que reconhece a combinação recíproca entre estas relações, mas permanece “infectada” com a externalidade (MCNALLY, 2017, p. 100). Ou seja, prevalece, dentre esta perspectiva teórica, a ideia de que as partes quando em interação só podem afetar umas às outras de fora, não de uma maneira verdadeiramente co-constitutiva. Cabe ressaltar que as partes são concebidas

¹⁸⁷ No original: “Hegel also describes this mode of criticism as a form of determinate negation. In contrast to abstract negation, which merely rejects one position in favor of another, determinate negation shows how the contradictions within a system of thought push toward their own overcoming. It thus engages these contradictions in a dual process of appropriating and overcoming. It is in this spirit that I engage intersectionality theory. Convinced that intersectional analyses bear deep theoretical flaws, I also recognize the critical insights they have generated. Yet, as many intersectional theorists themselves acknowledge, their perspective flounders in the face of some fundamental internal problems. So, while engaging this approach and its contradictions, I seek to show how they might be dialectically overcome—and their critical insights retained and repositioned—in a dialectically reconstructed social reproduction theory.” (MCNALLY, 2017, P. 95).

como pré-constituídas, portanto, possuem uma existência não só anterior, mas autônoma, externa, umas às outras. Ainda, assim como a perspectiva dualista apresentada no primeiro capítulo desta dissertação, há uma tendência aditiva na interseccionalidade: os múltiplos vetores de opressão se somam ao cruzar-se na realidade de determinado grupo social (*ibidem*, p.108-109).

Neste sentido, McNally chama a atenção para o fato de que embora as teóricas interseccionais busquem trabalhar com localizações ou vetores sociais, elas são incapazes de derivar algum tipo de ordem ou sistema social único a partir da interação dessas diferentes localizações. Isto as impossibilita de explicar, por exemplo por que eixos de opressão independentemente constituídos entrariam em contato. Ou ainda, por que um padrão ordenado ou sistemático de opressões/dominação deveria surgir desta interação, ao invés dela simplesmente resultar em um caos aleatório. Para McNally (2017, p. 99), esta teoria está presa em seu atomismo fundante – que permanece mesmo em elaborações teóricas que tentaram escapar dele, como a tentativa de teorizar uma singular “matriz de dominação” (HILL COLLINS, 2000 [1990]).

Dessa forma, segundo o autor, que recupera a noção de totalidade marxiana defendida por Bannerji (2005 [1995];1995b) – tal qual exposta no item 4.2 desta dissertação – somente a dialética pode transcender o pensamento fragmentado ou estratificado que acaba por apagar o sentido do *social* de uma concepção ontológica (MCNALLY, 2017, p. 99). McNally incorpora a crítica de Bannerji às formulações iniciais da teoria da reprodução social (e do feminismo-marxismo como um todo), e se aproxima desta autora ao defender uma compreensão da totalidade social concreta em “suas múltiplas mediações de relações e formas sociais” (BANNERJI, 1995b, p.83 *apud* MCNALLY, 2017, p. 104). Para o autor, assim como para Bannerji, as partes distintas de um todo social estão internamente relacionadas; elas mediam umas às outras e, ao fazê-lo, constituem-se mutuamente. Ele destaca, neste sentido, que “as coisas (ou relações) que são intermediadas e co-constitutivas não são ontologicamente separadas, mesmo que tenham propriedades que as diferenciem e constituam uma distinção relativa”¹⁸⁸ (MCNALLY, 2017, p. 105).

A fim de demonstrar o caminho de reconstrução dialética que propõe à Teoria da Reprodução Social, McNally (2017, p. 100-104) passa então a recuperar o sentido de totalidade

¹⁸⁸ No original: “(...) things (or relations) that are intermediated and co-constituting are not ontologically separate, even if they have properties that differentiate them and constitute a relative distinctiveness. (MCNALLY, 2017, p. 105).

social na dialética de Hegel¹⁸⁹. Neste sentido, o autor destaca que na oposição dialética¹⁹⁰ ao mecanismo e ao quimismo – perspectivas dominantes no campo científico de sua época – Hegel se volta para a teleologia. O argumento fundamental de Hegel a esse respeito é que a própria vida – bem como as relações sociais – têm uma dinâmica teleológica, i.e., ela possui um propósito, é voltada à uma finalidade determinada. Não é possível a compreensão do seu sentido sem entender tal finalidade. De maneira didática, McNally exemplifica o sentido da teleologia:

(...) se eu construir uma mesa, sua causa material é madeira. Sua causa formal é a forma de uma mesa: isto é, ela deve ser formada com pernas de comprimento aproximadamente igual, a fim de equilibrá-la, e assim por diante. Sua causa eficiente é a atividade – serrar madeira, unir peças, martelar pregos, lixar a mesa e assim por diante – que eu desempenho como fabricante de mesas. Mas a causa final (telos) – o propósito que informa sua criação – é a reprodução das vidas daqueles em minha casa. É em torno da mesa que nos reuniremos para comer, beber, celebrar e regenerar nossos laços comunitários. É em torno da mesa que nos reproduziremos social e materialmente como pessoas vivas interconectadas. **Para Hegel, o conceito de teleologia é tão simples e tão profundo quanto isso. O ponto de vista da teleologia só pode ser orgânico.** Uma parte de um sistema vivo não é uma partícula atômica discreta e autossuficiente. Os pulmões não existem simplesmente para processar oxigênio em si mesmos; eles existem em relação ao coração, ao sistema circulatório e assim por diante. É o organismo total que está vivo – não as mãos, olhos ou fígado por conta própria. Todos esses órgãos têm um imperativo primordial – a reprodução do processo total da vida – segundo o qual eles não são iguais por conta própria. **Suas funções fazem sentido teleológico apenas como um conjunto, somente em suas interconexões como partes cujo propósito pertence ao todo, o organismo vivo em sua totalidade.** O mesmo se aplica a um produto do trabalho humano, como uma mesa. Quando eu construo uma mesa para uso em minha casa, pernas de mesa, juntas e tampo de madeira são produzidos como elementos de um todo orgânico, e não como fins discretos em si mesmos. Da mesma forma, quando eu construo conceitos para entender algo, eles são informados pelo propósito mais amplo de dar sentido ao mundo como parte de viver nele – e isso se aplica também ao vulgar empirista, para quem a negação do conhecimento geral é parte de sua conta da vida. Sistemas vivos – do corpo aos objetos de uma família e sistemas de conhecimento – são todos informados por propósitos. Hegel afirma que o mesmo vale para as coletividades sociais, da família ao Estado¹⁹¹ (MCNALLY, 2017, p. 102, tradução e grifos meus).

¹⁸⁹ Toda a interpretação da obra de Hegel apresentada neste item, refere-se estritamente à interpretação de McNally (2017).

¹⁹⁰ Aqui, o autor novamente destaca que, por oposição dialética “(...) seguindo Hegel, quero dizer uma negação que supera contradições e bloqueios teóricos, mantendo os insights mais científicos de uma teoria (...)” (MCNALLY, 2017, p. 101)/ No original: “(...) by which, following Hegel, I mean a negation that overcomes theoretical contradictions and blockages while retaining a theory’s most scientific insights (...)”.

¹⁹¹ No original: “(...) if I build a table, its material cause is wood. Its formal cause is the form of a table: that is, it must be formed with legs of roughly equal length in order to balance it, and so on. Its efficient cause is the activity—sawing wood, joining pieces, hammering nails, sanding the tabletop, and so on that I perform as a table maker. But the final cause (telos)—the purpose that informs its making—is the reproduction of the lives of those in my household. It is around the table that we will gather to eat, drink, celebrate, and regenerate our communal bonds. It is around the table that we will socially and materially reproduce ourselves as interconnected living persons. For Hegel, the concept of teleology is both as simple and as profound as that. The standpoint of teleology can only be an organic one. A part of a living system is not a discrete, self-sufficient atomic bit. The lungs do not exist simply to process oxygen unto themselves; they exist in relation to the heart, the circulatory system, and so on. It is the total organism that is alive—not the hands, eyes, or liver on their own. All of these

Assim, segundo o autor, na dialética de Hegel encontra-se a perspectiva materialista de que o que pertence à vida também pertence ao pensamento. Neste sentido, “se a vida é animada pelo propósito de um sistema orgânico dinâmico, então o pensamento, como um aspecto da vida, deve obedecer ao mesmo imperativo. O pensamento deve ser igual à complexa e múltipla riqueza da vida”¹⁹² (MCNALLY, 2017, p. 103, tradução minha). O pensamento verdadeiro não procura, portanto, produzir concepções fixas sobre a realidade social, mas traçar um processo de compreensão cada vez mais rico. Este é um processo de compreensão progressiva que, em um movimento de crítica imanente, desenvolve um entendimento cada vez mais rico e próximo da totalidade social em suas múltiplas e complexas interrelações. O autor destaca que, para Hegel, todas as buscas pelo conhecimento começam com informações específicas (ou “conteúdos” do pensamento), e o método científico da filosofia seria, portanto, “a expansão necessária desse conteúdo em um todo orgânico. Por meio desse movimento, o caminho pelo qual o conceito de conhecimento é alcançado torna-se, da mesma forma, um processo necessário e completo de vir-a-ser” (*ibidem*, p. 103). Tal processo de compreensão necessita então, de categorias dialéticas de pensamento; seu sistema conceitual é formado por conceitos fluidos que ao lidar com o dinamismo e a relacionalidade inerentes a si e à própria vida se autotransformam, e neste movimento, capturam o próprio devir das coisas em suas múltiplas faces. Os conceitos formam-se, assim, no próprio processo histórico.

É neste sentido que McNally afirma que

O pensamento dialético, portanto, vai além do “método de rotulagem...de enfileirar tudo”, no qual “a essência viva da matéria foi removida ou encaixotada”. Ele resiste às tendências abstratas do pensamento analítico, que se esforça para decompor os fenômenos em pedaços cada vez menores que podem ser encaixotados e rotulados. Em contraste, a dialética traça “o vir a ser do objeto”, as interrelações dinâmicas e

organs have one overriding imperative—the reproduction of the total process of life—to which they are not equal on their own. Their functions make teleological sense only as an ensemble, only in their interconnections as parts whose purpose pertains to the whole, the living organism in its totality. The same applies to a product of human labor, such as a table. When I build a table for use in my household, table legs, joints, and wooden top are produced as elements of an organic whole, not as discrete ends in themselves. Similarly, when I build concepts with which to understand something, they are informed by the broader purpose of making sense of the world as part of living in it—and this applies as well to the vulgar empiricist, for whom the denial of general knowledge is part of her account of life. Living systems—from the body to the objects in a household to systems of knowledge—are all informed by purposes. Hegel holds that the same is true for social collectivities, from the family to the state.” (MCNALLY, 2017, p. 102)

¹⁹² No original: “If life is animated by the purposefulness of a dynamic organic system, then thought, as an aspect of life, must obey the same imperative. Thought must be equal to the complex, manifold richness of life.” (MCNALLY, 2017, p. 103).

mutáveis entre os elementos da vida que compõem uma totalidade concreta (e, portanto, internamente diferenciada)¹⁹³. (MCNALLY, 2017, p. 103, tradução minha)

Desta forma, o pensamento dialético é capaz proporcionar o procedimento científico adequado à compreensão da realidade social em seu desdobramento multidimensional, dinâmico e complexo. Ainda, McNally chama a atenção para uma concepção central do pensamento dialético a partir da teleologia de Hegel: a noção de temporalidade e o conceito de *retrodeterminação*. Enquanto o pensamento não-dialético é dominado por um conceito de causalidade atrelado à uma sucessão temporal (primeiro há uma causa, depois, seus efeitos), a concepção de vida em Hegel vai além: o pleno significado do passado só se concretizará no presente ou no futuro. Isto é, os fins da vida determinam os começos, o efeito é a causa, um devir do que – contingencialmente – se tornou. O autor exemplifica a questão:

Se eu plantar sementes em um jardim, o que fiz ainda pode ser visto. Talvez o meu fracasso em cuidar dessas sementes, ou a falta de chuva, leve meus esforços a nada. Talvez a guerra me leve embora de minha terra. Por outro lado, toda uma série de ações subsequentes pode permitir que eu leve essas sementes até a sua fruição. Somente após o fato, poderei dizer que meu plantio foi um ato de criação de culturas alimentares. Da mesma forma, o significado das minhas relações e atividades sociais passadas é aberto e modificável. Uma relação dolorosa na infância pode ser transformada em algo bem diferente na idade adulta. O significado do meu passado teria sido retroativamente retrabalhado. Para dar um exemplo político, o significado das atividades dos socialistas hoje é indeterminado. Se um futuro socialista chegasse um dia, isso daria um novo significado às pequenas e muitas vezes ingratas tarefas que realizamos no passado¹⁹⁴. (MCNALLY, 2017, p. 106-107, tradução minha)

Segundo McNally (2017, p.104), Marx tomava por certo o modo de pensamento dialético hegeliano e, portanto, suas categorias possuíam o mesmo sentido dinâmico e

¹⁹³ No original: “Dialectical thinking thus drives beyond the “method of labelling... and pigeon-holing everything” in which “the living essence of the matter has been stripped away or boxed up.” It resists the abstracting tendencies of analytical thinking, which endeavors to decompose phenomena into ever smaller bits that can be boxed up and labeled. By contrast, dialectics traces “the coming to be of the object,” the dynamic and changing interrelations among the elements of life that comprise a concrete (and hence internally differentiated) totality.” (MCNALLY, 2017, p. 103)

¹⁹⁴ No original: “If I plant seeds in a garden, what I have done remains to be seen. Perhaps my failure to tend these seeds, or a lack of rainfall will bring my efforts to naught. Perhaps war will drive me from my land. On the other hand, a whole series of subsequent actions may allow me to bring these seeds to fruition. Only after the fact might I be able to say that my planting was an act of creating food crops. Similarly, the meaning of my past social relationships and activities is open-ended and amendable. A painful childhood relation may be transformed into something quite different in adulthood. The meaning of my past would thus have been retroactively reworked. To take a political example, the meaning of activities by socialists today are indeterminate. If a socialist future were one day to arrive, this would give new meaning to the small and often thankless tasks we performed in the past.” (MCNALLY, 2017, p. 106-107)

relacional. A consequência deste pensamento – bem como da concepção de totalidade social marxiana – é que a multidimensionalidade da vida social não pode ser compreendida pressupondo-se que suas partes sejam “ontologicamente autônomas”. Ao contrário, embora não percam suas características particulares, os componentes analiticamente identificáveis das totalidades vivas – por exemplo, mãos e olhos, ou indivíduos concretos - apenas podem ser completamente entendidos de forma relacional. Para o pensamento dialético, os objetos são, de fato, relações; essas relações estão em fluxo, passando por transformações contínuas ao longo do tempo que as reconfiguram como elementos de um sistema vivo (MCNALLY, 2017, p. 104).

O autor destaca que esta também é base a partir da qual Bannerji (1995;1995b) constrói sua perspectiva, e neste ponto, ambos convergem: as partes distintas de um todo social estão internamente relacionadas; eles mediam uns aos outros e, ao fazê-lo, constituem-se mutuamente. McNally ressalta que, assim como destaca a concepção dialética hegeliana, as coisas - ou relações - que são intermediadas e co-constitutivas não são ontologicamente separadas, mesmo que possuam propriedades específicas e distintas. Neste sentido, o autor localiza as relações de raça e gênero no interior da totalidade social capitalista:

Para deixar claro: existem propriedades específicas para as diferentes partes de um todo. O olho tem propriedades funcionais particulares bastante diferentes das da mão. **O racismo tem características específicas que nos permitem distinguir, em primeira instância, do sexismo. Mas essas distinções não fornecem definições exaustivas. Eles fornecem um ponto de partida a partir do qual o pensamento desdobra as relações internas de partes com outras partes e com o sistema orgânico como um todo. O racismo, em outras palavras, pode ser entendido como uma totalidade parcial com características únicas que devem, em última análise, ser apreendidas em relação às outras totalidades parciais que compõem o todo social em seu processo de transformação. Cada totalidade parcial, cada sistema parcial dentro do todo, possui características únicas (e uma certa “autonomia relativa” ou, melhor dizendo, autonomia relacional).** O "sistema coração-pulmão", por exemplo, constitui uma totalidade parcial dentro do organismo humano como um todo. Mas nenhuma parte (ou totalidade parcial) é ontologicamente autônoma em si. Cada parte é (parcialmente) autônoma e dependente, (parcialmente) separada e ontologicamente interconectada. Consequentemente, ninguém pode ser adequadamente compreendido como uma unidade autossuficiente fora de sua condição de membro de um todo vivo. Naturalmente, **o todo orgânico é constituído em e através de suas partes - são essas que lhe dão determinação e concretude - mas não é redutível a suas partes. É algo maior e mais sistemático que uma mera soma aditiva.** Há, insiste Hegel, relações de reciprocidade, em vez de mecanismo, entre partes e entre partes e o todo. De fato, é isso que significa ser um organismo vivo e não um mecanismo sem vida. É nesse ponto de sua análise da vida que Hegel introduz seu conceito de reprodução. Um organismo vivo, afinal, deve se reproduzir; sem reprodução – seja diária, sazonal ou geracional – a vida cessa. Além disso, é o organismo como um todo que deve se reproduzir, pois é o organismo total que vive, biológico ou social. Órgãos individuais vivem apenas através da reprodução de todo o organismo. **Segue-se que partes e todo estão unidos em um único processo-vital: “na reprodução a vida é concreta e é vitalidade... Cada um dos momentos individuais**

é essencialmente a totalidade de todos; sua diferença constitui a determinação da forma ideal, que é colocada na reprodução como a totalidade concreta do todo”. Uma totalidade concreta alcança a concretude (“determinação”) através das diferenças que a compõem. Ao mesmo tempo, cada uma dessas diferentes partes carrega o todo dentro dela; como elementos da vida, sua reprodução é impossível fora do todo vivo¹⁹⁵. (MCNALLY, p. 105-106, tradução e grifos meus)

Ao conceituar relações como o racismo (ou o sexismo) como uma totalidade parcial com características únicas, pertencente à um todo social orgânico, McNally (2017) eleva a compreensão das conexões entre as relações de opressão e o modo de produção capitalista à uma concepção muito mais próxima da complexa realidade social. No lugar de cruzamentos, ou combinações entre sistemas/relações externas umas às outras, há um processo interrelacional no qual as partes contém o todo e o todo contém as partes; ao mesmo tempo que constituídas e mediadas mutuamente – ou seja, unidas em um único processo vital –, as relações de opressão guardam características específicas, particulares, ontologicamente interligadas. Neste sentido, o conceito dialético de totalidade envolve compreender um processo de totalização que unifica sem suprimir as totalidades parciais constitutivas dele. McNally (2017, p. 106) destaca ainda que as totalidades ou universais não são abstrações da diversidade concreta e da multiplicidade de coisas para Hegel e Marx. Pelo contrário, as totalidades são constituídas na e pela diversidade

¹⁹⁵ No original: “To be sure, there are properties specific to the different parts of a whole. The eye has particular functional properties quite different from those of the hand. Racism has specific characteristics that allow us to distinguish it in the first instance from sexism. But these distinctions do not provide exhaustive definitions. They afford a starting point from which thought unfolds the internal relations of parts to other parts and to the organic system as a whole. Racism, in other words, can be understood as a partial totality with unique features that must ultimately be grasped in relation to the other partial totalities that comprise the social whole in its process of becoming. Each partial totality, each partial system within the whole, has unique characteristics (and a certain “relative autonomy” or, better put, relational autonomy). The “heart-lung system,” for instance constitutes such a partial totality within the human organism as a whole. But no part (or partial totality) is ontologically autonomous per se. Each part is both (partially) autonomous and dependent, (partially) separate and ontologically interconnected. Consequently, none can be grasped adequately as a self-sufficient unit outside of its membership in a living whole. Of course, the organic whole is constituted in and through its parts – it is these that give it determinateness and concreteness – but it is not reducible to its parts. It is something greater and more systematic than a mere additive sum. There are, insists Hegel, relations of reciprocity, rather than mechanism, between parts and between parts and the whole. Indeed, this is what it means to be a living organism rather than a lifeless mechanism. It is at this point in his analysis of life that Hegel introduces his concept of reproduction. A living organism, after all, must reproduce itself; without reproduction—be it daily, seasonal, or generational—life ceases. Moreover, it is the organism as a whole that must reproduce itself, for it is the total organism that lives, biological or social. Individual organs live only through the reproduction of the entire organism. It follows that parts and whole are bound together in a single life-process: “in reproduction life is concrete and is vitality... Each of the individual moments is essentially the totality of all; their difference constitutes the ideal form determinateness, which is posited in reproduction as the concrete totality of the whole”. A concrete totality attains concreteness (“determinateness”) through the differences that comprise it. At the same time, each of these different parts carries the whole within it; as elements of life, their reproduction is impossible outside of the living whole.” (MCNALLY, p. 105-106)

e dinamismo dos processos da vida real. É neste sentido que o autor compreende a afirmação de Marx (2011 [1957-1958], p. 54), de que o "concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade". Uma relação social só pode ser apreendida em relação às outras relações sociais (totalidades parciais) que compõem o todo social em seu processo contínuo de transformação.

A reconstrução da dialética hegeliana permite que McNally (2017) explique a incompatibilidade entre uma perspectiva que vê as múltiplas opressões como sistematicamente relacionadas, e aquela que as concebe como interseccionadas. Relações que se interseccionam podem ser aleatórias entre si, sistemas não; um sistema necessariamente é mais do que a soma de suas partes. Ele pressupõe “uma inseparabilidade em que o todo determina as partes, mesmo que, por sua vez, seja reciprocamente determinado por suas subunidades”¹⁹⁶ (MCNALLY, 2017, p. 110, tradução minha). O autor argumenta, assim, que por mais que Hill Collins (2000 [1990]) aspire esta concepção de sistema quando conceitua os sistemas interligados de opressão como “parte de um único sistema historicamente criado”, a própria dinâmica espacial atomizada que funda a concepção de interseccionalidade, i.e. a ideia de vetores que se cruzam, a torna incompatível com um pensamento dialético. Na concepção dialética, relações sociais jamais precisariam ser trazidas à intersecção; cada uma delas já está dentro da outra, constituem-se mutuamente em um sistema complexo e dinâmico (MCNALLY, 2017, p. 106-107).

Ainda, baseando-se na perspectiva temporal do pensamento dialético, exposta algumas linhas acima, McNally (2017, p.107) faz outra afirmação central para o debate atual sobre a relação existente entre as relações de opressão e o capitalismo. Para o autor, do ponto de vista dialético, questionamentos como "o racismo é necessário para o capitalismo?" são necessariamente falhos. Isto porque não se pode saber tais coisas antecipadamente, com base em princípios abstraídos da vida histórica concreta. McNally destaca que a única resposta viável à esta pergunta é a afirmação de que “o processo histórico real pelo qual o capitalismo emergiu em nosso mundo envolveu integralmente relações sociais de raça e dominação racial. Do ponto de vista do ‘efeito’ - capitalismo racializado - podemos dizer definitivamente que o racismo é uma característica necessária do capitalismo histórico em que vivemos”¹⁹⁷ (MCNALLY, 2017, p. 107, tradução minha).

¹⁹⁶ No original: “(...) There is an inseparability here in which the whole determines the parts, even as it is reciprocally determined by its subunits in turn”. (MCNALLY, 2017, p. 110).

¹⁹⁷ No original: “What we can say is that the actual historical process by which capitalism emerged in our world integrally involved social relations of race and racial domination. From the standpoint of “the effect” – racialized capitalism – we can say definitively that racism is a necessary feature of the historical capitalism in which we live.” (MCNALLY, 2017, p. 107).

Por fim, ao retomar a proposta de apresentar uma perspectiva da Reprodução Social reconstruída e capaz de abordar a multiplicidade de opressões, McNally (2017, p. 108-111) argumenta que a obra *Mulheres, Raça e Classe* de Angela Davis (apresentada no item 5.2 do quinto capítulo desta dissertação) deve ser considerada como pertencente à esta perspectiva. O autor afirma que a orientação materialista-histórica de Davis (2016 [1981]) e sua ênfase na interação da produção de valor e da reprodução dos seres humanos traduz a perspectiva dialética da totalidade social exposta acima e inerente à teoria da reprodução social. Assim, reivindica o livro de Davis como não só um clássico no marxismo antirracista e feminista, mas uma contribuição que “compartilha o espírito do trabalho mais completo no âmbito da teoria da reprodução social” (MCNALLY, 2017, p. 109). Isto porque ao analisar as experiências das mulheres afro-americanas, Davis (2016 [1981]) foca no papel do trabalho na organização de suas vidas - tanto como assalariadas quanto como membros de suas famílias (e, portanto, trabalhadoras não-remuneradas no lar). Nesta análise, demonstra o caráter totalmente entrelaçado do sexismo, do racismo e da exploração de classe na experiência das mulheres trabalhadoras negras. Ao mesmo tempo, ela acentua como o envolvimento no trabalho nos períodos de escravidão e pós-escravidão conferiu uma independência distintiva às mulheres negras dentro dos lares afro-americanos, em um claro exemplo de *retrodeterminação*. McNally ressalta que

o que mantém os vários elementos dessa análise juntos é a insistência do texto de que as relações racializadas e generificadas de produção e reprodução capitalistas dão uma unidade primordial a todas essas dimensões da experiência social. De fato, em um gesto implicitamente hegeliano-marxista, Davis insiste que, na situação americana, “a escravização dos negros no Sul, a exploração econômica dos trabalhadores do Norte e a opressão social das mulheres” devem ser vistos como “sistematicamente relacionados”. (...) A formulação de Davis sugere fortemente que a escravidão negra, a opressão das mulheres e a exploração econômica do trabalho assalariado compunham “um único sistema historicamente criado” (Hill Collins) nos Estados Unidos, uma formação social capitalista complexamente unificada. Visto nestes termos, *Mulheres, Raça e Classe* surge como um texto explicitamente materialista-histórico que procura anatomizar a reprodução social de um modo de produção capitalista racista e dominado pelos homens nos Estados Unidos. De fato, parece não haver outro modo de apreciar plenamente a afirmação do texto de que, para as mulheres negras e da classe trabalhadora, o fim da opressão de gênero só pode significar a socialização do trabalho doméstico, cuja precondition é “o fim do reino do lucro sobre a economia”¹⁹⁸. (MCNALLY, 2017, p. 110, tradução minha)

¹⁹⁸ No original: “What holds the various elements of this analysis together is the text’s insistence that the gendered and racialized relations of capitalist production and reproduction give an overriding unity to all these dimensions of social experience. Indeed, in an implicitly Hegelian-Marxist gesture, Davis urges that in the American situation, “the enslavement of Black people in the South, the economic exploitation of Northern

Assim, para McNally (2017), em *Mulheres, Raça e Classe*, a opressão de gênero e as condições de sua superação estão intrinsecamente entrelaçadas à estrutura capitalista da economia e às relações racistas, ou seja, por mais que sejam relações diferenciadas, específicas, elas constituem um sistema integral. Davis (2016 [1981]) lida com um modo capitalista de produção e reprodução que implica relações historicamente específicas de gênero e opressão racial. Sua perspectiva, é completamente diferente da perspectiva atomista da interseccionalidade. Ao invés de considerar eixos, localizações ou vetores distintos, “ela mostra as interrelações sistemáticas através das quais a dominação racial e de gênero estão totalmente entrelaçadas com a exploração capitalista - tanto que elas não podem ser legitimamente consideradas separáveis, mesmo que elas permaneçam analiticamente distintas em um certo nível de abstração”¹⁹⁹ (MCNALLY, 2017, p. 111). Isto se evidencia se considerarmos que, o resultado da análise de Davis (2016 [1981]) considera que mudanças em qualquer destas relações pressupõem mudanças em todas as outros e no sistema como um todo. Dessa forma, McNally demonstra que a obra de Davis confirma que é possível afirmar que o efeito do processo histórico (racismo) se tornou, assim, uma causa (capitalismo racializado), e é sistematicamente reproduzido na e pela reprodução do modo de produção capitalista. O mesmo pode ser dito de todas as múltiplas relações de poder social, seja das relações de gênero, dominação racial e sexual à exploração capitalista. Elas formam um todo social complexo, no qual “cada um dos momentos individuais são essencialmente a totalidade do todo”. Neste ponto, sua perspectiva também converge com a de Bannerji (1995, p.144): a raça não pode ser desarticulada da classe ou do gênero, porque constituem, essencialmente, o mesmo fenômeno.

workers and the social oppression of women” should be seen as “systematically related.” (..) Davis’s formulation strongly suggests that black slavery, women’s oppression, and the economic exploitation of wage labor comprised “a single, historically created system” (Hill Collins) in the United States, a complexly unified capitalist social formation. Seen in these terms, *Women, Race and Class* emerges as an explicitly historical materialist text that seeks to anatomize the social reproduction of a racist, male-dominated capitalist mode of production in the United States. Indeed, there seems no other way to fully appreciate the text’s claim that, for Black and working-class women, an end to gender oppression can only mean the socialization of housework, whose precondition is “an end to the profit-motive’s reign over the economy.” (MCNALLY, 2017, p. 110)

¹⁹⁹ No original: “(...) she shows the systematic interrelations in and through which racial and gender domination are utterly interwoven with capitalist exploitation—so much so that they cannot legitimately be considered separable, even if they remain analytically distinct at a certain rough-and-ready level of abstraction” (MCNALLY, 2017, p. 111)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade.

Karl Marx, 1857-1858.

Esta dissertação se concentrou em um esforço de tradução, sistematização e apresentação de um campo do feminismo que hoje é conhecido como Teoria da Reprodução Social. Reuni aqui o que considere ser suas principais contribuições para o debate feminista-marxista, com especial destaque para seus desenvolvimentos contemporâneos. Desde o seu surgimento, o feminismo da reprodução social é uma tentativa de manutenção da *unidade*. A proposta de construção de uma teoria unitária consiste na afirmação de que relações sociais de opressão e dominação não são separáveis, na realidade, das relações de produção em uma determinada sociedade. O que não é separável na prática não deve, portanto, ser separado no pensamento. Atentas às consequências que tal separação – *i.e.*, uma apreensão idealista da realidade – produz, as teóricas da reprodução social buscam uma maior aproximação da totalidade social, tal qual concebida por Marx e neste sentido se opõem às teorias dos sistemas duplos e do capitalismo indiferente e clamam pela construção de uma teoria unitária. Assim, através de seus principais expoentes e críticas, bem como de elaborações teóricas que contrastavam com sua proposta inicial, busquei demonstrar a extensão deste desafio e os motivos que levam a construção de uma teoria unitária ser, ainda hoje, uma tarefa inacabada.

Tal tarefa, como vimos, não é simples. Aproximar-se da totalidade em sua complexidade, compreendendo as múltiplas determinações que compõem a “unidade na diversidade”, sem hierarquizar as relações sociais (diferentes momentos/partes dessa totalidade), exige o esforço de gerações em um movimento constante de organização política e crítica imanente. Ainda assim, é preciso ter em mente que a realidade, tal como é, é inapreensível. Diante da impossibilidade de apreensão da totalidade social em sua completude, como não descartar o que é passível de compreensão? Como considerar distintas posicionalidades, e, em considerando-as, como perceber sua ligação ontológica, conservando suas particularidades e suas formas específicas de resistência? Como descobrir quais seriam as determinações ou contradições que deveriam necessariamente ser compreendidas como constitutivas e essenciais ao funcionamento do sistema capitalista e, portanto, consideradas em

sua superação? (BHATTACHARYA, 2017, p.7-14). Todas as autoras apresentadas aqui buscaram – direta ou indiretamente – respostas para estes questionamentos.

Em sua crítica à crítica da economia política, através do ponto de vista do proletariado, Marx revela as relações de exploração e a expropriação que subjazem à igualdade formal burguesa, apontando o caminho para a superação desta condição. Em um mundo imperialista, já mais complexo, os socialistas clássicos se confrontaram com as minúcias deste caminho: luta de classes, democracia, organização – como deveria se dar a unidade entre homens e mulheres proletários? Quais eram as origens da opressão das mulheres? Ela seria extinta com o advento do socialismo? Ao mesmo tempo, mulheres negras escravizadas e recém-libertas lideravam a luta pela abolição ao lado de seus companheiros. Como conquistar o *status* de humanidade?

No pós-segunda guerra mundial, feministas-socialistas e comunistas negras como Jones (2017 [1949]) denunciavam a persistência da escravidão através da segregação racial e da superexploração do trabalho no coração do nascente império norte-americano. As experiências das trabalhadoras domésticas negras, concentravam uma cadeia de opressões e mecanismos de dominação diferentes daqueles direcionados aos trabalhadores brancos. Durante décadas, ativistas e intelectuais negras denunciaram sua exclusão do sistema fordista estadunidense e do *American Way of Life*. Conectadas com movimentos de libertação nacional em todo o mundo, estas mulheres impulsionaram a luta pela libertação negra e feminina nos EUA, que se estendeu pelas décadas de 1960 e 1970. Na tentativa de demonstrar as interconexões que compunham a complexa rede de opressão, dominação e exploração que as atingiam, feministas negras como Davis relataram suas experiências históricas, destacando seu papel na divisão social do trabalho, e na organização das lutas por emancipação, desde a escravidão, na transição para o capitalismo, e na estabilização do fordismo – que é importante destacar, nos EUA, constituiu um sistema de *apartheid* racial sustentado juridicamente. Autores como Roediger e Esch (2012), buscaram desenvolver as contradições presentes na relação entre raça e classe nos mesmos períodos, demonstrando como a raça – e sobretudo a branquitude – era uma ficção social contraditória e fluida, construída também pelos trabalhadores e necessária ao gerenciamento da produção capitalista e do sistema fordista.

No final da década de 1960, as mulheres feministas brancas avançavam, no âmbito teórico e prático, sua luta por libertação. No entanto, traduzindo uma realidade global segregada racialmente – no interior dos países e também entre eles – estes esforços não ecoavam os movimentos de mulheres não-brancas e do Sul Global. Preocupadas ora com seu confinamento no lar, ora com as duplas jornadas de trabalho às quais eram submetidas, estas mulheres

tentaram demonstrar que o trabalho não-remunerado que realizavam na esfera doméstica, era parte da própria lógica do sistema capitalista. Os debates sobre o trabalho doméstico se estenderam durante toda a década de 1970. Inacabado, fragmentou-se em duas posições majoritárias: de um lado, aqueles que defendiam seu caráter produtivo, e de outro, seu caráter improdutivo. Ambos, no entanto, persistiam em afirmar a relação necessária que este guardava para com o modo de produção capitalista. Na discussão sobre a natureza dessa relação, duas posições se firmaram. Uma que compreendia capitalismo e patriarcado como dois sistemas autônomos, ontologicamente diferentes, mas que em determinado momento se combinavam, fazendo avançar a exploração e dominação masculina e capitalista sobre as mulheres.

Na defesa de uma compreensão unitária, surgia a perspectiva da reprodução social: a opressão das mulheres guarda uma base material específica no interior do modo de produção capitalista; o trabalho reprodutivo, desempenhado majoritariamente pelas mulheres e de forma não-remunerada, é essencial para esta produção ocorrer. Apesar de constituir uma compreensão unitária da produção e da reprodução social de forma a localizar a opressão das mulheres no interior da lógica e do desenvolvimento histórico do capitalismo, a perspectiva da reprodução social recaía sobre uma nova reprodução da divisão entre produção e reprodução que visava superar. Além disso, promovia mais uma essencialização da categoria “mulher” e, na medida em que abstraía analiticamente as características concretas que permeavam essa categoria, permanecia alheia às especificidades que os processos de racialização poderiam adicionar à opressão das mulheres. A teoria da reprodução social se reinventou após incorporar importantes críticas quanto à escolha de Vogel – seu primeiro e principal expoente – por uma hiper-abstração teórica que se afastava da totalidade social e ignorava os fenômenos de racialização intrínsecos à classe e ao gênero.

Com uma atenção renovada às múltiplas relações de opressão existentes, teóricos contemporâneos da reprodução social buscam evitar separações analíticas e reconceituar o sentido da categoria “classe social”, expandindo-a e considerando sua dimensão global. Preocupada em endereçar, de forma conjunta, todos os diversos elementos que compuseram os debates levantados nesta dissertação, i.e., reprodução, produção, luta de classes, classe, raça, gênero, etc., a teoria da reprodução social representa hoje um passo fundamental na direção da construção de uma perspectiva unitária – e sobretudo de uma alternativa concreta ao sistema capitalista. Estas autoras buscam apreender a realidade em sua complexidade – ainda que isto signifique a construção de desafios e impasses teórico-metodológicos por vezes insolúveis. Em uma maior aproximação da noção de totalidade, esta dissertação encontra no trabalho de

Bhattacharya e seus colaboradores, em especial na obra de McNally – e em sua leitura sobre a perspectiva de Davis – uma chave essencial para a compreensão da realidade em que vivemos e sobretudo um valioso ponto de partida para a reorganização prática da classe trabalhadora mundial. A construção prática e teórica de uma alternativa para 99% do mundo parece hoje novamente viável. A teoria da reprodução social permanece um campo diverso, dinâmico e em contínua construção. Na medida em que busca uma maior aproximação com a totalidade social e a complexidade dinâmica que a compõe, assim deve se manter.

REFERÊNCIAS

- ARMSTRONG, Pat; ARMSTRONG, Hugh. “Beyond Sexless Class and Classless Sex: Towards Feminist Marxism”. *In Studies in Political Economy* 10(1):7-43, January 1983.
- ARRUZZA, Cinzia. “Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos”. Tradução: Murillo van der Laan. *In Cadernos Cemarx*, nº 10 – 2017.
- _____. “Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo”. Tradução de Camila Massaro Góes. *In Revista Outubro*, n. 23, p. 33-58, 1º semestre de 2015.
- _____. “From Social Reproduction Feminism to the Women’s Strike”. *In BHATTACHARYA, Tithi (Org.). Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press, 2017b.
- ALVARENGA, Rafael. *Dialética negativa e radicalismo negro: Angela Davis nos anos 1960*. 10/05/2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/05/10/dialetica-negativa-e-radicalismo-negro-angela-davis-nos-anos-1960/#_ftnref27>. Acesso em: 25/11/2018.
- BANNERJI, Himani. “Building from Marx: Reflections on “race”, gender and class”. *In Social Justice*; 2005; 32, 4; ProQuest; p. 144-160, 2005.
- _____. “But Who Speaks for Us?” *In BANNERJI, Himani, Thinking Through: Essays on Feminism, Marxism and Anti-Racism*. Toronto: Women’s Press, 1995.
- BARRETT, Michelle. *Women’s Oppression Today. The Marxist/Feminist Encounter*. London: Verso, 1988 [1980].
- BARRETT, Michelle; MCINTOSH, Mary. “Christine Delphy: Towards Materialist Feminism”. *In Feminist Review*, v. 1, p. 95-106, 1979.
- BEALE, Francis. “Double Jeopardy: To Be Black and Female” [1969]. *In BAMBARA, Toni; TRAYLOR, Eleanor. The Black Woman: An Anthology*. New York: Washington Square Press, 2005.
- BENSTON, Margaret. *The political economy of women’s liberation*. Reprinted from Monthly Review, 1969. Toronto: New Hogtown Press, 1973.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese (Psicologia Social). – Instituto de psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento, e da Personalidade. São Paulo, 2002.
- BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press, 2017.

_____. “How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class”. In BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. p. 68-93. London: Pluto Press, 2017b.

BLOOM, Joshua. *Black against Empire: The History and Politics of the Black Panther Party*. California: University of California Press, 2016.

BRENNER, Johanna. “Review: Marxist Theory and the Woman Question”. *Contemporary Sociology*, v. 13, n. 6, p. 698-700, 1984.

_____. “Reagan, the Right and the Working Class”. In *Against the Current (Old Series)* 1,2, Winter 1981, p. 30, 1981.

BRENNER, Johanna; LASLETT, Barbara. “Gender and Social Reproduction: Historical Perspectives.” In *Annual Review of Sociology*, 15, p. 381-404, 1989.

BROWN, Heather. *Marx on Gender and the family: A critical study*. Chicago: Haymarket Books, 2013.

BUTLER, Judith. *Merely Cultural*. In *Social Text*, n°. 52-3, Fall/Winter 1997

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, Chicago, n. 140, p. 139-167, 1989.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

_____. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. “The Combahee River Collective Statement”. Boston, 1977. In Morris, Catherine; HOCKLEY, Rujeko. *We wanted a revolution: Black radical women, 1965-1985. A sourcebook*. New York: Brooklyn Museum, p. 176-183, 2017.

COULSON, Margaret; MAGAŠ, Branka; WAINWRIGHT, Hilary. ‘The Housewife and Her Labour Under Capitalism’—A Critique. In *New Left Review* Issue 89, January-February 1975.

COULTHARD, Glen S. “Subjects of Empire: Indigenous Peoples and the ‘Politics of Recognition’ in Canada”. In *Contemporary Political Theory*, 6, p. 437–460, 2007.

DACCA, Edgar de. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. *The Power of Women and The Subversion of The Community*. Bristol: Falling Wall Press and a group of individuals from the Women’s Movement in England and Italy, 1975 [1971].

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

_____. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017 [1984-1989].

_____. “O discurso de Angela Davis na Marcha das Mulheres contra Trump”. 23/01/2017. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2017/01/23/o-discurso-de-angela-davis-na-marcha-das-mulheres-contr-trump/>>. Acesso em: 07/09/2018. 2017b.

_____. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018 [2015].

_____. “As mulheres negras na construção de uma nova utopia”. 1997. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 12/11/2018.

DE ANGELIS, Massimo. Uma entrevista sobre o autonomismo, por Harry Cleaver e Massimo de Angelis. 05/08/2016. Entrevista gravada em Londres em 1993 por Massimo De Angelis. Disponível em: < <https://autonomistablog.wordpress.com/2016/08/05/uma-entrevista-sobre-o-autonomismo-por-harry-cleaver-e-massimo-de-angelis/>> . Acesso em: 10/09/2018

DU BOIS, W.E.B. *Black Reconstruction in America 1860-1880*. New York: Harcourt, Brace and Co, 1971 [1935].

_____. *The World and Africa: An Inquiry into the Part Which Africa has Played in World History*. New York: The Viking Press, 1965 [1947].

DUNAYEVSKAYA, Raya. *Marxism and Freedom: From 1776 until Today*. New York: Humanity Books, 2000 [1958].

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução Leandro Konder e Aparecida Maria Abranches. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014 [1884].

FEDERICI, Silvia. *Caliban and the witch*. New York: Autonomedia, 2004.

FAUSTO, Ruy. *Marx – Lógica e Política*. Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. *Marx – Lógica e Política*. Tomo II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

FRANK, Dana. “White Working-Class Women and the Race Question”. In *International Labor and Working-Class History*, nº. 54, Fall 1998, p. 80-102.

FERGUSON, Ann. *Blood at the Root. Motherhood, Sexuality & Male Dominance*. London: Pandora, 1989.

FERGUSON, Susan. Building on the Strengths of the Socialist Feminist Tradition. In: *Critical Sociology*, vol. 25, n. 1, p. 1-15, jan. 1999.

_____. Canadian Contributions to Social Reproduction Feminism, Race and Embodied Labor. *Race, Gender & Class*, v. 15, n. 1-2, p. 42-57, 2008.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. “Capital, força de trabalho e relações de gênero”. Tradução de Maíra Silva, revisão técnica de Mariana Luppi. *In Revista Outubro*, n. 29, p. 23-59, novembro de 2017.

FIELDS, Barbara J. “Ideology and Race in American History”. *In* J. KOUSSER, Morgan; MCPHERSON, James M (Org). *Region, Race and Reconstruction: Essays in Honor of C. Vann Woodward*. New York: Oxford University Press, 1982

FRASER, Nancy. *Heterosexism, Misrecognition, and Capitalism: A Response to Judith Butler*. *New Left Review* 1/228, March-April 1998.

_____. *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. London: Verso, 2013.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London: Verso, 2003

GIMENEZ, Martha. *Marx, Women, and Capitalist Social Reproduction: Marxist Feminist Essays*. Boston: Brill, 2018.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo; Iskra Edições, [1993] 2014.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Marx está de volta! Um chamado pela virada materialista no campo do direito. *In Revista Direito e Práxis*, vol. 5, n. 9, p. 301-341, 2014.

_____. Valor, expropriação e direito: sobre a forma e a violência jurídica na acumulação do capital. *In*: Boschetti, I (Org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018, p. 101-130.

GONÇALVES, Guilherme Leite; MACHADO, Marta R. de Assis. “Neoliberalismo autoritário em cinco atos” *In Le Monde Diplomatique*, ed. 129, 2/04/2018. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/neoliberalismo-autoritario-em-cinco-atos/> >. Acesso em 20/12/2019

GRESPLAN, Jorge. “A dialética do avesso”. *In: Crítica Marxista*, nº 14, p. 26-47, 2002.

JACKSON, Stevi. “Marxism and Feminism”. *In*: GAMBLE, A.; MARSH, D.; TANT, T. *Marxism and Social Science*. Chicago: University of Illinois Press, 1999.

JONES, Claudia. “Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra!” Tradução: Edilza Sotero e Keisha-Khan Y. Perry. *In Estudos Feministas, Florianópolis*, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017

HALL, Rebecca. “Reproduction and Resistance: An Anti-colonial Contribution to Social-Reproduction Feminism.” *Historical Materialism* 24.2: 87–110. 2016.

HARDING, Sandra (org.). *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies*. New York and London: Routledge, 2004.

HARVEY, David. *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. London: ProfileBooks LTD, 2015a [2014].

_____. Symposium on “Seventeen Contradictions and the End of Capitalism”. In *Syndicate Network*. 2015b. Disponível em: <https://syndicate.network/symposia/theology/seventeen-contradictions-and-the-end-of-capitalism/> > Acesso em: 20/11/2018

HARTMANN, Heidi. “The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union [1975]. In SARGENT, Lygia (org). *Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981, p. 1-42.

HARTSOCK, Nancy. *Money, Sex, and Power: Toward a Feminist Historical Materialism*. New York: Longman's, 1983.

_____. *The Feminist standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism*. In MEYERS, Diana T (Org.). *Feminist Social Thought: a reader*. New York; London: Routledge, 1997.

HEIDER, Asad. *Race and Class in the Age of Trump*. London; Brooklyn, NY: Verso, 2018.

HILL COLLINS, Patricia. “Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought”. In *Social Problems* 33 (6): p.14–32. 1986.

_____. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2000 [1990].

HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, 2016.

HONG, Grace. *The Ruptures of American Capital: Women of Color Feminism and The Culture of Immigrant Labor*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

LEACH, Nicole. “Transitions to Capitalism: Social-Reproduction Feminism Encounters Political Marxism”. In *Historical Materialism* 24.2: p. 111-137. 2016.

LEBOWITZ, Michael A. *Beyond Capital: Marx's Political Economy of the Working Class*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillian, 2003.

_____. “The Politics of Assumption, the Assumption of Politics” In *Historical Materialism*, n.14, 2006, p. 29–47.

LÊNIN, V.I. *The Emancipation of Women*. New York: International Publishers, 1966.

LOWE, Lisa. *Immigrant Acts: On Asian American Cultural Politics*. Durham, NC: Duke University Press, 1996.

MCNALLY, David. "Intersections and Dialectics: Critical Reconstructions in Social Reproduction Theory". In BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press, 2017.

MANDEL, Ernest. *An Introduction to Marxist Economic Theory*. New York: Merit Publishers, 1967.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

_____. *O Capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. Ed. Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2017 [1892].

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011 [1857-1858].

_____. *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. Middlesex; London: PenguinBooks in association with New Left Review, 1973 [1857-1858].

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010 [1844].

MENDES, Isabela Oliveira. O Trabalho Doméstico Feminino e a Produção Capitalista: Um Debate na New Left Review. In *Revista Multiface | Belo Horizonte | v. 5 n. 2*, p. 31-45 | 2017.

MARCUSE, Hebert. "Dear Angela" [carta de 18 de novembro de 1970], In KELLNER, Douglas. Hebert Marcuse: Collected Papers: The New Left and the 1960s. vol. 3, p. 49. New York: Routledge, 2015.

MEYERS, Diana T (Org.). *Feminist Social Thought: a reader*. New York; London: Routledge, 1997.

MIES, Maria. *Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour*. London: Zed Press, 1987.

MOHANDESI, Salar; TEITELMAN, Emma. "Without Reserves". In BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press, 2017.

MORTON, Peggy. "Women's Work is Never Done". Toronto: *WomenUnite!*, ed. Canadian Women's Educational Press, 1972 [1970].

PRASHAD, Vijay. "This Ends Badly: Race and Capitalism". In CAMP, Jordan T.; HEATHERTON, Christina (Org). *Policing the planet: why the policing crisis led to black lives matter*. New York : Verso, 2016.

POST, Charles. *Comments on Roediger's Class, Race and Marxism*. 25/10/2017. Disponível em: <<http://salvage.zone/online-exclusive/comments-on-roedigers-class-race-and-marxism/>>. Acesso em: 20/10/2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 2017.

ROEDIGER, David. *The Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class*. London; New York: Verso, 2007 [1991].

_____. *How Race Survived United States History: From Settlement and Slavery to the Obama Phenomenon*. London and New York: Verso, 2008, p. 207–11.

_____. *Class, Race and Marxism*. New York: Verso, 2017.

ROEDIGER, David; ESCH, Elizabeth. *The Production of Difference: Race and the Management of Labor in US History*. New York: Oxford University Press, 2012.

_____. “‘One Symptom of Originality’: Race and the Management of Labor in US History”. In ROEDIGER, David. *Class, Race and Marxism*. New York: Verso, 2017.

ROSENEIL, Sasha. “Gender”. In: HARALAMBOS, M. e HOLBORN, M. *Developments in Sociology*. Ormskirk: Causeway Press, 1994.

SALEM, Sara. “On Transnational Feminist Solidarity: The Case of Angela Davis in Egypt”. In *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 43, no. 2., p. 245-267, 2018.

_____. “Critical interventions in debates on the Arab revolutions: centring class”, In *Review of African Political Economy*, 2017.

_____. “Intersectionality and its discontents: Intersectionality as traveling theory”. In *European Journal of Women’s Studies*, p. 1-16, 2016.

_____. “Decolonial Intersectionality and a Transnational Feminist Movement” In *The Feminist Wire*, April 2014. Available at < <https://thefeministwire.com/2014/04/decolonial-intersectionality/> >.

SARGENT, Lygia (org). *Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981.

SAYMOUR, Richard. *Does David Roediger disagree with Ellen Meiksins Wood?*. 24/07/2017. Disponível em: <<https://www.versobooks.com/blogs/3321-does-david-roediger-disagree-with-ellen-meiksins-wood>> Acesso em: 25/10/2018.

SECCOMBE, Waly. “The Housewife and Her Labour under Capitalism” In *New Left Review* Issue 83, January-February 1974.

_____. “Domestic Labour: Reply To Critics”. In *New Left Review* Issue 94, November-December 1975.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. Tese (Doutorado em

Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
Acesso em: 07/12/2018.

VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, [1983] 2013.

_____. “Domestic Labour Revisited” [2000]. In VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.

_____. “Foreword by Lise Vogel”. In BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press, 2017.

THOMPSON, E.P. *Formação da classe operária inglesa*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1987.

YOUNG, Iris. “Beyond the Unhappy Marriage: A Critique of the Dual Systems Theory”. In SARGENT, Lygia (org). *Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981. p. 43-70.

WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

WILLIAMS, Fiona. “Race/Ethnicity, Gender, and Class in Welfare States: A Framework for Comparative Analysis”. In *Social Politics*, summer 1995.

WOOD, Ellen Meiksins. *Class, race, and capitalism*, in Diane E. Davis (ed.) *Political Power and Social Theory (Political Power and Social Theory, Volume 15)* Emerald Group Publishing Limited, p.275 – 284. 2002.

_____. *The Separation of the Economic and the Political in Capitalism*. 2016.
Disponível em: < <https://www.versobooks.com/blogs/2302-ellen-meiksins-wood-the-separation-of-the-economic-and-the-political-in-capitalism> >. Acesso em: 10/12/2018.

_____. “The Uses and Abuses of ‘Civil Society’” In MILIBAND, Ralph; PANITCH, Leo, eds., *The Retreat of the Intellectuals: Socialist Register* 1990. London: Merlin Press, 1990.

_____. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011 [1995].

ZETKIN, Clara. *Apenas Junto Com as Mulheres Proletárias o Socialismo Será Vitorioso!* 1896. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>> Acesso em 09/12/2018.